

A LUNDA DE CASTRO SOROMENHO

ALEGORIAS DE UM IMPÉRIO IDO

(1930-1968)

CÁSSIO SANTOS MELO

**A LUNDA DE CASTRO SOROMENHO: Alegorias de um
Império Ido (1930-1968)**

CÁSSIO SANTOS MELO

Catalão

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO

Reitora

Roselma Lucchese

Vice-Reitor

Cláudio Lopes Maia

Coordenação da Editora Letras do Cerrado

André Ribeiro Macario

José Luís Solazzi

Editoração

Leonardo Ferreira Prado

Elaboração da Capa

André Ribeiro Macario

Conselho Editorial

Alexandre de Assis Bueno

André Carlos Silva

André Vasconcelos da Silva

Antônio Fernandes Júnior

Domingos Lopes da Silva Júnior

Estevane de Paula Pontes Mendes

Helder Nagai Consolaro

José Luís Solazzi

Copyright © 2025 LETRASDOCERRADO

A imagem da capa foi utilizada de:

SOROMENHO, Castro. "Tragédia Negra". *Revista Humanidade*, 20 de junho de 1937, Lisboa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborada pelo bibliotecário-documentalista
Marcio Luiz Fernandes Barbosa (CRB 1/3161)

Melo, Cássio Santos

A Lunda de Castro Soromenho [recurso eletrônico] :
alegorias de um império ido (1930 - 1968) / Cássio Santos
Melo. Catalão (GO) ; Editora Letras do Cerrado, 2025.
Recurso on-line (217 p.) : il.

Modo de acesso: WWW
Publicação digital (e-book) no formato PDF.
ISBN: 978-85-93870-19-3
Inclui Bibliografia.

1. Castro Soromenho - biografia. 2. Angola. 3.
Colonialismo - séc. XX. I. Título.

CDU: 930*20":929SOR

Sumário

Introdução	5
Parte 1 – O colonialismo português no século XIX: discussão bibliográfica e contextualização	12
1.1 – <i>O colonialismo português, o fim do tráfico negreiro e as novas possibilidades nas relações entre Portugal e a África no final do século XIX</i>	13
1.2 – <i>A presença inglesa: um trampolim para a ocupação</i>	16
1.3 – <i>A ocupação efetiva ou a Lunda no tempo de Castro Soromenho</i>	21
Parte 2 – Trajetória biográfica de Castro Soromenho: formação e redes intelectuais	34
2.1 – <i>Esboço de uma formação escolar</i>	36
2.2 – <i>Redes de relações intelectuais</i>	41
2.2.1 – <i>O Exílio na França</i>	87
2.2.2 – <i>Ida para o Brasil: um caminho que se impõe</i>	99
Parte 3 – Castro Soromenho, a questão africana e suas obras	112
3.1 – <i>Os primeiros escritos: contos</i>	112
3.2 – <i>Jornalismo e colonialismo: um chão para ser pisado</i>	121
3.3 – <i>O romanesco e a crítica à obra de Soromenho</i>	139
3.3.1 – <i>Indícios de uma morte anunciada</i>	139
3.3.2 – <i>Uma certa trilogia</i>	156
3.4 – <i>Estudos para o Centro de Estudos Africanos da USP: ciência ou ficção</i>	190
Parte 4 – Considerações Finais	206
Parte 5 – Fontes	207
Parte 6 – Referências Bibliográficas	214

Introdução

O TEXTO QUE ORA APRESENTAMOS à Editora Letras do Cerrado da Universidade Federal de Catalão é o resultado de nossa tese doutorado em História Social, defendida em 14 de dezembro de 2014 na Universidade de São Paulo. No intuito de nos adequarmos às exigências do edital n. 01/2024 fizemos algumas eliminações de elementos pré-textuais, como também algumas alterações com relação à versão original. Estas adaptações são restritas à parte 1 do trabalho que foi sumariada, mas manteve a espinha dorsal original das discussões entabuladas naquele momento.

O objetivo deste trabalho foi o de analisar a obra do escritor português Fernando Monteiro de Castro Soromenho (1910-1968), compreendendo que as especificidades do mote temático único da obra deste escritor – a Lunda, região nordeste de Angola – se apresentam como alegorias do colonialismo português do século XX. Apesar da obra deste escritor português estar voltada para temas e questões relativas à Lunda Angolana, lemos e interpretamos a obra de Castro Soromenho como uma longa narrativa de uma dupla morte anunciada, parafraseando aqui o título do romancista colombiano Gabriel Garcia Márquez. A dupla morte a que me refiro, e que desde o início da obra deste escritor começa a ser anunciada, é a morte da cultura tradicional africana que o colonialismo europeu destruirá, como também a morte de um sonho. Este sonho é o de uma África portuguesa que a literatura funcionará como uma escora para paredes velhas e desaprumadas, que mais dia menos dia um sopro de realidade destruirá. Esta realidade com a qual o colonialismo português não conseguiu lidar estava ligada tanto às dificuldades do Estado Português em reconhecer suas limitações de nação colonial, como também à luta pela autonomia política das nascentes “nações” africanas a partir da década de 1950.

Obviamente, as metáforas do fracasso deste sonho colonialista português não são tão explícitas na literatura deste escritor, e por tal razão é literatura, do contrário seria jornalismo ou qualquer outro gênero textual com o intuito de transmitir uma mensagem de maneira objetiva. Estas alegorias do sonho colonialista português presentes na obra de Soromenho ao longo de cerca de trinta anos de escrita – entre 1936 a 1968 – podem ser lidas e observadas pelo historiador tal qual o químico o faz ao tentar definir um corpo sólido misturado a uma grande quantidade de líquido, sendo a mistura depois agitada violentamente. Para verificar as partes sólidas presentes na mistura, o químico deve esperar pacientemente que a mistura se decante ao fundo do recipiente e se mostre de maneira clara. Apropriando-se aqui do mesmo raciocínio, estas alegorias do fracasso do sonho colonial português na obra de Soromenho foram se

decantando ao longo de vários anos. Decantar aqui tem o significado de paulatinamente se apresentarem cada vez mais explícitas, até o ponto de não necessitarem mais de explicações ou elucubrações para que possam ser compreendidas. Não é por acaso que o último livro de Castro Soromenho se chama *A chaga*, que à semelhança de um ferimento em um corpo doente, está à mostra para que todos possam ver, sem a necessidade de qualquer análise. Basta apenas olhar.

Vale lembrar que a Lunda a que se refere Castro Soromenho é uma região nordeste de Angola que no final do século XIX se notabilizou no cenário político-imperial europeu por ser o centro do afamado império do Muatiânvua e por sua vizinhança com o estado do Congo. A importância da Lunda aumentou ainda mais no século XX, com a descoberta de diamantes na região por volta de 1912 e a criação da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) em 1917, empresa criada a partir capitais mistos oriundos de vários países como Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Portugal e África do Sul.

Para a realização desta pesquisa lançamos mão de fontes diversas, entre as principais estão os livros de Castro Soromenho, inclusos aí romances, contos, trabalhos etnográficos e de cunho histórico. Compõem também nossas fontes seus trabalhos jornalísticos publicados na imprensa portuguesa – no geral ignorados pela maioria dos críticos – e em periódicos ligados à Administração Colonial Portuguesa. Na tentativa de recompor o círculo intelectual do qual Soromenho fez parte, analisamos mais de cem cartas enviadas e recebidas por Castro Soromenho, as quais em sua maioria são parte do espólio de intelectuais como Adolfo Casais Monteiro, José-Augusto França, João Gaspar Simões, todos depositados na Biblioteca Nacional de Portugal. Do espólio pessoal de Castro Soromenho, tivemos acesso a um conjunto de cartas enviadas a ele por Mário Pinto de Andrade entre 1955 a 1968, que foram de grande importância também.

Nos dois primeiros anos da pesquisa também pudemos fazer algumas entrevistas com familiares e amigos que conviveram com o escritor, de maneira pontual esta fonte oral também nos auxiliou na interpretação das redes de relações intelectuais do escritor.

Castro Soromenho, nascido em 31 de janeiro de 1910 na vila do Chinde, na então província da Zambézia, Colônia de Moçambique, era filho de um português que ocupou altos cargos na administração das províncias de Angola nas primeiras décadas do século XX. Soromenho fez o estudo ginásial em Portugal entre 1916 e 1925, em 1927 concluiu o liceu em Sá da Bandeira, capital da Huíla. O ambiente histórico das primeiras décadas do século XX em que Soromenho cresceu estava absorto na perspectiva de se construir uma literatura etnográfica, histórica e literária a respeito das colônias portuguesas como forma de Portugal afirmar suas potencialidades de grande nação.

Nesse sentido, uma das questões que também nos colocamos nesta pesquisa é a de compreender como a África se configurou como tema dos escritos de Soromenho e, além disso, como ela permaneceu na sua obra entre 1936 a 1968 – ano de sua morte. Questão essencial, especialmente se considerarmos que durante o período em que ele viveu em Portugal, entre 1937 a 1960, conviveu com escritores portugueses que estavam distantes de tais temáticas, como Cardoso Pires e Casais Monteiro. Soromenho, em boa medida, procurou a partir do final da década de 1940 se firmar com um escritor português, num círculo literário que podemos definir como o da moderna literatura portuguesa. Ele não desejava ser apenas um escritor de literatura colonial, epíteto pelo qual é mais conhecido nos compêndios literários portugueses.

Nesse sentido, é preciso afirmar que o nacionalismo angolano não era uma preocupação de Soromenho, essa perspectiva é muito mais fruto de uma recepção de sua obra por pesquisadores das áreas de Letras do que um projeto articulado pelo autor. Soromenho se agarrou à África como um caminho para a construção de sua obra dentro e fora de Portugal, pois fora grande a batalha para traduzir e publicar alguns de seus livros, principalmente na França, pois tinha como certo que seria a porta de abertura para o reconhecimento de sua obra.

Como disse anteriormente, a Lunda, região do atual nordeste de Angola, abrigava no passado a congregação dos reinos do estado do Muatiânvua, título que recebia seu dirigente maior. O nome Lunda representa a celebração da amizade entre os chefes dos estados que se juntaram para formar o novo reino por volta do final do século XVI. Segundo sumaria Raquel Silva, quando os portugueses chegaram à África em meados do século XV, parte da África Equatorial e Austral era dominada e governada por três grandes reinos ou impérios: o Reino do Congo, o Império Lunda e o de Monomotapa, na parte oriental. A região da Lunda era limitada por dois grandes afluentes do Rio Congo, o rio Cassai que limita a Lunda a sul e a leste; a oeste o rio Cuango, limita a região em questão até a fronteira norte, que a confina com a República Democrática do Congo, antigo Zaire.¹

Como veremos na contextualização da primeira parte deste trabalho, a Lunda se tornou uma região extremamente importante para os anseios imperialistas de Portugal no contexto da Conferência de Berlim. Dominar essa região possuía um forte significado de afirmação da teoria do mapa cor-de-rosa² divulgada no ano de 1886, cerca de dois anos após a Conferência de Berlim, segundo a qual toda a região entre Angola até Moçambique seria uma possessão

1 SILVA, Raquel. *Figurações da Lunda: experiência histórica e formas literárias*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 11.

2 C. f.: CALVÃO, Filipe. “Equilibrium and Conflict: notes on the nature of colonialism”. In: CURTO, Diogo Ramada & RAPPAS, Alexis (Eds). *Colonialism and Imperialism: Between Ideologies and Practices*. Badia Fiesolona (Italy), 2006. Disponível em: [http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/4159/HIST_2006_01.pdf]. Acessado em 20/11/2012.

portuguesa. A Lunda, visitada por comerciantes portugueses desde a segunda metade do século XIX, mas ainda não dominada, se localizava no centro desse mapa teórico; dominá-la possuía forte significado para Portugal. É sobre essa região, com toda uma carga simbólica muito cara ao colonialismo português, que a obra de Castro Soromenho será gestada.

Quando principiei o estudo da obra de Castro Soromenho, que ocorreu somente por meio de comentadores, algumas perguntas acerca deste autor foram elaboradas. Dentre estas, uma em especial me incomodou: como Soromenho experienciou a África narrada em toda a sua obra? Tal pergunta demonstra com muita clareza o grau de imaturidade da própria pesquisa, pois comecei a compreender os significados das alegorias e metáforas presentes em seus livros somente a partir do momento que situei este autor no seu próprio presente.

Isso remete a compreender a interligação da literatura de temática africana no contexto da propaganda colonial portuguesa. Num momento seguinte da carreira do autor, mesmo após abandonar o periodismo da propaganda colonial, mantém-se ligado a África como tema central da sua obra, e tenta se destacar num universo intelectual completamente diverso àquele em que se lançou como escritor. A Lunda representava para a Soromenho a fixidez que pouco vislumbrou ao longo da vida pessoal, cheia de percalços e mudanças.

Partilho da hipótese de que a vida de Soromenho em Angola teve pouco peso na sua formação intelectual e moral. No tempo em que esteve em contato com os africanos no Moxico, em Camaxilo, no Dala e em Saurimo, ele já possuía uma ideia acerca de África. Obviamente tem um pouco de exagero em minha afirmação e não nego com isso que Soromenho teve contato com os povos da Lunda, todavia seu conhecimento adquirido acerca desta sociedade foi apreendido nos livros e no ambiente colonial no qual ele cresceu e fora educado. A forma de apreensão do conhecimento acerca da cultura africana utilizada por Soromenho era baseada na confirmação empírica daquilo que já se sabia anteriormente. Sobre esta questão chego até me perguntar se Soromenho em algum momento teve a real necessidade de fazer uma intervenção etnográfica para cotejar e confirmar a verdade já possuída antes. A aquisição desta verdade, ou mais especificamente, o pensamento colonial português acerca da África, não se deu apenas nos livros. A atmosfera mental, para utilizar o já conhecido termo do historiador Marc Bloch, produzida pelo ambiente familiar, pelas escolas frequentadas por ele em Lisboa e na Huíla, também eram responsáveis pela construção deste pensamento colonial, questão esta que aprofundarei na segunda parte deste trabalho.

Esta Lunda temática, a que Soromenho se dedica a partir de 1936, era também uma forma de purgar um sonho malogrado, que a geração de Soromenho ainda acreditava que

pudesse ser real, o sonho de uma África portuguesa. A obra deste escritor nos permite ter uma visão deste colonialismo já dando seus sinais de asfixia nos idos da década de 1930.

Tal fracasso foi conscientemente reconhecido pela nova geração de homens africanos e portugueses que nasceram no contexto de uma África que iniciava a luta pela sua independência a partir da década de 1950. E Soromenho, no contato com intelectuais africanistas como Mário Pinto de Andrade, foi sendo transformado por novos interesses relativos à África. Agora não mais de cunho etnológico, turístico ou folclórico, como ocorrera no início do século, e que estão interligados de modo mais amplo a uma política europeia de manutenção de suas colônias. Estes novos interesses relativos à África – ansiados e fomentados por intelectuais africanos e europeus – objetivavam interpretar a África sob o ponto de vista dos próprios africanos.

Soromenho nasce e se torna um adolescente num momento em que internamente Portugal se coloca como uma nação colonialista. Todavia, no cenário das disputas diplomáticas, Portugal teve pouco respeito pelo direito de posse no continente africano junto às grandes nações europeias. Lembremos que em 13 de agosto de 1913, Alemanha e Inglaterra assinam secretamente um tratado no qual Angola é atribuída à Alemanha.³

Tais fatos nos colocam diante de questões bem mais profundas, pois ao analisar o período em que a obra de Soromenho é gestada não podemos perder de mira que não apenas o sucesso de Portugal como nação colonizadora estava em jogo. A própria existência de Portugal como nação autônoma, e que tem o respeito recíproco de outras nações, é uma das camadas a serem deslindadas nesta grande trama. A questão, assim, é bem mais profunda.

Por isso como veremos ao longo da análise das obras de Soromenho como ele polarizou a disputa entre dois grupos étnicos da região da Lunda, os Tutchokwe⁴ e os Lundas. Sempre se posicionando ao lado dos Lundas que no final do século XIX haviam sido dominados pelos Tutchokwe, sendo estes últimos sempre referenciados como cruéis e sanguinários. Os Lundas na disputa pela soberania na região estavam para Soromenho como Portugal estava para Inglaterra em suas querelas pela soberania na África Central. A bem da verdade é que não havia

3 PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e revoltas (1845-1941)*. Tradução: Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, Vol. 1, p. 211.

4 Em toda a obra de Castro Soromenho o termo tchokwe (singular) é grafado como quioco. Em Angola desde o processo de independência na década de 1970 a forma aportuguesada para se designar este grupo étnico-linguístico está associada ao período colonial. Assim, optamos em adotar a forma correntemente utilizada em Angola e que estilisticamente auxilia o leitor a perceber quando estamos nos referindo especificamente a nossa fonte histórica, pois citaremos tal qual está em toda de Castro Soromenho, ou seja: quioco. Segundo João Vicente Martins o termo *tchokwe* ao ser flexionado no plural é grafado como *tutchokwe*, forma esta que utilizaremos em todo nosso trabalho. C.f.: MARTINS, J. V. *Os Tutchokwe de Angola*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2001.

propriamente uma querela, existia a imposição autoritária de um lado, e o esperneio descontente de outro, o qual não tinha outra opção senão obedecer.

A literatura dita colonial, não só a de Soromenho, surge para preencher um vazio, que é a ficcionalização de uma África portuguesa, da qual carecia o povo português e principalmente seus governantes, que em tempos duros de guerra deveriam manter a nação unida.

Na tentativa de cumprir nossos objetivos, dividimos este trabalho em três partes principais que estão interligadas por uma sequência lógica. Acompanhemos, então, esta breve explicação. Na primeira parte, intitulada “O colonialismo português no século XIX: discussão bibliográfica e contextualização” procuramos elucidar o contexto de formação dos novos interesses coloniais portugueses ao longo do século XIX em relação à África. Esta nova perspectiva surgida a partir da perda do Brasil em 1822 foi também transformada pela partilha da África na Conferência de Berlim de 1884, e que permitiu a Portugal se lançar no rol de competição internacional pelo continente africano com objetivos não só comerciais, como também de domínio administrativo e militar.

Na segunda parte que tem como título “Trajetória biográfica de Castro Soromenho: formação e redes intelectuais”, esforçamo-nos, num primeiro momento, no sentido de situar o lugar social ocupado por este escritor dentro do mundo da propaganda colonial portuguesa das primeiras décadas do século XX. Além disso, procuramos por meio da leitura e análise da correspondência de Castro Soromenho reconstituir o universo intelectual no qual Soromenho tentou se inserir após abandonar o periodismo da propaganda colonial.

Quanto à parte 3 intitulada “Castro Soromenho, a questão africana e suas obras”, fizemos uma análise da produção livresca e jornalística de Castro Soromenho. Sem esta análise entrecruzada com seu trabalho de jornalista, julgamos que faríamos somente uma análise interna da sua produção livresca, o que empobreceria a consideração do conjunto de sua obra em termos históricos.

No sentido de esclarecer os pressupostos do trabalho, é necessário considerar inicialmente o conceito de *alegoria* utilizado aqui. De certa maneira, esse conceito pode ser lido aqui apenas com base em seu significado na língua portuguesa. De acordo com o dicionário Aurélio, *alegoria* significa “sf. 1. Exposição dum pensamento sob forma figurada. 2. Ficção que representa ou coisa para dar ideia de outra”.⁵ Sob tal perspectiva interpretamos a obra de Castro Soromenho, pois lemos e interpretamos questões candentes para a história do colonialismo português nas suas obras que se passam na África. Todavia, é possível ir além

5 “Alegoria”. In: *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1975, p. 21.

lançando mão da interpretação benjaminiana de que a alegoria possui no romance a função de preencher um vazio, o qual antes era ocupado pela tradição. Esta perspectiva esteve a todo o momento presente em nossas leituras de Castro Soromenho, mesmo que não explicitamente citada.

Segundo Walter Benjamin, a alegoria remete à ausência, e é formada por duas palavras gregas, *allo*, que significa outro; e *agorein*, que é dizer.⁶

A alegoria surge em momentos de transição em que as significações seguras que os indivíduos outrora possuíam de seu mundo já se não encaixam numa nova realidade. Daí nasce o desejo de eternizar aquilo que já se foi. Usando dos termos de um dos seus comentadores, trata-se do

choque entre o desejo de eternidade e a consciência aguda da precariedade do mundo, que segundo Benjamin, está na fonte de inspiração alegórica: a alegoria se instala mais duravelmente onde o eterno e o efêmero coexistem mais intimamente. Por isso ela floresce na idade barroca, dilacerada entre os dogmas da fé cristã e a cruel imanência do político, por isso também voltar num Baudelaire, dividido entre a visão de uma vida anterior harmoniosa e a de uma modernidade autodevoradora.⁷

Essa mesma tensão é a fonte de inspiração da linguagem alegórica, pois ela extrai sua profusão de duas fontes que se juntam num mesmo rio de imagens: da tristeza, do luto provocado pela ausência de um referente último; da liberdade lúdica, do jogo que tal ausência acarreta para quem ousa inventar novas leis transitórias e novos sentidos efêmeros.⁸

À alegoria podemos compará-la, nas palavras Gagnebin, a um emaranhado de escombros, de elementos disparatados que tentam reproduzir a harmonia de um elemento vivo, mas na verdade trata-se de um vulto desconjuntado e confuso.

Paulo Rónai, crítico da obra de Guimarães Rosa, que na ocasião prefaciara uma edição recente da obra *Primeiras estórias*, de 1962, alerta o seu leitor que independentemente da argúcia do estudioso de uma obra, é “impossível abranger a totalidade intrincada das intenções” de um escritor. E é por meio desta citação que finalizamos nossa introdução e alertamos o leitor acerca de nossas falhas interpretativas.⁹

6 GAGNEBIN, J. M. *História e Narração em Walter Benjamin*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 31.

7 Idem, p. 37.

8 Ibidem, p.38.

9 RONÁI, Paulo. “Os vastos espaços”. In: ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.16.

Parte 1 – O colonialismo português no XIX: discussão bibliográfica e contextualização

AO HISTORIADOR QUE SE LANÇA no estudo das relações entre história e literatura e que almeja atingir seus objetivos, nunca poderá deixar de pensar a obra literária em função do lugar social em que foi produzida. Pensar como os textos literários se articulam com um lugar de produção socioeconômico e cultural, e de quais bens culturais essa produção se apropriou para elaborar as suas representações. Trata-se de uma tentativa de compreender como um autor específico, num determinado lugar social, construiu suas significações de mundo e as expressou pela literatura.

O caminho que escolhemos para pensar este lugar social da literatura de Castro Soromenho foi o de inicialmente contextualizar o colonialismo português entre o final do século XIX e início do século XX. Pois foi este colonialismo que relançou novos olhares para a África na segunda metade do século XIX, que estabeleceu uma política de Estado no século XX, e que por fim, gestou a Lunda na qual Soromenho circulou no início de sua juventude em fins da década de 1920. A abordagem aqui é de certa forma circunscrita pelos objetivos aos quais nos colocamos.

A compreensão da realidade colonial de Angola e da Lunda no período supracitado ajuda-nos principalmente a compreender a fase inicial da obra de Castro Soromenho formada basicamente por dois livros de contos, *Lendas Negras* (1936) e *Nhári* (1938). O restante da obra ficcional e jornalística de Soromenho está estritamente imbricado com o universo da propaganda colonial portuguesa e também com o universo da moderna literatura portuguesa, espaço que Soromenho intentará se consagrar.

Todavia, somente a compreensão da realidade do colonialismo português não é suficiente para deslindarmos as idiossincrasias da obra deste escritor. Por tal razão, um esforço em diagnosticar a biografia de Castro Soromenho e também suas redes de relações intelectuais em Lisboa, Paris e Rio de Janeiro, também se fez necessário. Começamos então situando nosso leitor acerca das relações entre Portugal e África no século XIX no contexto do colonialismo.

1.1 – O colonialismo português, o fim do tráfico negreiro e as novas possibilidades das relações entre Portugal e África no século XIX

A principal questão que desejamos destacar nesse subitem de nosso trabalho é a importância que a África adquiriu para Portugal ao longo do século XIX, principalmente após a independência dos “ovos de ouro” da coroa portuguesa, o Brasil.

Para o historiador Valentim Alexandre, escrevendo em 1979, um dos mitos da ideologia colonial portuguesa que se enraizou ao longo das décadas de 1930 e 1940 por obra de historiadores práticos ligados à política colonial, foi a criação de uma imagem de colonialismo positivo, sem máculas. O outro mito ainda mais entranhado, segundo o autor, seria o da espoliação – levada a cabo pela Grã-Bretanha – de um grande império africano possuído por Portugal. Sigamos de perto as esclarecedoras palavras do autor,

Uma boa percentagem dos Portugueses não sabe ainda agora que o mapa cor-de-rosa foi apenas isso – um mapa – e não correspondia a uma área de domínio efectivo; e também não tem a consciência de que a fatia do bolo africano que coube a Portugal, no termo da partilha de fins do século XIX, abrange territórios não ocupados até aí, e mesmo não reivindicados, como a região da Lunda.¹⁰

Segundo Alexandre, tais mitos – e, por conseguinte, a formação de um império colonial em África – constituem-se na sequência ao Ultimato inglês de 1890, como forma de compensar a subordinação portuguesa ao sistema das relações internacionais. O autor ainda esclarece que a consolidação desses mitos se deve também ao peso da historiografia oficial na transmissão deste conhecimento. Por historiografia oficial, leia-se aquela produzida entre as décadas de 1930 a 1950 por estudiosos práticos do sistema colonial português que ocuparam altos cargos na administração colonial.

Na interpretação de Isabel de Castro Henriques, em nossa opinião, mais viva e menos vacilante que a de Alexandre, a “[...] África não desempenhou um papel determinante na organização social e política portuguesa, a não ser a partir da independência do Brasil em 1822”.¹¹ Como lembra a historiadora, no final do século XIX e início do seguinte, a opção pela colonização da África não era um consenso. Em setores da *intelligentia* portuguesa existiram calorosos debates acerca da proposta de venda de algumas das colônias africanas que impediam Portugal de organizar uma política voltada para a Europa.¹²

10 ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo Português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editores, 1979, p. 6.

11 HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade angolana: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical; Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 33.

12 Idem, p. 34.

Todavia, a Conferência de Berlim (Novembro de 1884 a Fevereiro de 1885) modificou os rumos da relação entre África e Portugal. Como observa Henriques, a partir do momento em que a Conferência deixou claro o vivo interesse dos europeus pelo continente africano, e de igual maneira “as decisões da conferência amputavam ferozmente os direitos que um grande número de portugueses considerava tão *históricos* como *sagrados*, as colônias foram consideradas como uma espécie de sobreviventes”.¹³

A modificação da posição portuguesa em relação à África foi estimulada ainda mais pela “brutalidade das intervenções inglesas” – palavras da historiadora – em 11 de janeiro de 1890, que exigiu que os portugueses abandonassem o território de Matabeles, localizado no atual Zimbábue. O Ultimato Inglês criou uma imensa reação patriótica entre os portugueses, fazendo com que a África fosse notada como parte “indiscutível no tecido territorial português”.¹⁴

A exemplo do que já referenciamos na introdução, um destes mitos foi a criação do chamado mapa cor de rosa, elaborado após a Conferência de Berlim. Segundo Henriques, desde a segunda metade do século XIX, esta mitologia colonial portuguesa já vinha sendo alimentada, como se pode notar na publicação dos chamados *Atlas Portugueses* – publicados em Paris entre 1849 e 1852 –, os quais foram elaborados por Manuel Francisco Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa, mais conhecido como Visconde de Santarém (1791-1855). Trata-se, como bem define Henriques, de um meticoloso e apaixonado trabalho de historiador, decidido a fornecer as provas da função colonizadora portuguesa a qual precede amplamente os outros europeus. Esta posição teórica encontrará ressonância na obra de Gilberto Freyre na década de 1940 do século XX, teoria esta que auxiliará o Estado Português a se aparelhar ideologicamente com vistas a não abrir mão de sua função de nação colonizadora.¹⁵

Para Isabel de Castro Henriques, o esforço ideológico do colonialismo português põe em evidência alguns grupos de mitos que se solidificaram no século XIX e que continuaram a ser utilizados no século XX, tanto pela administração colonial como pela historiografia colonial e que podem ser resumidos nos seguintes grupos de ideias: 1) a superioridade racial do homem branco em relação ao africano; 2) a missão específica que dota os portugueses o papel de civilizar e solidificar o império, ou seja, a estes caberia o papel de retirar os africanos da selvageria; 3) Por em evidência o papel pioneiro dos portugueses nas descobertas marítimas; 4)

13 Ibidem.

14 Ibidem.

15 HENRIQUES, Isabel de Castro. Op. cit., p. 36.

a presença multissecular dos portugueses na África; 5) E, por fim, o luso-tropicalismo amparado na obra de Gilberto Freyre.¹⁶

Ao pensar a dinâmica de constituição do colonialismo português em África ao longo do século XIX, Omar Thomaz também trabalha com a ideia que a tenacidade portuguesa em constituir um império em África não pode ser interpretada como um mero reflexo do imperialismo francês e inglês.¹⁷ Para Thomaz, ao longo do século XIX, não podemos desconsiderar o desejo português de estabelecer em África um ‘novo Brasil’, pois à falta deste, a alternativa que se vislumbrou para recuperação da prosperidade perdida viria com o desenvolvimento das possessões africanas.

Assim, para este antropólogo existe uma lógica interna ao colonialismo português ao longo do século XIX que deve ser considerada: o fim do tráfico negreiro, as dificuldades dos portugueses se inserirem nos negócios do tráfico negreiro após a independência do Brasil, as novas possibilidades comerciais como a urzela, as ações de Sá da Bandeira, a fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa, são exemplos de eventos que se correlacionam – não exatamente de maneira cronológica – no desejo português de estabelecer em África.

É sob tal linha de raciocínio, qual seja, a dos interesses portugueses em África, que Omar Thomaz defende sua tese de que o colonialismo português do século XIX deve ser interpretado levando-se em consideração sua própria lógica interna.

Como salienta o autor, os chamados ‘domínios africanos’, inclusive enumerados na Carta Constitucional de 1826, não possuíam limites geográficos precisos e a presença lusitana em muitos deles era extremamente reduzida. A presença portuguesa era mais significativa apenas em Angola, ainda assim restrita a cidades costeiras como Luanda e Benguela e alguns pontos próximos no sertão entre o rio Ambriz e o cabo Negro e, por tais razões será em Angola que os portugueses mais se empenharão na efetivação de seus novos objetivos.¹⁸

Para Omar Thomaz, a partir de 1808 com o fim das vantagens que Portugal possuía com o exclusivismo colonial em relação ao Brasil, mesmo após a independência do Brasil “Portugal encontra no tráfico e no comércio de outros bens importante fonte de recursos que o mantém atrelado ao Brasil, o que emperra a formação de colônias na África”.¹⁹ E, segundo este antropólogo, são “ecos do atlântico do sul” que após o fim do tráfico negreiro levarão Portugal

16 Idem, p. 36-40. Aqui neste momento cabe um paralelo com a obra CASTELO, Claudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa: Afrontamento, 1998.

17 THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002, p.33.

18 Idem, p. 44.

19 THOMAZ, Omar Ribeiro. Op. cit., p. 48.

a se voltar para África, e far-se-ão presentes como expectativas dos fabulosos lucros obtidos nas relações comerciais entre Portugal e Brasil.²⁰ Na visão de Omar Thomaz, é sob esta perspectiva que o sonho de um terceiro império português será alimentado.

1.2 – A presença inglesa: um trampolim para a ocupação

A partir do último quartel do século XIX, Portugal, no processo de efetivação de sua soberania em suas possessões africanas, enfrentará não somente a dificuldade de se inserir em cadeias de relações comerciais organizadas já de longa data, como também enfrentará a concorrência das grandes potências internacionais. O governo português já tinha consciência neste momento dos perigos advindos das intenções inglesas. Neste sentido, o ultimato inglês de 1890 não foi algo completamente imprevisto e desmesurado. A presença inglesa na cidade do Cabo, as viagens de Livingstone na Zambézia entre 1856-58 e também na região do Congo e de Angola, o trabalho de missionários ingleses no Transvaal, já davam indícios claros das intenções da Grã-Bretanha.

Filipe Calvão, em “Equilibrium and Conflict: notes on the nature of colonialism”, mapeia o que ele chama de “grande narrativa” do colonialismo português. Balizado temporalmente pelo autor entre o início dos projetos do mapa cor-de-rosa (1886) em África até a historiografia portuguesa contemporânea.

Como parte de seus objetivos, o autor aponta algumas contradições presentes dentro desta narrativa imperial, focando em especial a expedição à Lunda (1884-88) chefiada por Henrique Dias de Carvalho.

De acordo com Calvão, a narrativa imperial portuguesa é frequentemente apresentada a partir da criação em 1875 da Comissão Permanente de Geografia – formalmente vinculada ao Ministério da Marinha e das Colônias – e a formalização da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). A criação dessas instituições é tida como uma iniciativa concreta para o início da exploração africana, pois nos anos posteriores a 1850 muitos estrangeiros visitaram, com objetivos científicos, os territórios considerados pelos portugueses como de seu domínio.²¹ Como forma de dar materialidade à presença dos portugueses em África e, concomitantemente angariar a desejada autoridade colonial sobre os territórios africanos que Portugal efetivamente não possuía, é organizada em 1877 a 1ª expedição sob os auspícios científicos da SGL. Liderada

²⁰ Idem, p. 48.

²¹ PÉLISSIER, René. Op. cit., p. 93; THOMAZ, Omar Ribeiro. Op. cit., p. 96.

por Brito Capelo (1841-1917), Roberto Ivens (1850-1898) e Serpa Pinto (1846-1900), esta expedição possuía como objetivo mapear o curso hidrográfico do Rio Congo. Entretanto, quando chegaram a Angola tomaram conhecimento que o jornalista anglo-americano Henry Stanley já havia concretizado este objetivo em sua segunda viagem ao continente africano entre 1874-77.²² Este evento evidencia como Portugal, do ponto de vista científico, estava atrasado em relação aos seus concorrentes na corrida colonialista. Esta é a opinião da historiadora Isabel de Castro Henriques, que considera a criação da SGL “assaz tardia em relação às suas congêneres europeias”, pois os intelectuais portugueses ligados à criação desta instituição se mostravam preocupados com a ausência colonial “definida e assumida pelo Estado”.²³ Vale lembrar, a título de exemplo, que à data da fundação da SGL em Lisboa, já havia cerca de quarenta instituições congêneres em território europeu.²⁴

Uma ação prática do objetivo colonizador português foi a organização da expedição de Henrique Dias de Carvalho à Lunda entre 1884 e 1888. A perspectiva de Calvão acerca desta expedição é que ela auxiliou Portugal a construir seus próprios objetivos coloniais. Outros pesquisadores da obra do militar português também partilham de opinião semelhante. Assim, podemos depreender no trabalho de Elaine Ribeiro em seu *Barganhando sobrevivências*, que a escrita de Henrique Dias de Carvalho também tinha um papel de instrumentalizar o nacionalismo luso. Como lembra a autora, esse militar entendia que destacar o papel de Portugal na África também tinha a função de lembrar os “feitos dos portugueses antigos”, algo que seus contemporâneos estavam esquecendo.²⁵

O poder imperial efetivo, ou seja, o tipo de poder que extrapola os formais acordos diplomáticos feitos dentro da Europa e distantes da realidade africana, foi construído num recíproco processo de construção cultural. Isso significa afirmar que os objetivos imperiais portugueses foram se alterando de acordo com as circunstâncias, pois não havia um objetivo definido preliminarmente ao início da expedição.

Neste contexto de construção de uma nova fase do império português, no qual é bastante precária a manutenção do próprio status de império, Filipe Calvão aponta como a história foi utilizada nos documentos produzidos pela expedição de Henrique Dias de Carvalho com o

22 CALVÃO, Filipe. Op. cit., p. 74.

23 HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade angolana: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical; Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997, p. 62.

24 THOMAZ, Omar Ribeiro. Op. cit., p. 97.

25 SANTOS, E. R. S. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 88.

objetivo de criar uma tradição para o império português. No jornal colonial *As Colónias Portuguesas*, fundado por Henrique Dias de Carvalho, Calvão analisa certos trechos publicados um pouco antes da partida da expedição, em que se nota a valorização do papel pioneiro dos portugueses em terras africanas; assim Carvalho escreveu em 1884 para o referido jornal: “Sob a sombra deste prestígio (o Português), outros conseguiram obter vantagens”. Pioneirismo esse que beneficiou outras nações e, deste modo, é mister Portugal angariar para si os privilégios de seu “capital simbólico de império” em África. Calvão procura, assim, ressaltar como Henrique de Carvalho para além de valorizar a expedição que ele ora organiza, também valoriza o legado de viajantes e comerciantes portugueses que estiveram anteriormente em Angola, construindo assim certa genealogia dos viajantes portugueses.²⁶

A viagem de Henrique Dias de Carvalho introduziu um novo conceito na exploração da África a partir do apelo à tradição em termos de conhecimento geográfico e etnográfico. De acordo com Calvão, tanto o uso da tradição – que o autor chama de “hagiografia das expedições portuguesas” – como do conhecimento “científico”, – que Carvalho lançou mão para produzir uma narrativa totalizante em termos geográficos, culturais e etnográficos – são utilizados por ele como chave explicativa do sucesso da expedição. Êxito que na interpretação do militar português se resumia ao fato da expedição ter alcançado a Mussumba, a capital do império Lunda, e lá ter realizado o que ele acreditou serem acordos diplomáticos no intuito de impor a soberania portuguesa. O sucesso maior da expedição, aliado à ciência e à história, residiu no fato desta expedição firmar uma tradição imperial para Portugal. Nas palavras de Calvão, o “império tinha uma cultura”.²⁷

Segundo o autor, a região da Lunda era importante por dois motivos. Primeiro, por ser o centro do afamado império do Muatiânvua, segundo, por sua vizinhança com o estado do Congo. Os quatro anos gastos pela expedição de Henrique Dias de Carvalho entre 1884 a 1888 foram cruciais em termos de negociações imperiais na Europa. Ao início da Conferência de Berlim, em dezembro de 1884, Carvalho já havia cruzado o Rio Cuango e alcançado a Mussumba, sendo que a primeira versão oficial do mapa cor-de-rosa seria publicada somente em 1886. Vale lembrar que as versões preliminares do famoso mapa traziam as áreas percorridas por Henrique de Carvalho, ou seja, áreas projetivamente representadas sob a influência portuguesa.

²⁶ Idem, p. 76.

²⁷ Ibidem, p. 77.

Entretanto, no final da expedição, Henrique Dias de Carvalho reconheceu não somente a formalização do estado do Congo – retirando de uma perspectiva portuguesa a soberania de algumas partes da região – como sua repentina exclusão cartográfica do expansionismo territorial Português. Calvão chama a atenção para a contradição deste posicionamento de Henrique Dias de Carvalho frente àquilo que supunha ser uma expedição destinada a submeter politicamente uma região como a Lunda e que repentinamente fora riscada das ambições coloniais.²⁸

Como compreender a ação de Carvalho em relação ao momento pelo qual passava o colonialismo português? A questão é que não havia um objetivo colonizador estritamente elaborado na expedição de Henrique Dias de Carvalho, este sentido colonizador foi atribuído à *posteriori*, sobretudo após o fatídico ultimato inglês de 1890. Henrique de Carvalho e seus objetivos colonizadores no início da década de 1880 eram uma nota dissonante dentro da política colonial portuguesa. Ana Paula Tavares, estudiosa da questão, na introdução de sua dissertação *Na Mussumba do Muatiânvua*, aclara-nos com bastante argúcia como os interesses de diferentes nações, somados aos interesses do próprio Henrique de Carvalho se entrecruzaram para que fosse dada a conotação final a esta viagem. Vejamos:

Decisivas fronteiras traçadas na Europa enquanto decorria a expedição realizada por Henrique de Carvalho iriam transformá-la numa viagem particular. Os seus testemunhos escritos dão um retrato de um momento de nítida coincidência entre modificações da história interna africana e resoluções da política europeia regidas pelas necessidades de diversificação de mercados e de demarcação de zonas de influência.²⁹

Apesar do sucesso dos acordos e dos estudos realizados por Henrique Dias de Carvalho, a maior parte da região da Lunda não ficou sob o domínio dos Portugueses. No grande mapa da África tornado público em 1890, cujas linhas e traçados de fronteiras são o resultados dos acordos de Berlim, já traz excluída a região da Lunda como território eminentemente português.

É mister ressaltar que as decisões de exclusão de boa parte dos territórios da Lunda sob o domínio Português não foram levados à termo pelo próprio Henrique Dias de Carvalho. Nas frias mesas de negociações diplomáticas em território europeu, sonhos de glórias e sortilégios de homens como Henrique de Carvalho são riscados do papel diante da prevalência dos interesses naquele exato momento. Calvão inclusive nos cita uma passagem de 1890 da lavra

²⁸ Ibidem, p. 77.

²⁹ TAVARES, Ana Paula. *Na Mussumba do Muatiânvua*: quando a Lunda não era leste. Estudo sobre a Descrição da Viagem na Mussumba do Muatiânvua de Henrique de Carvalho. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira e Literaturas africanas de expressão Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995, p. 7.

do nosso expedicionário, na qual ele destila certo rancor em relação às decisões tomadas em Berlim, pois na perspectiva de Carvalho a Lunda era um território português. Acompanhemos,

Quando em janeiro deste ano [1890] o grande mapa da África tornou-se público..., Eu questionei a... comissão para cuidadosamente modificar-lo incluindo em Angola os territórios do Muatiânvua que tornaram-se Portugueses após o trabalho desenvolvido de 1885 em diante [...] como nas questões políticas de divisão do continente Africano, os poderes interessados interessados em desconcertar e bagunçar tudo, destroem os verdadeiros títulos de posse para recolocar outros imaginados e forjados no calor do momento.³⁰

Os objetivos geográficos da expedição de Henrique Dias de Carvalho parecem contradizer-se com o projeto de posse colonial português ligando a África de costa a costa. Assim, nem todas as ações coloniais – a exemplo da expedição de Henrique Dias de Carvalho - podem ser lidas como uma ação coerente ao grande projeto colonial português previsto no imaginado mapa cor-de-rosa, projeto este que considera o ultimato britânico como mola mestra para que ele fosse efetivado.

Após o ultimato britânico de 1890, a Lunda se tornou repentinamente uma fonte de interesse para o projeto colonial português. E, como pudemos perceber na análise de Filipe Calvão, a viagem de Henrique Dias de Carvalho à Lunda e sua posterior apropriação pelo discurso oficial nacionalista, teve grande importância na criação de uma tradição dita científica para Portugal. Por extensão, criou-se, assim, um lastro “histórico” da presença portuguesa em África de modo a dar maior peso ideológico ao discurso imperial português surgido a partir do ultimato inglês de 1890. É nesse cenário discursivo que surgem as condições para a ocupação militar e administrativa ocorridas no início do século XX, exaltando, assim, o nacionalismo português.

Outra questão que o autor analisa é a da inevitabilidade do ultimato inglês na maioria dos trabalhos historiográficos, ora pensado como um divisor de águas no colonialismo português, ora desmascarando a fundamentação discursiva estabelecida.

“O que é afinal de contas este ultimato, e como compreendê-lo historicamente?” Parafraseando Marshall Sahlins, Calvão afirma que pode se definir este ultimato como uma ‘metáfora histórica de uma realidade mítica’.³¹

O mapa cor de rosa é uma autorreferência do próprio colonialismo português. À altura dos eventos de 1890, este mapa cor-de-rosa que estava completamente aquém da realidade de

30 CARVALHO, H. Memória. A Lunda ou os Estados do Muatiânvua domínios da soberania de Portugal 1890, p. 412. Apud: CALVÃO, Filipe. Op. cit., p. 77. Tradução nossa.

31 CALVÃO, Filipe. Op. cit., p. 78.

algumas sociedades africanas³² existiu, de fato, como um elemento no campo discursivo, como estratégia de defesa do projeto colonialista português frente às ameaças da Inglaterra. De modo que este mapa não pode ser visto como uma representação geográfica real, pois a mesma não estava em consonância com a realidade africana. É o caso, por exemplo, do Império Lunda que foi dividido pelas fronteiras traçadas no Congresso de Berlim.

Por conta do ultimato, este mapa ganha foro de legitimidade, como um trampolim para a construção do discurso imperialista português, o qual foi reproduzido à exaustão por certa historiografia conservadora, conforme pudemos perceber na análise de Valentin Alexandre.

Isto posto, é possível compreender a relação dialética entre equilíbrio e conflito proposta neste artigo por Filipe Calvão. De acordo com o historiador, o equilíbrio, neste período de disputas coloniais, ocorre quando os poderes coloniais aplacam suas divergências, e o conflito se torna notório quando as nações europeias parecem concorrer no espaço e no tempo, “equilíbrio e conflito são partes constitutivas da natureza do colonialismo”. Para concluir este raciocínio Filipe Calvão afirma que a análise histórica da narrativa imperial permite compreender como esta foi produzida no tempo e reproduzida através da história.³³ E nestas situações o papel do historiador é vital no sentido de quebrar essas camadas de pensamento que repetidas à exaustão se tornam naturalizadas.

1.3 – A ocupação efetiva ou a Lunda no tempo de Castro Soromenho

Na sequência a este raciocínio, vale lembrar que a importância histórica da Lunda não fica restrita apenas ao cenário discursivo-ideológico do colonialismo português. A região da Lunda já no começo do século XX era extremamente visada por conta da valiosa borracha comerciada principalmente pelos tutchokwe. E a partir de 1912, a descoberta oficial de diamantes no rio Cassai e afluentes, assanhou ainda mais as pretensões colonialistas portuguesas e de outras nações na região.

A 13 de julho de 1895 foi criado oficialmente o distrito da Lunda, que englobava todas as terras compreendidas “entre o Cuango, o curso inferior do Cassai e a fronteira com o Estado Independente do Congo, ou seja: tudo que os portugueses tinham salvo das garras de Leopoldo

32 Referimo-nos aqui ao processo de desmembramento do Império Lunda por conta da invasão dos Tutchokwe, que já haviam ocupado a Mussumba do Muatiânvua – capital do império Lunda – à chegada de Henrique Dias de Carvalho.

33 CALVÃO, Filipe. Op.cit., p. 80.

II”.³⁴ Henrique Dias de Carvalho foi nomeado primeiro governador do novo distrito, todavia, sua posição pacifista de homem de ciência não permitiu que a sua permanência no cargo se prolongasse. Nesses meados de 1895, Carvalho se encontrava pressionado pelos comerciantes de Malange que desejavam dominar militarmente o Cassange e “quebrar a espinha dos Mbangálas” e atravessar o rio Cuango. Na perspectiva de René Pélissier, o comércio da borracha era o grande motivador de tal interesse.³⁵

A guerra no Cassange se organiza de ambos os lados, e em abril de 1896 Henrique de Carvalho foi destituído pelo governador-geral de Angola, levado como preso para Lisboa e julgado por uma comissão de sindicância, dado seu posicionamento pouco inclinado à guerra. Triste fim, pois graças a ele, Portugal conseguiu impor seu domínio sobre uma região extremamente rica e que, a julgar pelo seu poderio militar e financeiro, os portugueses dificilmente teriam condições de ocupar.

O sucessor de Henrique de Carvalho e que ocupou definitivamente a região da Lunda foi o capitão de artilharia Veríssimo Gouveia Sarmiento, que permaneceu no cargo de governador do distrito da Lunda por mais de dez anos entre 1896 a 1907. Segundo Pélissier, as primeiras ações de guerra de Sarmiento não foram especificamente contra os mbangálas, mas contra os bondos em 1896, os quais assaltavam as caravanas do governo.³⁶ Esta tarefa de dominar os bondos não foi tão simples assim, pois a resistência deste grupo foi extrema. Foram necessárias quatro expedições militares para combater esses grupos da região do Cassange, organizadas em momentos diversos entre os de 1896 a 1901.

Em fins de 1905, Veríssimo Sarmiento já estava prestes a realizar seu grande projeto que era a ocupação da região além-Cuango. Assim, os portugueses poderiam ocupar a área habitada pelos lundas propriamente ditos, rica em borracha e que possuía neste período algumas dezenas de comerciantes portugueses já instalados e muitos distantes do último posto militar português. Alguns destes comerciantes estavam estabelecidos em Camaxilo, que vivia na febre da borracha trazida pelos Tutchokwe.

Segundo narra Pélissier, os abusos cometidos de parte a parte neste comércio deram origem a um incidente. Em dezembro de 1905 o tenente João Dias de Carvalho fora atacado ao intervir numa contenda entre o soba (chefe político e militar) Cáungula e um comerciante branco. A revolta alastrou-se rapidamente sob a liderança de Cáungula, alguns comerciantes

34 PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola*. Resistência e revoltas (1845-1941). Tradução: Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, Vol. 1, p. 359.

35 Idem.

36 Idem, p. 362.

foram mortos e muitas lojas saqueadas. A situação de alianças entre portugueses e chefes africanos era complexa e variava ao sabor dos interesses envolvidos de cada lado. Dado que neste levante o soba lunda Nzovo Casori foi ao posto de Cáungula oferecer 375 homens ao governador. A campanha durou mais de 5 meses e custou uma bela quantia aos cofres da administração colonial. Apesar disso, os portugueses não conseguiram prender o soba Cáungula, e desistiram de persegui-lo após o rio Cuengo, já na fronteira com o Estado Independente do Congo.³⁷

Para Pélissier, um dos méritos de Veríssimo Sarmento, do ponto de vista da administração colonial, foi o fato de conseguir recrutar localmente suas tropas e submeter diversos grupos populacionais e instalar uma vasta rede de postos militares na Lunda, cujo centro era Malange. Após a morte de Sarmento em julho de 1907, Paiva Couceiro – então governador-geral – nomeou Alberto de Almeida Teixeira para o cargo de governador da Lunda. Em Malange, o capitão Carlos Bandeira recrutou soldados abundantes, acompanhados de mulher e da família, para o trabalho de submissão de lundas, xinjes e tutchokwe. Estes eram um dos principais alvos dos portugueses, pois eles controlavam o comércio de trocas da borracha da bacia do rio Cuilo e do Cassai.³⁸

O percurso a ser seguido a partir de Camaxilo – sempre em linha reta na direção leste – era chamado de “caminho grande dos quiocos³⁹”, e no dia 31 de agosto de 1907 o capitão Bandeira e seus homens atravessaram o Rio Cuengo e entraram em território inimigo. No dia 8 de setembro o pequeno exército de dominação colonial fora atacado por mais de 2000 homens entre lundas e tutchokwe que estavam escondidos nas matas de Xa Quilonge. Nesta localidade a coluna portuguesa permanecera por cerca de 45 dias em combate. Apesar da resistência dura, as perdas levaram os sobas lundas a ajudar os portugueses e, pôde-se, enfim, recomençar a marcha para leste.⁴⁰

O rio Cuilo foi finalmente alcançado em 8 de novembro de 1907 e instalado um forte que distava 118 quilômetros de Camaxilo. O local era extremamente visado, pois era uma região muito rica em borracha, todavia, o avanço para leste seria dificultado pela forte resistência dos Tutchokwe. Estes impediam a plena efetivação de uma das metas de Paiva Couceiro na Lunda, qual seja, a de garantir a plena presença portuguesa na fronteira com o Congo.⁴¹

37 Ibidem, p. 367-8.

38 Ibidem, p. 369.

39 Quiocos é uma corruptela portuguesa para o nome da nação Tutchokwe.

40 Ibidem, p. 370.

41 Ibidem, p. 371.

Como nota Pélissier, o desconhecimento dos portugueses acerca da realidade além Cuilo era grande. Nos idos de 1907 os funcionários de Malange ainda julgavam que o Muatiânvua era poderoso, quando na verdade ele já havia se tornado “um simples auxiliar das forças coloniais belgas”. O mais interessante era que este Muatiânvua de origem Tchokwe, fora auxiliado pelos belgas em 1898 para impedir uma restauração do poder dos lundas.⁴² Não era a primeira vez que os portugueses tentam estabelecer acordos com os lundas; Henrique Dias de Carvalho na sua viagem por volta de 1887 estabeleceu alguns acordos diplomáticos com um Muatiânvua exilado de origem lunda, Xa Muteba. No seu texto deixa, inclusive, transparecer certa simpatia pelos grupos de origem lunda.

Em novembro de 1908 os portugueses conseguiram avançar um pouco mais a leste, nesse momento alcançaram o Luxico e instalaram um fortim. No mês seguinte este fortim fora atacado pelos tutchokwe sob a liderança do soba Calendende, o qual ainda ia dar muito que falar por conta de sua resistência.

Segundo Pélissier, a Lunda de 1906 a 1913 tornara-se um símbolo da dificuldade de ocupação colonial. Do ponto de vista militar, por volta de 1909 a região da Lunda possuía cerca de 7 companhias distribuídas em 40 postos, com efetivo de cerca de 1000 homens. Não somente a região além Luxico apresentava dificuldades de ser dominada; na Jinga, alguns sobas não aceitavam dobrar a espinha frente às autoridades portuguesas, a exemplo de outras regiões como Marimba e Cambo Camana. Apesar da resistência destes sobas de origem ambundo, no final de 1910 a região se encontrava praticamente dominada. Restavam ainda alguns espaços, como o Cassange, para que todo o nordeste de Angola estivesse sob a batuta dos portugueses. Em outubro de 1911, esta região habitada por uma maioria de Bondos e Mbangálas, após uma pequena resistência de alguns sobas, caiu frente às armas de mais uma coluna portuguesa.⁴³

Na região compreendida entre o rio Cuango e o Cassai, a fome, a miséria, a ocupação do Cassange e as dissensões internas facilitavam a penetração portuguesa rumo ao grande objetivo que era a ocupação da fronteira nordeste com o Congo, objetivo esse perseguido já há quase uma década. A resistência tchokwe na Lunda não iria reduzir a urgência desta ocupação, ademais, em 1912 a descoberta de diamantes na região estimulou ainda mais esta ocupação.

Em novembro de 1912, dois prospectores – Johson e Mac Vey – encontraram sete diamantes na margem direita do Chiumbe, em Angola. Nesse mesmo ano, foi criada com apoio da Forminière, a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA) para explorar, em especial, as jazidas de diamantes, que na fronteira de Nordeste, eram o prolongamento daquelas que tinham sido encontradas no Congo Belga em 1907.

42 Ibidem, p. 372.

43 Ibidem, p. 374-8.

Essa companhia era concessionária da prospecção num território delimitado por Belgas e Portugueses. O posto português mais próximo era o de Luchico, a mais de 100 quilômetros.⁴⁴

Além das questões de ordem diplomática que Portugal enfrentaria com os belgas, na região do Cassai o soba Tchokwe Calendende – o mesmo que matara um alferes português em 1908 – proibira a entrada dos prospectores na região que ia do leste de Chicapa até o Cassai.

Em novembro de 1913 quatro novos prospectores britânicos vieram do Cassai belga, mas Calendende era cada vez mais incômodo para os planos da PEMA. E foi somente graças ao trabalho de um capitão chamado António Brandão de Melo que municiado de alguns homens, carros bôers e armas, conseguiu chegar a Luachimo em maio de 1914 para dar início aos primeiros trabalhos de prospecção de diamantes. Mas a Lunda estava longe de ser pacificada, tanto que era preferível para a companhia de diamantes mandar vir do centro do país – via caminho de ferro do Bié – os materiais que necessitava, do que cortar a Lunda.

Finalmente em 1916, os portugueses conseguiram chegar até o Cassai na região de Chilunge a partir de Saurimo e, inclusive, construíram um posto defronte à concessão de exploração diamantífera dos belgas do outro lado do rio. Por questões estratégicas em 1917 a Lunda foi separada de Malange, e Saurimo fora escolhida para a sede do novo distrito. Em 1917, do ponto de vista português, havia muito que fazer para se avançar a ocupação deste longínquo nordeste, pois os belgas também colaboravam para o retardar da penetração portuguesa na Lunda, ao vender pólvora em grandes quantidades aos tutchokwe no lado belga do Cassai.

No final deste mesmo ano, a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA) forma a Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), empresa formada por capitais mistos oriundos de vários países como Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Portugal e África do Sul. O início das prospecções manuais de diamantes sob os auspícios da Diamang estabeleceu na Lunda – agora ainda mais visada – uma tensa relação de forças entre as sociedades africanas da região e a empresa diamantífera. A partir do final de 1917 a Diamang passou a recrutar nos sobados locais os trabalhadores de que necessitava, e eram muitos. Este recrutamento gerou muitos conflitos – principalmente entre os tutchokwe – os quais na maioria dos casos terminavam com mortes dos membros dos destacamentos que recrutavam mão de obra.

Todavia, as autoridades portuguesas nesse momento pouco fizeram na Lunda para estabelecer sua presença efetiva; a bem da verdade era a própria Diamang que estabelecia a

⁴⁴ Ibidem, p. 380.

presença portuguesa em vários dos milhares de quilômetros da Lunda. O domínio português sobre o grande grupo etnolinguístico lunda-tchokwe ainda era pequeno, todavia, como frisa Pélissier,

foram os quiocos do nordeste de Angola quem iriam suportar o peso das exigências da Diamang. Esta esforçou-se por obter a ocupação militar da sua concessão, a fim de conseguir a calma necessária à continuação das prospecções e os milhares de homens que a exploração exige todos os anos.⁴⁵

No intuito de resolver tal ordem de problemas, em 1920 o novo governador da Lunda, o capitão Francisco Martins de Oliveira Santos estabeleceu como uma de suas metas vencer o soba Calendende e outros chefes tutchokwe que vinham já desde 1912 resistindo bravamente ao avanço da presença portuguesa na área diamantífera. No começo da década de 1920 o interesse com a pacificação dos tutchokwe não era apenas português, mas de um conglomerado multinacional sedento pelos diamantes do Rio Cassai e seus afluentes.

Para efetivar seu objetivo, Francisco Santos organizou duas colunas militares, uma que seguiu pelo centro e leste e uma segunda que avançou pelo oeste. A primeira coluna partiu a 2 de junho de 1920 do posto de Capaia, próximo a Luchico, composta por cerca de 385 homens. Seria enfadonho a descrição das idas e vindas desta campanha com duração de cerca de quatro meses e que empurrou os tutchokwe até à fronteira belga. Durante este enalço muitas senzalas⁴⁶ e aldeias foram incendiadas, como também alguns destacamentos portugueses sofreram retaliações. O que se deve destacar, de acordo com a análise de Pélissier, é o fato de que a resistência militar tchokwe talvez não passasse de um mito surgido no âmbito da administração portuguesa. A nosso ver esse mito talvez tenha surgido como reflexo da própria dificuldade portuguesa em dominar esta ampla região e de se afirmar como uma nação colonialista, a exemplo dos seus vizinhos ingleses, franceses e alemães.

A fraqueza econômica e militar de Portugal de certa maneira era compensada pela sua atuação do cenário político. Podemos deduzir isso tendo como base os resultados conseguidos por Norton de Matos – o governador-geral de Angola – em 1921 junto à Diamang. Neste ano a empresa selou um contrato com a Lunda pelo qual a província receberia 45% dos lucros da empresa e participaria em 5% do capital da companhia.⁴⁷ Entre o período de 1922 a 1926 Norton

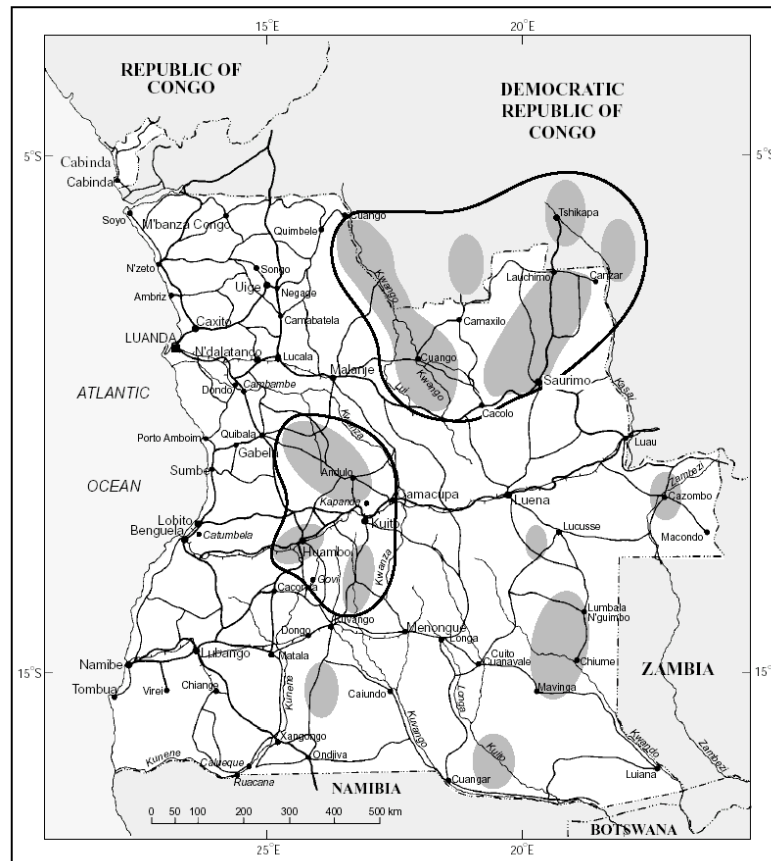
45 Ibidem, p. 389.

46 O termo “senzala” dentro da literatura portuguesa do colonialismo possui significado completamente diverso em relação ao seu significado aqui no Brasil. No território africano senzala designava um conjunto de habitações ocupadas por membros de um mesmo grupo social, como os nossos tão citados Lundas e Tutchokwe. Estas senzalas possuíam um líder político-militar que era o soba, mas as mesmas não se constituíam em unidades politicamente autônomas, podendo assim estar sob a tutela de outra senzala.

47 PÉLISSIER, René. Op. cit., p. 394.

de Matos, por intermédio dos administradores militares destruiu paulatinamente os últimos focos de resistência à presença da Diamang. Assim, esta gigantesca empresa pôde dar vazão a sua imensa necessidade de mão de obra anualmente, por meio dos famigerados recrutamentos de mão de obra que os africanos eram submetidos. Um desses homens fortes de Norton de Matos foi o capitão Bento Esteves Roma, que foi governador da Lunda entre 1922 a 1927.

Areas of highest diamond concentration



Mapa da Lunda com destaque para as áreas com maior concentração de Diamantes.⁴⁸

Vale ressaltar, por fim, que o avanço dos portugueses pela Lunda e a necessidade de intervenção militar para a pacificação dos grupos sociais que habitavam a região, não pode ser interpretada como uma simples vaidade ou teimosia de alguns homens da administração colonial portuguesa. O pleno domínio da província da Lunda está completamente ligado à própria afirmação dos portugueses como nação colonizadora no século XX.

48 C.f.: http://www.diamang.com/A-Lunda/Documentos/Mapas/10393585_cnDjnd/786670582_TQC6kTc#!i=719839525&k=ZkvvMsj&lb=1&s=O

Tentamos ao longo deste último subitem demonstrar os esforços empreendidos por Portugal no intuito de dominar a região da Lunda. Neste momento, faz sentido explicar ao leitor o porquê do subtítulo “A ocupação efetiva ou a Lunda no tempo de Castro Soromenho”. Castro Soromenho começará a circular pela região da Lunda por volta do início de 1928 na condição de funcionário da Diamang e permanecerá lá até 1933. Seus primeiros textos serão produzidos somente em 1936, os quais transmitem ao leitor um modo específico de interpretar os resultados da ocupação portuguesa da Lunda no final da década de 1920. A sensação, ao lê-los, é de que se trata de um sonho malogrado: o sonho de uma África portuguesa. O pesar e a angústia presentes em seus textos não se referem apenas à perspectiva do português. Ao se referir ao homem africano, Soromenho nos anuncia com igual angústia que está lidando com uma cultura que deseja perenizar, pois já antevê o seu fim. Ao tratar do homem negro, Soromenho emite indícios de uma morte já pressentida; a morte da cultura do homem negro da Lunda.

Outro forte indício do desânimo frente à presença dos portugueses na África, neste caso específico na Lunda, são os relatórios produzidos pelo pai de Castro Soromenho quando este foi governador da Lunda entre 6 de setembro de 1930 a maio de 1933. Estes relatórios são importantes não apenas por auxiliarem a reconstruir a história desta presença portuguesa na Lunda do início da década de 1930. Pois os mesmos foram uma importante fonte para a ficção de Castro Soromenho e trazem uma perspectiva sobre o colonialismo português diferente daquela veiculada na metrópole durante o Estado Novo português, perspectiva essa ligada à produção de uma mentalidade colonial.

No relatório de Arthur Ernesto Soromenho para o período em que ele fora governador do distrito da Lunda, nota-se logo no preâmbulo que o destinatário de seu texto é o Governador Geral de Angola que nos idos de 1933 era Armindo Monteiro. O tom de pesar e desânimo de Arthur Ernesto é perceptível logo no início da apresentação do seu relatório, pois informa que em breves dias seguirá para Portugal para gozar da sua “licença graciosa”. Benefício que, segundo ele nos afirma, nunca requereu nos seus 22 anos a serviço da Administração colonial, “donde levo a convicção plena de que prestei ao meu País o melhor da minha actividade”. Num tom quase de despedida, ele faz questão de frisar que não tem certeza se voltará ao cargo.⁴⁹

De fato, Artur Ernesto não voltaria nunca mais à África, e com toda a certeza ele já sabia do seu desligamento da função de administrador colonial em função das divergências políticas com o governo português. E possivelmente este tenha sido um elemento que permitiu a Arthur

49 SOROMENHO, Artur Ernesto. Relatório do Distrito da Lunda referente ao período econômico 1931-32 e meses subsequentes a 1933. República Portuguesa, Colônia de Angola, Distrito da Lunda, p. 2. Acervo FS.

Ernesto expor certos problemas que a própria autocensura da sua condição não deixara, anteriormente, vir à tona. Visto que ele já sabia do seu afastamento, este experiente administrador, de maneira cautelosa, nos coloca a par dos reais problemas da administração portuguesa na Lunda, realidade que possivelmente não seria diferente em outras regiões distantes do litoral.

Começemos pela epígrafe que Artur Ernesto Soromenho utiliza para iniciar o seu extenso relatório de governador do distrito da Lunda. Por mais piegas que possa parecer ao leitor mais crítico, são estes pequenos elementos presentes no corpo de um texto que auxiliam o pesquisador a dar um sentido geral para o mesmo. Vejamos esta epígrafe:

A VERDADE NÃO É APENAS UMA IDEIA QUE SE TORNA NECESSÁRIO
CONHECER; É TAMBÉM UM AR QUE É NECESSÁRIO RESPIRAR (Vinet).⁵⁰

A que verdade Artur Soromenho deseja fazer referência? Pois é esta a ideia principal presente na epígrafe colocada por ele e que não está gratuitamente colocada como um adorno de um relatório de governo. Com relação a esse documento, é preciso ressaltar que só tivemos acesso a ele pelo fato de Artur Ernesto ter o cuidado de manter consigo cópias dos mesmos, e que após sua morte em 1944 foram para as mãos de Castro Soromenho. Atualmente eles fazem parte do acervo de livros e documentos que se encontram em poder de um dos filhos de Soromenho. Em nossa pesquisa no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal em outubro de 2012 não havíamos encontrado vestígios destes relatórios, deste modo podemos deduzir o caráter confidencial que possuíam tais documentos.

Dificuldades orçamentárias para o aumento dos efetivos militares e civis nas divisões administrativas da Lunda é uma das principais reclamações de Artur Ernesto. Soma-se a esta o fato de alguns funcionários, que estavam lotados nas proximidades da Diamang, dependerem do auxílio dos médicos da companhia. Para a grande maioria dos outros que não tinham a mesma sorte, padeciam em caso de enfermidades. A única circunscrição administrativa que possuía médico era a de Saurimo, sede do governo da Lunda.⁵¹

O imposto indígena em muitas das circunscrições era a única fonte para a manutenção da estrutura administrativa da presença do Estado português. Além disso, havia a fuga da população da Lunda para o território sob o domínio dos belgas, com isso a arrecadação dos impostos diminuía. De acordo com Gerald Bender, ainda em 1942 o sistema de trabalho por

⁵⁰ Idem, p. 2. As maiúsculas são do original.

⁵¹ Ibidem, p. 18.

contrato a que eram submetidas as populações de Angola lhes rendia menos de 50 escudos por mês. E de acordo com cálculos da ONU de 1954, o número de angolanos que viviam fora do território chegava a 500.000 indivíduos.⁵²

Essas questões estão ligadas às profundas modificações políticas ocorridas em Portugal a partir da década de 1930, advindas como é sabido, pelo golpe de Estado de 28 de maio de 1926, que instaura o Estado Novo Português. Esta revisão dramática da política portuguesa acaba por afetar também as políticas coloniais, que a partir do Ato Colonial de 1930 são ligadas constitucionalmente à Metrópole.⁵³

Um homem em específico define esta nova política colonial, o novo Presidente do Conselho de Ministros que assume em 1933, Antonio de Oliveira Salazar. Para Henriques, Salazar deve ser definido como um especialista em equilíbrios financeiros e não como um economista. Salazar, auxiliado pela crise de 1929 e pela desvalorização da libra esterlina, adotou uma política nacionalista de rigor financeiro e “amputou toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento das colónias, que permaneceram descapitalizadas até o fim da Segunda Guerra Mundial”.⁵⁴

Salazar forçou as colónias a serem autossuficientes economicamente vedando-lhes a possibilidade de contrair empréstimos e de receberem investimentos estrangeiros, o resultado desta asfixia estão bem expressas neste relatório para o período de 1933-36, que ora nos referimos.

A falta de estrutura administrativa reclamada pelo Governador Artur Ernesto Soromenho pode ser notada pela confecção do próprio relatório, para o qual ele teve de pagar do próprio bolso um datilógrafo, dado a ausência de um na sua sede administrativa.

Falta de profissionais conhecedores da geografia e topografia da região, como também de especialistas nas línguas africanas era outra demanda. As dificuldades que Portugal enfrentava no desenvolvimento das suas colónias africanas ficam mais explícitas ainda, ao sabermos que o principal rendimento da colônia de Angola, segundo o relatório de um governador de província, era a cobrança do imposto indígena. Ou seja, a principal renda da fazenda portuguesa em Angola não vem da produção agrícola, nem do comércio de importação/exportação, tampouco de algum tipo de indústria primária. Tratava-se de um sistema pouco sofisticado de exploração da população africana, que se via em extrema

52 BENDER, Gerald. Angola sob o domínio português: mito e realidade. Trad. Artur Morão. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980, p. 206.

53 HENRIQUES, Isabel de Castro. Op. cit., p. 70.

54 Idem, p. 71.

dificuldade para cumprir com estas obrigações fiscais e por isso a fuga para dentro do território belga era um recurso muito comum às populações da Lunda. Artur Ernesto aproveita o ensejo neste relatório para cobrar do Governo Geral de Angola melhorias nas condições de trabalho dos funcionários civis, especialmente no que toca aos salários, que comparados aos funcionários militares, estes últimos são bem melhor remunerados. Artur Soromenho chega inclusive a descrever parte destas dificuldades enfrentadas por um chefe de posto civil, assim,

Um chefe de posto [civil] tem, necessária e obrigatoriamente, de percorrer, todos os anos, centenas de quilómetros – sobretudo o chefe de posto civil, que tem assegurado o trânsito pelo estado de pacificação atingido – apanhando torrenciais chuvas, ardentes soes, subindo ao visio das montanhas para logo descer à profundidade dos vales, num caminhar constante, lutando com a acção deletéria do clima, com a falta de conforto, alimentando-mal, péssimamente, vivendo em condições de manifesta inferioridade [...]⁵⁵

As observações de Artur Ernesto Soromenho podem soar, à primeira vista, um pouco exageradas. Todavia, como temos o contraponto desta experiência cotidiana dos funcionários portugueses na Lunda por meio das páginas dos romances de Castro Soromenho, podemos afirmar que Artur Ernesto até poupou palavras na descrição das dificuldades enfrentadas por estes funcionários. Castro Soromenho não apenas descreveu o viver destes funcionários como também de outros atores desta triste experiência do colonialismo, como o colono empobrecido e especialmente o negro africano, sujeito a toda ordem de violências verbais, sociais e físicas. Quanto a este último, vale ressaltar que Castro Soromenho não o descreveu numa postura crítica, mas com as lentes de um homem branco descrente com o colonialismo e igualmente descrente com o futuro da cultura tradicional africana. Mas isso é assunto para algumas páginas adiante. Voltemo-nos para o texto de Artur Ernesto.

Acerca destas dificuldades dos chefes de posto, como também de outros funcionários como os recenseadores e cobradores de impostos – funções exercidas por Castro Soromenho em sua juventude – Artur Ernesto é bem enfático: “a situação atingiu uma acuidade a que o Governo não pode mais alhear-se, quanto mais não seja como medida financeira”.⁵⁶ Longe do nosso propósito realizar a defesa por uma melhoria das condições salariais e estruturais do funcionalismo da Administração Colonial Portuguesa. Intentamos apenas compartilhar com o leitor a distância existente entre a propaganda colonial em território metropolitano e a realidade enfrentada por alguém diretamente ligado às políticas coloniais como era o caso de Artur Ernesto Soromenho. As medidas financeiras citadas por ele referem-se ao corte das

⁵⁵ SOROMENHO, Artur Ernesto. Op. cit., p. 56.

⁵⁶ Idem.

gratificações dos cobradores de impostos, como também ao corte na própria verba orçamentária para a administração do distrito, neste caso a Lunda. Com a diminuição das verbas é necessário dispensar funcionários, cancelar obras nas estradas, não consertar as pontes após o período de chuvas, etc. Trata-se, como bem frisou o próprio texto de Artur Ernesto, de uma anemia e de um abatimento moral esmagador que perpassa a todos os funcionários.

Face às difíceis condições de trabalho, ao depauperamento salarial, às más instalações dos postos, soma-se a má alimentação a que muitos funcionários estavam sujeitos e, conseqüentemente, o adoecimento e a necessária transferência para Luanda, de onde não mais voltavam para o interior. Como se vê, a presença portuguesa na Lunda era seguida de perto pela anemia e pela tuberculose, companheiras inseparáveis da empreitada colonialista portuguesa.

Aos funcionários da administração colonial portuguesa era dado o direito de solicitarem a gratuidade da passagem de Angola para Portugal. O único impedimento para requisitá-la era o fato de estar vivo, pois somente aos mortos era reservado este benefício. As dificuldades financeiras eram tamanhas dentro da Administração colonial portuguesa em África, que Artur Ernesto chegar a narrar o caso de um cobrador de impostos que se encontrava em serviço no posto de Chiumbe e por questões de saúde pediu transferência para Saurimo, única colocação da Lunda com serviços médicos. Este funcionário, um certo José Maria Marques, ficou cinco meses sem vencimentos! Pois este foi o tempo que durou o processo de transferência do enfermo funcionário. Em função da extrema necessidade de gerar economias ao erário da administração colonial, quando um funcionário pedia transferência ele era exonerado para ser outra vez nomeado no novo posto de trabalho. Como tudo era centralizado em Luanda e o governador do distrito da Lunda dependia de intermináveis trocas de telegramas com o governador geral para tomar certas decisões, ao fim do processo José Maria Marques se encontrava “na mais extrema miséria”, palavras do próprio Artur Ernesto.⁵⁷

Também de acordo com o mesmo relatório, a população africana – paralelo ao regime de trabalho compulsório e à cobrança de impostos – se via em grandes dificuldades com os surtos de gripe e varíola. Doenças e mortes da população local eram um problema para ele como governador de distrito, pois esta era a força de trabalho na abertura de estradas, consertos de pontes, serviços domésticos, trabalho nas minas, nas lavouras de algodão, etc. Deste modo, Artur Soromenho cobrava empenho das autoridades portuguesas em Luanda quanto a falta de recursos médicos e de vacinas preventivas para que o excesso de mortes fosse evitado.

⁵⁷ Ibidem, p. 105-15.

Em conclusão, a administração dos interiores africanos como é o caso da Lunda, obedecia a critérios mais burocráticos do que a qualquer outro tipo de projeto. Os governadores recebiam por meio do chamado correio indígena ou do telégrafo – quando esse existia na localidade – as ordens superiores do Governo Geral da colônia que vinham por meio de portarias ministeriais. Pela falta de estrutura, de assistência médica, verbas, recursos humanos e muitas outras dificuldades, o projeto de colonização português em África era, em boa medida, um projeto que possuía como força matriz básica a boa vontade dos funcionários da Administração ao tentá-lo colocar em prática.

Pode-se dizer que toda a estrutura administrativa do colonialismo português em África, com seus governadores de distrito, administradores de circunscrição, administradores de postos civis e militares, secretários, alferes e aspirantes, se assemelham ao elenco de algum teatro do absurdo, cujas personagens representam papéis mecanicamente ou sem sentido e suas falas e cotidiano são completamente *nonsense*.

É possível perceber neste último relatório produzido por Arthur Ernesto em 1932, na condição de governador da Lunda, desânimo frente às adversidades que a administração colonial enfrentava: falta de veículos para transporte, baixo número de funcionários ante à grande quantidade atribuições, soldos reduzidos, poucos postos de saúde destinados a atender os funcionários que faziam o trabalho de recensear as populações nativas e cobrar os impostos. Este trabalho segundo o governador Arthur Ernesto era bastante fatigante, dado às enormes distâncias a serem cobertas, à dificuldade de conseguir alimentação e pouso adequados. Neste relatório, Arthur Ernesto joga a última pá de cal no sonho de África portuguesa, pois clama por investimentos do governo metropolitano. Com toda a certeza, este experiente funcionário sabia que tal pedido era impossível de ser atendido. Arthur Ernesto foi expurgado da administração colonial em 1933; ele pecou pelo excesso ao descrever a real situação da administração colonial portuguesa na Lunda da década de 1930.⁵⁸

No final década seguinte, outra conhecida figura da política colonial portuguesa, Henrique Galvão, pagou com o cerceamento da sua liberdade pela sua clarividência. Galvão nos anos de 1940 era inspetor superior da administração colonial em Angola e Moçambique e, aconselhado por Marcelo Caetano que na ocasião era ministro das Colônias de Salazar, preparou o famoso “Relatório sobre problemas indígenas nas colônias portuguesas”. Em 1947

58 C.f.: SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. Disponível em [<http://sobrecs.wordpress.com/acervo-castro-soromenho/artur-ernesto-de-castro-soromenho/>]. Acessado em 01 de agosto de 2011. Este site foi elaborado pelo filho do escritor que mora no Brasil e atua como Professor na Faculdade de Economia da USP.

Galvão entregou esse relatório numa sessão privada da Assembleia Nacional e teve como consequência sua prisão em 1952.⁵⁹

Após esta longa, porém necessária, contextualização do colonialismo português desde os fins do século XIX, para que pudéssemos nos situar sobre a ocupação da Lunda, iremos a partir deste momento analisar com mais profundidade a vida e a obra do autor objeto de estudo deste trabalho.

Parte 2 – Trajetória biográfica de Castro Soromenho: formação e redes intelectuais

FERNANDO MONTEIRO DE CASTRO SOROMENHO NASCEU em 31 de janeiro de 1910 na vila do Chinde, na então província da Zambézia, Colônia de Moçambique. Sua mãe, Stella do Sacramento Monteiro, nasceu no Porto em 1884 e faleceu em Lisboa no ano de 1964, casou-se em 1906, em Quelimane – Zambézia – com Artur Ernesto de Castro Soromenho, nascido também no Porto em 1878 e falecido em Lisboa no ano de 1944. A mãe de Castro Soromenho era filha do juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Portugal, o Sr. Manuel Perez do Sacramento Monteiro, nascido em 04 de Janeiro de 1872, São Filipe, ilha do Fogo.

Segundo informações prestadas por Jorge Soromenho – filho de Castro Soromenho – seu avô, Artur Ernesto de Castro Soromenho, frequentou o Colégio Militar na década de 1890. Por volta de 1897-98, embarca para Moçambique, onde conhece o conde de Streecky, um influente empresário estrangeiro com interesses na região da Zambézia, em cujas empresas trabalhou como executivo. Foi nesse período que ele se casou com Stella Monteiro.⁶⁰

Em 1908, após uma breve permanência em Luanda, Artur Soromenho retorna a Moçambique onde desempenha o cargo de Secretário da Intendência na vila do Chinde, agora já como membro da administração colonial portuguesa. Em 1911, regressa a Angola sendo nomeado administrador da Circunscrição Civil de Campangombe. De 1912 a 1921, exerce a função de administrador do Huambo. Entre os anos de 1921 a 1933, assume o cargo de governador dos Distritos de Congo, Huila, Bié, Mochico e da Lunda.⁶¹

Em 1933, com a institucionalização do Estado Novo português Artur Soromenho é enviado de licença a Portugal. Posteriormente, é reformado num posto inferior ao de sua posição

⁵⁹ BENDER, Gerald. Op. cit., p. 207.

⁶⁰ SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. Op. cit.

⁶¹ Idem.

na hierarquia da administração colonial, fato que segundo Carlos Alberto Noronha Feio (1936) – neto de Artur Ernesto – lhe deixou magoado e numa situação financeira difícil.⁶²

O Sr. Carlos Noronha confidenciou-nos que conviveu em criança com os avós em Lisboa, num período um pouco posterior ao desligamento do avô da Administração colonial. Fato que obrigou o Sr. Arthur Ernesto retornar a Lisboa juntamente a esposa e alguns filhos solteiros. Essa família que outrora gozava de notória posição social, enfrentou em Lisboa uma situação financeira difícil. O avô do Sr. Carlos Noronha Feio, que outrora ocupara importantes cargos na administração colonial portuguesa, como o de Governador de Província, foi aposentado como administrador. Segundo nosso entrevistado, seu avô Artur Ernesto Soromenho sentia-se muito injustiçado por esse ocorrido e tentou acionar judicialmente o governo português na tentativa de reverter tal situação. Nunca obteve resposta. Sentia-se injustiçado, sobretudo, após longos anos dedicados à construção de uma Angola portuguesa.⁶³

O expurgo de homens como Arthur Ernesto Soromenho não pode ser interpretado apenas por uma questão política, ou melhor, que seria fruto de diferentes posicionamentos políticos. Arthur Ernesto pertencia a uma geração que compartilhou o sonho da colonização de Angola e Moçambique, e acreditou que seria possível a Portugal reverter sua inglória situação econômica e geopolítica que se arrastava século XX adentro desde o último quartel do século XIX.

Castro Soromenho ou simplesmente Fernando, ou “tio Fernando”, como era tratado dentro do ambiente familiar, era o terceiro filho de uma família de sete irmãos. Asmático desde os dois de idade, Soromenho era um sujeito bastante reservado que falava pouco de si e do seu passado, fato que dificultou inclusive este trabalho biográfico. A doença era uma de suas marcas, pois em sua correspondência pessoal há sempre referências às crises respiratórias que o acompanharam até a morte.

Ainda acerca da representação da qual gozava Castro Soromenho dentro do ambiente familiar, filtrada obviamente pelas memórias do seu sobrinho Carlos Alberto, podemos dizer que Soromenho era considerado uma figura boêmia durante a juventude. Pelo que pude notar nesta entrevista, esta observação advém das memórias que sua avó, sua mãe e tias compartilharam com ele ao longo de sua infância e juventude. E foram tais imagens fixadas em sua mente que ele compartilhou comigo; um Tio Fernando que era brincalhão e zombava das agruras da vida, inclusive das suas próprias. Observei por suas memórias, a imagem de um

62 FEIO, Carlos Alberto Noronha. Entrevista cedida na cidade de Porto Alegre entre os dias 20 e 21 de setembro de 2012. A transcrição desta entrevista foi autorizada em cartório pelo entrevistado.

63 Idem.

jovem boêmio que volta para Portugal e não possui uma ocupação fixa, fato que irrita muito seu pai, o Sr. Arthur Ernesto.

Castro Soromenho era o tio que em certa feita, quando ele era apenas uma criança, o colocou sobre uma grande cômoda na casa dos avós para que ficasse quieto e o deixasse escrever. Achei interessante esta observação, pois quem a mencionou foi a esposa do Sr. Carlos, a D. Glades; os caminhos e descaminhos das memórias pessoais são tortuosos e merecem ser evidenciados sempre que possível.

Quando Castro Soromenho saiu de Luanda e voltou para Portugal foi morar na casa dos pais, algo que parece não ter dado muito certo. Segundo o Sr. Carlos, o avô Ernesto era um homem muito rígido e em determinado momento na década de 30 ele rompeu relações com seu filho Fernando. Nesta entrevista, o Sr. Carlos não tem bem certeza se o rompimento ocorreu ainda em Angola ou em Portugal. “O Tio Fernando” ao chegar a Lisboa não possuía emprego fixo, nem mesmo horários rígidos ao retornar para casa, algo que muito irritava o pai e por isso, mesmo antes do seu casamento, Castro Soromenho saiu da casa paterna e passou a viver sozinho.⁶⁴ Creio que esta imagem de um tio boêmio e brincalhão foi também filtrada pela identidade pública do pai do Sr. Carlos Noronha Feio. O pai de nosso entrevistado fora casado Manoela Soromenho – irmã de Castro Soromenho – e era funcionário de carreira da Diamang, e trabalhou em prol do colonialismo português até a independência de Angola.

2.1 – Esboço de uma formação escolar

Os motivos que nos levaram a chamar o título deste subitem “Esboço de uma formação escolar”, é dado às várias lacunas que deixamos em aberto. Como afirmamos logo acima, Castro Soromenho era um homem bastante reservado e, por tais razões, muitas questões do seu passado eram desconhecidas por pessoas muito próximas a ele, como esposa e filhos. Nesse sentido, tentaremos aqui esboçar o trajeto da formação escolar de Castro Soromenho, tarefa que iniciamos a partir das informações prestadas pelo próprio filho de Castro Soromenho em seu site pessoal, e que ao longo da pesquisa foram complementadas por meio de entrevistas e pesquisas no liceu que Soromenho frequentou em Lisboa.

Aos seis anos de idade, em 1916, Castro Soromenho juntamente com o irmão Nuno, é levado a Lisboa para iniciar sua escolarização. Segundo informações prestadas pela família de Castro Soromenho ele teria estudado entre seis e quinze anos no Externato Rainha Santa Isabel,

⁶⁴ Ibidem.

de Sardoal. A par de tais informações e nos valendo das facilidades de comunicação atuais decidimos então tentar travar contato a administração do referido externato. Obtivemos algumas respostas, dentre elas uma enviada pelo Sr. Fernando Andrade, herdeiro dos fundadores do referido externato, na qual menciona que essa instituição iniciou suas atividades em 1949. Além das datas informadas não coincidirem com a existência do próprio externato mencionado, pois Castro Soromenho foi para Lisboa enviado pelo pai em 1916, o colégio possuía somente o chamado ciclo Liceal, não tendo ensino primário.⁶⁵

Nesta mesma correspondência o Sr. Fernando Andrade aventou a hipótese de que talvez o colégio onde Castro Soromenho tenha frequentado o ensino primário tenha sido o Colégio Calipolense de Lisboa, que era um colégio interno cujo proprietário era um certo Dr. Fernandes Agudo. Ainda segundo o nosso interlocutor, o Dr. Agudo possuía residência na Vila do Sardoal e nas férias de verão alguns alunos ficavam em sua casa.

Justifiquemos o porquê de nossas preocupações em definir corretamente o local Castro Soromenho recebeu sua educação primária. Primeiramente, podemos afirmar que se trata de uma inquietação do historiador ao tentar reconstituir a mentalidade histórica de uma época. Mapear os locais frequentados por nosso autor, as pessoas e grupos aos quais ele estava ligado são elementos extremamente importantes para captar esta mentalidade. Dizer que Castro Soromenho cresceu num ambiente de pensamento colonialista e que sua geração considerava como uma missão do europeu levar a dita “civilização” à África é um truísmo. Dito de outro modo, a pesquisa histórica pretende não só captar esta mentalidade histórica, mas evidenciar como este processo ocorreu ao longo de um determinado período, a partir de certas perguntas que fazemos ao nosso objeto de estudo.

É válido afirmar que em consequência da própria pesquisa novas indagações surgem. Assim, podemos nos perguntar: terá sido a sua formação da infância a adolescência importante na escolha da temática literária que orientará seus primeiros passos da escrita? Ou diversamente a esta possibilidade, tal formação aparecerá sub-repticiamente nas suas obras em função das próprias condições do colonialismo?

Sobre o Colégio Calipolense, podemos dizer apenas que a hipótese do nosso interlocutor virtual estava correta. Ao consultamos o regulamento para admissão de alunos para o ano letivo 1922-23 da referida instituição, datado de 15 de agosto de 1922, entre os nomes dos alunos

65 Para maiores detalhes Cf: SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. “Biografia de Castro Soromenho”. Disponível em: [http://sobrecs.wordpress.com] Acessado em 10 de outubro de 2011. O e-mail do Sr. Fernando Andrade foi obtido graças à gentileza da Sra. Cláudia Costa, funcionária da Câmara Municipal de Sardoal, um dentre os vários funcionários dos órgãos públicos de Sardoal para os quais solicitamos informações, via e-mail, do referido Externato. As informações prestadas pelo Sr. Fernando Andrade foram por nos recebidas no dia 30 de Setembro de 2011.

admitidos à 1ª classe do Liceu, cujas aulas iniciaram em 01 de outubro de 1922, figura o nome Fernando Monteiro de Castro Soromenho que na ocasião contava com doze anos de idade. É impossível afirmar, mas acreditamos que tenha sido neste colégio interno que Fernando Soromenho tenha iniciado suas atividades escolares em 1916 e lá permanecido até 1923, dado que que no ano letivo 1923-24 terminou o 2º ano no Liceu Central de Pedro Nunes, em Lisboa.

O Colégio Calipolense situava-se em Lisboa à Rua Eduardo Coelho, Nº 66, e fora fundado em 1887, o diretor e proprietário deste Colégio era Anacleto Fernandes Agudo, diplomado pela Faculdade de Letras de Lisboa. No prospecto do Colégio para o ano letivo supracitado, com toda certeza direcionado aos pais dos alunos, nota-se uma preocupação corrente da segunda década do século XX, o qual era demonstrar que o colégio estava afinado com os preceitos higiênicos que se exige de uma sociedade moderna. Com relação à educação das crianças, estes preceitos incluíam alimentação adequada, iluminação solar, ventilação das salas, estímulo à práticas desportivas e mobiliário “moderno”. Interessante é sublinhar aqui os preceitos que regem o lema deste colégio, citemos na íntegra o trecho:

O seu lema é **instruir, fortalecer e educar**. **Instruir**, porque na instrução é que está a verdadeira base da ciência e do progresso; **fortalecer**, porque é pelo desenvolvimento físico que havemos de conseguir a regeneração da raça; finalmente educar, porque é na educação que assentam todas as relações e convívio da vida social moderna.⁶⁶

O colégio era destinado aos filhos da elite portuguesa, como é citado no seu regulamento: “um dos mais cotados e preferidos do seu meio, em especial por conta das famílias de elite que o procuram”.⁶⁷ Não eram apenas os preceitos higiênicos e o zelo pelo convívio social entre iguais, dentre os membros das elites portuguesas, que cuidava o colégio. A preocupação com a disciplina fazia parte atribuições do colégio também, pois lista no seu regulamento uma série de artigos que normatizam as regras das aulas. Neste mesmo regulamento chama-nos a atenção o seu artigo 17º que “proíbe absolutamente a leitura de romances ou de quaisquer outras obras estranhas ao ensino”.⁶⁸

Uma das maiores preocupações deste colégio era com a prática da educação física, como fator de extrema importância para a “regeneração da nossa raça”, e de modo a “tornar o rapaz varonil, masculinizando-o e colocando-o em condições vantajosas dentro do meio social

66 *Colégio Calipolense*. Fundado em 1887: colégio para alunos internos, semi-internos e externos / Director e Proprietário Fernandes Agudo. 3ª. edição. Lisboa: 1922, p.8. Grifos do original. Acervo BNP.

67 *Idem*, p. 12. Acervo BNP.

68 *Ibidem*, p. 16. Acervo BNP.

moderno”.⁶⁹ Pois as faculdades intelectuais não se desenvolvem bem tolhidas pelos achaques de um organismo atrofiado, finaliza sobre este item, o regulamento.

Trata-se como podemos perceber de um colégio típico para os padrões das elites europeias do começo do século XX, que incluía também os objetivos de inculcar nos alunos o amor pátrio, e tudo o mais que pudesse contribuir para o engrandecimento da história nacional.

Além de regulamentar o comportamento em sala de aula, este colégio controlava o comportamento em outros ambientes como a sala de jantar e os dormitórios destinados exclusivamente aos alunos internos.

Outra atividade do Colégio Calipolense eram os passeios de estudo, segundo seu regulamento “a observação direta é o meio mais eficaz de tornar o ensino mais proveitoso e consciente. Sem observação não há ensino prático. É preciso que a criança veja, que por assim dizer, palpe com os olhos a realidade das coisas para não fazer uma noção errada das doutrinas e teorias”.⁷⁰ Ou seja, não terá resultados satisfatórios o fato do professor ensinar sobre a arquitetura que caracteriza as diversas épocas da história, se ao aluno não for dada a oportunidade de visualizar os monumentos. Citamos aqui o exemplo que consta neste regulamento do Colégio. Em suma, essas atividades tinham como objetivo proporcionar aos alunos que verifiquem na prática aquilo que fora aprendido teoricamente, “é tudo que lhe [ao aluno] dê o verdadeiro conhecimento das coisas que, em teoria, lhe explicaram nas aulas [...]”⁷¹

Não podemos, a par disso, inferir que este método de estudo teve uma crucial importância na formação de Castro Soromenho. Todavia, muito de sua experiência na Lunda fora marcada por esse método de conhecimento, no qual o conhecimento teórico e conceitual antecede à empiria. Esta última é utilizada apenas com o fito de comprovar praticamente aquilo que já se tinha previamente elaborado.

No Colégio Calipolense, as quintas-feiras eram utilizadas para o passeio de estudos, onde os alunos visitavam um museu, o arquivo nacional, um monumento, uma biblioteca pública, entre outras.

A instrução daquilo que hoje no Brasil comumente definimos como ensino básico, neste começo de século em Portugal era subdividida entre a instrução primária – dividido em quatro anos – e curso geral dos liceus, que ia da 1ª classe até à 7ª classe dos liceus.

Em agosto de 1922, data em que é publicado este regulamento, Fernando Monteiro de Castro Soromenho que ora contava com doze anos de idade fora admitido à 1ª classe do Liceu,

⁶⁹ Ibidem, p. 19. Acervo BNP.

⁷⁰ Ibidem, p. 32. Acervo BNP.

⁷¹ Ibidem, p. 33. Acervo BNP.

cujas aulas iniciaram em 01 de outubro de 1922. Se considerarmos o fato de que Soromenho iniciou seus estudos no ano de 1916 com a idade de seis anos, neste mês de agosto de 1922, a contar pelas quatro de séries do ensino primário, nota-se que ele deveria iniciar a 3ª classe do Liceu. Como nos regulamentos do colégio para o ano de 1916-17⁷² não figuram os nomes dos alunos admitidos para o ano letivo seguinte, não temos condições de afirmar se Castro Soromenho realmente iniciou seus estudos em 1916 ou se nesse ínterim ele perdeu dois anos do ensino primário e necessitou repeti-los.

Especulamos que neste período da vida de Castro Soromenho, ele tenha ficado aos cuidados de sua tia materna que residia em Lisboa, Palmira do Sacramento Monteiro, pois os pais permaneceram em Angola em função das atribuições administrativas de Artur Ernesto Soromenho.

Castro Soromenho concluiu o 1º ano liceal no Colégio Calipolense, e em 9 de agosto de 1924 prestou exames para admissão ao 2º ano no Liceu Central de Pedro Nunes em Lisboa. O aluno Fernando Monteiro de Castro Soromenho, que na ocasião contava com 13 anos de idade, não foi aprovado no exame do dia 9 de agosto e repetiu o mesmo exame em 08 de outubro de 1924 e, por fim, foi aprovado. Nos registros da escola não encontramos outras informações a respeito do estudante na condição de aluno do 2º ano liceal.⁷³ A julgar pelas escassas informações biográficas que possuímos tudo leva a crer que Soromenho concluiu o 2º ano do liceu no Pedro Nunes de Lisboa, pois em maio de 1927 – ano letivo 1926-27 – ele concluiu em território angolano o 3º ano liceu na Escola Artur de Paiva, em Sá da Bandeira, Huíla.

E mais importante do que seu percurso como estudante nos estágios iniciais de sua formação, é aprofundar sua trajetória profissional que começa em Angola no final da década de 1920. Mais particularmente, em maio de 1928, quando é contratado como angariador de pessoal na Lunda pela Diamang, Companhia dos Diamantes de Angola, e quase um ano depois, seu contrato é revogado. A função de angariador de pessoal era uma tarefa um tanto quanto inglória, pois consistia em arrastar para as minas da Diamang o maior número de jovens trabalhadores retirados ou arregimentados das aldeias africanas. Dado que o trabalho nas minas era extremamente pesado, quase uma máquina de moer seres humanos, tanto pela enorme quantidade de trabalhadores necessários, quanto pelo extenuante trabalho, as aldeias tiveram a

⁷² *Colégio Calipolense*. Admissão de alunos, regulamento, anuidades : ano lectivo de 1916-1917. Lisboa : C.C., 1917. Acervo BNP

⁷³ Liceu Central de Pedro Nunes. Livro de Registos para o ano de 1923-24, Nº 59, p. 184. Acervo da Escola Secundária Pedro Nunes de Lisboa.

população masculina jovem diminuída. Nos romances de Castro Soromenho produzidos a partir de 1949, *Terra Morta*, *Viragem* e *A chaga*, são constantes estas referências.

Já em fevereiro de 1929, Castro Soromenho é nomeado oficialmente como aspirante-interino do quadro administrativo colonial e colocado no Moxico, onde estava o pai como governador. E no relatório *Distrito da Lunda*, produzido por este último, referente ao período de 1931 a maio de 1933, Castro Soromenho consta na relação do pessoal administrativo, colocado no distrito da Lunda, “Circunscrição de Saurimo”, como aspirante.

Depois da saída do pai da colônia de Angola, Castro Soromenho muda-se para Luanda e lá permanece entre 1933 a 1936, atuando como jornalista do *Diário de Luanda*, periódico ligado à Administração Colonial Portuguesa. Pouco sabemos sobre este momento da vida de Soromenho, e o que faremos daqui em diante será tentar reconstruir o campo intelectual do qual Soromenho fazia parte em Portugal.

2.2 – Redes de relações intelectuais

Quanto ao campo/universo intelectual no qual estava envolvido Castro Soromenho, já comentamos anteriormente que Henrique Dias de Carvalho estava entre as suas principais referências escritas. Todavia, não podemos deixar de mencionar um tipo de literatura produzida em Portugal entre as décadas de 1920 até meados da década de 1950 que envolveu uma quantidade razoável de escritores portugueses, nascidos ou não em Portugal. Comumente conhecida como literatura colonial, este tipo de produção ganhará corpo a partir do final do século XIX. Amparada no olhar etnocêntrico do homem europeu, o desconhecido continente africano por meio da literatura é conhecido.

De acordo como Antonio Henrique Marques, de 1890 a 1930 a propaganda colonial portuguesa ocorreu de maneira difusa e não oficial em diferentes instituições, como partidos políticos, agremiações científicas e até movimentos cívicos. No começo do século XX, a propaganda ainda não era um fenômeno bancado plenamente pelo Estado – à exceção de situações onde o nacionalismo se exarceba, como no Ultimato de 1890 – mas é perceptível desde o último quartel do século XIX. A Sociedade de Geografia de Lisboa, fundada em 1875, institucionalmente constitui um caso paradigmático de formas de propaganda organizada do colonialismo, podendo-se dizer que nesse período se assume mais como instituição militante, do que agremiação científica.⁷⁴

⁷⁴ MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. Op. cit. p. 62.

Com relação à propaganda, o Ultimato britânico de 1890 deve ser considerado como um momento em que se articulam os temas coloniais ao discurso ideológico nacionalista. Para além disso, esse evento acabou se transformando num referente histórico da propaganda colonial e da própria historiografia nacionalista portuguesa. E, como não poderíamos deixar de mencionar, o Ultimato foi utilizado também para “o suposto início de uma política colonial portuguesa para a África”.⁷⁵

No plano editorial, já no último terço do século XIX, além do *Boletim da Sociedade de Geografia*, já circulavam em Portugal uma meia dúzia de periódicos ligados à causa colonial; é digno de nota, que este periodismo ganha incremento principalmente após o Ultimato Inglês. Oliveira Marques elenca uma série destes jornais e seus respectivos períodos de circulação, a saber: *Jornal das Colónias* (1876-1892), *As Colónias Portuguezas* (1883-1891), *O Africano* (1884),⁷⁶ *La Revue du Portugal et de ses Colonies* (1885), *Africa Illustrada* (1892-93), *Portugal em Africa* (1894-1903), *Revista Colonial* (1894-1897), *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* (1897-1910), *Revista Colonial* (1913-1921), *A Voz de África* (1912-1930) e *Gazeta das Colónias* (1924-26).⁷⁷

De outra parte, a criação da Agência Geral das Colônias, em 1924, marca o início da propaganda colonial oficial em Portugal. As suas iniciativas editoriais e culturais e particularmente o *Boletim da Agência Geral das Colônias* – criado em 1925 – e o seu Concurso de Literatura Colonial – instituído no ano seguinte – reforçaram consideravelmente o discurso colonial português.⁷⁸ Este concurso instituído e regulamentado por meio de várias portarias expedidas pelo Governo Republicano Português, conseguiu angariar diversos patrocínios oriundos de instituições como o Banco Ultramarino, Companhia do Petróleo de Angola, a Companhia de Diamantes de Angola, o Banco da Beira, dentre outras. À mercê dos patrocínios conseguidos foi possível criar dois prêmios de primeiro e segundo lugares. Sendo que o primeiro era da ordem de 5000\$000 (cinco mil escudos) e o segundo de 2500\$000 (dois mil e quinhentos escudos). A referência aos valores é motivada pelo fato de que Castro Soromenho arrebatou três prêmios do referido concurso. Em 1939, ficou em 2º lugar com seu livro *Nhári: o drama da gente negra*, curiosamente neste ano o 1º lugar não fora premiado; em 1942 leva o

75 Idem, p. 64. Ver também: ALEXANDRE, V. Op. cit., 1979.

76 Este jornal possuiu apenas dois Números, o 1º em Dez. de 1884 e o 2º em 1885. C.f.: MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. Op. cit. p. 70.

77 MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. Op. cit., p. 70.

78 Acerca do Boletim da Agência Geral das Colônias, seu nome passou por algumas mudanças ao longo da sua existência. A partir de 1932 ele foi chamado de Boletim Geral das Colônias e entre 1957 a 1974 passou a se chamar Boletim Geral do Ultramar. Atualmente o acervo destes boletins encontra-se completamente no site do projeto “Memória da África” pertencente à Universidade de Évora, Cf: <http://memoria-africa.ua.pt/collections/BGCBGU/tabid/176/language/pt-PT/Default.aspx>

1º prêmio com a obra *Homens sem caminho*; e em 1943, novamente fica com 2º lugar com *Rajada*, mais uma vez o 1º prêmio não fora atribuído. Já relativo ao ambiente intelectual de Angola, é importante dizer que Gastão de Souza Dias – professor liceal de Soromenho na Huíla – ganhará vários prêmios no referido concurso de literatura, dando indícios da mentalidade e do pensamento históricos da Angola que Soromenho fez parte. Aliás, Souza Dias na condição de historiador foi quem angariou a primeira colocação do concurso em 1926, dada a pequena participação de romancistas nesta primeira edição.

A não atribuição do prêmio aos primeiros colocados nos concursos de 1939 e 1943 se deve possivelmente à interpretação do artigo 3º do regulamento do concurso de literatura colonial feita pelo júri do concurso. De acordo com este artigo, as obras concorrentes entre si eram classificadas em textos de mérito absoluto e de mérito relativo, somente as primeiras eram passíveis de serem premiadas. É de se considerar, como nos alerta Alberto Pinto, que os critérios de classificação das obras concorrentes estavam muito distantes do mérito pela qualidade literária ou pelos conhecimentos revelados pelo autor acerca da realidade colonial. As obras bem classificadas eram aquelas que cumpriam “os objetivos conjunturais da propaganda colonial segundo as perspectivas dos membros do júri”.⁷⁹

O primeiro Concurso de Literatura Colonial foi instituído pela portaria Nº 4565 de janeiro de 1926, cujo texto já traz a publicação do seu regulamento que vigorou em inteiro teor até 1932. No mês seguinte, por meio do *Boletim da Agência Geral das Colônias*, Ano 2, Nº 8, este regulamento foi republicado.⁸⁰

A despeito dos prêmios conseguidos, e em paralelo a sua produção literária, Soromenho garantiu sua sobrevivência material por meio do jornalismo, o qual iniciou-se em 1936 quando estabelece curta residência em Luanda. Ao retornar para Lisboa no ano seguinte, continua a escrever artigos jornalísticos de cunho histórico e etnográfico sobre Angola, até 1943. Após esse período Soromenho abandona a carreira de jornalista e passa a se dedicar exclusivamente à literatura. Vale lembrar que boa parte destes artigos jornalísticos foi publicada em periódicos ligados à propaganda colonial portuguesa. O universo intelectual no qual Soromenho tentará se lançar como romancista era completamente diverso a este, e deste paradoxo poderemos tirar muitas conclusões.

Em 1949 ele inicia sua carreira de editor. No Rio de Janeiro, como correspondente do *Diário Popular*, o escritor acerta com Arquimedes de Melo Neto, que dirigia a Casa do

79 PINTO, Alberto de Oliveira. *História e Literatura: Angola, os angolanos e sua cultura (1924-1939)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Departamento de História, Lisboa, 2010, p. 132.

80 Idem, p. 130.

Estudante do Brasil, a publicação da obra *Terra Morta* e a constituição de uma editora que viria a ser denominada Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileira. A editora é dissolvida pelos sócios pouco depois, e o escritor funda, em 1953, a Editorial Sul em Lisboa.⁸¹

A nova editora é formada em sociedade com seu cunhado, Raúl Mendonça, três anos depois a Editorial Sul é fechada pelas autoridades portuguesas sob a alegação de irregularidades administrativas. Na verdade Raúl Mendonça apenas cede seu nome para a abertura da editora, pois quem a gerenciava era o próprio Soromenho. Apesar do impedimento de funcionar em território português, a Editorial Sul continuou suas atividades na clandestinidade. Inclusive quando Soromenho segue para o seu exílio em 1960 na França, ele continua a atuar como editor.⁸² Desde o golpe de 28 de maio de 1926, jornais, revistas, livros, programas de rádio, cinema, teatro, passavam por censura prévia em Portugal. A partir do Estado Novo, a repressão sofisticou-se, e é criada a PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado), que dará origem à PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) em 1945.⁸³

A PIDE pode ser considerada como a espinha dorsal do regime autoritário português, pois ela coibia, perseguia e censurava todos aqueles que eram críticos ao regime.

Em algum momento no final da década de 1950, Soromenho compôs uma sociedade da Editorial Sul com certo Rogério Moura. Em 25 de abril de 1960, Soromenho envia de Paris uma extensa carta para sua esposa Mercedes com metódicas instruções de como ela proceder na organização dos seus livros que ficariam em Lisboa, a baixa do aluguel, dentre outros pedidos. É de se supor que Rogério Moura tenha neste momento alguma sociedade com Soromenho nos negócios editoriais, pois ele cita diversas vezes o nome de Moura, e encaminha a ele, por intermédio da esposa, uma série de solicitações diretamente ligadas à atividade editorial.⁸⁴

É de se cogitar que a Editorial Sul tenha ficado apenas com Rogério de Moura e se transformado na Editora Livros Horizonte de Lisboa, ainda hoje em atuação. No site desta

81 Entre as diversas obras lançadas pela Editorial Sul, destacam-se: O românico em Portugal, 1955, de Reynaldo dos Santos, História trágico-marítima, compilada por Bernardo Gomes de Brito, anotada, comentada e acompanhada de um estudo por António Sergio, 1955; a edição de luxo em três volumes de Guerra e paz, de Tolstói, 1956, traduzida por João Gaspar Simões e ilustrada por Júlio Pomar; Azazel: peça em 3 actos, 1956, de José-Augusto França; e O azulejo em Portugal, 1957, de Reynaldo dos Santos. Pela Editorial Sul sai, também, a segunda edição de A maravilhosa viagem em 1956, de Castro Soromenho.

82 SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. Op.cit.

83 THOMAZ, Omar Ribeiro. Op. cit., p. 88.

84 Processo Nº120 E/GT, Fundo PIDE/DGS, p. 4-7. Acervo ANTT.

editora consta que ela foi fundada em maio de 1953 por Rogério de Moura. Trata-se do mesmo ano de criação da Editorial Sul, todavia não há nenhuma referência a Castro Soromenho.⁸⁵

Volvendo novamente nossos olhares para a produção literária que teve a região angolana como tema, o historiador português Alberto Oliveira Pinto define a da seguinte maneira:

[...] são de literatura colonial, neste sentido subjetivo e restrito, as obras literárias cuja temática incida sobre Angola e os angolanos mas cujos autores, naturais ou não de Angola, se sentem portugueses e concebem Angola como espaço português e os angolanos como portugueses e seus súbditos.⁸⁶

Esta dita literatura colonial, interpretada como uma produção histórica que traz uma série de representações elaboradas pelo colonizador em relação ao colonizado é um caminho para mapearmos os significados que esta literatura teve para Portugal neste momento do colonialismo do século XX. Vale destacar que apesar de nos propormos analisar uma problemática relativa ao colonialismo, nossa perspectiva tem por mira, também, fazer uma crítica aos valores e representações elaboradas por essa literatura com relação ao homem africano.

A despeito da obra de Castro Soromenho ser encarada como uma crítica ao colonialismo e ao seu fracasso, sua pena de português deixou escapar muitas caracterizações depreciadores do homem africano, semelhantes às já realizadas por outros escritores europeus marcantes dessa vertente, a exemplo de Joseph Conrad em seu *Coração das trevas* (1902). Literatura na qual o homem africano aparece como aquele que está à espera da dita civilização – conceito tão propalado na virada do século XIX para o XX. Ou quando já inserido na cultura europeia, este homem africano é representado como apatetado, pois tenta falar um idioma que não é o seu e se vestir como os brancos; caracterização bem perceptível em romances como *Terra Morta* (1949), de Castro Soromenho. Neste último, as atitudes do africano que assimila a cultura do português, são retratadas como um arremedo, deixando clara a clivagem que se deseja estabelecer.

Ainda segundo Alberto Pinto, a literatura colonial é toda e qualquer produção literária que foi utilizada, independentemente da vontade de seus autores, como veículo da propaganda colonial. Assim, no caso português, essa produção colonial legitimou e contribuiu para a presença dos mesmos em Angola. Nos próprios regulamentos do concurso de literatura colonial – publicados em 1926 nas páginas do Boletim da Agência Geral das Colônias – este objetivo propagandístico está claramente explicitado. Segundo este mesmo regulamento o baixo

85 C.f.: Disponível em [<http://www.livroshorizonte.pt/editora.php>]. Acessado em 10 de janeiro de 2014. Em nosso estágio de pesquisa em Lisboa, realizado entre setembro a novembro de 2012, tentamos por meio do correio eletrônico e telefonema fazer contato com Cláudia Moura, filha de Rogério Moura e atual editora da Livros Horizonte. Não obtivemos resposta.

86 PINTO, Alberto de Oliveira. Op.cit., p. 127.

desenvolvimento deste gênero literário em Portugal se dá pela falta de estímulo e iniciativa, lacuna esta que o concurso almeja preencher.⁸⁷

No caso do Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias, há uma clara associação entre colonialismo e nacionalismo. A produção de uma “literatura do exotismo”, termo utilizado pelo escritor português Carlos Selvagem em uma conferência proferida na União Intelectual Portuguesa, em 18 de junho de 1925, teria por meta glosar os feitos das conquistas portuguesas e com isso estimular na “massa gregária da nação” o sentimento de posse pelas conquistas portuguesas.⁸⁸ Na perspectiva apontada por Carlos Selvagem, que é a mesma que leva à criação do Concurso de Literatura Colonial, o problema das possessões ultramarinas portuguesas não é apenas uma questão de poder, é um problema vital para o nacionalismo português.

Ainda de acordo com o texto de Carlos Selvagem, o florescimento da literatura exótica de outros países europeus como Inglaterra e França já ocorre desde o século XIX. E, segundo a interpretação deste escritor, bem sabem essas potências coloniais que o sucesso da emigração e fixação dos seus naturais em seus territórios ultramarinos depende e demonstra a contribuição desse tipo de literatura.⁸⁹

Assim, a instituição deste concurso colonial reflete, como temos destacado até aqui, o temor dos portugueses em perder suas possessões ultramarinas. Nesse sentido, a menção ao perigo estrangeiro é constante. Isto é mais uma pista que sustenta a ideia de que a literatura colonial portuguesa e, por consequência, a obra de Castro de Soromenho, refletem já de antemão o reconhecimento deste fracasso. A literatura colonial na verdade veio preencher um vazio e tentar sustentar um sonho que não tem condições efetivas de ser levado a termo.

Alberto de Oliveira Pinto, no pormenorizado estudo que realizou acerca do Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias, entre o período de 1926 até 1951, último ano da realização deste concurso sob este epíteto, divide esta literatura colonial em algumas categorias.

Um primeiro gênero é o “exotismo estético”, segundo ele pouco frequente e radicado ainda numa estética do século XIX, que o qual insiste em construir narrativas cujo eixo são viagens pelo interior africano, caçadas, campanhas militares, autobiografias de personagens africanas escritas pela pena de um europeu, entre outras temáticas que dão um tom pitoresco para este tipo de gênero.

87 Idem, p. 126 e 131.

88 Ibidem, p. 133.

89 Ibidem, p. 134.

A segunda categoria desta literatura colonial portuguesa, na forma proposta por Oliveira Pinto, é o “exotismo ideológico”, constituída por obras que cumprem a função de propaganda governamental. Ao que nos afirma este estudioso português, apesar de algumas obras trazerem como “inovação literária” a personagem do colono português, a maioria delas só foram veiculadas em função do Concurso de Literatura Colonial.⁹⁰

Embora tenhamos plena consciência que o objetivo do trabalho deste historiador português, é construir conceitos generalizantes por meio da análise das diversas obras e temáticas presentes neste concurso literário, que existiu por mais de duas décadas, não podemos concordar na totalidade com a ideia de que a publicação destas obras esteve diretamente ligada somente à existência do Concurso de Literatura Colonial.

Pois, visto desta perspectiva oblitera-se o desejo dos próprios sujeitos que participaram deste processo na condição de escritores, jornalistas e proprietários de veículos de propaganda. Nos capítulos seguintes deste nosso trabalho, especialmente aquele dedicado à análise dos trabalhos jornalísticos de Castro Soromenho, ver-se-á como a mentalidade portuguesa da década de 1930 estava carregada de um desejo de autoafirmação como nação colonialista. A preocupação com as nações concorrentes, ou melhor, com os países melhor aparelhados na manutenção do seu poderio financeiro e militar dentro de suas colônias africanas, era uma constante que se refletia inclusive nos editoriais de jornais.

Trata-se de um processo que se retroalimenta, pois seria ingenuidade da nossa parte acreditar que a existência de uma mentalidade colonial se deveu única e exclusivamente ao trabalho de incentivo à propaganda colonial do Estado Novo Português. Se esta propaganda foi plena, assim como um de seus braços que é a literatura colonial, era porque havia um lastro social que permitiu que ela se desenvolvesse. Não há semente, por melhor desenvolvimento genético que possua, que germine sem a existência de um solo fértil e acolhedor; não percamos isso de vista.

Ao longo da existência do concurso de literatura colonial, figuraram obras dentro deste gênero que Alberto Pinto chamou de “exotismo ideológico”, que trouxeram o colono como personagem principal, o qual teria por missão civilizar o negro. Henrique Galvão, Emílio Castelo Branco, Eduardo Correia de Matos são nomes de alguns dos principais escritores portugueses alinhados a essa perspectiva. Outros escritores, não necessariamente literatos, participaram da fase inicial do concurso, a exemplo do historiador e professor liceal, em Angola, Gastão de Sousa Dias, autor de *África Portentosa* (1926); na edição de 1927 do

90 Ibidem, p.138.

Concurso de Literatura Colonial fora premiado o romance de temática moçambicana, *Zambeziãna*, de Emilio San Bruno. Castro Soromenho, por sua vez, inseriu a figura do colono em seus romances apenas em 1945, com *Terra Morta*, obra publicada somente em 1949, no Brasil. O colono de Soromenho, como veremos, é um homem frustrado e empobrecido, mas que não deixa de se colocar numa posição de completa separação cultural e social do homem africano. É de extrema importância ressaltar que esta obra de Soromenho representa sua tentativa de passagem do universo da propaganda colonial para o círculo dos modernos romancistas portugueses.

Ainda com relação às obras que trouxeram o colono como personagem principal, juntamente com o africano, há aquelas que construíram uma perspectiva positivada da aproximação entre o português e o africano. Segundo a interpretação de Alberto Pinto, que considero bastante acertada, muitas das obras que trazem o protagonismo do africano são hoje consideradas como originárias e pertencentes ao rol das modernas literaturas nacionais dos países africanos de língua portuguesa. Os autores ligados a esse ponto de vista são europeus, mestiços ou brancos nascidos em África, a exemplo de Óscar Ribas (autor de *Uanga*), João Augusto Silva (autor de *África, Vida e Amor na Selva*), António de Assis Júnior (autor de *O segredo da morta*), Fausto Duarte (autor de *Feitiços*) e Castro Soromenho (autor de *Nhári, Noite de Angústia e Homens sem caminho*).

A construção de conceitos generalizantes é de suma importância para o historiador, sobretudo quando ele analisa longos períodos históricos, e foi isso que Alberto Pinto fez com bastante autoridade. Porém, corre-se o risco de cometer equívocos e se perder a dinâmica deste ou daquele processo histórico. Cito como exemplo disso o próprio Castro Soromenho, que apesar de ser um escritor que produziu trabalhos ligados ao universo da propaganda colonial, tentou também se inserir no universo da intelectualidade portuguesa, como um escritor das coisas africanas. E, de tal sorte, não pode ser catalogado em sua totalidade na definição acima de Alberto Pinto. Obviamente não podemos desconsiderar que seu trabalho de escritor desenvolveu-se dentro de um espaço em situação de colonização e, desta maneira, nos seus textos vem à tona uma visão europeizante de cultura. De maneira oposta, a produção escrita de Soromenho não assume o caráter de nativista, qual seja, aquela encabeçada por homens nascidos na África, cujas obras já apresentam certas tintas nacionalistas, a exemplo de Alfredo Troni e Antônio Assis Júnior.⁹¹

91 CLARO, Regina. *Letras negras em folhas brancas: a construção da nação em Angola por Assis Júnior (1917-1935)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 127.

Assim, o que pretendemos é situar historicamente Castro Soromenho e sua produção literária, não encarando sua obra desvinculada da realidade na qual foi gestada, e sem nos preocuparmos com catalogações de estilos, correntes e demais interpretações desta natureza. Que no mais das vezes, obscurecem a interpretação de autores e suas respectivas obras.

Castro Soromenho, como tantos outros que se embrenharam no convívio com os grupos tradicionais africanos no intuito de registrar alguns elementos de suas culturas, experienciou um processo que contava com a participação dos próprios africanos. O fato de não dominar o idioma dos lundas e tutchokwe, exigia que a relação de Soromenho fosse intermediada pelo chamado “língua” – o intérprete que o acompanhava nas suas viagens – e, sobretudo pelos livros. Vale frisar, que a passagem de Soromenho pelo nordeste de Angola, na condição de funcionário da administração colonial portuguesa, não foi demasiado longa, entre maio de 1928 a maio de 1933.

É necessário observar que, ao longo de sua carreira de escritor em Lisboa, Soromenho nunca fez referências diretas e com rigor de detalhes a sua vida na Lunda e à sua função. A sua experiência na África era acionada apenas nos momentos em que desejava criticar este ou aquele indivíduo, que escrevera algo sobre Angola sem conhecimento de causa.

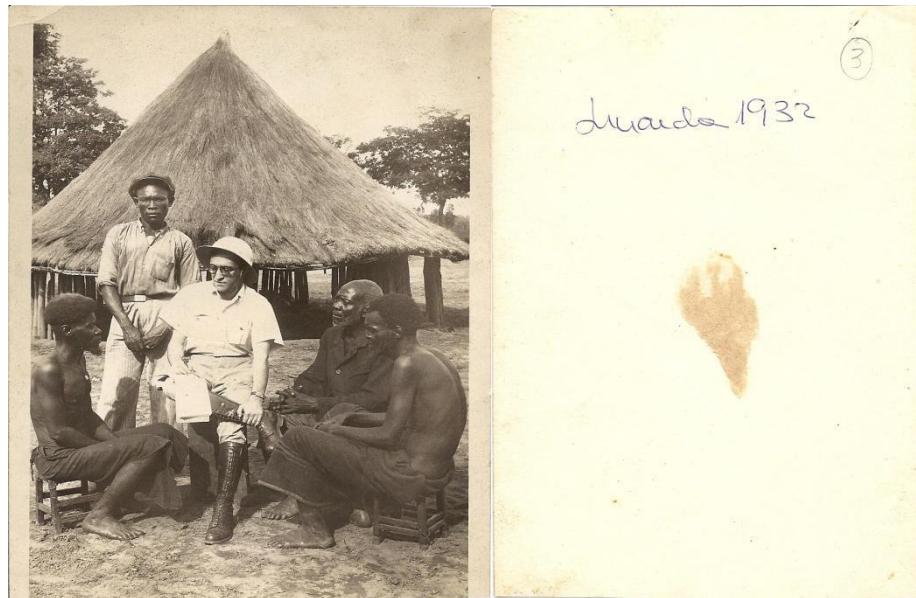
Numa fotografia que ilustra o livro de contos *Lendas Negras* (1936),⁹² Soromenho se encontra sentado numa espécie de caixote de madeira e ao seu redor, igualmente sentados, estão três homens africanos. Soromenho posa para esta foto de maneira bastante garbosa, usa polainas, farda da administração colonial e está de posse de papel e lápis. Ao ocupar uma posição central na fotografia e sentar-se num caixote que garantia bons centímetros acima de seus interlocutores, está afiançada a clivagem social. O ‘língua’ que o acompanhava encontra-se num segundo plano, logo atrás de Soromenho, olhando seriamente para as lentes. Estas fixaram a intenção – consciente ou não – do jovem funcionário da administração portuguesa em demonstrar que dominava as técnicas de registro do passado oralizado das sociedades tradicionais africanas, e que neste momento se aventura nas lides de etnógrafo.

Contraditoriamente a isso, nos idos de 1960, ao ser interrogado por Fernando Mourão, em Lisboa, a respeito de qual método utilizara para recolher material que lhe servira de base à primeira parte de sua obra, sem pestanejar Soromenho responde: “Não usei nenhum método.

92 Na publicação original de *Lendas Negras* não consta a data de publicação. No site “Memórias d’África, projeto ligado à Universidade de Évora, informa que a coleção *Cadernos Coloniais* foi publicada a partir dos anos 20, eles informam 1939 como data do primeiro até o sexagésimo primeiro número. Parece-me pouco provável que tenham editado 61 Números num mesmo ano. Na bio-bibliografia de Fernando Mourão é referenciado o ano de 1936 como data de publicação desta obra, C.f.: MOURÃO, F. A. A. A sociedade angolana através da literatura. São Paulo: Ática, 1978, p. 127; Alguns dos contos de *Lendas Negras* estão em Nhari, que é de 1938. Desta sorte, inclino-me a aceitar 1936 como a data mais provável.

Nunca recolhi material. Africano nascido em Moçambique, mas medrado em Angola desde mal saído do berço, a Angola devo a minha vida de escritor”.⁹³

Não sabemos se a resposta de Soromenho foi apenas retórica ou permeada de certa ironia, com o intuito apenas de desestabilizar o seu arguidor. Fernando Mourão em sua obra *A sociedade angolana através da literatura*, frisa sobremaneira o trabalho etnográfico de Soromenho junto às populações lundas e tchokwe.⁹⁴



Fotografia que ilustra o livro de contos *Lendas Negras* (1936)⁹⁵

Acerca do método de pesquisa de homens como Castro Soromenho, uma importante questão apontada pela historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach, em um dos seus trabalhos sobre os relatos de viagem produzidos por europeus no final do século XIX, nos ajuda a pensar esta questão. Referimo-nos aqui ao que ela chamou de “conjuntos de informações que vão sendo apropriadas e transmitidas por gerações diferentes de viajantes”.⁹⁶ E, por conseguinte, muitas informações e conclusões a respeito de alguma região ou cultura vão sendo transmitidas de maneira sucessiva.

93 MOURÃO, Fernando A. “Entrevista com Castro Soromenho”. *Cultura: boletim da Sociedade Cultural de Angola*, 2 (11). 7 de maio de 1960.

94 MOURÃO, F. A. A. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Ática, 1978. Ver especialmente o capítulo II “A visão poética ou a terra da amizade”.

95 Esta fotografia foi disponibilizada pelo filho de Castro Soromenho que vive no Brasil e atua como professor na FEA-USP. Esta fotografia foi utilizada por Castro Soromenho não apenas para ilustração do livro *Lendas Negras*, como também no artigo “Tragédia Negra”. *Humanidade*, 20 de junho de 1937, Lisboa.

96 WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano”. In: ALGRANTI, Leila Mezan e MEGIANI, Ana Paula. *O Império por escrito – formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Editora Alameda, 2009, p. 378.

Acreditamos, que esse tipo de apropriação possa se aplicar a Castro Soromenho em seu exercício de recolher lendas entre as populações tradicionais nos sertões da Lunda. Temos quase como certo que Soromenho já havia lido de antemão a obra *Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda* de Henrique Dias de Carvalho, antes de ir para a Lunda, e realizou, aparentemente, junto às populações locais com as quais teve contato, um processo de confirmação das lendas descritas por Carvalho no final do século XIX. Isso fica notório nos seus primeiros contos. Citamos por exemplo, a própria história de formação da Lunda a partir da união de Luéji, rainha Lunda, com o caçador Ilunga, descrita por Henrique de Carvalho, e que em Soromenho será recriada nos contos *Terra da Amizade* (1936) e *Luéji e Ilunga na terra da amizade* (1945). Assim como a lenda da formação da lagoa do Dilôlo-Moxico que Carvalho recolheu sob o nome de lenda do “Lago enfeitiçado” e que em Soromenho aparece no conto *A lagoa maldita* (1936).⁹⁷

A leitura e a apropriação de muitos elementos da obra de Henrique Dias de Carvalho por Soromenho, não se deveu apenas ao fato que ele fora um profundo conhecedor da história e da cultura lunda. Mas também devemos levar em conta que algumas das proposições de Carvalho eram atuais para muitos homens do universo letrado português das décadas de 1930 e 40, a exemplo de Castro Soromenho.

Ao que nos lembra Elaine Ribeiro, a afirmação da vocação colonial de Portugal está de par com a fundação de algumas sociedades que tinham por objetivo promover tal debate, como a Associação Marítima Colonial e a Sociedade de Geografia de Lisboa, todas fundadas no final do século XIX. Para além das discussões sobre a necessidade de Portugal dominar suas colônias, o pensamento intelectual português da virada do século XIX para o XX, afirmava que a “regeneração da raça portuguesa ou ibérica, que tinha decaído por ter rejeitado o espírito moderno passava pela compreensão do sentido da sua história”. Somado a isso está o fato de que, além da Inglaterra, a Espanha figurava também como uma ameaça externa, pois havia “o receio sobre a possibilidade de associação ou integração de Portugal numa unidade política maior, problema que ficou conhecido como *A questão ibérica* ou *iberismo*”.⁹⁸

Além da fotografia acima, em *A maravilhosa viagem dos portugueses*, publicado em 1944, há uma série bastante extensa de fotografias do rosto de homens e mulheres lundas e tutchokwe, que estão reproduzidas numa espécie de anexo dessa obra e que se correlacionam

97 Cf: CARVALHO, H. Dias de. Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888): Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890. Verificar respectivamente p. 58-60 e p. 126-8; Com relação aos contos de Castro Soromenho citados, consultar: Lendas Negras. Lisboa: Editorial Cosmos, 1936. Cadernos Coloniais, Nº 20 & Calenga. Lisboa, Editora Inquérito, 1945.

98 SANTOS, E. R. S. Op. cit., p. 72-3.

tematicamente a esta que reproduzimos aqui. A datação dessas fotografias é algo impreciso, mas temos plena certeza que elas não ultrapassam o ano de 1937, ano em que Soromenho retorna a Lisboa.

Ainda com relação à fotografia que citamos, há no verso destas informações que nos permitem fazer algumas inferências, a começar pela data de 1932, anotada manualmente com caneta. Neste ano Soromenho estava nos sertões de Angola, na função de aspirante na circunscrição de Saurimo, Distrito da Lunda, a serviço do governador do distrito, ninguém mais que seu próprio pai, Artur Ernesto de Castro Soromenho.

Entre 1933 e 1936 Castro Soromenho permaneceu como funcionário do governo, mas é um período muito obscuro da pesquisa sobre sua vida, pois desconhecemos suas atividades profissionais e intelectuais neste momento. Em 1936 fixa-se em Luanda, a serviço do jornal *Diário de Luanda* – periódico com fortes vínculos à administração colonial – e, neste ano, publica seu primeiro conto *Aves do Além*, que será incorporado ao seu primeiro livro, também de 1936, sob o título *Lendas Negras*. Sua permanência em Luanda é pequena, e em 1937 vai para Portugal e nunca mais retorna à África. A Lunda, sua história e sua cultura estarão presentes em toda sua obra. Todavia, seu retorno a Portugal levará Soromenho a recriar novamente a Lunda que ele já havia ficcionalizado nos seus primeiros contos. Isso se dará por um processo de incorporação de novas leituras etnográficas e inclusive históricas, como também pelo fato do próprio autor fazer uma revisão crítica da sua obra a partir do momento que estava em Portugal. Segundo ele próprio, “quando em 1937 abandonei Angola, estava longe de vir a ser um escritor. Interessado no jornalismo, profissão que exerci largos anos, dele me ocupei. Foi aqui em Portugal que nasceu o escritor, depois de reviver a minha vida em Angola”.⁹⁹

A despeito disso, Castro Soromenho buscou se notabilizar como escritor português de coisas africanas e não simplesmente como um autor de literatura colonial, denominação pela qual era mais conhecido no meio intelectual português. Para atingir este objetivo, Soromenho utilizou com frequência sua rede de relações intelectuais, principalmente junto a Casais Monteiro, que já desde a década de 1930 possuía grande reconhecimento no universo letrado português. Mas não foi tarefa fácil para ele se notabilizar neste universo, pois não possuía formação universitária, nem mesmo um grande trabalho literário pelo qual pudesse ser reconhecido. Todavia, ele compensava essas deficiências com estudos sérios e disciplinados e circulava nesse meio naturalmente, e era reconhecido como um *par inter paris*, como fez

99 MOURÃO, Fernando A. “Entrevista com Castro Soromenho”. Op. cit.

questão de frisar o historiador José Tengarrinha, em entrevista a nós concedida em sua residência no mês de novembro de 2012.

O reconhecimento literário em Portugal almejado por Soromenho não foi conquistado. E, a partir da tentativa de publicação de *Terra Morta* em 1945, ele passou a ser visto como *persona non grata* junto ao serviço de inteligência do governo português, a PIDE, e com isso, sua imagem de escritor crítico ao colonialismo se expande. O fato de Soromenho ser um escritor que iniciou sua trajetória intelectual ligado à propaganda colonial, não explica na totalidade este não reconhecimento a que nos referimos. Ele elegeu como objeto ficcional um tema muito caro ao universo sociocultural português, a África. Como observou José-Augusto França, “Para todos naquela época Angola era Portugal, os republicanos eram colonialistas, inclusive para o capitão Pimentel. A Guerra de 62 em Angola foi encarada como crime de traição à Pátria”.¹⁰⁰ A partir desta fala é possível dimensionar o que significava escrever sobre África em Portugal, e mais ainda, ter uma postura crítica em relação ao colonialismo. E este foi o caminho escolhido por Soromenho a partir do seu romance *Terra Morta*.

Em nosso trabalho de pesquisa, buscamos encaminhar outra direção à interpretação de crítica ao colonialismo atribuído aos textos de Castro Soromenho. As obras desse escritor não podem ser lidas como um trabalho militante de defesa da autonomia dos países africanos. A censura ao colonialismo que se encontra presente nestes trabalhos dá-se pelo fato dele ter exposto a miséria do colono português, e igualmente a miséria do homem africano. Trata-se mais de uma angústia por conta de um projeto malogrado, do que uma crítica ampla à presença de Portugal em África.

Do ponto de vista mais geral, considerando o trabalho intelectual, podemos afirmar, com o risco do equívoco obviamente, que a África não era um tema que traria grandes dividendos intelectuais a um escritor português. Nos referimos aqui ao universo intelectual apartado da propaganda colonial.

Neste universo intelectual português, em específico no que toca aos temas ligados à África, há uma divisão tácita do trabalho intelectual. Aos escritores que se enveredavam pelos caminhos da África, reservava-se aos mesmos e suas respectivas produções a pecha de literatura colonial. Creio não ser esse o qualificativo desejado por Soromenho, como é possível perceber numa análise mais pormenorizada da sua rede de relações intelectuais, na qual se incluía escritores como Casais Monteiro, José-Augusto França e João Gaspar Simões. Por outras vias,

100 FRANÇA, José-Augusto França. Entrevista concedida em 11 de Novembro de 2012. A transcrição da entrevista foi revista pelo entrevistado e devidamente autorizada.

o reconhecimento como um dos críticos ao colonialismo português adveio principalmente do seu contato, a partir da década de 1950, com Mário Pinto de Andrade, chefe de redação do periódico *Preséance Africaine* de 1951 a 1958. Mário de Andrade foi extremamente importante na projeção de Castro Soromenho no universo do pan-africanismo em território europeu e africano. E é sob essa faceta que Soromenho se tornou mais conhecido e referenciado nos estudos das literaturas africanas de matriz portuguesa.

Como afirmamos anteriormente, Castro Soromenho não pode ser interpretado apenas como um escritor de temática colonial, pois seus posicionamentos políticos e sua inserção no universo letrado português sugerem algo mais. Na análise de sua correspondência percebemos que ele almejava ser bem mais que um escritor de temáticas coloniais, em boa medida a serviço da propaganda colonial. Ele desejava, outrossim, ser reconhecido como um escritor português do naipe de Alves Redol, Fernando Namora e Virgílio Ferreira, que figuraram entre os grandes nomes do neorrealismo português.

Ao longo da correspondência de Castro Soromenho algumas pistas, por mais singelas que sejam, referendam esta nossa interpretação. Na ocasião da preparação dos originais de *Terra Morta* para sua publicação, no Brasil, em maio de 1949, Soromenho escreve a Casais agradecendo pela cópia do texto que seria utilizado na quarta capa (ou apresentação) de *Terra Morta*.¹⁰¹

Para conseguir extrair este texto de Casais Monteiro, Soromenho o solicitou nas três correspondências que enviou a ele no mês de abril de 1949 quando se encontrava no Rio de Janeiro. Como veremos logo adiante, era de praxe a Casais Monteiro se manter em silêncio acerca de alguns dos pedidos de Soromenho, diga-se de passagem, sempre numerosos. Soromenho, por seu turno, era algo insistente. No caso específico deste texto para a composição da quarta capa, Soromenho queria ler no texto de Casais uma apresentação generosa que o ombreasse à nova geração de romancistas portugueses. Casais Monteiro, apesar de tecer largos elogios à obra em si e ao seu autor, a categorizou como um trabalho de literatura colonial, nas suas palavras:

A segurança, a naturalidade, a verdade humana das cenas e das figuras, a nitidez e a transparência do estilo, que são apanágio do romancista em pleno domínio da matéria que trabalha, põem esta obra num plano que raras vezes temos visto alcançado pelos nossos romancistas contemporâneos. Não esqueço que a obra entra na categoria da chamada “literatura colonial”; pois pela primeira vez um romance português deste gênero se nos impõe como de categoria universal. Pela primeira vez, um romance de

101 SOROMENHO, C. [Carta] 12 mai. 1949, Buenos Aires [para] CASAIS, M. Porto. 2f. Cota E15/4439. Acervo BNP.

Angola nos dá, mais que o pitoresco, o sentido geral da contraditória humanidade da sua população [...] ¹⁰²

Com toda a certeza Soromenho esperava algo mais da pena de Casais, talvez seu silêncio inicial para com este pedido de Soromenho, residisse justamente nisso. Apesar da consideração para com o amigo, Casais não pôde trair suas concepções estético-literárias. Soromenho, muito amistosamente agradece ao amigo pelo envio do texto, mas não deixa de cobrar o porquê de Casais não ter analisado *Terra Morta* como um trabalho ligado à nova geração de romancistas portugueses. Soromenho assim inicia sua carta de 12 de maio de 1949: “Recebi ontem a sua carta de 5 e a copia do artigo sobre “Terra Morta” que achei bom. É verdade que v. poderia ter, à volta do assunto, estudado o caso do romance português da nova geração; mas também é verdade que lhe faltaria espaço”. ¹⁰³

No conjunto da obra de Soromenho e das diversas pistas deixadas por ele em suas cartas e artigos jornalísticos, ficcionalizar a África e a Lunda era o mesmo que escrever sobre camponeses e operários pobres de Portugal, tal qual o neorrealismo o fez. Na verdade Soromenho tinha suas críticas a esta literatura. Em dezembro de 1948 quando se encontrava em Ponta Delgada, em carta enviada a Casais Monteiro ele elogia um conto de Alice Gomes – esposa de Casais – justamente pelo fato de não se assemelhar com a temática dos principais literatos neorrealistas do período, e arremata, “não é se gritando de fome que se faz literatura social”. ¹⁰⁴ Esta crítica estava direcionada aos livros de Fernando Namora e Alves Redol, que trouxeram para suas páginas os problemas sociais dos trabalhadores rurais portugueses, acoçados pela fome e pela sazonalidade de oferta de trabalho em Portugal nas décadas de 1930 e 1940. Porém, nem todos pensavam como Soromenho.

Angola, apesar de ser considerado um pedaço do território português no Além-Mar, ainda continua a ser a África. E isto significa encarar Angola e tudo o mais diga respeito a este local de uma maneira assimétrica. A intelectualidade portuguesa contemporânea a Soromenho estava preparada para fazer a crítica social dos problemas internos de Portugal, como a pobreza e o analfabetismo de sua população rural. Todavia, estabelecer uma crítica ao modo como os homens africanos eram tratados pela ocupação portuguesa, foi algo despertado muito

102 MONTEIRO, Adolfo Casais. Apresentação. In: SOROMENHO, C. *Terra Morta*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria-editora casa do estudante brasileiro, 1949, quarta capa.

103 SOROMENHO, C. [Carta] 28 dez.1948, Ponta Delgada (Açores) [para] CASAIS, M. Porto. 1f. Cota E15/4429. Acervo BNP. Em algumas das citações desta correspondência a ausência de acentos é proposital no intuito de ser fiel ao original.

104 SOROMENHO, C. [Carta] 28 dez.1948, Ponta Delgada (Açores) [para] CASAIS, M. Porto. 1f. Cota E15/4429. Acervo BNP.

tardiamente em Portugal. Soromenho entre seus pares em Portugal era um escritor de coisas coloniais, e com este status ele morreu.

E é do paradoxo presente na literatura de Castro Soromenho, entre ser um partícipe da propaganda colonial e o desejo de ser um reconhecido escritor português, que desejamos tratar agora.

Se por um lado ele – desde aproximadamente 1936 – iniciava sua carreira de jornalista e escritor colocando sua pena a serviço de muitos periódicos ligados à propaganda colonial, como poderemos analisar em profundidade no capítulo seguinte. Por outro, Soromenho foi construindo uma rede de relações com intelectuais partidários de opiniões políticas e estéticas bem distantes daquelas levadas a cabo pelo Estado Novo português. E especialmente distantes da propaganda colonial; universo no qual Castro Soromenho também circulava.

A despeito disso, foi o próprio trabalho de jornalista que permitiu a Castro Soromenho construir relações com a fina flor da intelectualidade portuguesa que encabeçava posições críticas ao regime político português, a exemplo de Casais Monteiro. Completam essa lista nomes como os de José-Augusto França, Forjaz Trigueiros, João Gaspar Simões, Fernando Piteira Santos, José Régio, Fernando Lemes, dentre outros.

Castro Soromenho, entre seu retorno a Lisboa em 1937, seu exílio em Paris a partir de 1960 e sua ida para o Brasil no final de 1965, esteve em contato com escritores portugueses de diferentes gerações: modernistas, presencistas e neorrealistas.

Soromenho não estava entre os membros da chamada geração da revista *Presença* da qual fazia parte Adolfo Casais Monteiro, José Régio e João Gaspar Simões, intelectuais com os quais Soromenho conviveu durante largos anos. Tampouco figurou entre os expoentes do neorrealismo, mesmo porque ele nunca se mostrou comprometido com a estética neorrealista. Todavia, Castro Soromenho apesar de nunca ter produzido nenhum trabalho em conjunto com literatos diretamente ligados ao neorrealismo como Ferreira de Castro, Cardoso Pires e Manuel da Fonseca, desde o seu retorno a Lisboa em 1937, conhecia bem estes homens e igualmente suas ideias. A par de tudo isso, o leitor pode nos interrogar: afinal de contas a que escola literária pertencia Castro Soromenho? Bem, esta é uma pergunta que não almejamos responder, mas apenas problematizar. Pois ao terminarmos de ler alguns títulos relativos à história e crítica da literatura portuguesa do século XX, a pergunta retórica que fizemos acima, sem dúvida, é o primeiro questionamento que nos vem à mente.

Todavia, desejamos responder uma pergunta: como a Lunda de Castro Soromenho foi deglutida, digerida e classificada no universo das letras portuguesas? A análise de alguns trabalhos da história das letras portuguesa ajuda abrir o caminho para responder a esta questão

e uma segunda, um pouco mais ampla: como Castro Soromenho estava inserido no universo intelectual português?

Nas páginas destas histórias literárias, as quais de maneira nada inocente escolhem as obras que serão lembradas e aquelas que figurarão como meros apêndices de algumas antologias, Castro Soromenho não foi citado como escritor modernista, muito menos como um presencialista. Em algumas ele aparece como possuidor de uma “vizinhança” com obras de alguns neorrealistas, palavras estas utilizadas pelo Professor aposentado de Letras da Universidade de Lisboa, Vitor Viçoso. Todavia, esta observação de Viçoso se aplica apenas ao romance *Terra Morta*, único analisado por ele na sua citação de três páginas acerca de Castro Soromenho. Referência esta que se encontra num capítulo intitulado “Histórias Coloniais”.¹⁰⁵

A leitura e análise deste recente trabalho de Vitor Viçoso, *A narrativa no movimento Neo-realista*, nos ajuda a compreender os compromissos intelectuais e políticos de alguns escritores que produziram suas obras contemporaneamente à temática africana de Castro Soromenho. Nesta perspectiva, Viçoso também explora as tensões existentes entre presencialistas e neorrealistas, em torno de suas diferentes interpretações estéticas acerca do trabalho de escritor.

Segundo Viçoso, a ascensão dos totalitarismos de direita na Itália (1922), na Alemanha (1932-3) e em Portugal a partir década de 1930, criam as condições para a materialização de uma estética literária de oposição, por parte das novas gerações, engajada com a teorização marxista.

No Portugal da década de 1930, assiste-se ao aparelhamento da estrutura ditatorial do Estado Novo português com a aprovação da constituição política de 1933, a institucionalização da censura prévia à imprensa, a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PIDE), a proibição dos sindicatos livres em 1933, a abertura do campo de concentração do Tarrafal, como também a criação do Secretariado de Propaganda Nacional como forma de legitimar a ditadura.¹⁰⁶ Escritores de várias tendências, e não só neorrealistas, foram vítimas desta estrutura censória e policialesca, como Adolfo Casais Monteiro, Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Miguel Torga, Castro Soromenho, dentre outros.

Deste modo, os neorrealistas¹⁰⁷ em oposição à história oficiosa do estado português – exemplarmente celebrada em 1940 na exposição do mundo português – trarão em suas

¹⁰⁵ VIÇOSO, Vitor. *A narrativa no movimento neo-realista: as vozes sociais e os universos da ficção*. Lisboa: Edições Colibri, 2011, p. 275.

¹⁰⁶ Idem, p. 20-1.

¹⁰⁷ De acordo com Vitor Viçoso a designação “Neorrealismo” fora criada por Joaquim Namorado em 1938.

narrativas as histórias “de um povo oprimido e vítima de uma iníqua organização sociopolítica”.¹⁰⁸ Viçoso, ao historiar o surgimento do neorrealismo no seio das letras portuguesas, deixa claro que um dos grandes objetivos deste movimento era estabelecer uma demarcação de oposição ao Estado Novo português. Esta demarcação foi estabelecida também em relação a outros movimentos literários do mesmo período, como o da revista *Presença*. Embora ambos os movimentos sejam de oposição ao totalitarismo português, se diferenciavam no plano estético-ideológico. Assim, o neorrealismo iria se afirmar e antagonizar em relação à segunda fase do modernismo português representado pela revista *Presença*. Este conflito, que em princípio era geracional, se transmuta numa conflitualidade de pontos de vista sobre a arte e a vida. No dizer de Vitor Viçoso,

a estética presencista, atenta a uma determinada modernidade literária europeia, defendia uma arte psicologista e intimista, enquanto o Neo-realismo visava o homem concreto, histórica e socialmente situado. Ao homem metafísico e ao autotelismo literário da *Presença*, os neo-realistas opunham uma leitura dinâmica do homem, enquanto actor colectivo interessado no processo histórico. Em suma, face ao espírito humanista da *Presença*, defensora da autonomia absoluta da obra de arte, os neo-realistas surgiam como os arautos de uma arte social e politicamente empenhada em função do ponto de vista das massas populares e das forças progressistas que no mundo em guerra se confrontavam como o nazi-facismo.¹⁰⁹

A diferenciação acima nos fornece um esboço aproximado de definição dos movimentos literários contemporâneos a Castro Soromenho, segundo a perspectiva das histórias literárias. Assim, para os propósitos desta discussão, qual seja, o de analisar como o escritor que ora estudamos estava inserido no universo das letras, outro trabalho que busca fazer uma análise de conjunto da literatura portuguesa do século XX é *O romance português contemporâneo*, do brasileiro Fernando Mendonça.¹¹⁰

Para os dias que correm o adjetivo contemporâneo presente no título desta obra não mais é adequado, pois é resultado de um Doutorado em Letras defendido no início da década de 1960 na Universidade de São Paulo. Por outro lado, todo o universo literário elencado por Fernando Mendonça, o qual está situado grosso modo entre o romance presencista e o romance neorrealista, é de escritores com os quais Soromenho era um *par inter paris*. Daí nosso interesse em notar como esta obra captou a produção literária desta geração de romancistas portugueses.

Fernando Mendonça afirma que nas três primeiras décadas do século XX o romance português viveu uma espécie de hibernação, iniciada em 1900 com a morte de Eça de Queirós.

108 VIÇOSO, Vitor. Op. cit., p. 27.

109 Idem, p. 50.

110 MENDONÇA, Fernando. O romance português contemporâneo. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966.

A criação em 1927 da revista de crítica literária *Presença*, preparara as letras portuguesas para uma fase realmente nova pautada pelo romance psicológico, no dizer de Mendonça, trata-se do “acender das luzes no romance português”.¹¹¹ Dois títulos para este estudioso marcam o surgimento desta escola: *Elói ou Romance numa cabeça*, de João Gaspar Simões (1903-87); e *Jogo da Cabra Cega*, de José Régio (1901-63);¹¹² publicados respectivamente em 1932 e 1934. A despeito da revista *Presença* ter existido apenas treze anos, a produção literária portuguesa marcada pela tônica do romance psicológico teve uma longevidade bem maior, alcançando a década de 1960. Como membros desta geração presencista, Fernando Mendonça destaca os nomes de João Gaspar Simões, José Régio, Miguel Torga, Branquinho da Fonseca e Adolfo Casais Monteiro. Por romance psicológico da geração presencista, Mendonça afirma que estes romancistas definiam-no como aquele romance em que “a imaginação dos eventos não assenta no anedótico ou numa sequência dos atos físicos, mas sim onde a imaginação utiliza os caracteres anímicos das personagens”. E Mendonça completa: “ao romance psicológico interessa as reações íntimas dos indivíduos em jogo no romance”.¹¹³ A par desta definição, bastante fluida, diga-se de passagem, podemos imaginar que até mesmo os primeiros romances de Castro Soromenho, *Noite de Angústia* (1939) e *Homens sem caminho* (1942), poderiam se enquadrar na definição de romance psicológico. Dado que tratam exclusivamente dos conflitos internos de homens e mulheres lundas que veem dia a dia seu mundo e tradições serem destruídas pelos temidos tutchokwe. Obviamente, a tentativa aqui de enquadrar estes romances que se passam na lunda angolana como um romance psicológico parece forçada e descabida. Mas a intenção foi esta mesma, apenas com o objetivo de demonstrar quão são artificiais os enquadramentos, seleções e exclusões feitas pelas histórias das literaturas.

Como temos percebido até aqui, um romance que se passa na África, produzido por um português durante o período salazarista, não merece mais que o qualificativo de literatura ultramarina, colonial, de propaganda colonial ou qualquer outra pecha equivalente. Talvez nossa proposta de pensar que a oposição entre lundas e tutchokwe nos romances de Castro Soromenho, diga mais sobre problemas internos dos portugueses do que especificamente dos africanos, também seja descabida, mas não é. Sigamos adiante com esta pequena história do universo intelectual que Castro Soromenho circulou e fez parte.

Contemporaneamente à produção dos primeiros romances presencistas na década de 1930, uma segunda perspectiva estética começa a tomar vulto em Portugal, que é o

111 Idem, p. 14.

112 Pseudônimo de José Maria dos Reis Pereira

113 MENDONÇA, Fernando. Op. cit., p. 79.

neorrealismo. O neorrealismo desde o seu surgimento procurou negar qualquer relação umbilical com o presencismo, e procurou se firmar como movimento que se propunha a revelar a realidade miserável dos grupos menos favorecidos economicamente. O neorrealismo está ligado, assim, a um tipo de ficção que confirmou na literatura portuguesa “um acentuado gosto para o regional, para o pitoresco, para o humorismo rural (obscuro, mas castiço) do homem das províncias portuguesas”.¹¹⁴

Ao que nos confirma Fernando Mendonça, o neorrealismo não possui nenhum tipo de enraizamento na ficção que o precedeu, e romances como *Gaibéus* (1940), de Alves Redol; *Esteiro* (1941), de Soeiro Pereira Gomes; marcam o início “oficial” da produção neorrealista.¹¹⁵ Diferentemente dos historiadores de ofício, os historiadores e críticos da literatura possuem critérios diferentes para analisar um período em que certa produção cultural foi intensa. Refiro-me especificamente ao sempre recorrente estabelecimento de marcos temporais para se delimitar o início e o fim desta ou daquela “escola” literária. Assim, estabelecer um marco temporal é suficiente para explicar tal processo, de modo que não há um esforço crítico para se notar que estes marcos foram estabelecidos à posteriori e enredados pela consagração que certas obras possuíram. E sob tal perspectiva, esta ou aquela produção cultural de um determinado período fica na penumbra dos holofotes das histórias literárias que transmitem ao leitor a sensação de limpidez e tranquilidade no campo literário. Quando na verdade este é marcado por fortes disputas de poder. Outros títulos anteriores que tratam da mesma temática de desajuste social do neorrealismo poderiam se juntar a esta lista como *Imigrantes* (1928) e *A selva* (1930), de Ferreira de Castro, e até mesmo muitos outros títulos cujo pano de fundo é a África ou o Oriente.

Ainda segundo Fernando Mendonça, longe de serem movimentos apartados, neorrealismo e presencismo são a síntese de uma realidade histórica que, ao fim e ao cabo, exibem as novas roupagens do moderno romance português surgido a partir da década de 1930.¹¹⁶ Essa nova realidade histórica que perpassa a toda vida literária portuguesa, independentemente de filiações, envolve o crescimento dos regimes totalitários na Europa Ocidental e o aparelhamento da máquina repressiva do Estado Novo português. Do ponto de vista literário, era crescente o entusiasmo com certos literatos norte-americanos como Hemingway, Steinbeck, e era comum também neste momento a admiração pelos romancistas nordestinos do Brasil como Jorge Amado, Graciliano Ramos e José Lins do Rêgo.

114 Idem, p. 86.

115 Ibidem, p. 87.

116 Ibidem, p.15-6.

Por esse breve arrazoado, podemos perceber como para Fernando Mendonça os movimentos presencistas e neorrealistas longe de se antagonizarem – a despeito das diferentes propostas estéticas – se confluíam como frutos de uma mesma realidade histórica. Opinião esta não compartilhada no já citado trabalho de Vitor Viçoso, *A narrativa no movimento Neo-realista*. Alinhada à mesma perspectiva de Viçoso, no que toca à oposição nada velada das propostas estéticas entre presencistas e neorrealistas, Alexandre Pinheiro Torres em seu texto *O Neo-realismo literário português*, nos põe de par com uma das primeiras manifestações contra o presencismo. Em 1936, Alves Redol numa palestra intitulada *Arte em Vila Franca do Xira* ataca o conceito de arte pela arte. Segundo Pinheiro Torres, neste período de assentamento das posições do neorrealismo era por vezes sugerido que o artista não poderia “aspirar um *status quo* que não fosse o de subalternidade em relação aos interesses mais elevados das massas”.¹¹⁷ Esta oposição entre neorrealistas e presencistas dizia respeito à ideia de que a arte deve possuir um caráter utilitário – o artista deve estar engajado aos interesses das massas – e não apenas ser feita para mera fruição, opinião esta compartilhada pelos neorrealistas críticos às tendências dos presencistas.

Pinheiro Torres, ao contrário de Fernando Mendonça não fez nenhum silêncio sobre a literatura africana, inserindo-a no universo do neorrealismo, a despeito de ser como um apêndice ao final do livro. Torres, em um capítulo intitulado “Literatura africana de expressão portuguesa: negritude como anticapitalismo”, trabalha com a perspectiva de que a literatura africana é um instrumento de libertação nacional, melhor dito, um instrumento de afirmação da negritude africana. Essa literatura na sua constituição, segundo Torres, possui alguns elementos que se inter-relacionam na sua composição, quais sejam, “os modos de ser e estar do negro, a presença de caracteres biológicos externos (cor de pele, raça, etc.)”.¹¹⁸

A meu ver, essas poucas explicações de Torres são bastante lacunares. E, após a leitura do capítulo o que pode se depreender é que na sua concepção esta literatura negra no contexto do neorrealismo caracteriza-se por ser aquela que trata do universo do homem negro, e feita por autores nascidos em território africano com o objetivo de ser uma autoafirmação frente ao europeu colonizador; nada mais, nada menos. Torres nesta sua curta análise cita apenas a obra *Ilha de Nome Santo* (1942) de autoria do santomense Francisco José Tenreiro; a *Sagrada Esperança* (1974), de Agostinho Neto; e *A vida verdadeira de Domingos Xavier* (1961), de Luandino Vieira.

117 TORRES, Alexandre Pinheiro. *O Neo-realismo literário português*. Lisboa: Moraes Editores, 1976, p. 17-8.

118 Idem, p. 199.

Adolfo Casais Monteiro numa passagem do seu livro *O que foi e o que não foi o movimento da Presença*, ao exprimir, com sensibilidade, aquilo que faz com que um escritor seja partícipe ou não de um movimento literário, nos ajuda a compreender como a crítica literária interpreta as ausências desta ou aquela obra.

É certo que uma geração não se exprime forçosamente através de *uma* revista. Pode fazê-lo em várias – e ficam sempre de fora alguns escritores destituídos da corda capaz de vibrar às emoções e às razões colectivas. E quando digo *emoções* é muito conscientemente para assinalar a parte do coração nestas coisas, o lastro de amizade que elas devem ter, e que têm, por maiores tempestades que possam sobrevir depois. É que ao fenómeno colectivo se opõem elementos pessoais que facilmente conduzem à desagregação.¹¹⁹

A despeito desta passagem fazer uma alusão aos conflitos internos da revista *Presença* em 1940 entre Adolfo Casais Monteiro e João Gaspar Simões, e que puseram termo à publicação da revista, podemos lê-la pensando o caso de Castro Soromenho no meio literário português. Partindo das premissas elencadas por Casais, podemos fazer algumas deduções que respondem de certa maneira aos porquês de Castro Soromenho não ter alcançado satisfatoriamente seu objetivo de figurar no rol dos modernos romancistas portugueses da segunda metade do século XX.

A julgar pela metáfora de Casais Monteiro, podemos encarar Soromenho como um escritor destituído da “corda capaz de vibrar às emoções e às razões colectivas”, pois seu projeto literário não se coadunava com os projetos dos presenciaistas, tampouco com a proposta de uma literatura engajada dos neorrealistas.

No meio intelectual em que Castro Soromenho circulava, seu projeto de uma literatura africana era solitário e não encontrou o acolhimento desejado por ele. Parafraseando um antigo adágio popular, afirmo que Soromenho mirou onde quis e acertou o que não quis. Ao tentar ser um moderno romancista português elegendo a lunda como seu objeto de investimento ficcional, Castro Soromenho foi absorvido pela nascente literatura nacionalista angolana, algo que, como veremos nas páginas a seguir, não fazia parte dos seus planos.

É de se notar que a África trazida nas páginas de Castro Soromenho, principalmente aquela África dos seus romances *Terra Morta*, *Viragem* e *A chaga*, é uma alegoria cujo significado ainda era impossível de ser decodificado no Portugal das décadas de 1950 e 60. Pensar e refletir sobre o malogro do sonho de uma África portuguesa era algo que ainda não estava no horizonte de reflexão desta geração. Talvez nem o próprio Soromenho tivesse plena

119 MONTEIRO, Adolfo Casais. *O que foi e o que não foi o movimento da Presença*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p.17. Grifos do original

consciência disso. A corda na qual Castro Soromenho fazia vibrar sua literatura não era apenas uma nota dissonante no meio literário português, havia sim uma completa dissintonia entre o som que ele tentava ecoar e os ouvidos que a auscultava.



Manuel da Fonseca, Joaquim Figueiredo Magalhães, Cardoso Pires e Castro Soromenho. 1959/60. Acervo Família Soromenho.

Se fosse nos fiar apenas nas considerações do que sumariamos acima, com base nesses poucos títulos que versam sobre a história e a crítica da literatura portuguesa do século XX, poderíamos, de pronto, afirmar que Castro Soromenho fora um escritor que passara ao largo de todo este universo. Pois ele praticamente não é citado, ou quando o é, figura como escritor de literatura colonial. Assim, afirmar que ele possuía vínculos intelectuais e afetivos com os diversos nomes citados acima, quais sejam: presencistas, modernistas ou neorrealistas, pode soar como uma hipótese mais remota ainda para os leitores de tais histórias literárias.

Uma possibilidade para termos não só um contraponto a estas versões, como também entendermos os porquês destas ausências com relação a Castro Soromenho, é a análise de parte de sua correspondência.

Castro Soromenho era um sujeito que falava pouco sobre si, dos seus projetos e sobre seu passado, mesmo dentro do meio familiar. Sua correspondência nos auxiliará a romper estes silêncios, como também tentar mapear os caminhos e descaminhos percorridos por este escritor no universo intelectual com o qual ele se relacionou nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Esta fonte apesar de muito rica é parcial, pois há muitas lacunas de tempo não preenchidas e que caberá à imaginação histórica do pesquisador que ora escreve estas linhas intentar preencher.

Boa parte da correspondência que tivemos acesso foi compulsada nos Espólios de Adolfo Casais Monteiro e de José-Augusto França, todos sob a guarda da Biblioteca Nacional

de Portugal. Junto ao herdeiro do espólio de Castro Soromenho, seu filho Jorge Eduardo Soromenho, pudemos ter acesso a um pequeno, porém valioso, número de cartas enviadas por Mário Pinto de Andrade a Castro Soromenho entre os anos de 1953 a 1967. Quanto à correspondência consultada nos espólios da Biblioteca Nacional de Lisboa, a mais rica, sem sombra de dúvida, são as cartas enviadas por Soromenho a Casais Monteiro.

A primeira questão a ser colocada é que na maioria desta correspondência temos acesso apenas a um lado da moeda. Pois, em boa medida podemos ler apenas as cartas escritas por Castro Soromenho – no caso das enviadas por ele a Casais Monteiro e José Augusto França –, ou aquelas recebidas por ele – a exemplo das missivas enviadas por Mário Pinto de Andrade.

Na tentativa de suprir essa carência, procurei nestes espólios não apenas as cartas enviadas por Soromenho, mas também algumas enviadas por amigos que eram comuns tanto a Soromenho como também ao dono do espólio. Por exemplo, no espólio de Casais Monteiro relacionei algumas missivas enviadas por José-Augusto França, no intuito de encontrar citações e referências a Castro Soromenho. Meu objetivo era saber não só a percepção que Soromenho tinha sobre si mesmo dentro deste grupo, mas considerei necessário compreender como Soromenho era visto pelo seu grupo. Apesar dessas referências serem pouco frequentes, elas foram importantes na montagem do quebra-cabeças.

Um segundo problema que deve ser colocado ao se analisar criticamente esta correspondência é o período coberto por estas cartas. Nenhuma das missivas que temos em mãos antecede o ano de 1947, e tem como marco final o ano de 1968, data da morte de Soromenho em São Paulo. Bom, uma primeira questão a ser levantada é o fato de que Soromenho fazia parte de uma geração em que a convivência social se dava pelos encontros quase cotidianos ocorridos nos cafés, especialmente aqueles localizados no Chiado. José-Augusto França em sua entrevista conosco em novembro de 2012, lembra que “A brasileira” do Chiado era um dos principais locais de encontro. Entretanto, foi na Pastelaria Colombo – localizada na Praça Saldanha – que ele conheceu Castro Soromenho em dezembro de 1945, segundo a boa memória do professor França. Era na Colombo também que Soromenho convivia com outros intelectuais como o próprio França, Casais Monteiro e Antonio Pedro, local frequentado por ele quase diariamente após seu jantar.¹²⁰ Assim, a troca de cartas ocorria em momentos de viagens quando a comunicação verbal era interrompida.

120 FRANÇA, José-Augusto França. Entrevista concedida em 11 de Novembro de 2012. A transcrição da entrevista foi revista pelo entrevistado e devidamente autorizada.

Todavia, a ausência de correspondências enviadas por Soromenho anteriores a 1947 nos sugere algo mais, pois esta ausência não é nada fortuita. A partir desta ausência podemos fazer uma inferência: no conjunto geral da obra de Castro Soromenho existe um escritor antes do seu livro *Terra Morta* – escrito em 1945 e publicado em 1949 –, e outro depois. Para conseguir publicar o seu *Terra Morta*, e divulgá-lo posteriormente, Soromenho lançou mão desta sua rede de relações presente nesta correspondência. Acreditamos que seus interesses intelectuais anteriores à publicação de *Terra Morta* não demandaram nenhuma necessidade desse apoio. Como escritor ligado à propaganda colonial, Soromenho, de certa maneira, estava numa zona de conforto, pois este era um ambiente que circulava muito bem desde os tempos de angariador de mão-de-obra na Lunda do final da década de 1920. Expliquemo-nos melhor.

O escritor anterior à *Terra Morta* publicou uma série de estudos etnográficos e históricos sobre Angola em periódicos como *O mundo português*, *Atlântico*, *Esphera*, *Revista Mundial Ilustrada*, *Panorama*, *Portugal Maravilhoso*, *Diário de Luanda*. Todos favoráveis ao colonialismo e por consequência vinculados à propaganda colonial. Antes de *Terra Morta*, entre o período de 1936 a 1943, Castro Soromenho também publicara dois romances e três livros de contos. Destas cinco obras, três foram premiadas no concurso de literatura colonial. Vejamos: em 1939, seu livro de contos *Nhári: o drama da gente negra* (1938) ficou em 2º lugar; em 1942 leva o 1º prêmio com a obra *Homens sem caminho* (1942); e em 1943, novamente fica com 2º lugar com o livro de contos e histórias *Rajada* (1943). Das cinco obras anteriores a *Terra Morta* que citamos acima apenas duas não foram premiadas no Concurso de Literatura colonial, que são *Lendas Negras* (1936) e o primeiro romance de Soromenho, *Noite de Angústia* (1939). Apesar disso, *Lendas Negras* fora publicada numa coleção chamada “Cadernos Coloniais” sob os auspícios da Agência Geral das Colônias. Somente a publicação de *Noite de Angústia* não mantém qualquer relação direta com a propaganda colonial e seus órgãos financiadores, pois sua primeira edição é de uma editora do Porto chamada Livraria Civilização.

Após esse arazoado, já é possível perceber que as obras de Soromenho publicadas antes de *Terra Morta*, mostram os caminhos de um escritor de temas africanos que tem como mote inspirador para sua produção a própria propaganda colonial que promove anualmente um concurso literário, cujo incentivo é uma boa premiação em dinheiro. Para conseguir publicar esse romance, Castro Soromenho se apoiou numa rede de relações intelectuais bem diferente daquela ligada ao universo da propaganda colonial. Por tais razões acreditamos que esta correspondência tem seu início por volta do ano de 1947, pois a publicação de *Terra Morta* marca uma nova etapa na vida intelectual de Castro Soromenho.

Mas há outras questões relacionadas a este projeto literário. Em alguns momentos aqui deste texto, afirmei como Castro Soromenho era um sujeito que falava pouco sobre si e seu passado. Tal estratégia pessoal não é gratuita, pois há nisso um objetivo de obliterar do seu passado e de sua experiência profissional sua ligação com a propaganda colonial. A memória construída de si mesmo era a de que ele havia começado sua carreira nas letras como jornalista, teve a experiência de ser editor em Lisboa e, paralelamente a isso, foi se consolidando como romancista. Em meados de 1965, quando se encontrava no exílio em Paris e desenvolvendo estratégias para conseguir chegar ao Brasil, Castro Soromenho envia seu *curriculum vitae* para Casais Monteiro.¹²¹ Este documento fazia parte das necessidades burocráticas para que Casais juntamente com outros amigos, conseguissem a oficialização de um convite para Soromenho trabalhar como colaborador de Ruy Coelho no curso de Sociologia da Universidade de São Paulo.

Neste currículo, Soromenho afirma que viveu em Angola até a idade de vinte e sete anos, fato que não é verdadeiro. Todavia, fazia parte de suas estratégias para garantir a autoridade no estudo e na ficção das coisas africanas. Ele não menciona nenhuma das revistas e jornais ligados à propaganda colonial nos quais ele atuou por cerca de sete anos como *O mundo português*, *Atlântico*, *Esphera*, *Revista Mundial Ilustrada*, *Panorama*, *Portugal Maravilhoso*, *Diário de Luanda*. A título de exemplo, em *O mundo português* – periódico ligado ao Ministério das Colônias e distribuído gratuitamente – Soromenho produziu trinta e quatro artigos entre 1936 a 1945, algo nada desprezível.

1945 marca o ano que Castro Soromenho tenta pela primeira vez publicar *Terra Morta* em Portugal, projeto malgrado pelos rigores da censura. Somente em 1949, numa edição brasileira, esta obra vem a público. Em *Terra Morta* aparece uma personagem nova no texto de Soromenho, que é o colono português que vive numa Lunda da década de 1920 já pacificada pelas campanhas militares das primeiras décadas do século XX. Todavia, este colono está empobrecido e não possui os sonhos de grandeza e sortilégios que possuía nos tempos áureos do comércio da borracha e da cera no final do XIX, época em que chegou à África. Nesta época bebia-se champanhe acompanhado por finos acepipes enlatados. Deste passado sobrou apenas a velha loja enclausurada nos sertões de Angola e a vizinhança com um posto de serviço da administração colonial, o qual está ali apenas com a função de cobrar os impostos coloniais da população nativa.

121 SOROMENHO, C. [Carta] 15 mai.1965, Havre [para] CASAIS, M. Araraquara. 4f. Cota E15/4472. Acervo BNP.

Como fruto da permanência do colono na Lunda está presente também na narrativa de *Terra Morta* o mestiço, filho de amores vadios ou de casamentos arranjados ao preço de algumas contas de vidro e um cobertor. O mestiço de *Terra Morta* se assemelha ao mestiço estudado por Laura de Mello e Souza nas Minas Gerais do século XVIII em *Os desclassificados do ouro*. Ele nem fala com fluência o português do pai, tampouco reconhece na totalidade as tradições da mãe africana que o gestou. É um excluído da sociedade admoestada pelo colonialismo.

Nestas rápidas pinceladas acerca de *Terra Morta* é fácil perceber o porquê de afirmarmos que esta obra representa um corte no trabalho intelectual de Castro Soromenho. Este é o primeiro romance de Castro Soromenho em que ele explicitamente constrói, em parte, uma imagem de fracasso e miséria do colonialismo português em Angola. Este livro, assim como a sequência composta por *Viragem* (1957) e *A chaga* (1970), é também a narrativa de um recalque do nacionalismo português, que diz respeito aos sonhos e pretensões colonialistas portuguesas. Sonho que neste recente ido século XX teve a África como seu principal objeto de investimento afetivo. A obra de Soromenho em boa medida nos ajuda a interpretar como é grande a angústia ao se deparar com este sonho não realizado.

Não é por menos que esta obra foi proibida de ser publicada em Portugal ao ser submetida à censura em janeiro de 1945.

Muito casualmente numa pesquisa na rede mundial de computadores, encontrei num site que abriga uma infinidade de documentos e jornais acerca da vida política portuguesa no século XX, uma referência ao nome de Castro Soromenho. Foi assim que pudemos acessar um documento praticamente inédito acerca da proibição da publicação de *Terra Morta*, quando este romance foi analisado pela censura em fevereiro de 1945.

E15/4472

CURRICULUM VITAE

CASTRO SOROMENHO, Fernando Monteiro de
 Nasceu em 1910 na Zambézia (Moçambique). Viveu até a idade de 27 anos em Angola, onde foi empregado numa companhia mineira, funcionário administrativo e jornalista. Em Portugal exerceu de 1937 a 1960 os cargos de: chefe de redacção do semanário "Humanidade", tendo visitado o Brasil, pela primeira vez, como seu enviado especial em 1938; redactor dos diários de Lisboa, "Jornal da Tarde", "A Noite" e "O Século". Em 1949, foi redactor correspondente do "Diário Popular", de Lisboa, no Rio de Janeiro. No mesmo ano visitou a Argentina em serviço desse jornal. Foi redactor correspondente do semanário literário "Dom Casmurro", do Rio de Janeiro, onde publicou uma série de entrevistas com escritores portugueses sobre intercambio cultural luso-brasileiro. Como colaborador da revista "Seara Nova", diário "O Primeiro de Janeiro" e semanário "O Diabo", publicou um inquérito ^{sobre} a situação cultural brasileira com depoimentos de sociólogos e romancistas brasileiros.

De 1949 a 1958 fundou e dirigiu a editora "Sociedade de Intercambio Cultural Luso-Brasileiro" e foi delegado da "Editora da Casa do Estudante do Brasil"; fundou e dirigiu a "Editorial Sul", em Lisboa, interdita pelo Governo português em 1958.

OBRAS PUBLICADAS:

NHARI, contos - 1938
 NOITE DE ANGUSTIA, romance - 1939
 HOMENS SEM CAMINHO, romance - 1941
 RAJADA E OUTRAS HISTORIAS, - 1943
 VIAGEM AO PAIS DO OIRO BRANCO, história - 1944
 AVENTURA E MORTE NO SERTÃO, história - 1944
 SERTANEJOS DE ANGOLA, história - 1944
 MISTERIOS DA TERRA - MUCANDA (circuncisão e rito de passagem numa tribo quioca da Lunda) - 1945
 CALENGA, novelas - 1945
 TERRA MORTA, romance - proibido de se editar, em 1945, pela Censura portuguesa e editado no Rio de Janeiro em 1949

Cópia da 1ª página do *Curriculum Vitae* de Castro Soromenho enviado a Casais Monteiro em maio de 1965¹²²

Na ficha da censura, cujo relatório foi assinado por um certo major Ávila Madruga, não apresenta o nome do solicitante, sabemos apenas que as editoras que não desejavam ter suas oficinas empasteladas, se submetiam aos arroubos autoritários do governo português. Pelo teor do relatório, o censor demonstrou que de fato leu minuciosamente o livro e detalha os motivos pelos quais ele proíbe a publicação de *Terra Morta*. Acompanhemos um trecho deste relatório,

Romance da vida africana no interior de Angola. Com episódios de pouco interesse, descreve-se a vida dos pequenos funcionários civis nos postos administrativos e a vida nas aldeias indígenas do interior da colônia. Em todas as narrações transparece a existência precária e pouco dignificante dos pequenos funcionários e a miséria da vida primitiva e de abandono dos indígenas. Mostra-se a penúria da população negra, explorada e massacrada pelos brancos que só tem a única preocupação de cobrar impostos e recrutar homens para trabalhos nas minas [...] [Por fim o censor delibera] Sou da opinião que não deve ser autorizada a publicação deste romance por deletério e contrário à nossa acção colonial.

(a)Ávila Madruga. Maj.¹²³

A publicação do livro ocorrerá apenas em 1949 pela Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil localizada no Rio de Janeiro. O trabalho para a publicação de *Terra Morta* no Brasil, empreendido por Soromenho, foi realizado entre março e abril de 1949, ocasião em que ele veio ao Brasil a serviço do *Diário Popular* de Lisboa para a realização de algumas entrevistas com Graciliano Ramos. Em maio deste ano ele já sai do Rio de Janeiro como delegado da Livraria-Editora Casa do Estudante do Brasil e viaja para Buenos Aires, ocasião na qual se casa com Mercedes La Cuesta.

Em 8 de outubro de 1949, Soromenho escreve a Graciliano se anunciando como fundador da Sociedade de intercâmbio cultural luso-brasileira, e propõe-lhe a publicação de alguns de seus livros em Portugal, como *São Bernardo* e *Vidas Secas*.¹²⁴ Graciliano pouca atenção deu para o caso e só respondeu à solicitação de Soromenho a 16 de janeiro de 1950, dizendo que não compreendia nada de negócios e que Soromenho tratasse do caso diretamente com José Olímpio, seu editor.¹²⁵

Esta Sociedade de Intercâmbio Cultural fundada por Soromenho em 1949 era uma editora que funcionava sem a autorização do governo português. A solução encontrada por Soromenho para editar livros em Portugal foi estabelecer sociedade com uma editora brasileira, a Livraria-editora Casa do Estudante Brasileiro, a mesma que publicou *Terra Morta* e as obras de Arthur Ramos. E por meio deste artifício ele fazia suas publicações com este selo duplo, que

123 PEREIRA, José Pacheco. Ephemera. Disponível em [http://ephemerajpp.wordpress.com/2011/12/12/censura-relatorio-no-2805-18-de-abril-de-1945-relativo-a-terra-morta-de-castro-soromenho/#]. Acessado em 12/10/2012.

124 SOROMENHO, C. [Carta] 28 out. 1949, Lisboa [para] RAMOS, G. Rio de Janeiro. 1f. Acervo FS.

125 RAMOS, G.. [Carta] 16 jan. 1950, Rio de Janeiro [para] SOROMENHO, C. Lisboa. 1f. Acervo FS.

em Portugal figurava como uma edição brasileira, driblando assim as autoridades portuguesas. Acreditamos que a publicação de *Terra Morta* por esta editora permitiu a Soromenho se aproximar desta casa editorial carioca. Soromenho possuía laços de amizade com o diretor-gerente da Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, o Arquimedes de Melo Neto. Este, nos tempos de estudante em Recife, fora assessor de Gilberto Freyre e, por conta de suas posições políticas, é perseguido pelo Estado Novo. Para se livrar do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) de Pernambuco, muda-se para o Rio de Janeiro e em 1940 com apenas 27 anos funda a Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil.

A editora de Arquimedes publicou títulos de autores iniciantes – hoje clássicos da cultura brasileira – e títulos perseguidos pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) como Josué de Castro, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Graciliano Ramos, Fernando de Azevedo, José Lins do Rêgo e vários outros. Como já é de conhecimento do leitor, Soromenho antes de sua vinda em 1949 ao Brasil, já conhecia Graciliano Ramos, Arthur Ramos e Álvaro Lins – da Editora José Olímpio. Assim, é possível deduzir os caminhos percorridos por Soromenho para que ele estabelecesse uma relação de amizade e cooperação intelectual com Arquimedes de Melo Neto.

A despeito disso, a Sociedade de intercâmbio cultural luso-brasileira teve vida curta, não sabemos precisamente o período de sua existência, mas não ultrapassou os quatro anos. Tempo suficiente para a publicação de alguns trabalhos como *Peregrinação*, obra de Fernão Mendes Pinto, com prefácio de Adolfo Casais Monteiro. A edição publicada pela Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileira/Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, Lisboa/Rio de Janeiro, saiu em 1952/3. Algumas traduções também foram levadas a termo, a exemplo de *As grandes correntes da História Universal*, de Jacques Pirenne, editada em 1950 pela Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileira, com tradução de Adolfo Casais Monteiro.

Como se nota, o nome de Adolfo Casais Monteiro figura como participante direto na produção destas duas obras citadas acima. Isso explica em boa medida a grande quantidade de cartas trocadas entre Soromenho e Casais entre final da década de 1940 e início dos anos de 1950. Além do fato de que Casais fazia viagens constantes ao Porto e lá permanecia algumas temporadas, e nessas ocasiões se comunicava por cartas com os amigos. O trabalho editorial de Soromenho estabeleceu uma parceria com Casais Monteiro, o primeiro como editor e o segundo com o trabalho intelectual de fazer apresentações, prefácios e traduções.

Esta permanência de Castro Soromenho ao Brasil entre março a abril de 1949 foi proveitosa dentro daquilo que ele tinha planejado. Pois conseguiu deixar no prelo o seu *Terra*

Morta e, ainda, estabeleceu uma parceria de publicação com a editora de Arquimedes de Melo Neto. Para nós que analisamos o círculo de relacionamentos desse escritor neste já distante ano de 1949, essa viagem e algumas atividades realizadas por Soromenho ao longo de sua permanência no Rio de Janeiro reforçam nosso posicionamento acerca da busca de Castro Soromenho por reconhecimento intelectual em solo pátrio.

Alguns fatos ocorridos no Brasil nesta sua passagem nos permitem concluir que a opção de Soromenho em sem manter como escritor e iniciar suas atividades de editor, a partir deste ano de 1949, foram bem refletidas. Em carta enviada do Rio de Janeiro a Casais Monteiro no dia 2 de abril de 1949, depois de mencionar como a alta do custo de vida no Brasil prejudica a vida de um escritor, Soromenho menciona que logo receberá informações acerca de algumas conferências que ministrará na Faculdade de Filosofia, mas é categórico: “Confesso que só me interessa fazê-las pelo dinheiro”. Duas linhas abaixo ele afirma também que recusou convite do Álvaro Lins para ser colaborador no *Correio da Manhã*, “não tenho tempo por ora”, respondeu Soromenho a Lins.¹²⁶

Passados trezes dias, Soromenho escreve novamente a Casais para dar várias notícias, entre elas uma que faz referência a conferência que ministrou na Faculdade de Filosofia, a princípio acreditamos que tenha sido a convite de Arthur Ramos, mas não temos evidências para fazer tal afirmação. Independente disso, vejamos o julgamento pessoal de Soromenho acerca desta sua ‘conferência’,

Fiz média 8 numa conferencia na Faculdade de Filosofia: - “O Homem novo da Africa”. Presidia o Artur Ramos, que fez uma apresentação que me deixou envergonhado com os elogios. Gostaram e pediram ao A. R. para eu a repetir, mas recusei-me por falta de tempo. A meu pedido o A.R. cancelou a proposta para uma serie de conf^ª, (curso), pagos, na F. de Filosofia. Fiquei de fazê-los na minha nova visita ao Brasil, que terei de fazer por estar ligado a assuntos editoriais.¹²⁷

Tais evidências nos levam a concluir que Castro Soromenho na sua vinda ao Brasil em 1949 teve opções concretas de cá permanecer, caso fosse seu interesse, para iniciar uma nova etapa de sua vida intelectual, distante assim das admoestações do salazarismo. Porém, suas opções já haviam sido feitas. Ele não desejava se destacar como intelectual em nível acadêmico, seus objetivos eram outros. Além de continuar a produzir seus romances, o trabalho de editor daria a Soromenho a possibilidade de publicar seus próprios livros e assim garantir alguma independência em relação aos seus projetos intelectuais. Em determinadas falas de Soromenho

126 SOROMENHO, C. [Carta] 02 abr, 1949, Rio de Janeiro [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4436. Acervo BNP.
127 SOROMENHO, C. [Carta] 15 abr, 1949, Rio de Janeiro [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4437. Acervo BNP.

nestas cartas de abril de 1949 ele destila certo rancor em relação ao silêncio de alguns dos seus “camaradas” de Portugal frente a seus pedidos.

Após passar uma lista de atividades para Casais, como era seu costume, Soromenho confia ao amigo: “Na minha nova vida em Lisboa, eu trabalharei com V. em estreita colaboração, tratarei esses camaradas com a mesma indiferença que lhes merece os meus interesses. Estou farto de ser bom rapaz... Agora, vamos é tratar de nossa vida.”¹²⁸ O alvo desta reclamação aqui com toda a certeza é o Eduardo Salgueiro, amigo de Casais e proprietário da Editorial Inquérito, que não deu nenhuma resposta a Soromenho acerca da sua proposta de publicação do livro *A maravilhosa viagem dos exploradores portugueses*, o qual fora publicado pela Sociedade de Intercâmbio cultural luso-brasileira em 1948.

Outra observação que desejamos fazer com base nestas duas missivas de abril de 1949 diz respeito à auto identificação de sua nacionalidade, a qual, por sua vez, era moldável diante da situação a que estava exposto. Ao relatar a Casais como estava indignado pelo fato de Paulo Duarte (1899-1984) – que na ocasião era redator do jornal Estado de S. Paulo – não responder suas cartas, ele afirma cheio de mágoa: “Esta gente não escreve, por hábito e preguiça, dizem eles, nós diremos por falta de educação; mas nós somos europeus.”¹²⁹ Ao disparar contra os hábitos dos brasileiros Soromenho se colocava como europeu, mas ao advertir Casais a não vir para o Brasil por conta do calor, visto que ele próprio como um “homem da África” não estava suportando.¹³⁰ Contradições desta ordem serão cometidas por Soromenho ao longo de sua vida, conforme na já citada entrevista concedida a Fernando Mourão em 1960.¹³¹

Ainda com relação aos seus objetivos editoriais, na saída do Brasil em fins de abril de 1949, Soromenho tinha em mente também montar uma editora oficial em nome de seu cunhado que vivia em Açores, Raúl Mendonça. Nesta sociedade ele seria o gerente e teria uma cota na participação dos negócios. O nome sugerido por Soromenho foi o de Ateneu Editorial, e este projeto efetivar-se-á somente em 1953 com o nome de Editorial Sul.

Do ponto de vista financeiro, a edição de livros não pareceu ser um negócio que solucionasse os problemas imediatos de Soromenho. Em carta a Casais Monteiro em 10 de maio de 1950, enviada de Paris quando sua esposa estava prestes dar à luz ao primeiro filho do casal, ele reclama com Casais,

O atraso do lançamento da propaganda da Peregrinação, deitou por terra meu plano de trabalhos a executar no verão. O empate de capital (já se dispendeu com essa obra

128 SOROMENHO, C. [Carta] 02 abr, 1949, Rio de Janeiro [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4436. Acervo BNP.

129 Idem

130 Ibidem.

131 MOURÃO, Fernando A. “Entrevista com Castro Soromenho”. Op. cit.

uns 80 contos) e o adiamento da propaganda para outubro, travaram-me os passos na editorial. Por outro lado, a História Universal não paga ainda ... metade das despesas, que vão consideráveis como sabe.¹³²

Vale lembrar, que anteriormente a sua ida ao Rio de Janeiro e à criação dessa Sociedade de intercâmbio cultural luso-brasileira em 1949, Soromenho já externava a Casais o desejo de produzir algum tipo de publicação feita por portugueses e brasileiros. Desejo este expresso em carta a Casais Monteiro com data de 5 de janeiro de 1948. As preocupações com o Brasil e com sua literatura já perseguiam Soromenho, desde o final da década de 1930, como veremos com mais vagar no capítulo seguinte. Neste dia cinco de janeiro de 1948, Soromenho escreve a Casais, de uma forma um pouco romanceada, o seu desejo de criar uma revista no Brasil feita por portugueses e com a participação de brasileiros. Ele propõe a Casais uma ida ao Brasil para que ele ministrasse palestras, pois na opinião de Soromenho, externada nesta missiva, Casais Monteiro era o grande nome da crítica literária em Portugal, e remata: “como ensaísta v. é hoje, em Portugal, o escritor que mais tem a dizer, e é preciso que o diga, porque de si muito depende uma série de esclarecimentos”.¹³³

Com toda a certeza ir para o Brasil neste momento não fazia parte dos planos de Casais Monteiro. Esta preocupação com o Brasil, com a África e com o mundo criado pelo português era algo que incomodava sobremaneira Castro Soromenho. Inclusive nesta carta ele comenta que estava relendo *Casa-grande & Senzala*. Além de elogiar a obra ele afirma que gostaria de se encontrar com Gilberto Freyre para lhe esclarecer os porquês da cultura do escravo negro ser diferente do negro livre no Brasil, algo que, segundo Soromenho Freyre, não o fez.¹³⁴

Vinte cinco dias após o envio desta carta, em que Soromenho sugere a Casais Monteiro sua ida ao Brasil, ele escreve uma segunda, na qual indiretamente insiste outra vez no assunto. Na carta de cinco de janeiro de 1948, Soromenho propôs que o Eduardo Salgueiro pudesse cobrir as despesas de viagem e que os contatos no Brasil poderiam ser feitos pelo Antonio Amorim, que atuava como jornalista no Rio de Janeiro. Ele, inclusive, sugere a Casais que poderia cuidar do contato com o Amorim: “Se v. quizesse eu escreveria ao Antonio Amorim para tratar desse negocio de conferencias no Rio.”¹³⁵ E Soromenho o fez conforme ele mesmo sugeriu; não sabemos se com a anuência ou não de Casais. Esclareçamos o porquê desta dúvida. Datada de 30 de janeiro de 1948, esta carta é bastante peculiar, pois foi datilografada e tem

132 SOROMENHO, C. [Carta] 10 mai, 1950, Paris [para] MONTEIRO, C. Lisboa. 1f. Cota E15/4425. Acervo BNP.

133 SOROMENHO, C. [Carta] 05 jan, 1948, Ponta Delgada (Açores) [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4431. Acervo BNP.

134 Idem.

135 Ibidem. No original estão omitidos os acentos tal qual transcrevemos. Acervo BNP.

como destinatário Antonio Amorim. Soromenho nesta carta rasgou elogios a Casais Monteiro e o colocou como um articulador fundamental na efetivação deste projeto, acompanhemos um trecho desta carta.

Têm ido ao Brasil intelectuais portugueses, a convite oficial e officioso, alguns são boas pessoas, a maioria safados, mas nenhum verdadeiramente à altura de uma missão cultural que revelasse o nosso movimento nas letras e artes. Todos se arrimaram ao bordão carunchoso do intercambio luso-brasileiro. Nós já não podemos ouvir falar nessa cousa que tem servido para tanto bate-boca inútil. Temos pensado muito na necessidade de ir a essas terras um intelectual à altura de revelar, numa serie de conferencias, a verdadeira cultura portuguesa e os perigos que vem correndo e outros que se avizinham – um homem com responsabilidades, sem estar enfeudado a academias ou cargos oficiais. Nossos olhos voltam-se para Casais Monteiro. Poeta, o maior que hoje temos, ensaísta e romancista, ele é uma das figuras mais representativas da nossa actual literatura.¹³⁶

Abaixo do texto datilografado, Soromenho escreve de próprio punho, de ponta cabeça ao sentido da carta destinada a Antonio Amorim, algumas palavras a Casais Monteiro. Fica subentendido que esta carta direcionada ao Amorim é uma cópia que Soromenho enviou também a Casais, para não restar dúvidas que ele estava envidando esforços para concretizar seu projeto da ida de Casais Monteiro ao Brasil. Não sabemos se de fato Antonio Amorim recebera esta carta elaborada por Soromenho.

A despeito dessas dúvidas, o que esta carta pode sugerir? Sabemos apenas que a mesma estava em poder de Casais, e que Soromenho materializou sua intenção de escrever ao Amorim pedindo apoio para a ida de Casais Monteiro ao Brasil. Tal atitude figura-nos como parte de um projeto não muito organizado de Soromenho, que era o de estabelecer um intercâmbio cultural luso-brasileiro. E demonstra uma tentativa de autoafirmação intelectual pela parte de Soromenho, pois ao inserir Casais nos seus projetos seria uma forma de demonstrar sua maturidade intelectual e se projetar de maneira autônoma. O assunto da ida de Casais ao Brasil foi esquecido nas correspondências seguintes entre os dois.

Outrossim, a cópia desta carta destinada ao Antonio Amorim não deixa de ser também uma tentativa nada sutil no sentido de criar uma situação de reciprocidade com Casais Monteiro. Não podemos interpretar que essa atitude de Soromenho se resumia simplesmente ao seu interesse em divulgar a literatura portuguesa no Brasil.

Desde fins de 1947 Soromenho buscava junto a Casais apoio para a publicação de *Terra Morta* na França, visto que em Portugal o livro fora censurado em 1945. Este assunto ocupou um razoável número de correspondências enviadas por Castro Soromenho a Casais Monteiro.

136 SOROMENHO, C. [Carta] 30 jan, 1948, Ponta Delgada (Açores) [para] MONTEIRO, C. Porto. 1f. Cota E15/4432. Acervo BNP.

E objetivamos neste momento, analisar especificamente esta questão no sentido de construir algumas interpretações acerca da posição intelectual ocupada por Soromenho neste amplo universo das letras portuguesas. Além disso, temos em mira, também, problematizar algo que afirmarmos anteriormente com relação ao desejo de Castro Soromenho ser reconhecido como um escritor português.

Desta sorte, especulamos que a publicação desse romance de Soromenho no Brasil em 1949 foi uma segunda opção, visto que o seu desejo de publicá-lo em França no final da década de 1940 não se efetivou. Ou, o que também é provável, Soromenho almejava publicá-lo tanto na França quanto no Brasil.

Recuperemos esta história da tentativa de publicação de *Terra Morta* em França no final da década de 1940.

Lisboa, 12 de setembro de 1947. Neste dia de clima quente, Castro Soromenho escreve a Casais Monteiro informando-o que está de partida para os Açores no dia 23 do mês corrente, e pede ao amigo para que escreva uma ou duas linhas para o Armand Guibert. Pela concisão do pedido, julgamos que o assunto já era de amplo conhecimento das partes. Nesta missiva, Soromenho relata que encontrara o Assis Esperança na estação de trem em Lisboa, de partida para Paris, e o entregou uma carta escrita por Armand Guibert sobre um dos livros de Soromenho. A intenção de Soromenho era que de posse desta carta o Assis Esperança apresentasse “o editor francês ao Guibert”.¹³⁷ Não há referência ao nome do editor nesta carta. Soromenho neste momento tenta sofregamente publicar seu livro, censurado em Portugal, em alguma editora francesa. Apesar do pedido já feito a Assis Esperança na estação de trem, Soromenho pede também a Casais – por meio desta carta que ora citamos – que escreva uma carta ao Guibert, pois julgou que o Assis não ia cumprir a gentileza, “ele [o Assis Esperança] já ia com muita pressa”.¹³⁸

Armand Guibert (1906-1990) era Professor da Universidade de Toulouse e ligado ao Instituto Francês em Portugal, e que na década de 1940 colaborou no *Diário Popular* de Lisboa com crítica literária. Em França seus trabalhos mais conhecidos estão ligados às traduções dos poemas de Fernando Pessoa. Outro intelectual francês ligado ao mesmo instituto da Universidade de Toulouse é Pierre Hourcard, com quem Casais Monteiro mantinha contato frequente, como veremos mais a frente.

137 SOROMENHO, C. [Carta] 12 set, 1947, Lisboa [para] MONTEIRO, C. Porto. 1f. Cota E15/4430. Acervo BNP.
138 Idem.

Soromenho pede ainda a Casais, uma cópia traduzida “da entrevista” a um escritor italiano. Provavelmente trata-se de uma entrevista cedida pelo próprio Casais, pois não há relatos de Soromenho ter feito neste período algum tipo de entrevista, a qual com certeza teria sido publicada, dada a necessidade que Soromenho possuía neste momento em ver seu trabalho divulgado e reconhecido.

Ele confiava tanto na possibilidade desta publicação em Paris, que até deixa um endereço nos Açores para que Casais pudesse lhe enviar o contrato de publicação da editorial francesa. E numa situação destas podemos nos perguntar se isso era confiança demasiada ou precipitação, pois tudo dependia da forma como Casais Monteiro conduzisse a situação. Não sabemos como tais pedidos eram recebidos por Casais, visto que eram constantes. Posso estar equivocado, mas vejo que a relação intelectual estabelecida entre Casais e Soromenho era algo assimétrica, uma vez que a dependência deste último, para com o crítico mais conhecido em Portugal da poesia de Fernando Pessoa, era grande.

Pelo menos projetivamente Castro Soromenho se colocava nesta posição, e em raros momentos desta correspondência demonstrou algum tipo de descontentamento com os silêncios de Casais ou pelos seus atrasos na entrega das provas de livros em que ele tinha o trabalho de tradutor, e que Soromenho, por seu turno, editava e publicava. Casais Monteiro era um amigo que Soromenho muito admirava, visto ter lhe dedicado *Terra Morta*, mas também temia pelo rompimento, por isso talvez a ausência de qualquer tipo de reclamação para com as atitudes de Casais que o deixavam descontente.

A relação de Soromenho com Casais Monteiro apresentava suas tensões que a boa cordialidade não permitia que viessem à tona em suas missivas. Dada à dinâmica dessa relação – o primeiro sempre disposto a acionar o segundo no sentido de auxiliá-lo com indicações ou apresentações a este ou aquele intelectual ou editor – é natural que o desgaste ocorreria em algum momento. Pois Soromenho se colocava de maneira assimétrica nesta relação, ora pedindo favores, ora buscando o reconhecimento da autoridade de crítico literário possuída por Casais Monteiro.

Castro Soromenho nos momentos em que se encontrava angustiado deixava muito timidamente escapar algum julgamento de âmbito pessoal, como nesta carta datada de 25 de agosto de 1952 enviada de Buenos Aires para José-Augusto França. Depois de muito reclamar pelo fato de se encontrar na América do Sul e que muito ansiava estar na Europa, ele pede notícias dos amigos, vejamos:

Dos nossos amigos e inimigos, o que há? Espero que o Sena esteja mais inteligente do que nunca e o Casais menos sacana – duas coisas impossíveis, bem o sei; porque a

inteligência do primeiro não tem medida...[sic] e a sacania do segundo está para além de todas as medidas!¹³⁹

Esse comentário de Soromenho dá bem medida da tensão velada que existia da parte de Soromenho para com Casais Monteiro, e foi escrito em 1952 num momento em que essa ideia de publicar *Terra Morta* pela Gallimard via Casais Monteiro já havia sido abortada. Difícil saber se este momento de desabafo de Soromenho foi algo momentâneo ou se foi um acúmulo de longos anos se relacionando com Casais. Nisto podemos incluir os silêncios de Casais para com os pedidos de Soromenho no sentido de auxiliá-lo numa publicação francesa de *Terra Morta*, como também a apatia de Casais Monteiro diante do trabalho de tradutor desenvolvido na editorial fundada por Soromenho em 1949.

Dado que *Terra Morta* fora publicada no Brasil e não em França, podemos deduzir que em função dos constantes pedidos de Soromenho, Casais Monteiro simplesmente ignorava parte deles, ou seu trabalho de intermediador não foi suficiente para a publicação de *Terra Morta* em Paris naquele momento. Como é sabido, este livro de Soromenho será traduzido em Paris pela *Présence Africaine* em 1956, todavia, esta tradução não é fruto das relações de Soromenho com Casais Monteiro. Esta tradução foi resultado das relações de Soromenho com o sociólogo angolano Mário Pinto de Andrade, mas isso é assunto para as páginas seguintes.

Analisando as correspondências trocadas entre Soromenho, Casais Monteiro e José-Augusto França, o que de concreto podemos afirmar é que entre Soromenho e França o tom da relação era menos profissional, e as notícias ganhavam nuances coloquiais denotando a proximidade entre ambos. Trata-se de uma característica que diferencia esta correspondência, daquela trocada entre Soromenho e Casais Monteiro. Apesar da camaradagem e proximidade entre este último e Soromenho, a relação de ambos nunca perdeu uma certa formalidade.

No dia 21 de setembro de 1947, ainda em Lisboa, Soromenho reitera o pedido para que Casais que escreva ao Armand Guibert. Desta vez, ela lança mão de outra estratégia. Provavelmente com a ausência de respostas de Casais e do próprio Assis Esperança, Soromenho entrega os originais de *Terra Morta* a José-Augusto França, pois este irá a Paris em Outubro de 47. Deste modo, ele pede a Casais que escreva ao Guibert apresentando-o a José-Augusto França, que neste caso atuou como o mensageiro de *Terra Morta*. Armand Guibert seria para Soromenho a chave de acesso ao editor francês, que julgamos ser o Gallimard.¹⁴⁰ E de fato Guibert possuía trânsito junto a alguns editores em Paris. A única pista que temos para

139 SOROMENHO, C. [Carta] 25 ago, 1952, Buenos Aires [para] FRANÇA, J. A. Paris. 2f. Espólio N71. Acervo BNP.

140 SOROMENHO, C. [Carta] 21 set, 1947, Lisboa [para] MONTEIRO, C. Porto. 1f. Cota E15/4424. Acervo BNP.

compreender esta situação, qual seja, como Casais Monteiro encaminhava os pedidos de Castro Soromenho, é uma carta enviada por Pierre Houcarde a Casais Monteiro em 1946.

Na pesquisa que fizemos no espólio de Casais Monteiro, procuramos localizar as diferentes correspondências que pudessem direta ou indiretamente dizer algo a respeito de Castro Soromenho e sua obra. Nesta situação específica intentamos compreender a recepção da obra junto a intelectuais franceses que estudavam a literatura portuguesa.

Pierre Houcarde, diretor do Instituto Francês em Portugal da Universidade de Toulouse, em carta datilografada em papel timbrado do referido instituto escreve a Casais Monteiro no dia 19 de dezembro de 1946 para informá-lo que o Armand Guilbert havia se tornado conselheiro da Editora Charlot para uma coleção de autores estrangeiros. Segundo Houcarde, o plano de Guilbert era fazer a publicação de autores de língua portuguesa. Dentro do programa elaborado por Guilbert já estavam *Fanga*, de Alves Redol; *Eternidade*, de Ferreira de Castro e *Mar Morto*, de Jorge Amado.¹⁴¹ De acordo com este interlocutor de Casais, os planos de Guilbert não paravam por aí e pede a ajuda de Casais no sentido de divulgar esta demanda ou que ele possa indicar outros escritores portugueses. Houcarde deixa inclusive endereço a que os originais deviam ser remetidos, vejamos:

Il n'a pas l'intention de s'en tenir là et il me demande de faire savoir aux écrivains portugais qu'il est à même de leur rendre à Paris un certain nombre de services et qu'il les prie de bien vouloir lui envoyer leurs ouvrages ou se mettre en rapport avec lui en écrivant à son nom et à l'adresse des Editions CHARLOT, 18, Rue de Verneuil, Paris (7^e).¹⁴²

Esta carta e as informações contidas nela são demasiado interessantes e a partir das mesmas podemos fazer algumas inferências. A primeira questão a se notar é o fato de que Castro Soromenho ao colocar no encaixo de Casais Monteiro pela busca de uma intermediação junto a alguns intelectuais franceses, sabia de fato como Casais era bem relacionado em França. Uma segunda observação é com relação aos títulos citados por Houcarde fazerem menção a dois grandes nomes do neorrealismo português, Alves Redol e Ferreira de Castro. Além do regionalismo nordestino representado por Jorge Amado que, diga-se de passagem, era muito admirado por Houcarde. Na ocasião de sua visita ao Brasil em 1938, Houcarde ficou encantado com a obra *Jubiabá*, de Amado, e fez menção a este fato em outras correspondências destinadas a Casais Monteiro. As obras de Soromenho, por sua vez, não estão incluídas neste programa citado por Hourcarde, e tampouco serão em momento futuro. Não sabemos, infelizmente, se

141 HOUCARDE, P. [Carta] 19 dez, 1946, Toulouse [para] MONTEIRO, C. Porto. 1f. Cota E15/1693. Acervo BNP.

142 Idem.

Casais Monteiro sugeriu a este intelectual francês a publicação dos livros de Castro Soromenho, pois tal informação fecharia concretamente o raciocínio deste episódio.

Os motivos pelos quais este desejo de Castro Soromenho, constantemente solicitado a Casais Monteiro, não se concretizou é por nós desconhecido. Podemos deduzir que a temática africana não fazia parte dos interesses deste universo intelectual que Soromenho tentava acessar.

Como bom português, Soromenho, a despeito de todas as dificuldades, mantém sua tenacidade característica com o objetivo de publicar seu romance *Terra Morta* em França. Assim, no começo do ano de 1948 ele novamente solicita a Casais, mesmo que timidamente em uma única linha de uma longa carta, uma intermediação em Paris para a publicação de *Terra Morta*. Desta vez o pedido não faz referência ao Armand Guibert. Soromenho agora pede a Casais que “não deixe de tentar qualquer coisa junto ao [Jean] Cassou sobre o meu romance”.¹⁴³

Em fins deste mês de janeiro de 1948, nosso romancista da Lunda se encontrava ainda em Ponta Delgada e insiste outra vez com Casais Monteiro para que este se colocasse no encalço de Cassou. Diante dos repetidos pedidos de Soromenho acerca do mesmo assunto, o que fica subtendido e que Casais Monteiro não se pronunciou quanto a esta demanda. Nesta carta de 30 de janeiro há evidências que no ínterim de 5 a 30 de janeiro de 1948 – que marca o intervalo das cartas enviadas por Soromenho – ele tenha recebido uma carta de Casais Monteiro. Pois Soromenho menciona o fato de não ter ficado satisfeito com a informação prestada por Casais de que o Eduardo Salgueiro¹⁴⁴ não iria fazer a edição vulgar do seu livro *A maravilhosa viagem dos exploradores portugueses*, publicado em 1948 pelo próprio Soromenho, numa edição de luxo com poucos exemplares. Segundo Soromenho, não foi isso que ele tinha combinado com o ‘Salgueiro’.¹⁴⁵ E, se houvesse de fato algum pronunciamento de Casais Monteiro, com relação a esta intermediação junto aos intelectuais franceses, solicitada constantemente por Soromenho, este não teria repetido o pedido nesta carta de 30 de janeiro de 1948.

Pelo selo da Inquérito Editorial de Eduardo Salgueiro, Castro Soromenho teve dois títulos publicados na década de 1940, quais sejam, a primeira edição em 1945 do livro de contos

143 SOROMENHO, C. [Carta] 05 jan, 1948, Ponta Delgada (Açores) [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4431. Acervo BNP.

144 Eduardo Salgueiro era um jornalista a quem Casais Monteiro se ligou estritamente após sua ida para Lisboa em 1938, momento no qual Salgueiro acabara de fundar a Editorial Inquérito. C.f.: OLIVEIRA, Fábio Ruela. Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Victor Ramos (1954-1974). Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 29.

145 C.f.: SOROMENHO, C. [Carta] 05 jan, 1948, Ponta Delgada (Açores) [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4431. Acervo BNP.

Calenga, e a segunda edição de *Homens sem caminho* em 1946, premiado em 1941 no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias.

Dadas às diferentes investidas por parte de Soromenho no sentido de tentar publicar seu romance *Terra Morta* em Paris, é de se presumir que estes seus pedidos junto a Casais não surtiram nenhum efeito prático; e que de fato não surtiram como já sabemos.

Ao escrever a Casais a carta de 5 janeiro de 1948, Soromenho encontrava-se isolado de seus companheiros de Lisboa, pois estava hospedado na casa da irmã Aldo Monteiro, casada com Raúl Mendonça, o qual emprestará seu nome e seu capital a Soromenho para a montagem da Editorial Sul em 1953. Neste isolamento, Soromenho deixa escapar algumas conclusões feitas sobre si mesmo, algo raro em sua personalidade introspectiva. Aqui nesta carta Soromenho confia a Casais que 1938 fora o ano de sua entrada no mundo das letras. Para nós que analisamos a obra desse escritor, esta é uma informação extremamente interessante, pois nos mostra como Soromenho está reelaborando seu próprio passado de modo a criar uma sequência lógica que justifique para si mesmo e a outrem sua transformação em escritor. Este fato é mencionado nesta carta por conta da lembrança de uma frase proferida a Soromenho por Ferreira de Castro, que dizia que o meio literário é um “alguidar de lacraus”. Expressão que abasileirada pode ser interpretada como “ninho de víboras”. É nítido o desconforto dele com a situação atual, e ao nos basearmos pela correspondência enviada para Casais Monteiro nestes anos de 1947 e 1948, o fato que mais incomoda Soromenho neste momento é a publicação de seu livro *Terra Morta* em língua francesa. A sensação pessoal de se encontrar “num ninho de víboras” pode ser interpretada por nós como um descompasso de interesses entre este escritor e o meio literário no qual ele tenta cavar sua inserção. Soromenho, neste momento, era incapaz de compreender isso (e acho que nunca o foi), tanto que lastima-se junto ao amigo Casais Monteiro o fato de que “todo escritor português ser um incompreendido”.¹⁴⁶

Voltando à questão de Soromenho reelaborar seu passado e sua transformação em escritor, o artigo “A ilusão biográfica”, do sociólogo francês Pierre Bourdieu, nos fornece algumas pistas interessantes para compreender tal processo. Interpretar a história de uma vida como algo linear com seu começo e fim orientados, a exemplo do que faz o senso comum, segundo Pierre Bourdieu, “é aceitar tacitamente a filosofia da história no sentido de sucessão de acontecimentos históricos”.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 183.

Bourdieu chama a atenção para a interpretação das biografias e autobiografias que incorrem no erro de interpretar a vida como um todo coerente e orientado, ou seja, ler a vida enquanto um projeto. Ao assumir tal postura o biógrafo ou o próprio biografado leem este ou aquele fato do seu passado retirando-o da sua historicidade e o inserem numa sequência teleológica sobre a qual já se tem elaborado o seu começo e seu fim. Isso leva o biógrafo ou o biografado a selecionar “dentro de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles certas conexões para lhes dar coerência [...]”¹⁴⁸ Trata-se, enfim, de uma criação artificial de sentido a que o historiador deve estar atento para não ser enveredado por ela.

Castro Soromenho não desejava ser lembrado como um cobrador de impostos no posto civil de Camaxilo a serviço do governador da Lunda, ou um angariador de mão de obra escrava para as minas da Diamang. Ele se esforça para se colocar como um romancista que conhecia muito bem a vida na África e que não escrevia sem conhecimento de causa. Este fato, com toda a certeza, explica em boa medida a ausência de referências por parte de Soromenho a sua vida em Angola. Inclusive ao se observar os diversos documentos que compõem o seu espólio pessoal, nota-se que da sua parte houve um trabalho – seja ele consciente ou não – de selecionar aquilo que ele gostaria que fosse lembrado acerca de sua pessoa.

Este esforço externava o desejo de que sua vida profissional começou a partir do seu retorno a Lisboa em fins de 1937.

A despeito disso, voltemos rapidamente nossas atenções para o assunto que Soromenho não quer deixar calar neste ano de 1948: a publicação de *Terra Morta* na França. No começo de janeiro de 1948 quando estava em Ponta Delgada, nos Açores, Soromenho planejava ir ao Brasil. Todavia, essa viagem ocorrerá apenas no ano seguinte por razões várias que desconhecemos. O fato é que numa carta de Soromenho enviada a Casais Monteiro em 10 de setembro de 1948, ele menciona estar satisfeito com a opinião de Cassou a respeito de seu romance. Não sabemos, como é de se presumir, se Soromenho recebeu esta informação diretamente de Jean Cassou ou intermediada por Casais Monteiro. Vejamos o que Soromenho dissera a Casais neste dia,

Estou, como é de calcular, satisfeito com a opinião de Cassou sobre o meu romance. E já que a sua leitura o “empolgou”, talvez v. bem possa pedir, em seu e meu nome, que seja ele a apresentar a tradução [sic] o livro em França, fazendo-lhe au [...]. As “bases” ficariam loucas de raiva...[sic] Uma obra apresentada pelo Cassou, encontraria bom acolhimento no jornal de [...], etc. etc.¹⁴⁹

148 BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. Op. cit., p. 185.

149 SOROMENHO, C. [Carta] 10 set, 1948, Lisboa [para] MONTEIRO, C. Porto. 1f. Cota E15/4433. Acervo BNP. Grifo do original manuscrito.

Diante das colocações de Soromenho a Casais, o que sabemos de fato é que não havia nenhuma movimentação concreta da parte de Jean Cassou ou Pierre Houcarde que pudesse levar Soromenho a crer que esta publicação sairia em França neste momento. E não saiu, pois no começo de 1950 encontramos Soromenho morando em Paris, e a publicação de *Terra Morta* por alguma editorial francesa ainda figura nos seus planos.

Em carta enviada a Casais em 17 de abril de 1950, Soromenho informa mais uma vez que tentou localizar Jean Cassou por intermédio de um certo Antoini, o qual, segundo Soromenho, “me recebeu com um abraço e mil desculpas por não ter entregue o livro e sua carta ao Cassou”.¹⁵⁰ A carta referida aqui nesta citação, provavelmente é uma carta escrita por Casais Monteiro apresentando Soromenho e sua obra a Jean Cassou. Soromenho aproveita ainda para informar que está vivendo num Hotel juntamente com a esposa Mercedes, que está grávida do primeiro filho do casal. Eles pretendem ficar em Paris até princípio de junho de 1950. Nesta correspondência que ora analisamos, ainda não encontramos nenhuma menção de Soromenho que pudesse esclarecer os motivos que levaram-no a deixar Lisboa em 3 de abril de 1950 e estabelecer residência em Paris, e com a esposa grávida. Esta permanência em Paris não se justificava apenas para que sua esposa pudesse dar à luz ao primeiro filho em território francês. Creio que o motivo mais significativo deste esforço de Soromenho é a tentativa de publicar seu livro em Paris. Outrossim, ele não poderia permanecer muito distante de Lisboa, pois possuía projetos editoriais ligados a sua Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-brasileiro, projetos estes que permaneceram em execução mesmo com sua ausência de Lisboa. E por carta as dúvidas iam sendo dirimidas.

Apesar de nestes idos de abril de 1950, *Terra Morta* já estar publicada numa edição brasileira, Soromenho continua sua investida no sentido de publicá-la em língua francesa. A publicação de *Terra Morta* no Brasil garantia a circulação da obra em português, mas faltava ainda divulgação do livro em francês, pois para um escritor português da geração de Castro Soromenho a consagração no exterior era tão ou mais importante que o louvor dentro da própria pátria.

Para alguns críticos portugueses, a literatura lusitana se ressentia do fato de ser uma língua com pouco prestígio literário, e o pagamento de tributo ao universo das letras francês era um recurso a que muitos recorriam para alcançar notoriedade fora da Europa. Soromenho foi um destes, pois seu desejo para ver se traduzido em França era grande.

150 SOROMENHO, C. [Carta] 17 abr, 1950, Paris [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4442. Acervo BNP.

Acerca deste problema da falta de prestígio literário enfrentado pelos países europeus periféricos, Alexandre Pinheiro Torres nos esclarece:

Pesa sobre as pequenas nações este drama de não poderem romper a barragem das *mass media* erguidas pela sociedade de consumo. Estas conduzem o *marketing* literário pelos caminhos que mais convém às forças que o controlam. Às vezes, como já se viu, até convém a uma grande potência literária promover o *marketing* de um escritor de uma determinada “colônia”.¹⁵¹

Em linhas gerais, Alexandre Torres coloca as questões relativas à consagração literária, a qual longe de se pautar exclusivamente por juízos estéticos apresenta suas disputas internas referenciadas por critérios políticos e também econômicos. Mas no caso do cenário europeu, e português em específico, há a preocupação pela busca do reconhecimento dos grandes centros culturais da Europa. A partir da perspectiva esboçada por Pinheiro Torres, um destes critérios era a tradução desta ou daquela obra em inglês ou francês, pois o idioma português é de pouca abrangência. Ele cita, por exemplo, a tradução do livro *A selva*, de Ferreira de Castro, que “foi traduzido até na Inglaterra”.¹⁵²

Todavia, ainda de acordo com Pinheiro Torres, o interesse por essa obra se deu apenas pelo exotismo na sua narrativa, já que trata dos dramas de um emigrado português no trabalho de extração de borracha na floresta amazônica. Segundo ele, o único interesse pela literatura dos países periféricos europeus por parte das grandes potências literárias, reside no terreno do exotismo. Dramas mais complexos sobre o amor ou o existencialismo humano seriam olhados com desconfiança.

Apesar de um pouco maniqueísta, essa passagem de Pinheiro Torres, nós dá uma dimensão dos dramas da intelectualidade portuguesa deste período, que se ressentia pelo fato de fazer parte de uma nação cultural e economicamente periférica no cenário europeu. Torres, glosa do esplendor literário possuído por Portugal no já distante século XVI, período no qual a nação lusa fazia seu próprio *marketing*. Nesta literatura da segunda metade do século XX, os portugueses deveriam cavar sua ponte de ligação com os grandes centros de consagração, como o fez Ferreira de Castro “que encontrou em Blaise Cendrars o seu padrinho, que o traduziu e o lançou”.¹⁵³

De igual maneira, Castro Soromenho tentou junto a Casais Monteiro encontrar seu padrinho literário em Paris. E, acerca dos esforços do amigo nesta intermediação junto ao editor

151 TORRES, Alexandre Pinheiro. *O Neo-realismo literário português*. Op. cit., p. 193.

152 Idem.

153 Ibidem, p. 194.

francês, uma carta de Jean Cassou enviada a Casais em 18 de abril de 1950 nos sugere que ele, em alguma medida, atendeu aos pedidos de Soromenho. Cassou, nesta curta missiva, informa a Casais que a vinda de Soromenho a Paris fora uma lástima porque ele o pegara se recuperando de uma cirurgia de catarata. Ele lamenta o ocorrido e afirma a Casais que em breve escreverá uma carta sobre *Terra Morta*.¹⁵⁴

Jean Cassou (1897-1986) foi um escritor e curador de arte de nacionalidade espanhola, mas que fez sua carreira intelectual em França. Na ocasião em que Castro Soromenho tenta contatá-lo por volta de 1948, Cassou era curador-chefe do Museu Nacional de Arte Moderna, cargo que ocupou entre 1945 até 1965. Anteriormente a isso, Cassou já havia ocupado outros importantes cargos e foi uma figura intelectual de destaque ao longo da resistência francesa ao regime de Vichy e à ocupação nazista. Em 1932 ele tornou-se Inspetor de Monumentos Históricos e em 1934 membro do Comitê de Vigilância de Intelectuais Antifascistas e editor da revista *Europa* 1936-1939. Em abril de 1940, no Museu Nacional de Arte Moderna, se tornou assistente de curador e curador-geral por várias semanas antes de ser deposto em setembro de 1940.

Após sua deposição do Museu de Arte de Moderna pelo regime de Vichy, Cassou juntamente a outros intelectuais de esquerda do naipe de Claude Aveline, Agnès Humbert, Boris Vildé, Anatole Lewitsky e Paul Rivet, formam o grupo clandestino que ficou conhecido como a “rede de resistência do Museu do Homem”.¹⁵⁵ Esse grupo criou, editou e imprimiu o jornal *Résistance* entre dezembro de 1940 a março de 1941, em função de suas atividades no grupo do Museu do Homem, Cassou é preso pela Gestapo e levado à prisão de Furgol em Toulouse. Ao sair da prisão em junho de 1943 é nomeado pelo Governo Provisório da República Francesa para o cargo de Comissário da República da região de Toulouse, mas por conta de um acidente que o deixara em coma durante um ano teve que renunciar ao cargo. Assim, em 1945 é reconduzido aos seus trabalhos de curadoria e se torna o curador-chefe do Museu Nacional de Arte Moderna da França.

E é sob tal posto que Jean Cassou escreveu uma carta datada de 19 de abril de 1950, cujo destinatário era Castro Soromenho, e não sabemos porque motivo se encontrava no espólio de Casais Monteiro. Visto o pedido de contato com Castro Soromenho ter partido de Casais,

154 CASSOU, Jean. [Carta] 18 abr, 1950, Paris [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/716. Acervo BNP.

155 CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti. “Literatura e Jornalismo na guerra de Ágnes”. Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura/ V Seminário Internacional Mulher e Literatura. Universidade de Brasília, Brasília, V. 1, Nº 1, 2011, p. 1806.

Jean Cassou, possivelmente, julgou de bom tom, deixá-lo a par deste diálogo, o qual não trouxe grandes surpresas.

Nesta carta, Cassou informa a Soromenho que está se recuperando de uma cirurgia de catarata, e afirma que tão logo saia da escuridão em que se encontra irá fazer algum comentário sobre o manuscrito datilografado de *Terra Morta* que tens em mãos. Antecipadamente, ele também afirma que já teve a impressão de se tratar de uma “bela obra, forte, violenta e verdadeira”,¹⁵⁶ e sugere a Soromenho procurar o Roger Caillous em função do interesse deste por “literatura ibérica”. Cassou inclusive escreveu a Caillous, que na ocasião ocupava um cargo na UNESCO, falando sobre o livro de Soromenho, fato este citado por Soromenho na carta de 25 de abril de 1950 destinada a Casais Monteiro.¹⁵⁷

A fixação de Soromenho para conseguir apoio a esta tradução era tamanha, que poucos dias após ter recebido esta carta de Jean Cassou ele já se dirigiu a UNESCO para ter com Roger Caillous, o qual havia sido comunicado pelo Jean Cassou acerca do livro de Soromenho. Nesta conversa, Soromenho que antes de tudo, ofereceu ao Caillous, “que lê com muita dificuldade o português”, o seu livro *Terra Morta* e o livro *O romance e seus problemas*, de Adolfo Casais Monteiro.¹⁵⁸ Segundo Soromenho, o resultado prático da conversa do Caillous foi: “Munir-se de uma apreciação crítica para a entregar ao editor que entender, possivelmente o Gallimard”. Soromenho pensa que esta apreciação crítica possa ser feita pelo Pierre Hourcade, e pede outra vez a Casais que solicite a ele, “com urgência”, esta apreciação.¹⁵⁹

O tempo e recursos financeiros que Castro Soromenho possuía para ficar em Paris, neste ínterim de abril a junho de 1950, eram pequenos. Por tal razão, sua paciência com a demora das respostas de Casais Monteiro também. Quinze dias após ele ter solicitado a Casais uma cópia da crítica a *Terra Morta*, de Pierre Hourcade, ele novamente reitera o mesmo pedido:

Faça o possível para obter uma cópia da crítica do Hourcade, porque quero entregá-la ao Cassou, com quem estou em correspondência. Se o Hourcade fizer isso a tempo, poderei procurar o Caillous antes de regressar a Lisboa, o que seria muito vantajoso, dão [sic] que isso facilitaria minha apresentação ao Gallimard.”¹⁶⁰

O que chama a atenção nessa solicitação de Castro Soromenho com relação ao texto de crítica de seu livro *Terra Morta*, é que ele trata da questão como se a tal crítica já existisse, o que de fato não ocorreu. Prova disso é no que no início do mês de junho, ele está à volta do

156 CASSOU, Jean. [Carta] 19 abr, 1950, Paris [para] SOROMENHO, Castro. Paris. 1f. Cota E15/4443. Acervo BNP.

157 SOROMENHO, Castro. [Carta] 25 abr, 1950, Paris [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4444. Acervo BNP.

158 Idem.

159 Ibidem. Pierre Hourcade na ocasião era professor da Universidade Toulouse, ligado ao Instituto Francês em Portugal e que na década de 1940 colaborou no Diário Popular de Lisboa, com crítica literária.

160 SOROMENHO, Castro. [Carta] 10 mai, 1950, Paris [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4425. Acervo BNP.

mesmo pedido.¹⁶¹ O cálculo que Castro Soromenho fazia era simples: de posse de uma crítica positiva de Pierre Houcarde, ele teria argumentos sólidos para convencer Roger Calloius, que era leitor da editora Gallimard, a ser favorável à publicação de *Terra Morta*. Inclusive, ele justifica a celeridade desta crítica pelo fato de que Violante do Canto já ter iniciado o trabalho de tradução do livro. Acreditamos que esta tradução foi conseguida pelo próprio Soromenho sem qualquer vínculo com alguma editora, visto que Violante do Canto figura como tradutora da edição de *Terra Morta* publicada em 1956 pela *Présence Africaine*.

Pelo que vimos até aqui, o número de intermediações que Castro Soromenho lançava mão para acessar uma das principais casas editoriais de Paris iam apenas aumentando. Além de um padrinho no exterior, Castro Soromenho precisava também se ligar a um grande nome da literatura portuguesa, que neste caso era Adolfo Casais Monteiro. Tais intermediações iam apenas dificultando a efetivação do seu plano e, paralelamente a isso, os problemas do seu negócio editorial também consumiam suas energias.

Como afirmamos logo acima, apesar de sua saída de Lisboa, Soromenho continua tratando dos assuntos editoriais da Sociedade Intercâmbio Cultural Luso-brasileira ao longo de sua permanência em Paris. Na carta de 10 de maio de 1950, Soromenho já havia reclamado a Casais Monteiro dos atrasos no lançamento da propaganda de *Peregrinação*¹⁶² e o prejuízo causado com a publicação de *História Universal*,¹⁶³ “a História Universal não paga ainda ... metade das despesas, que vão consideráveis como sabe”.¹⁶⁴

Os atrasos de Casais Monteiro na entrega de seus trabalhos para que Soromenho pudesse revisar e mandar para a tipografia que ficava em Paris, gerou alguns melindres entre os dois ao longo da edição do livro *As grandes correntes da História Universal*. No dia 4 de junho de 1950, Castro Soromenho escreveu um número razoável de linhas para justificar que não estava culpando Casais Monteiro por estes atrasos. Creio que as cobranças de Castro Soromenho junto a Casais, tanto no que se refere à intermediação para a publicação de seu livro *Terra Morta*, como em relação às traduções de Casais Monteiro para concluir as provas da editorial recém-fundada em 1949, acabaram por gerar estes atritos.

Em oito de agosto de 1951, Soromenho já se encontrava em Lisboa e ainda não havia dado nenhum passo concreto para a publicação de *Terra Morta* em Paris. Na carta enviada a

161 SOROMENHO, Castro. [Carta] 04 jun, 1950, Paris [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4445. Acervo BNP.

162 Obra de Fernão Mendes Pinto, com prefácio de Adolfo Casais Monteiro, a edição publicada pela Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileira/Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, Lisboa/Rio de Janeiro, saiu em 1952/3.

163 Numa referência à obra *As grandes correntes da História Universal*, de Jacques Pirenne, editado em 1950 pela Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso-Brasileira, com tradução de Adolfo Casais Monteiro.

164 SOROMENHO, Castro. [Carta] 10 mai, 1950, Paris [para] MONTEIRO, C. Porto. 2f. Cota E15/4425. Acervo BNP.

Casais neste dia, o tom áspero e formal, inclusive pelo fato da carta ser datilografada, chama a atenção. Nesta, Soromenho procura esclarecer que os pagamentos que Casais recebera por conta da tradução de *As grandes correntes da História Universal*, estavam corretos. Apenas para termos uma ideia, Soromenho, inclusive, repete trecho da carta anterior no qual Casais diz estar “enojado destas habilidades”.¹⁶⁵

Ao que parece, este desentendimento foi algo pontual e não abalou a relação dos dois escritores. Todavia, a questão de adiantamentos por trabalhos ainda não realizados e pequenos empréstimos pessoais, vez e outra se transformava em objeto de pequenos melindres que vinham à tona nesta longa correspondência.

Creio que a questão financeira era apenas um subterfúgio para estes pequenos desentendimentos, os quais estão diretamente ligados a questões de outra natureza. No caso de Soromenho, sua angústia estava ligada à demora na publicação de *Terra Morta* em língua francesa e, de certa maneira, ele projetou essa insatisfação em Casais Monteiro. Este era sua ponte de ligação aos intelectuais franceses que na década de 1940 e 1950 pesquisavam a literatura portuguesa coeva.

Não sabemos com precisão qual fora o desfecho do assunto “tradução de *Terra Morta*” entre Castro Soromenho e Casais Monteiro. Entre os anos de 1953 e 1961 não há no espólio de Casais Monteiro nenhuma carta enviada por Castro Soromenho, por isso torna-se difícil fazer inferências concretas acerca do malogro desta publicação francesa de *Terra Morta* aos moldes desejados por Soromenho. Como veremos no item seguinte, esta tradução acabou saindo em 1956, mas ligada a um círculo intelectual bem diverso a este do qual fazia parte Casais Monteiro. Ocupemo-nos agora em analisar um período bastante tumultuado da vida de Castro Soromenho, que foi seu exílio em Paris a partir de 1960.

2.2.1 – O exílio na França

Longe de dar a impressão que pretendo apenas historiar a biografia deste escritor, este episódio do exílio de Castro Soromenho nos ajuda a fechar o quadro interpretativo das redes de relações intelectuais a que ele estava vinculado e, igualmente, notar a sua posição neste espaço.

Soromenho foge de Lisboa para Paris no mês de abril de 1960; o dia exato de sua abalada desconhecemos. Ele não sabia ainda, mas ali começara o seu exílio. É fato concreto que no dia 25 de abril deste ano ele escreve de Paris para sua esposa, que se encontrava em Lisboa. Na

¹⁶⁵ SOROMENHO, Castro. [Carta] 8 ago, 1951, Lisboa [para] MONTEIRO, C. Porto. 1f. Cota 15/4448. Acervo BNP.

carta, ele solicita que Mercedes organize seus livros em pacotes e os deixe aos cuidados do Rogério Moura, seu último sócio nos negócios editoriais. Soromenho pede ainda que ela organize os documentos pessoais dos filhos, dê baixa no aluguel, na água e no gás e mais uma série de outras atribuições, que ao fim e ao cabo, tem um único significado: Soromenho pede a esposa para deixar Lisboa também. Esta carta que ora nos referimos é uma cópia transcrita pela PIDE e não sabemos se ela chegou às mãos de Mercedes. É fato que tão logo esta carta fora interceptada, a PIDE invadiu sua casa em Lisboa onde se encontrava sua esposa Mercedes e os três filhos menores. Nessa invasão a PIDE levou apenas parte de sua correspondência e nada mais, possivelmente a esposa já tivesse remetido o restante para Paris ou guardado em local mais seguro. Soromenho nunca mais retornou a Lisboa e, por volta do mês de junho de 1960, ele e a esposa já estavam juntos; os filhos menores ficaram em Lisboa aos cuidados da irmã Alda Monteiro de Castro Soromenho.¹⁶⁶

Nestes processos da PIDE, os primeiros documentos e informações acerca de Castro Soromenho começam a ser juntados a partir de 1945. O fato gerador que levou a PIDE a seguir de perto seus passos, foi, provavelmente, a solicitação à censura portuguesa da autorização para a publicação de *Terra Morta* em 1945. A partir de então Castro Soromenho estava na lista dos indivíduos que representavam perigo à nação. Portugal, a exemplo da maioria das nações ocidentais, também se encontrava assombrado com o “fantasma do comunismo”.

Neste seu primeiro ano de exílio em 1960, Soromenho trabalhou em algumas traduções de seus livros, e pelo que podemos deduzir, se organizou para viver nos Estados Unidos da América durante o primeiro semestre de 1961.

Por meio de algumas cartas enviadas a Casais Monteiro e informações constantes em seu processo da PIDE, sabemos que Soromenho chegou a Madison/EUA no dia 13 de janeiro de 1961 e retornou a França no começo de julho deste ano.¹⁶⁷ Soromenho ao longo da vida fez poucas referências a sua ida aos EUA, e foi um recorte do jornal *República* que publicizou sua viagem. Isso nos possibilitou saber que ele trabalhou no Luso-Brasílian Center da Universidade de Wisconsin, cuja tarefa seria a preparação de material para um curso de português, e também realizaria “uma série de conferências sobre a moderna literatura portuguesa”.¹⁶⁸ Vale lembrar, que se tivemos acesso a esta informação hoje, isso se deve ao trabalho de espionagem da PIDE

166 C.f.: Processo Nº 3480 CI (2), Fundo PIDE/DGS, p. 225. Ver também: Processo Nº120 E/GT, Fundo PIDE/DGS, p. 4-7. Acervo ANTT.

167 C.f.: “Castro Soromenho”. Jornal República, 04 de Fevereiro de 1961. Processo Nº 3480 CI (2), Fundo PIDE/DGS, p.187. Acervo ANTT. Ver também: SOROMENHO, C. [Carta] 19 jun, 1961, Nova York [para] MONTEIRO, C. Araraquara. If. Cota N15/4454. Acervo BNP.

168 “Castro Soromenho”. Jornal República, 04 de Fevereiro de 1961. Processo Nº 3480 CI (2), Fundo PIDE/DGS, p.187. Acervo ANTT.

que soube do fato no calor do acontecimento e o registrou no dossiê de Fernando Monteiro de Castro Soromenho.

Nem mesmo seus amigos mais próximos sabiam dos detalhes deste trabalho acadêmico de Castro Soromenho, que interpreto como um pequeno desvio dentro dos seus planos de trabalho na condição de escritor. José-Augusto França, em carta para Casais Monteiro, datada de 8 de janeiro de 1961, informa sucintamente esta passagem de Soromenho pela Universidade Wisconsin.

V. sabe que o Soromenho teve um contrato como Assistente para a Universidade de Madison, no Wisconsin, USA? Vai preparar uma antologia, aconselhar a biblioteca portuguesa, fazer conferencias, durante 6 meses e já partiu, a 29, com a Mercedes e sem filhos.¹⁶⁹

Após seu retorno de Madison, Soromenho nunca mais pisou em solo português e permaneceu em Paris até o final de 1965. A opção pelo exílio em Paris, dadas às circunstâncias de vigilância e controle impostos pela PIDE em Portugal, é facilmente explicável. Porém, deve-se colocar como fator de estímulo a esta saída de Lisboa o próprio ambiente intelectual do qual Soromenho fazia parte, ou melhor, a falta deste ambiente intelectual no início da década de 1960. Pois, a maioria dos intelectuais portugueses ligados a Soromenho já haviam feito a opção do exílio também. Durante sua permanência, de janeiro a junho de 1961, na Universidade de Wisconsin, esta sensação de isolamento intelectual se aguçou, e são constantes suas reclamações com a falta de notícias dos amigos de Portugal. E apesar de manter-se em contato direto com os seus amigos africanos, ele reclama do isolamento.¹⁷⁰

Meu caro José-Augusto: Bem haja! V. é a única pessoa que escreve e dá notícias. O resto é silêncio! Mas não é Portugal uma zona de silêncio? E os portugueses espalhados pelo mundo, ilhas do mesmo silêncio? Assim é, com raras exceções. [...] elas v. e o Fernando Lemos. Os meus amigos africanos, sim, recebo novas, frequentemente.¹⁷¹

Esta passagem reforça mais uma vez a perspectiva já por nós apresentada, que é o sentido de pertencimento de Castro Soromenho como escritor. O sentimento de angústia confidenciado a José-Augusto França é por conta do seu isolamento do universo literário português. O contato frequente com os seus amigos africanos não lhe preenche este vazio. Por vezes ao longo da leitura desta correspondência de Castro Soromenho, tendo a encarar este contato de Soromenho com escritores e intelectuais africanos apenas como uma forma divulgar

169 FRANÇA, J-A. [Carta] 08 jan, 1961, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 1f. Cota N15/1379. Acervo BNP.

170 SOROMENHO, C. [Carta] 5 mar, 1961, Madison [para] FRANÇA, J. A. Estoril. 2f. Cota N71. Acervo BNP.

171 Idem.

sua literatura. Contato este que cumpria a mesma função das traduções dos seus romances em outras línguas.

No exílio em França, Castro Soromenho construiu um novo círculo de relações intelectuais, como também continuou a escrever seu último romance e trabalhar na tradução de algumas de suas obras no exterior. De modo bastante discreto, ele e outros intelectuais portugueses criticaram o regime salazarista com o objetivo de chamar a atenção do restante da Europa para a situação antidemocrática em que se encontrava Portugal. Cito como exemplo a viagem que Soromenho fez a Bruxelas em fins de setembro de 1961 juntamente com Antônio José Saraiva (1917-1993) – Professor universitário em Lisboa – para uma conferência de imprensa na qual eles fizeram “uma longa exposição da situação portuguesa, visando sobretudo o regime prisional, em todos os seus sectores”.¹⁷²

Nesta carta Soromenho comenta sobre o papel da imprensa portuguesa na repressão aos opositores do salazarismo. Segundo o que ele relata a Casais Monteiro, o jornal *Diário da Manhã* noticiou esta conferência em Bruxelas desmentindo todas as afirmações feitas por Soromenho e Antonio Saraiva. Nota-se como o papel da imprensa de direita era grande no sentido de construir a vinculação dos opositores do regime ao Comunismo: “como sempre marcou-nos [o Diário da Manhã] como comunistas, a começar pelo título do artigo O partido manda e os dois obedecem”,¹⁷³ pondera, assim, Soromenho.

Em Paris ele trabalhou também em pequenas colaborações para o Museu do Homem, mas é difícil saber qual o nível de participação dele nesta instituição, pois é um assunto pouco referenciado por ele nesta correspondência com Casais.¹⁷⁴ Em carta enviada do Havre em 14 de julho de 1965, Soromenho nos dá uma pista do porque ser tão pouco referenciado em suas correspondências com Casais Monteiro o seu trabalho no Museu do Homem. Ele próprio não tinha muito apreço por suas funções, dado que informa a Casais que o cargo que ora exerce é de “moço de recados pago pela C.N.R.S., como ajudante de maitre do recherche Michel de Leiris”.¹⁷⁵ Neste trabalho segundo o próprio Soromenho nos informa, ele se dedica duas horas por dia a leituras, traduções e notas naquilo que é relativo às colônias africanas da parte portuguesa.

Data	Endereço	Fonte de citação do endereço
------	----------	------------------------------

172 SOROMENHO, C. [Carta] 5 out, 1961, Paris [para] MONTEIRO, C. São Paulo. 5f. Cota E15/4456. Acervo BNP.

173 Idem.

174 SOROMENHO, C. [Carta] 15 mai, 1965, Havre [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4471. Acervo BNP.

175 SOROMENHO, C. [Carta] 14 jul, 1965, Havre [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4473. Acervo BNP.

12 de setembro de 1947	Calçada de Arroios, 51-A, 2º, Lisboa	Carta de 12 setembro de 1947 para Casais
01/01/48	Ponta Delgada	Carta de 01/01/48 para Casais
28/12/1948	Rua Direita de Santa Catarina, 38, Ponta Delgada, São Miguel, Açores.	Carta de 28/12/48 para Casais
8/10/1949	Trav. do Abarracamento de Peniche, 7, 3º E. Lisboa	Carta de 8/10/1949 de Castro Soromenho a Graciliano Ramos.
30/08/1950	Rua Padre António Vieira, Nº3, 3º Andar. Lisboa.	Relatório de Informação PIDE, p. 312, do Processo Nº 3480 CI (2)
09/05/52	Rua Rodrigo da Fonseca, Nº 80, 4º direito, Lisboa.	Auto de declaração da Pide, p. 306-7 do Processo Nº 3480 CI (2)
03/01/1953	Av. Duque d' Ávila, 20, 1º, Lisboa	Carta enviada de Madrid para Graciliano Ramos
17/04/1950	Hotel du Midi, 4, Av. du Parc Montsouris, XVI. Paris.	Carta E15/4443 enviada por Soromenho a Casais Monteiro.
Set. 1957	Praça das Águas Livres, 8, 3ºD. Lisboa.	Pedido de Bilhete de Identidade, <u>Processo Nº120 E/GT, p. 48.</u> Segundo o Prof. Tengarrinha, ele conheceu Soromenho neste endereço, e viveu neste local até sua ida a Paris.
Endereço utilizado na chegada em 1960 até a ida para os EUA, após o retorno de Wisconsin em 1961, eles se mudaram para o endereço da Rua Molitor	Boulevard Jacques-Debrosse, 19 em Arcueil (Sena).	Informação do Serviço de Polícia Francês à Pide, p. 85 Processo Nº 3480 CI (2)
Madison/EUA: Janeiro a Junho de 1961	Saída de Paris para Madison: 29/12/60. Chegada a Madison: 13/01/61. Saída de Madison: 15 de Junho. Chegada ao Havre: Começo de Julho de 1961. Nesta volta dos EUA para Europa, o casal fez separadamente, Soromenho foi para França e Mercedes para Lisboa.	Cartas de Soromenho para José Augusto França. Espólio N71, Acervo BNP.
31/08/1961	Hotel Saint Michel, 19, Rue Cujas. Paris V	Carta E15/4455. Enviada para Casais um pouco depois de sua chegada a Paris vindo de Madison.
26/10/1962	39, Rua Molitor – Paris (16º). Estúdio cedido por certo Da Silva	Informação de Espionagem citada na p. 131, do Processo Nº 3480 CI (2)
Março de 1964	Rua Molitor (XVIº), 39. Paris	Informação do Serviço de Polícia Francês à Pide, p. 85 Processo Nº 3480 CI (2).
22/03/1964	18, Rue Amedée Dunois. Livry Gargan. France. (arredores de Paris.	Carta enviada a Casais Monteiro em 22/03/1964. Cota E15/4459
07/07/1964	38, Av. Mathurin Moreuau, Ap. 31. Paris XIX.	Carta enviada a Casais quando ele estava hospedado no apartamento de uma certa Danièle Jay. Cota E15/4460
19/10/1964	7, rue Hippolyte Maindron. Paris XIV.	Residência de Câmara Pires. Carta enviada a Casais E15/4464
S/D.Provavelmente esta carta seja de 1965.	38, Av. Mathurin Moreuau, Ap. 31. Paris XIX.	Carta enviada a Casais Monteiro que estava em Araraquara. Cota E15/4453.
20/11/64	Hotel Saint Pierre-4, Rue de l'École de Médecine-Paris VI	Contrato com a Ulisséia, para 4ªed. de Homens sem caminho
13/04/1965	55, Rue Richelieu. Le Havre. France	Carta E15/4470. Enviada a Casais Monteiro.
26/7/1965	22, Av. des Chardons, Villejuif (Seine-France)	Carta E15/4475. Enviada a Casais Monteiro.

Tabela elaborada pelo autor.¹⁷⁶

Quem abriu as portas do Museu do Homem a Castro Soromenho junto a Michel Leiris, foi Mário Pinto de Andrade (1928-1990), escritor angolano que ao longo de sua vida intelectual e política possuiu múltiplas atividades: atuou como ensaísta, poeta, sociólogo, foi um dos fundadores do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e político. Mário de Andrade deixou Angola após concluir o Liceu, e em 1948 viaja para Lisboa onde inicia seu curso de Filologia Clássica da Faculdade de Letras de Lisboa. Durante seu período de permanência em Lisboa, juntamente com Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro e Alda Espírito Santo, promove atividades culturais visando a redescoberta da África. O local que agremiou estes jovens estudantes oriundos das então colônias africanas de língua portuguesa, em torno da causa africana, foi a Casa dos Estudantes do Império. Esta instituição criada oficialmente em 1944 por sugestão do então Ministro das Colônias, Vieira Machado, tinha como objetivo principal vigiar e controlar os africanos que estudavam em Lisboa. O tiro saiu pela culatra! Pois, o local se tornou um aglutinador destes jovens africanos, e foi lá que Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, dentre outros, fundaram em 1951 o Centro de Estudos Africanos.

Mário de Andrade foge para Paris no começo de 1954 antes que a PIDE o prendesse. Lá chegando, começa a trabalhar como chefe de redação da revista *Présence Africaine*, a convite do Diretor Geral da revista, o senegalês Alioune Dioup, de quem Mário se tornou também o secretário pessoal por algum tempo. Em sua permanência em Paris, além de se dedicar à organização da revista e de suas próprias publicações, também concluiu Sociologia na Sorbonne. No ano de ano de 1960, com a prisão de Agostinho Neto, Mário de Andrade assume a presidência do MPLA, mas não participa das ações diretas do movimento, pois em 1964 o abandona por conta de suas divergências com Agostinho Neto.

Para os nossos objetivos, importa ressaltar em linhas gerais, por meio de uma esparsa correspondência trocada entre Mário Pinto de Andrade e Castro Soromenho entre 1954 a 1965, como se deu o relacionamento de Soromenho com o universo da militância pela independência de Angola.

Com toda a certeza, foi na Casa dos Estudantes do Império que Castro Soromenho conheceu e entabulou relações com Mário de Pinto de Andrade. Como era natural daquele período, as pessoas trocavam correspondência justamente no período em que estavam

176 Principais endereços residências de Castro Soromenho citados em sua correspondência de 1947 a 1965.

distanciadas umas das outras, por tal razão as cartas que ora faremos referência datam de meados de 1954, período em que Mário de Andrade já residia em Paris e Soromenho ainda se encontrava em Lisboa. Mas o que os uniu a princípio não foi a causa da autodeterminação do negro-africano.

Na correspondência trocada entre Castro Soromenho e Mário Pinto de Andrade fica clara a colaboração deste intelectual angolano para que *Terra Morta* pudesse ser publicada em francês pela *Présence Africaine* em 1956. Mário de Andrade em carta datada de 30 de setembro de 1954, informa a Castro Soromenho que está em contato direto com a equipe editorial da *Présence Africaine* e afirma: “desde já posso lhe assegurar que a publicação de “Terra Morta” é uma ideia bem acolhida [...] Pode contar com meu voto”.¹⁷⁷ E de fato a publicação ocorreu. Por volta de novembro de 1955 as provas da tradução já estavam prontas e a publicação saiu em janeiro de 1956.¹⁷⁸

Mário de Andrade pelo que se depreende desta sua correspondência enviada a Castro Soromenho entre 1954 a 1966, era um homem cheio de atribuições. Eram constantes suas desculpas pelo atraso em responder às cartas do seu amigo português, mas algo interessante nesta correspondência é o fato de Mário de Andrade acionar Soromenho várias vezes no sentido de obter livros ou indicações bibliográficas acerca da vida colonial portuguesa em Angola. Certa feita, Mário pediu a Soromenho a cópia de material fotográfico sobre a vida social das colônias sob a administração portuguesa, material este que Mário de Andrade julga ter sido produzido pela Agência Geral das Colônias.¹⁷⁹ Ele como *persona non grata* da PIDE não arriscaria voltar a Lisboa para fazer suas pesquisas. Desde janeiro de 1957, ele planeava fazer um memorial para a Escola de Altos Estudos de Paris cujo tema seria a colonização portuguesa em Angola. Mário acariciava o sonho de fazer algum tipo de colaboração no editorial de Castro Soromenho, mas isto não ocorreu por razões várias que aqui não nos é possível especular.

Esta relação intelectual e fraternal entre Mário de Andrade e Castro Soromenho teve resultados bastante positivos para ambos. Por conta de sua amizade com Soromenho, Mário de Andrade passou ser conhecido entre o círculo de intelectuais, do qual Soromenho fazia parte, que estava bem distante das questões que envolviam os nacionalismos africanos em fins da década de 1950. Assim, Mário conheceu e entabulou relações com intelectuais portugueses do naipe de Cardoso Pires e José Augusto França. Soromenho, por seu turno, pode, enfim, publicar

177 ANDRADE, Mário Pinto. [Carta] 30 set, 1954, Paris [para] SOROMENHO, C. Lisboa. 1f. Acervo FS.

178 ANDRADE, Mário Pinto. [Carta] 6 set, 1955, Paris [para] SOROMENHO, C. Lisboa. 1f. E também: ANDRADE, Mário Pinto. [Carta] 29 nov, 1955, Paris [para] SOROMENHO, C. Lisboa. 1f. Acervo FS.

179 ANDRADE, Mário Pinto. [Carta] 15 jul, 1957, Paris [para] SOROMENHO, C. Lisboa. 2f. Acervo FS.

sua obra *Terra Morta* em francês, objetivo que já perseguia há mais de 10 anos. Por sua ligação a Mário de Andrade, ele também colaborou em alguns periódicos ligados ao universo do pan-africanismo, como *Présence Africaine* e *Revolution* que tinham por objetivo principal divulgar a luta pela emancipação política e cultural dos países africanos.

Referenciemos aqui alguns destes pequenos artigos de Soromenho publicados durante sua permanência em Paris: “Portrait: Jinga, reine de Ngola et de Matamba”. *Présence Africaine*, Paris, N° 42, p. 47-53, 1962; “L’arbre sacre: nouvelle”. *Revolution*, Paris, N° 8, p. 78-80, avril, 1964; “Les peuples naissent des légendes”. *Revolution Africaine*, Paris, 6 Juillet 1963, N°23, p. 22-4.

Para Mário de Andrade, Soromenho representava uma figura de expressão na literatura africana de matriz portuguesa, todavia, os projetos intelectuais de Mário de Andrade eram mais amplos, e em sua órbita ele conseguiu reunir vários literatos africanos de língua portuguesa para a publicação de algumas antologias. A primeira delas data de 1958 e foi publicada em Paris sob o título *Antologia da Poesia Negra de expressão portuguesa*, na qual ele agrupou poetas de Cabo Verde, Guiné, São Tomé, Angola, Moçambique e até do Brasil.¹⁸⁰

Na apresentação desta antologia, logo de súbito, Mário de Andrade afirma que o debate atual ultrapassa a ideia de afirmação da cultura negro-africana frente a outras culturas ditas superiores. De modo que, o problema em foco neste final da década de 1950 são as relações entre o poder e a cultura, como também “da possibilidade duma renascença dos valores culturais negros e sua integração no patrimônio universal”.¹⁸¹ Em linhas gerais a proposta intelectual de Mário de Andrade vai de encontro aos nascentes nacionalismos africanos nos países de língua portuguesa que objetivavam suas independências política e cultural.

Nessa fase nota-se com grande nitidez o papel da literatura em recriar uma nova identidade para Angola. A literatura nesse momento terá a missão de reescrever a história de Angola, e dar uma conotação clara e valorativa para a angolanidade. Nesse sentido, os autores dessa geração compuseram um painel que, de certa forma, formataram a identidade angolana, como a questão lingüística – o português X quimbundo –, a pobreza e miséria dos bairros musseques, o peso do colonialismo, etc. Mário de Andrade não estava só nesta empreitada. Em Angola no início dos anos de 1950, sob o impulso do “Movimento dos jovens intelectuais de Angola” e com a bandeira “Vamos descobrir Angola”, uma nova produção literária vem a lume, especialmente do gênero poético. Essa produção foi reunida numa *Antologia dos poetas de*

180 ANDRADE, Mário Pinto de. *Antologia da Poesia Negra de expressão portuguesa*. Paris: Pierre Jean Oswald, 1958.

181 Idem, p. VIII.

Angola, a qual desembocou na fundação da revista *Mensagem* (1951-2) que reuniu nomes que se tornaram importantes literatos das décadas seguintes, a exemplo de Agostinho Neto, Antônio Jacinto, Mário Antônio, Mário de Andrade, Viriato da Cruz e Luandino Vieira.¹⁸²

A pesquisadora brasileira Rita Chaves, ao analisar a formação do romance angolano no século XX, nos coloca de maneira clara quais os significados da literatura para esta geração de escritores de Angola, vejamos:

Assim como ocorre com outros estados africanos recentemente saídos de sistemas coloniais, o estado angolano está fundado em cima de um conjunto de grupos étnicos historicamente diferenciados, integrados em universos culturais distintamente marcados, cujas relações nem sempre se pautaram pela desejada harmonia [...] O desafio se montava: era preciso fazer Angola, o que significava (significa) investir também na construção de um discurso autônomo, capaz de unificar as vozes dispersas pelos quatro cantos do território e calar a voz uniforme do colonialismo. Ao fim e ao cabo, o jogo era um só: bloquear o ato colonial para construir a nação.¹⁸³

A par do que vimos afirmando até o presente o momento sobre os objetivos intelectuais de Castro de Soromenho, é de se notar que suas perspectivas literárias e políticas eram bem diferenciadas comparadas às da geração de angolanos (ou que se transformaram em angolanos) a que pertencia Mário Pinto de Andrade. Em relação à já aludida apresentação de Mário de Andrade para a publicação de *Antologia da Poesia Negra de expressão portuguesa* (1958), em carta a Soromenho – a qual foi interceptada pela PIDE – ele esclarece ao amigo português sobre o sentido de sua introdução na antologia poética. Pelo que se depreende da carta, parece que Soromenho o questionou acerca desta apresentação possuir um conteúdo mais sociológico do que literário, assim Mário de Andrade o responde:

Relendo a tua carta de 18 de agosto, verifiquei que ainda não me expliquei sobre o sentido da minha introdução à antologia [...] Mas suponho ter suficientemente mostrado que o meu objectivo é de combater com clareza o mito da assimilação e do lusu-tropicalismo – o que ainda não houvera feito em língua portuguesa. Afastei-me, é certo, da questão propriamente literária mas remediei o mal (após recepção da tua carta) escrevendo uma nova página em que abordo o essencial do problema literário.¹⁸⁴

Impossível saber se o grifo é do original ou se foi um enxerto de alguns dos escrivães da PIDE, pois a cópia a que tivemos acesso é uma transcrição datilografada. O fato é que Mário de Andrade não por acaso se torna um dos líderes do MPLA na década de 1960. Sua produção

182 C.f.: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.). *A kinda e a misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda: Nzila, 2007.

183 CHAVES, Rita de Cássia Natal. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, Coleção Via Atlântica, V. 1, p. 30-2.

184 ANDRADE, Mário Pinto. [Carta] 15 set, 1958, Paris [para] SOROMENHO, C. Lisboa. 1f. Processo 120, Fundo PIDE/DGS, p. 17-8. Acervo ANTT.

intelectual possuía um sentido de autoafirmação política com vistas não só à independência de Angola, como também à criação de um novo sentimento de angolanidade.

A literatura de Soromenho, por sua vez, não apresenta qualquer perspectiva nesse sentido. Apesar de se corresponder com intelectuais angolanos, e já na década de 1950 possuir uma perspectiva completamente avessa ao colonialismo, podemos afirmar que o trabalho de se recriar uma nova Angola, e novos angolanos por consequência, não fazia parte das suas preocupações intelectuais.

Com uma certa dose de equívoco, a que no mais das vezes somos quinhoeiros, afianço que Mario de Andrade e sua produção intelectual é a chave explicativa para se compreender a forma como Castro de Soromenho foi apropriado pela literatura angolana de cunho nacionalista surgida a partir da década de 1950. Num futuro próximo podemos nos aprofundar nessa questão com mais vagar, pois ela demanda pesquisa específica.

Por ora, retomo aqui a história parcial desta relação entre Mário de Andrade e Castro Soromenho que de maneira nada gratuita tratei ao final do capítulo sobre as redes de relações intelectuais de Castro Soromenho. Esta história referenda com nitidez nossas principais interpretações, principalmente naquilo que se refere ao objetivo que ele possuía de estar ombreado aos grandes romancistas portugueses coevos a ele, produzindo uma literatura cuja temática era africana. Ao lermos a correspondência trocada entre Soromenho e Mário de Andrade, ficamos com a nítida impressão de que as muitas das trocas intelectuais realizadas entre ambos ocorreram por empenho maior da parte de Mário de Andrade; sente-se uma certa displicência da parte de Castro Soromenho aos interesses do amigo. Cito por exemplo o caso de um projeto de escrita de uma “Enciclopédia Africana”, que Mário de Andrade era um dos idealizadores. Em carta enviada a Soromenho no dia 9 de novembro de 1965, Mário solicita “os comentários e sobretudo as tuas notas complementares à lista biográfica que te enviei sobre as personalidades angolanas”.¹⁸⁵ Soromenho ao responder Mário de Andrade, afirma no princípio da carta que não o atendeu por estar sem seus livros e também pelo fato de “nunca ter recebido o convite da direção da enciclopédia não meti mãos a obra quando o podia fazer”.¹⁸⁶ A bem da verdade é que Soromenho neste novembro de 1965 estava mais preocupado com sua saída para o Brasil, todavia ele pouco se mobilizou em torno destes projetos editoriais de cunho nacionalista que chegavam até ele por intermédio de Mário Pinto de Andrade. Acerca da tal

185 ANDRADE, Mário Pinto. [Carta] 09 nov, 1965, Alger [para] SOROMENHO, C. Paris. 1f. Acervo FS.

186 SOROMENHO, C.. [Carta] 21 nov, 1965, Ville Juif [para] ANDRADE, Mário Pinto. Alger. 5f. Acervo Online Fundação Mário Soares. Disponível em [<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04308.007.030#!5>] Acessado em 11 de agosto de 2012.

ausência de um convite oficial, nos parece ser mais uma desculpa do que uma justificativa verdadeira, fato é que Soromenho considerava alguns destes projetos dotados de pouco rigor intelectual. Nesta mesma carta de 21 de novembro de 1965, ele chega mesmo a afirmar a Mário que recusou a participar de certos trabalhos apoiados pelo MPLA, nas suas palavras,

os responsáveis das asneiras diriam que eu sou um despeitado... e que me recusei a colaborar, e que nem me dei ao trabalho de responder aos convites particulares e oficiais que me fizeram o que é verdade [...] Não embarco em aventuras... Não satisfaço vaidades pessoais de gente improvisada.¹⁸⁷

A falta do convite oficial não poderia mais ser um empecilho para a recusa da participação da parte de Castro Soromenho, antes mesmo que esta sua carta de 21 de novembro de 1965 chegasse às mãos de Mário de Andrade, este lhe escrevia informando já estar de posse do convite oficial enviado pelo secretariado da Enciclopédia Africana.¹⁸⁸

Essa oposição de interesses teve suas exceções, como no caso do trabalho de publicação em língua francesa de *Terra Morta* pela *Présence Africaine*. Mário de Andrade foi chefe de redação desta revista entre 1951 a 1958 e seu empenho neste sentido foi fundamental a publicação de *Camaxilo*.¹⁸⁹ O que se depreende de tudo isto é que não havia interesses completamente convergentes entre ambos.

Numa carta a Casais Monteiro em 31 de agosto de 1961, Soromenho expõe algumas opiniões acerca de Mário de Andrade. A citação a este fato vale menos pelo que pensava Soromenho a respeito do líder angolano, do que pelo esclarecimento que nos fornece em relação à forma como ele próprio se colocava ante alguns intelectuais angolanos. Vejamos então:

A direção do Mário de Andrade é: P.B. 800. Conakry. República da Guiné. Esse comunismo do Mário foi forjado em Lisboa pela Voz, Diário da Manhã, etc. Naturalmente que os líderes africanos fazem como todos à esquerda e à direita, precisamente para caírem só para um lado. Um líder africano, mesmo quando de formação marxista, é acima de tudo nacionalista. Ele conhece a “realidade” de seu povo, o atraso em que se encontra, e teme mais de que tudo que saía do colonialismo para cair no neo-colonialismo. À volta de tudo isto ha uma grande especulação e muita ignorância. Eu gostaria de dentro da redação de um jornal brasileiro, trabalhar sobre este assunto. A minha experiência talvez fosse útil.¹⁹⁰

Soromenho é muito claro no fato de não manter nenhum tipo de contiguidade física, afetiva ou intelectual com o movimento de emancipação política de Angola. Aqui ele se abstrai de todo o contexto de luta pela emancipação de Angola e se coloca na posição de um intelectual

187 Idem.

188 ANDRADE, Mário Pinto. [Carta] 20 nov, 1965, Alger [para] SOROMENHO, C. Paris. 1f. Acervo FS.

189 Terra Morta foi publicada em francês sob o título de Camaxilo, que é o nome de uma vila no nordeste da Lunda onde se passam as ações dos romances Terra Morta (1949) e A chaga (1960).

190 SOROMENHO, C. [Carta] 31 ago, 1961, Paris [para] MONTEIRO, C. São Paulo. 2f. Cota E15/4454. Acervo BNP.

que deseja interpretar esta ou aquela situação sem qualquer tipo de envolvimento afetivo com o objeto analisado.

A despeito de lermos a obra de Soromenho na perspectiva de um decantar das frustrações da presença portuguesa em África, não podemos deixar de notar que na década de 1960 suas opiniões políticas já são claras em relação à inevitável independência das colônias portuguesas. Na perspectiva que trabalhamos aqui, notamos que a obra de Soromenho apresenta um tom de lamento e angústia que prevê não a independência das colônias africanas, mas o fracasso do colonialismo. Essa perspectiva *pari passu* às mudanças políticas europeias – queda de alguns fascismos após 1945 – e a própria organização política em solo africano, caminhará para uma visão mais clara de que o fim institucional do colonialismo é inevitável.

No momento que estive em Madison, no período de janeiro a junho de 1961, a trabalho no Luso-Brazilian Center, da University of Wisconsin, Soromenho se correspondeu com os amigos de Lisboa. Das correspondências que conseguimos acessar, temos algumas que foram enviadas a José-Augusto França. Numa destas missivas enviadas ao França, Soromenho comenta: “meu caro as colônias vão para o ar”. Todavia, é descrente quanto ao fim do Salazarismo. Não que Soromenho acredite na força política do salazarismo, que segundo ele poderá construir um substituto do tipo “Salazarinho”. O problema é a desorganização da oposição que “não conseguiu impor um substituto”.¹⁹¹

Quanto à guerra pela independência de Angola, Soromenho mostra-se bem informado acerca do que se passa lá, dado o seu contato com militantes do M.P.L.A., do naipe de Mario Pinto de Andrade. A despeito da sua relação com os militantes africanos, ele nunca deixou de pensar como um europeu. Nesta sua relação com Mario Pinto de Andrade, ele objetivava criar uma relação de mútua confiança entre os militantes negros e os brancos favoráveis ao fim do colonialismo. A preocupação de Soromenho não era com a situação dos angolanos, mas sim com os brancos portugueses que estavam em Angola.

Continuo a pensar que é de maior oportunidade o esclarecimento dessa situação [a definição dos africanos face à permanência do branco em Angola.] – e que o tempo os joga contra nós, ou seja contra o interesse da permanência do homem português, descolonizado, em Angola.¹⁹²

O trecho da carta citado acima é parte da resposta de Soromenho enviada a José-Augusto França, quando este o indaga acerca da situação atual de Angola. O ambiente intelectual

191 SOROMENHO, C. [Carta] 29 abr, 1961, Madison [para] FRANÇA, J. A. Estoril. 3f. Cota N71. Acervo BNP.

192 SOROMENHO, C. [Carta] 28 mar, 1961, Madison [para] FRANÇA, J. A. Estoril. 2f. Cota N71. Acervo BNP

português é para Soromenho em todo desfavorável, pois os homens de esquerda e com coragem para denunciar as injúrias do salazarismo já rumaram para outras terras, restou apenas o intelectual a serviço da burguesia e que nada acrescenta para a mudança. Segundo seu desabafo,

A minha esperança é que com a perda das colónias Portugal se encontre liberto de cobiça e o português olhe para esse país que viveu sempre de fora para dentro e o faça de dentro, de si mesmo, porque uma nação assim é como se fosse nova. Portugal envelheceu sem se ter feito, mas envelheceu fora, na Índia, no Brasil, em África. Ha que fazer o país dentro do país. Mas esta deverá ser tarefa para homens de extrema-esquerda, depois de nela se limpar o joio, que são os oportunistas que dela se servem não a servindo. Não é com gente dessa que se vai lá.¹⁹³

Soromenho aqui critica a atual situação política de Portugal, mas talvez, não percebera que foi traído por sua própria pena. A sua produção jornalística, seus estudos históricos sobre exploradores portugueses no século XIX e seus romances, não tiveram outro objetivo que não fosse o de pensar Portugal de fora para dentro. Sua obra sobre a Lunda desde os primeiros escritos já trazia o germe do fracasso do colonialismo em Angola, mas este fracasso não era pensado de um modo militante e nacionalista. O tom é de pesar e angústia pela não realização de um sonho, trata-se de narrar um projeto malogrado.

Na esteira deste projeto malogrado, Soromenho ao longo de boa parte do seu exílio francês no início da década de 1960, se debate por encontrar uma solução para executar a única possibilidade que lhe restou: ir para o Brasil.

2.2.2 – Ida para o Brasil: um caminho que se impõe

Ao longo do regime salazarista, a alternativa do exílio em solo brasileiro, foi um expediente utilizado por diversos intelectuais portugueses, que começaram a afluir para essas bandas já na década de 1950. No caso específico de Castro Soromenho, sua vinda para a cidade de São Paulo na condição de professor colaborador na USP, ocorreu apenas em fins de 1965.

A despeito disso, já por volta de 1959 Soromenho vislumbrava a possibilidade de vir para cá. Em abril deste ano ele tentara cavar uma colocação no jornal *O Estado de S. Paulo* por intermédio de Miguel Urbano Rodrigues, que já se encontrava no Brasil a serviço do referido periódico paulista. A resposta de Urbano Rodrigues à solicitação de Soromenho é negativa, pois segundo ele, na redação do jornal existia certo clima de “anti-portuguesismo”. Todavia, ele propõe a Soromenho a chefia de redação do jornal *Portugal Democrático*, que era o periódico da oposição salazarista no Brasil. Tal função não traria grandes dividendos financeiros a

193 SOROMENHO, C. [Carta] 18 abr, 1961, Madison [para] FRANÇA, J. A. Estoril. 3f. Cota N71. Acervo BNP.

Soromenho, como informa o próprio Urbano Rodrigues. Tratava-se de um cargo mais político do que jornalístico. Por algum motivo ele declinou do convite.¹⁹⁴

Dois anos mais tarde, logo depois que retornou de Madison em agosto de 1961, Soromenho continua a trabalhar na sua ida para o Brasil. Em carta a Casais Monteiro ele relata sua tentativa de alugar um apartamento de um amigo em São Paulo, mas não obteve sucesso. Como o próprio Soromenho disse nesta carta: “os caminhos do Brasil se me impõe [...] É a língua que me ‘chama’ ao Brasil, por ter o instrumento de trabalho”.¹⁹⁵

Ele tinha plena consciência que sua estadia em França era passageira. Como sua situação em Paris era de completa instabilidade, se irritava com as possibilidades abertas no Brasil que não vingavam. Exemplo disso é a notícia que ele recebeu de São Paulo acerca de uma “vaga possibilidade de se trabalhar no Instituto Afro-Oriental”.¹⁹⁶ A possibilidade era vaga, pois o Instituto a que se refere só fora criado em 1965 sob o nome de Centro de Estudos Africanos, sediado na Universidade de São Paulo.

Apesar da docência ter sido o caminho encontrado por Soromenho em 1965 para fugir do exílio e estabelecer-se no Brasil, o jornalismo fora a via de acesso mais buscada por ele, como também a possibilidade de continuar a publicar seus livros aqui no Brasil. Como o próprio Soromenho define nesta carta: “Um jornal e um editor, eis o que preciso, ao fim e ao cabo”.¹⁹⁷ Soromenho tornou-se docente contingencialmente às dificuldades de se estabelecer como jornalista no Brasil, além das adversidades materiais do exílio em Paris. A permanência em Paris também significou para ele um momento de frustração com a resistência portuguesa ao salazarismo em França, que na sua visão não possuía um objetivo político bem definido.

Nos idos de 1961, outros intelectuais portugueses ligados mesmo que parcialmente ao círculo de relações de Soromenho, como Jorge de Sena, já se encontravam no Brasil neste momento. O amigo de longa data, Casais Monteiro, viera para o Brasil em 1954 por conta do Congresso Internacional de Escritores ocorrido em São Paulo, sob o patrocínio da UNESCO e da comissão organizadora do IV Centenário da cidade de São Paulo. Até se estabelecer em Araraquara na cadeira de Teoria da Literatura em 1962, Casais trabalhou como articulista para

194 RODRIGUES, Miguel Urbano. [Carta] 12 abr, 1959, São Paulo [para] SOROMENHO, C. Paris. Processo N°120 E/GT, Fundo PIDE/DGS, p. 11, 32 e 33. Acervo do ANTT.

195 SOROMENHO, C. [Carta] 31 ago, 1961, Paris [para] MONTEIRO, C. São Paulo. 2f. Cota E15/4454. Acervo BNP.

196 Idem.

197 Ibidem.

os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Portugal Democrático*, e como conferencista em algumas universidades brasileiras nas cidades de Florianópolis e Salvador.¹⁹⁸

Em 1959, foi a vez de Jorge de Sena vir para estas bandas como convidado do 4º Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, ocorrido entre 10 a 21 de agosto de 1959 em Salvador. Entre os organizadores do evento estavam dois amigos de Jorge de Sena, Eduardo Lourenço e Casais Monteiro, os quais convidaram-no a participar deste evento por meio de uma solicitação oficial feita pelo reitor da Universidade da Bahia. Sena, neste evento, recebeu várias propostas de trabalho no Brasil e acabou por aceitar o convite feito por Antonio Augusto Soares de Amora para lecionar na recém-criada Faculdade de Filosofia e Ciências de Assis/SP. Em Assis, Jorge de Sena permaneceu até agosto de 1961, e de lá transferiu-se para FFCL de Araraquara, e lá ficou até 1965 depois de ter aceito convite para lecionar nos Estados Unidos.¹⁹⁹

Com toda a certeza a acomodação profissional destes intelectuais portugueses não foi algo simples para eles, mas para Castro Soromenho foi algo ainda mais difícil, visto que as possibilidades em trabalhar com jornalismo não se mostravam disponíveis neste momento. Em outubro de 1962, ao responder à indagação de Casais sobre um certo convite para sua ida ao Brasil, ele lamenta-se de um modo que chega a ser constrangedor: “Não recebi nenhum convite do Brasil, nem de qualquer lugar do Brasil. Se veio, perdeu-se. Ou não passou de boato. De resto, quem é que nesse país se lembraria de mim a não ser v.”²⁰⁰ As dificuldades financeiras e a falta de condições de trabalho em França fizeram com que ele fizesse uma afirmação desta natureza. Há de se ponderar que dificuldade financeira era algo comum a todos os intelectuais portugueses deste período, não sendo o caso de Soromenho algo localizado, principalmente no exílio. Nesse momento específico ele acabara de sofrer um duro revés, pois seu sócio editorial em Lisboa acabara de romper a sociedade com ele por conta das ameaças de fechamento da editorial pelas autoridades portuguesas. Esta editora a que Soromenho se refere é o rescaldo da Editorial Sul, fundada por ele por volta de 1950.²⁰¹

Neste momento de crise financeira e emocional no exílio, a opção em ministrar cursos sobre as civilizações africanas é vislumbrada por Soromenho. Algo que havia sido proposto a ele por Artur Ramos em 1949, na ocasião de sua vinda ao Brasil a serviço do periódico *Diário*

198 CANDIDO, Antonio. “Intelectuais portugueses e a cultura brasileira”. In: Intelectuais brasileiros e a cultura brasileira: depoimentos e estudos. GOBBI, M. V. Z.; FERNANDES, M. L. O.; JUNQUEIRA, R. S. São Paulo: Edunesp; Bauru: Edusc, 2002, p. 25.

199 OLIVEIRA, Fábio Ruela. Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Victor Ramos (1954-1974). Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 44.

200 SOROMENHO, C. [Carta] 17 out, 1962, Paris [para] MONTEIRO, C. São Paulo. 2f. Cota E15/4458. Acervo BNP.

201 Idem.

de Notícias. Nesta ocasião Artur Ramos convidou-o para ministrar uma série de conferências pagas na Faculdade Nacional de Filosofia, mas ele declinou.²⁰² Neste momento da carreira de Soromenho, o Brasil representava um laboratório para testar as teorias sociológicas defensoras do devir histórico reservado ao colonialismo português, com as quais Soromenho comungava neste momento. Em agosto de 1952, quando se encontrava em Buenos Aires num momento de completa lassidão, ele externou sua opinião acerca do Brasil. Ao informar ao amigo José-Augusto França que fora procurado por um jornal brasileiro para a realização de uma entrevista ele faz a seguinte afirmação:

No Brasil, pediram-me uma entrevista, que neguei – mas acabaram por fazer “5 minutos com Castro Soromenho”. Uma asneira, muito brasileira, com a sempre conhecida irresponsabilidade, demasiada brasileira também.²⁰³

Nestes idos de 1952, Soromenho faz questão de deixar bem claro ao amigo França, o que separa ele, um europeu, dos habitantes da América Latina.

Como já afirmamos anteriormente, foram as dificuldades apresentadas pela sua condição de escritor e editor no exílio em Paris no começo da década de 1960, que condicionaram este escritor a se encaminhar para o ensino. Ou melhor, para ser fiel à terminologia do próprio Soromenho, “um conferencista sobre civilizações africanas”. Que para o caso brasileiro ele pensou em se focar nas civilizações “que deram ao Brasil sua gente negra. Daí partiria para o colonialismo moderno, ou seja, da conferência de Berlim até a luta pela independência”.²⁰⁴

Contrariamente a Casais Monteiro e Jorge de Sena, Soromenho não possuía curso superior e sua projeção intelectual no universo da literatura portuguesa era bem menor, se comparada aos dois amigos já aludidos. Talvez por conta disso, sua vinda para o Brasil fora bem mais tumultuada que a de Sena e Casais, que vieram por meio de convites oficiais.

Soromenho deixará a França juntamente com a esposa e os filhos em fins de 1965. Essa saída vinha sendo planejada desde 1964, mas as várias idas e vindas de algumas questões, postergaram dia a dia esta viagem. Um destes problemas era o seu passaporte, e o outro foi o visto do consulado brasileiro autorizando sua saída de França.

Em março de 1964 por meio de carta que envia a Casais Monteiro, tomamos conhecimento sobre o problema do seu passaporte, que vencerá no mês de outubro de 1964. Assim, ele angustiosamente esperava que Casais e os amigos portugueses do Brasil

202 SOROMENHO, C. [*Carta*] 15 abr, 1949, Rio de Janeiro [para] MONTEIRO, C. Porto. Cota E15/4437. Acervo BNP.

203 SOROMENHO, C. [*Carta*] 25 agost, 1952, Buenos Aires [para] FRANÇA, J-A. Estoril. 4f. Cota N 71. Acervo BNP.

204 SOROMENHO, C. [*Carta*] 17 out, 1962, Paris [para] MONTEIRO, C. Rio de Janeiro. 2f. Cota E15/4458. Acervo BNP.

encontrassem uma solução rápida para sua saída, pois sabia que não conseguiria um novo passaporte português. Nesta ocasião, Soromenho se encontrava hospedado sozinho num apartamento de amigos nos arredores de Paris e sua esposa continua internada no sanatório por conta da tuberculose. Ele mais uma vez pede ajuda a Casais para lhe auxiliar a conseguir alguma colocação no Brasil, “pode ser um modesto cargo em uma biblioteca”, sugere Soromenho.²⁰⁵ Sua situação em Paris neste momento é muito complicada sob todos os aspectos.

A demora na comunicação com o Brasil deixava-o ainda mais tenso, em carta de 7 de julho de 1964 ele reclama ao amigo Casais Monteiro que está há três meses sem notícias dele, e foi nesta correspondência também que ele enviara seu *curriculum vitae*.²⁰⁶ Os reveses para conseguir dar materialidade a este objetivo apenas se multiplicavam. Além da complicadíssima situação financeira, ele lida ainda com o falecimento da mãe em agosto de 1964, a debilitada saúde da esposa e a distância dos filhos menores que ficaram em Lisboa. Assim, boa parte das cartas enviadas a Casais Monteiro, entre 1964 e 1965, tratou basicamente da solicitação das compras das passagens para a sua viagem ao Brasil e sobre o auxílio numa colocação no Brasil.

A despeito de tudo isso, em agosto de 1964 ele conclui aquele que fora seu último romance, segundo ele confia a Casais Monteiro, “o mais trabalhoso dos que já fiz. Julgo que é um bom trabalho. Pela primeira vez escrevi em plena liberdade”.²⁰⁷ Trata-se do romance *A Chaga*, o qual será publicado em livro postumamente em 1970 no Brasil.

Nesta sua saída de Paris, o empenho dos amigos portugueses no Brasil foi vital para que este projeto de Soromenho não malograsse. E em novembro de 1964 ele recebe uma boa nova de Casais Monteiro. Escrevendo a este amigo no dia 29 de novembro de 1964 ele agradece pela carta recebida no dia último dia 20, e se alegra pela solução encontrada por Rui Coelho para que ele pudesse vir para o Brasil com emprego. A solução encontrada por Rui Coelho foi a de conseguir uma bolsa de pesquisa da FAPESP (Fundação de amparo à pesquisa do estado de São Paulo) para Soromenho, enquanto ele atuasse como professor auxiliar da cadeira de Sociologia II na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.²⁰⁸

Em meio às dificuldades financeiras no sentido de angariar fundos para a compra das passagens para o Brasil, Soromenho necessitou solicitar um novo passaporte via consulado português de Paris. O novo passaporte de Soromenho era uma passagem direta para as prisões de Portugal. O consulado português entregou a Soromenho, no início de 1965, um novo

205 SOROMENHO, C. [Carta] 22 mar, 1964, Livry Gargan [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4459. Acervo BNP.

206 SOROMENHO, C. [Carta] 07 jul, 1964, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4460. Acervo BNP.

207 SOROMENHO, C. [Carta] 25 agost, 1964, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4461. Acervo BNP.

208 SOROMENHO, C. [Carta] 29 nov, 1964, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 3f. Cota E15/4463. Acervo BNP.

passaporte válido somente para retornar a Portugal via Espanha, com validade de um ano apenas. Os exilados eram prisioneiros do governo português em território francês. A solução ventilada por Soromenho foi a de conseguir um visto na embaixada brasileira.



Último passaporte de Castro Soromenho²⁰⁹

A permanência em Paris agora não faz parte de uma viagem, agora ela é um condicionante para que Soromenho não fosse preso em Portugal.

No início de 1965, ele informa a Casais como foi sua conversa na embaixada brasileira em Paris com um certo Figueiredo, nesta conversa ele estava acompanhado do amigo Novais Teixeira. O tal Figueiredo, referenciado na carta, era o brasileiro Guilherme de Oliveira Figueiredo, que neste momento ocupava o cargo de adido cultural da embaixada brasileira em Paris.²¹⁰ O objetivo da ida de Soromenho à embaixada brasileira era conseguir um visto em seu passaporte para que ele pudesse seguir para o Brasil. Ao fim e ao cabo, Soromenho não conseguiu nesta visita o necessário visto. Segundo ele próprio informa, a embaixada do Brasil em Paris nada poderá fazer sem que o Rui Coelho, como representante da Universidade de São Paulo, torne oficial o convite para que ele possa atuar no Brasil como professor convidado.²¹¹

A rede de relações dos intelectuais portugueses exilados trabalhava com afinco aqui no Brasil, de modo a possibilitar a vinda dos mesmos para cá. Homens como Novais Teixeira e o

209 SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. Disponível em [http://sobrecs.files.wordpress.com/2010/01/castro-soromenho-passaporte-portugues.jpg]. Acessado em 01 de agosto de 2011. Este site foi elaborado pelo filho do escritor que mora no Brasil e atua como Professor na Faculdade de Economia da USP.

210 Guilherme de Oliveira Figueiredo (1915-1997). Romancista. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1936. Colaborou em diversos periódicos. Exerceu a presidência da Associação Brasileira de Escritores, redigindo, com o jurista Clóvis Ramallete, o projeto de lei dos Direitos Autorais (1945-1947). Fundou a Orquestra Sinfônica Brasileira. Foi adido cultural da Embaixada Brasileira, em Paris (1964-1968) e reitor da Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO (1979- 1988).

211 SOROMENHO, C. [Carta] s/d (Provavelmente início de 1965), Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4453. Acervo BNP.

Capitão Pimentel serviram de elo para que outros portugueses pudessem se exilar no Brasil. Do lado de cá, a colaboração de intelectuais brasileiros também foi fundamental. Nesta carta, por exemplo, Soromenho refere-se ao fato de que Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiroz fizeram por escrito uma apresentação de Castro Soromenho junto ao Catedrático da Cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que era o Professor Rui Duarte de Andrada Coelho.

A ida ao Brasil em 1965 para Castro Soromenho, como já afirmamos anteriormente não foi uma opção que se apresentou dentre outras várias. Sua mudança para o Brasil foi um condicionante de modo a garantir sua liberdade, pois até mesmo em Paris a PIDE perseguia os portugueses exilados, como também sua sobrevivência material. Os rigores do inverno europeu também prejudicavam o seu já debilitado estado de saúde, que a esta altura contava com 55 anos e uma asma que o perseguia desde a juventude.

Nos idos de março de 1965, Soromenho já estava de posse da carta convite enviada por Rui Coelho, todavia, os percalços pelos quais deviam passar ainda não se findaram. Informado pelo cônsul do Brasil em Paris, Soromenho descobre que não poderia embarcar para o Brasil de posse do seu atípico passaporte português. Seu caso seria resolvido via Itamarati, agora ele tentará resolver o caso conseguindo do consulado brasileiro em Paris uma autorização para entrar no Brasil, mesmo sem um passaporte adequado.²¹²

Sua situação era complicada e quanto mais a indefinição de sua saída de Paris se alongava, mais ele se afligia; era uma corrida contra o tempo. Os problemas se avolumavam. Sua esposa estava internada num sanatório nos arredores de Paris, mas em abril de 1965 teria que sair, pois já se encontrava curada; e o casal não tinha condições de alugar um apartamento ou pagar um quarto de hotel. Durante estes anos finais de exílio em Paris, Soromenho se acomodava sozinho no apartamento de amigos. O filho primogênito estava num Liceu do Estado em regime de internato apartado dos pais, e os outros dois filhos menores em Lisboa aos cuidados de uma irmã de Soromenho. Sem passaporte, sem autorização do Itamaraty para viajar ao Brasil, mesmo de posse do convite oficial de Rui Coelho, Soromenho se encontrava encalacrado. Além disso, o fantasma de que as suas correspondências com o Brasil estavam sendo interceptadas ou mesmo não entregues ao destinatário o atormentavam. Os seus contatos com Itamaraty, por intermédio de Guilherme Figueiredo, no sentido de conseguir uma autorização para entrar no Brasil, vinham seguidos de negativas e novas exigências, como a necessidade de um contrato de trabalho no Brasil, não bastando apenas o convite de Rui Coelho.

212 SOROMENHO, C. [Carta] 12 mar, 1965, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4467. Acervo BNP.

Mesmo em face das indefinições, Soromenho e esposa viajaram para o Havre em 8 de abril de 1965. Apesar do Havre ser uma cidade portuária e de lá saírem os navios que seguiam para a América do Sul, Soromenho não fez isso já planejando seguir para o Brasil rapidamente. O ano de 1965 foi muito angustiante para ele, tanto por conta da debilitação de sua condição respiratória, como também pela total indefinição da autorização por ele solicitada para entrar no Brasil. Muita tinta foi gasta em dezenas de cartas enviadas a Casais Monteiro e outros amigos do Brasil, trazendo os detalhes dos constantes reveses dessa peleja. A cada mês aguardava-se uma novidade para a obtenção desta autorização, e muitas visitas ao consulado brasileiro de Paris também foram feitas.

Finalmente, em fins de outubro de 1965, Castro Soromenho consegue do Itamarati o salvo-conduto que lhe permitiu embarcar para o Brasil com toda a sua família no dia 17 de dezembro de 1965, saindo do Havre.²¹³ Para tal empreitada ele contou com uma larga rede de apoio no Brasil tanto de amigos pessoais como Casais Monteiro; do meio universitário como Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Fernando Mourão; e da associação dos militantes portugueses exilados no Brasil e ligados ao periódico *Portugal Democrático*, sob a liderança do capitão Sarmiento Pimentel.

No início de 1966, Soromenho começou a trabalhar como professor colaborador da cátedra de Sociologia II, presidida por Ruy Galvão de Andrada Coelho, oferecendo a disciplina optativa “Sociologia da África Negra”. De modo a criar um vínculo formal entre Soromenho e a USP, Galvão solicitou à FAPESP um auxílio para que a disciplina de Sociologia da África figurasse como um curso junto à cátedra de Sociologia. E assim foi feito, tanto em 1966, como em 1967.

Durante o curto período que trabalhou na Universidade de São Paulo, pois ele falece em 18 de junho de 1968, Soromenho publicou alguns artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*, deu entrevistas para alguns jornais da comunidade portuguesa anti-salazarista e escreveu dois estudos para a disciplina de Sociologia da África. Sobre estes estudos trataremos ao final deste trabalho.

Nestes dois anos e meio de Brasil, a julgar pela sua nova condição de trabalho, podemos rapidamente afirmar que Soromenho conseguiu uma certa estabilidade, haja vista que ele estava distante dos constrangimentos a que fora submetido no exílio francês. Todavia, para cumprir com suas funções docentes, Soromenho interrompeu seus trabalhos literários, fato que não o

213 SOROMENHO, C. [Carta] 21 out, 1965, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 4f. Cota E15/4478. E também: SOROMENHO, C. [Carta] 01dez, 1965, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4481. Acervo BNP.

deixava contente. No início de 1967, ao escrever ao amigo José-Augusto França, ele lamenta-se do que havia deixado para trás em Paris na Gallimard, “depois de bons relatórios e da melhor indicação de Jean Cassou”.²¹⁴ Por fim, Soromenho afirma ao amigo que nem ao menos tem certeza de quanto tempo ficará no Brasil. Essa condição docente e a permanência no Brasil eram vistos por ele como algo transitório. Castro Soromenho de fato era um idealista, e carregou seu projeto literário durante seus cerca de trinta anos de trabalho dedicados ao jornalismo e à literatura; nunca abandonou seu projeto mesmo diante das condições mais adversas.

Na ocasião da morte de Castro de Soromenho ocorrida na cidade de São Paulo no dia 18 de junho de 1968, a PIDE coligiu um bom número de recortes jornalísticos que trataram da morte do escritor, tanto em periódicos de Portugal como do Brasil. Apesar do trabalho minucioso da PIDE não ter sido feito com as melhores intenções do mundo, o historiador de hoje pode se beneficiar da grande quantidade de documentos que os diversos setores deste órgão organizaram.

A maioria dos artigos que divulgou esta notícia é repetitiva e, alguns dão a impressão de ser uma versão pasteurizada das várias notícias divulgadas naquele momento. Todavia, estes textos são unânimes em biografar Soromenho como um angolano que lá vivera até os vinte e sete anos, como também o associam ao universo da luta nacionalista angolana que nestes idos de 1968 encontra-se em seu ápice.

Outra questão que estes textos necrológicos é a ausência de informações sobre a passagem de Castro Soromenho por Angola. Ausência esta que sempre me incomodou desde o princípio desta pesquisa, pois imaginei que esta ausência de informações fosse a carência de um certo rigor com a pesquisa empírica daqueles que estudaram a obra de Soromenho. Melhor dito, imaginei muitas vezes que o fato de muitos dos estudiosos de sua obra terem concentrado seus esforços apenas no veio romanesco de Soromenho, deixaram de oferecer maiores esclarecimentos acerca de sua passagem por Angola.²¹⁵

Todavia, eu estava equivocado. Ao final deste trabalho penso que a ausência de informações sobre a passagem de Soromenho por Angola é resultado de um conjunto de atitudes levadas a cabo por ele ao longo de sua vida de escritor. Falar pouco de si, da sua infância, dos detalhes de seu trabalho como angariador de mão de obra para as minas de diamante, talvez fizesse parte de uma estratégia pessoal do escritor com o objetivo de desvincular sua imagem do universo do colonialismo e da propaganda colonial. Essa reelaboração do próprio passado

214 SOROMENHO, C. [Carta] 07 fev, 1967, São Paulo [para] FRANÇA, José Augusto. Paris. 2f. Cota N71. Acervo BNP.
215 Mourão, 1975; Beirante, 1989; Silva, 2007.

chega ao ponto de Castro Soromenho escrever no seu currículo que vivera do nascimento até os vinte e sete e anos em Angola, mas não escreve uma vírgula sobre como foi esse período. Essa omissão abarca também sua experiência jornalística a serviço de periódicos ligados à propaganda colonial que vai de 1936 até 1945.

Se Castro Soromenho não tinha a intenção de produzir uma literatura voltada para a causa do nacionalismo do negro-africano, na ocasião de sua morte podemos perceber que ele fora apropriado desta maneira. Alguns jornais até o transformaram em africano: “Um dos maiores escritores africanos dos nossos tempos, talvez o maior escritor africano de língua portuguesa”, afirma o *Portugal Democrático*.²¹⁶ Castro Soromenho morre em 18 de junho de 1968, no auge da guerra pela Independência de Angola, de modo que muitos dos jornais que divulgaram a notícia de sua morte acabaram por fazer a associação do seu nome e de sua produção literária como arma pela luta anticolonial. Acompanhemos este trecho da notícia divulgada no jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 19 de junho de 1968.

Esse amor pela África e a compreensão que dele resultou pelo despertar dos povos africanos, ao refletirem-se na novelística de Castro Soromenho, levaram-no a trilhar os caminhos do exílio, por se chocarem frontalmente com as teses colonialistas defendidas pelo governo português. Como tanto outros intelectuais portugueses anti-salazaristas, a guerra de Angola, ao fechar-lhe definitivamente as fronteiras de Portugal, obrigou-o a viver um pouco por todo o mundo numa existência difícil, marcada de privações materiais.²¹⁷

Algumas distorções nesse seu necrológico chegam a associá-lo à fundação do Movimento Popular de Libertação de Angola.²¹⁸ Ou talvez nem seja uma distorção. Visto ser esta observação oriunda de um jornal brasileiro, talvez seja apenas uma necessidade de aproximação, por parte do Brasil, da realidade contemporânea de Angola, ainda tão distante e desconhecida pelos brasileiros.

Outro conjunto de textos, publicados por conta da morte do escritor, encontra-se no jornal *Diário de Lisboa*. Neste caso específico, são depoimentos de escritores e intelectuais que eram próximos a Castro Soromenho como José-Augusto França, Cardoso Pires e Roger Bastide.

A tônica destes depoimentos é muito semelhante. Primeiramente nota-se sempre o reconhecimento, em tom de pesar, das duras batalhas empreendidas por Soromenho para se

216 “Castro Soromenho”. *Portugal Democrático*. Nº 131, de Julho e Agosto de 1968. Processo Nº 3480 CI (2), Fundo PIDE/DGS), p. 8. Acervo ANTT.

217 “Desaparece Castro Soromenho”. In: *O Estado de S. Paulo*, 19 de Junho de 1968. Processo Nº 3480 CI (2), Fundo PIDE/DGS, p.19. Acervo ANTT.

218 “Prof. Castro Soromenho morre em São Paulo”. Folha de S. Paulo, em 19 de Junho de 1968. Processo Nº 3480 CI (2), Fundo PIDE/DGS, p.18. Acervo ANTT.

notabilizar como escritor, além das agruras vividas por ele e por sua família durante os anos de exílio em França. Outra questão é o fato dele ser descrito ora como um escritor português, ora como um romancista angolano, tal qual fez Manuel Lima – e tantos outros – nesta homenagem prestada pelo *Diário de Lisboa*.²¹⁹ Espero ter deixado claro ao longo deste capítulo que essa confusão acerca de qual nacionalidade a literatura de Castro Soromenho estava ligada, ser fruto da apropriação da sua obra. Para Soromenho esta era uma questão bem resolvida.

Apesar de alguns dos depoimentos, escritos ao calor de sua morte, mostrarem mais a face do homem que a do escritor, podemos analisá-los hoje tentando depurar as afirmações mais emocionadas. É o caso dos depoimentos de Cardoso Pires e de José-Augusto França. Esses escritores, e amigos pessoais de Soromenho, fizeram questão de frisar como a rigidez de caráter e o pudor na expressão de seus sentimentos eram traços marcantes na personalidade dele. Essa inquebrantável rigidez, que não se abalava nem mesmo com as piores dificuldades financeiras e de saúde que ele viveu no exílio, talvez nos ajude a compreender como ele carregou consigo por cerca de trinta anos este projeto de uma literatura portuguesa cujo tema era a África.²²⁰

Essa austeridade por vezes foi vista pelos amigos como excesso de idealismo, como frisou José-Augusto França em carta a Casais Monteiro em 17 de junho de 1963. Ao enviar notícias para Casais sobre os amigos portugueses de Paris, França contou que Soromenho estava trabalhando como colaborador numa revista oficiosa argelina [*la Présence Africaine*], e que seus artigos sobre África não eram publicados por razão nenhuma. Diante dessa preocupante situação França desabafa para Casais:

O Soromenho, colaborador regular a X por mês dum quotidiano argelino officioso, escrevendo para lá artigos sobre Africa que não são publicados, por razão nenhuma... [sic] E podendo (coisa que ele não compreende, com a sua eterna cabeleira idealista!) ser despedido dum momento para outro.²²¹

Foi nosso intuito neste capítulo, ao compulsarmos a correspondência de Castro Soromenho, em especial as cartas que ele escreveu, notarmos como ele empreendeu esforços no sentido de conquistar um espaço no círculo dos literatos portugueses. Sobretudo a partir do

219 C. f.: LIMA, Manuel. “O primeiro romancista de temas africanos”. *Diário de Lisboa*, Suplemento Literário, p. 30. Disponível em: [http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06589.127.22467&numero_da_pagina=26]. Acessado em 18/10/2012.

220 C. f.: PIRES, Cardoso. “Um homem de perfil”. *Diário de Lisboa*, Suplemento Literário, p. 25. Disponível em: [http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06589.127.22467&numero_da_pagina=25]. Acessado em 18/10/2012. C.f.: FRANÇA, José-Augusto. “Na morte de Castro Soromenho”. *Diário de Lisboa*, Suplemento Literário, p.30. Disponível em:

[http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=06589.127.22467&numero_da_pagina=30]. Acessado em 18/10/2012.

221 FRANÇA, José-Augusto. [Carta] 17 jun, 1963, Paris [para] MONTEIRO, C. São Paulo. 2f. Cota E15/1390. Acervo BNP.

momento em que ele decide não ter qualquer de suas publicações vinculadas ao universo da propaganda colonial. E, é a partir deste momento que suas batalhas se iniciam.

Soromenho nunca se sentiu constrangido em solicitar que um amigo fizesse uma resenha de um dos seus livros, ou que alguém intermediasse seu contato com um editor ou com um tradutor. Chama a atenção logo de pronto que ele ocupava uma posição secundária neste campo intelectual no qual desejava ser reconhecido e pelo qual circulava tranquilamente. Todavia, o prestígio que ele tanta almejava não veio por meio de seus pares. Seria apenas a qualidade literária de Castro Soromenho que impediu que isso ocorresse? Ou se trata de um equívoco de nossa parte analisar a crítica à obra de Soromenho sob este ângulo? Isso é uma face da questão que cabe a cada leitor fazer sua interpretação.

Da minha parte vejo que na leitura destes artigos e depoimentos escritos na ocasião da sua morte, há sempre um tom de pesar pela morte de um homem que nunca mediu esforços para escrever e publicar seus livros, um homem de um caráter incorruptível e que sempre se mostrou refratário às pressões do salazarismo. Mas sinto também na leitura destes textos sempre um não dito, algo que causa constrangimento e por isso deve ser mencionado entre os dentes, com a pior dicção possível para que ninguém ouça; ou se ouvir, fingir que não ouviu.

Penso que este não dito é o próprio objeto temático escolhido por Soromenho desde o início de sua carreira como escritor, a África. Esta África pode ser objeto de estudo da geografia, da etnografia ou de revistas de turismo com o objetivo de divulgar as colônias portuguesas. Mas uma África tal qual esboçada por Soromenho, causa constrangimentos, pois é uma África portuguesa; ou que pelo menos almejava ser. E esta é a principal questão presente nos romances de Castro Soromenho, a África que não foi portuguesa; um sonho malogrado.

Parte 3 - Castro Soromenho, a questão africana e suas obras

A colonização de Angola, o grande sonho do Dr. Pereira do Nascimento, não é uma quimera. Esse sonho será um dia a mais bela realidade do Portugal colonizador.

Castro Soromenho.

In: “A literatura dos exploradores portugueses – VIII: Pereira de Nascimento, o explorador naturalista”. *O Mundo Português*, Lisboa, N° 122, p. 51-53, fevereiro de 1944.

3.1 - Os primeiros escritos: contos

NA INTRODUÇÃO DE *LENDAS NEGRAS* (1936), Castro Soromenho afirma que ao se entrar na chota²²² e sentar junto ao fogo, viveu um pouco da alma da gente negra, pois “Ouvi o ciciar de seus pensamentos calmos, envolvidos numa ânsia de bem; escutei suas palavras amargas, reprovando todo mal, e ficou-me, prisioneiro na lembrança, o alevantado instinto de justiça que alimenta esta raça descuidosa”.²²³

Nesta fase inicial da obra de Soromenho composta basicamente por contos, ele encara sua função como tendo o papel de registrar a história e a cultura deste povo. Estes contos, que se alinham aos publicados dois anos mais tarde no livro *Nhári* (1938), tratam da temática da morte, de sentenças morais para aqueles que praticam o mal e da disputa de poder por terras.

Soromenho, também, procura evidenciar o papel dos europeus na abertura de caminhos no continente negro, a exemplo de sua singela e sintomática dedicatória do livro *Nhári*. Por ser curta, reproduzimo-la na íntegra: “a todos aqueles que, humanitariamente, no cumprimento de missões de muito cansar, abriram caminhos, que eu trilhei no continente negro”.²²⁴ Em obras seguintes, o termo “a todos aqueles” evolui de maneira bastante explícita para “portugueses”, tendo estes um papel muito importante nesse processo de dominar o continente africano. Leiamos esta passagem do ensaio *Imagens da cidade de S. Paulo de Luanda* (1939), que por si só é mais esclarecedora que nossas afirmações.

E a nós, portugueses, mais uma vez nos pertence o principal papel no desempenho dessa missão histórica. A nossa situação geográfica nas terras africanas – e são as situações geográficas que fundem em bronze indestrutível os destinos dos povos – marca-nos bem claramente nossa linha de acção. Em face na nacionalidade que se está

222 Chota é um tipo de alpendre coberto de capim cujo telhado tem formato cônico e é aberto nas laterais, seria uma espécie de quiosque brasileiro. Na chota os homens se reuniam para contar histórias ou para alguma audiência ou julgamento.

223 SOROMENHO, Castro. *Lendas Negras*. Lisboa: Editorial Cosmos, s/d. Cadernos Coloniais, N° 20, p. 3.

224 SOROMENHO, Castro. *Nhári: o drama da gente negra*. Porto: Livraria Civilização, 1938, p.7.

formando com tanta intensidade em com tamanho brilho na África do Sul, temos de nos preparar para manter, mais uma vez, a civilização latina, e, acima de tudo, a civilização portuguesa que dela nasceu, tão própria para transformar as civilizações primitivas e para se adaptar a variadas regiões, mercê das notáveis características com que cinco séculos de administração e governo de colônias e de impérios a diferenciaram das outras civilizações. Preparação de que maneira? De forma alguma guerreira ou agressiva. Essa preparação tem de ser, atendidas as condições de tempo e de lugar, a mesma que fizemos no Brasil. Fixar nas terras de África que nos pertencem, a nossa raça [...]²²⁵

Em artigos jornalísticos publicados no *Diário de Luanda* e nas revistas *O mundo português*, *Humanidade*, *Vida Mundial Ilustrada* e *Atlântico* ao longo das década de 1930 e 40, Soromenho relacionará alguns temas que estão completamente imbricados na sua obra, o homem africano, o colonialismo português e a literatura.

Todavia, voltemos nossas vistas para os livros *Lendas Negras* (1936) e *Nhári* (1938). Em nenhum momento de nosso trabalho havíamos problematizado a definição que demos às curtas narrativas presentes nos dois livros citados acima. O próprio Soromenho, em alguns destes curtos textos, no intuito de situar o leitor, acrescenta uma espécie de subtítulo, a exemplo de “Lenda das quedas de água do Dala (Lunda-Angola)”, descrição que sucede o título principal do seu primeiro conto “Aves do Além”, de 1936. A definição de conto é levada à frente por nossa conta e risco, dado acreditarmos que apesar do conteúdo tratado em todos estes textos ser originário da história oral dos povos da lunda, sabemos que ao transpor essa história oralizada para o papel, o escritor a transforma em outra coisa. O que nasce deste processo é a ficcionalização da história oralizada com a qual o nosso escritor tomou contato.

Assim, em alguns destes contos podemos notar uma reatualização de lendas já transpostas para a linguagem escrita, cuja fonte principal seria a obra de Henrique Dias de Carvalho. Em outros contos o acesso a eles foi obtido, provavelmente, do universo oral com o qual Soromenho estava em contato.

Todos esses contos de Soromenho tentam responder uma pergunta: porque tanta desgraça recai sobre os povos da Lunda? O eixo norteador dos contos de Soromenho é delineado por esta questão: como lidar com a derrota, com a morte, com a angústia e com a ânsia por encontrar respostas diante do sofrimento.

Apesar de parecer enfadonho, acompanhemos de modo sintético o conteúdo de alguns destes contos.

“A lagoa maldita”, conto que abre o livro *Lendas Negras* (1936) e que é posteriormente republicado em *Nhári* (1938), se inicia com uma nota explicativa abaixo do título: Lenda da

225 SOROMENHO, Castro. *Imagens da cidade de S. Paulo de Luanda*. Lisboa: Editorial Cosmos, 1939. *Cadernos Coloniais*. Nº 55, p. 9.

Lagoa do Dilolo (Moxico-Angola). O conto “A lagoa maldita” narra a passagem de uma velha leprosa por certa senzala e que sofregamente pede água numa noite de festa. Ao se aproximar de jovens que dançavam intensamente, segundo o que nos narra Soromenho, a velha leprosa é vilipendiada pela maioria. “Dezenas de bocas escancaram-se, ululando: Para longe! Não há água! Vai-te, leprosa!”.²²⁶ Já habituada às injúrias por conta de sua enferma condição, ela ao se aproximar da última habitação da senzala, novamente pede água a um velho, e finalmente seu pedido foi satisfeito; a velha de tão cansada que estava dorme numa esteira que lhe é cedida pelo velho; descansou. Ao amanhecer a velha leprosa disse ao seu benfeitor: “Abalai deste lugar de morte. Amanhã, deveis ter moradia além, além naquele monte cimeiro”.²²⁷ O velho e sua companheira ouviram o conselho e foram procurar morada em outras paragens. À noite a chuva caiu. No dia seguinte quando o velho olhou para sua antiga terra avistou uma grandiosa lagoa que se formara na véspera. Segundo Soromenho, que por sua vez teve acesso a este conto por meio do “fantasiar do povo – fonte onde se bebem tantas verdades – esta lagoa maldita nasceu de um grito de desespero e de um gemido de angústia”,²²⁸ que as almas despossuídas de amor e humildade não foram capazes de conter.

Entremeando as páginas deste conto foram publicadas algumas fotografias de Castro Soromenho e de nativos da região da Lunda, a exemplo da fotografia de Soromenho vestido com a farda caqui da administração colonial, a qual incorporamos no capítulo anterior.²²⁹

O conto seguinte, “Para além da vida”, é apresentado como uma lenda acerca da encarnação do soba Muenha-Luanda. De acordo com um pequeno preâmbulo apresentado no corpo do texto o “sobado de Muenha-Luanda fica localizado a 40 quilômetros de Muconda, na circunscrição administrativa do Cassai-Sul (Lunda-Angola)”.²³⁰

O conto se abre ao leitor com uma descrição da noite, “esta, imensamente profunda, guarda nas distâncias intangíveis certo mistério.” Este mistério, segundo o conto, está permeado pela angústia. Mas qual o motivo de tal angústia? Logo abaixo o autor esclarece: “A morte caminha”.²³¹ Trata-se literalmente de uma referência à morte do soba Muenha-Luanda, mas essa angústia pode ser lida também como uma alegoria da morte da cultura do povo que Soromenho ora ficcionaliza. A exemplo das referências aos batuques do homem negro, os quais murmuram canções magoadas, segundo nosso autor. Em momento seguinte deste conto, que na

226 SOROMENHO, Castro. *Lendas Negras*. Lisboa: Editorial Cosmos, s/d. Cadernos Coloniais, Nº 20, p. 8.

227 Idem, p. 9.

228 Ibidem, p. 10.

229 Para rever esta fotografia consultar a p. 82.

230 SOROMENHO, Castro. *Lendas Negras*. Op. cit., p. 15.

231 Idem, p. 16.

verdade se apresenta como uma lenda, Soromenho novamente faz referências à música, de modo a compará-la com a vida do homem negro. Na festa dos mortos uma voz de mulher cantou “uma canção saudosa, saudosa e fatalista como a vida do homem negro!”.²³²

Como se nota, o olhar de Soromenho sobre a cultura lunda é de um homem ligado ao mundo colonialista, esse olhar vê com bastante ceticismo os sacrifícios e oferendas que os homens da lunda faziam a seus mortos. Além da temática da morte, outra questão apontada por Soromenho, e que o perseguirá em outros textos, é a rememoração de saudosa grandeza dos sobas, que é o chefe político-militar das senzalas.

No conto “Terra da Amizade”, último conto do livro *Lendas Negras* e também republicado em *Nhári*, Soromenho narra a lenda que explica a origem do Império Lunda. A personagem principal deste conto é Luéji²³³ – a mãe do primeiro Muatiânvua – a qual aparece como a rainha lunda que se entregara aos amores de um caçador quioco [sic]. A presença deste causará grande descontentamento, sendo chamado mesmo de usurpador e levando alguns homens a declararem guerra à rainha que feriu as tradições ao se deitar com um estrangeiro. O fato é que Luéji conseguiu se sobrepor aos conflitos e fazer reinar a paz na Lunda, “sobre a montanha Luangue uma mulher nua, – nua e bela, e ardente, como uma flor de fogo. [gritou:] Inahu! Inahu! (Acabem, acabem)”.²³⁴

“Terra da Amizade” é uma releitura da lenda de formação do reino da Lunda, narrada por Henrique Dias de Carvalho em sua obra *Expedição portuguesa ao Muatiânvua* (1884-1888): Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda, publicada em 1890. No texto de Carvalho não é mencionado que o amante de Luéji seja um tchokwe. Historicamente o contato dos tutchokwe e lundas se dá no século XIX e não na formação do império Lunda – que ocorreu por volta do século XVI – que é o evento histórico que a lenda descreve.²³⁵

Todavia, é interessante observar como questões contemporâneas ao momento que a lenda é recontada por Soromenho acabam sendo incorporadas ao seu texto. O incômodo representado pelo inimigo tutchokwe é algo que estava ainda a ser assimilado pelos portugueses. Como pudemos perceber na análise de Pélissier – citada na parte 1 deste trabalho – os portugueses conseguiram pacificar os tutchokwe somente em fins da década de 1920. Os

232 Ibidem, p. 20.

233 A história da formação da Lunda a partir do casamento de Luéji com um caçador estrangeiro foi referenciada por Soromenho em outras obras de sua lavra. Na história recente de Angola esse mito foi ficcionalizado novamente em Luéji: o nascimento de um império (1989), de Pepetela. A fonte que Pepetela se baseou para a produção do seu livro foi a mesma utilizada por Soromenho, que é a obra de Henrique Dias de Carvalho resultante de sua viagem à Lunda entre 1884 a 1888.

234 SOROMENHO, Castro. *Nhári: o drama da gente negra*. Porto: Livraria Civilização, 1938, p.138.

235 CARVALHO, H. Dias de. *Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888): Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 58-112.

lundas no final do século XIX já viviam sob a soberania tutchokwe, e no início do século XX os grupos remanescentes foram facilmente incorporados à autoridade da administração colonial portuguesa.

Em textos posteriores Soromenho referenciará novamente este mito, de forma a diluir cada vez mais menções às etnias. Acreditamos que essa associação da união de Luéji com um tutchokwe, tenha origem, também, nas leituras que Soromenho fizera da obra de Henrique Dias de Carvalho. Pois, um dos grandes problemas dos lundas no final do século XIX, o qual fora constantemente mencionado Henrique de Carvalho, era o avanço dos tutchokwe. E neste conto de Soromenho, o rancor pela derrota dos lundas é candente também, não mais como um incômodo ligado às questões do presente de Henrique Dias de Carvalho, mas como passado, ainda que mal assimilado. No caso presente, o casamento de Luéji é reatualizado por Soromenho, pois é a união de Luéji ao inimigo de décadas atrás.

Segundo Ana Paula Tavares, a história de Luéji, personagem que simboliza a fundação de um novo tempo, responsável pela organização do poder na região das mussumbas, está até hoje presente no imaginário dos povos da Lunda e daqueles chamados por ela como lundanizados; ela, Luéji, representa o início. E seu casamento com o caçador Ilunga alarga e cimenta um poder dentro da mussumba, ao mesmo tempo em que entabula alianças com outros potentados de modo a controlar estrategicamente os caminhos do comércio, acesso às feiras e sistemas de tributação.²³⁶

O texto sobre Luéji, segundo a versão de Henrique de Carvalho, é uma história de fundação circunscrita num espaço que origina um “movimento que ultrapassa as fronteiras dos registros discursivos e se institui como verdade”.²³⁷

Ana Paula Tavares define a leitura de Henrique de Carvalho sobre Luéji como um “mosaico textual”, e a pesquisadora vai além, ao afirmar que a “técnica de montagem [do texto] se encarregou de lhe criar um máximo de coerência articulada segundo dois eixos que se cruzam, a ressacralização de um espaço e a reestruturação de um poder”.²³⁸

Este espaço ao qual a autora se refere é a Mussumba, o centro do poder da Lunda e local de exercício do poder dos Muatiânvuas. Henrique de Carvalho ao criar um espaço cênico para narrar a história de Luéji, trabalha no sentido de construir um novo local de poder, que é a Mussumba. Ele quer dar solidez a um poder que se desmorona diante das suas vistas: o poder

236 Este esquema segundo Ana Paula Tavares é proposto por José Redinha em sua obra *Etnossociologia do Nordeste de Angola*. Braga: Ed. Pax, 1966. C.f.: TAVARES, Ana Paula. Op. cit., p. 61.

237 TAVARES, Ana Paula. Op. cit., p. 63.

238 Idem, 64.

dos Lundas em detrimento ao avanço dos tutchokwe. Se para Henrique de Carvalho esse poder se desmorona, para Soromenho o poder dos Lundas é somente passado. Henrique de Carvalho ao longo de sua viagem em direção à Mussumba encontra “resíduos de um passado glorioso” e vazios de poder outrora ocupados pelos lundas. Tais vazios, em fins do século XIX, são duplamente preenchidos pelo medo do avanço dos tutchokwe e por uma epidemia de varíola.²³⁹

A bem da verdade é que Henrique de Carvalho procura construir uma tradição para o poder nessa região, ao fazer isso ele consegue ficcionalizar um poder político e um espaço geográfico com os quais Portugal poderia negociar. Sem esta perspectiva não faria coerência alguma os acordos políticos assinados entre Portugal – cujo representante era o próprio Henrique Dias de Carvalho – e os Atiânvua (plural de Muatiânvua). O fato é que a existência real deste centro de poder deveria fazer sentido não exatamente para os portugueses ou para os povos da Lunda, mas sim para as nações europeias que velozmente começam a disputar os territórios africanos desde o último quartel do século XIX. No caso específico de Portugal, os ingleses eram sua grande preocupação.

O leitor mais crítico que nos acompanha deve por ventura estar se perguntando se o nosso objeto de estudo é a obra de Castro Soromenho ou de Henrique de Carvalho; respondamos. Ao nos atermos a uma análise crítica da narrativa de Henrique Dias de Carvalho acerca da união de Luéji com o caçador Ilunga que deu origem ao Reino da Lunda, estamos na verdade de olhos postos na obra de Soromenho. Henrique de Carvalho, como tão bem explicita o trabalho de Ana Paula Tavares, construiu um espaço de poder vangloriando os povos de origem lunda, por outro lado os tutchokwe são notados como um elemento perturbador deste poder, o qual não mais existe sob a batuta dos lundas. Pois bem, esta estrutura morfológica de oposição entre lundas e tutchokwe presente no texto de Carvalho é amplamente incorporada por Castro Soromenho em sua obra, principalmente nesta fase inicial escrita sob a forma de contos, e que ora analisamos. Nos idos de 1928, quando Castro Soromenho começa a circular por Saurimo e Camaxilo, como recrutador de mão de obra para a Diamang, a bravura dos tutchokwe já era passado, todavia o mito permanecera no imaginário português. Essa oposição entre lundas e tutchokwe tão explícita em Soromenho, e tacitamente evidenciada por Henrique de Carvalho, refletem questões mal resolvidas do colonialismo português. Dado que Henrique de Carvalho conseguira o apoio de um grupo que politicamente já havia sido sobreposto.

Apesar de Soromenho incorporar com mais nitidez esta estrutura de oposição entre estes dois grupos, algo que em seus textos chama a atenção é o fato dele sempre remeter à angústia,

239 Ibidem, p. 66.

à derrota, a um passado de glória por parte dos lundas e, por consequência a um presente de desalento. Ele se coloca na posição de alguém que está fixando o passado de um povo que está prestes a desaparecer. Mas como interpretar essa identificação com os lundas? Identificação essa presente em alguns destes contos de 1936 e 1938 e que se repete nos seus dois primeiros romances *Noite de Angústia* (1939) e *Homens sem Caminho* (1942). Arriscamos um palpite. Muitos literatos portugueses, a exemplo de Castro Soromenho, na década de 1930 elegeram a África como objeto de investimento afetivo de suas ficções. Para a literatura portuguesa, esta África estava localizada nas áreas do tão propalado mapa de cor-de-rosa que Portugal julgava lhe pertencer.

Todavia, as pretensões e ameaças da Grã-Bretanha impediram que tal desejo se concretizasse. De tal sorte que esta literatura funcionou como um importante elemento compensador dos brios feridos de uma nação que se considerava mais importante do que realmente era. A literatura colonial da década de 1930 terá como meta louvar o papel civilizador português. Os lundas, assim como os portugueses, possuíam uma força discursiva de um passado de grandeza que possivelmente talvez seja o elo mais forte de identificação entre estas duas culturas. Como pudemos perceber na análise de Ana Paula Tavares, o mito da fundação da Lunda a partir do casamento de Luéji está presente na cultura de diferentes povos da região, fato que a leva, inclusive, a chamar outros povos de “lundanizados”. Episódio que demonstra a força do discurso de um passado de grandeza e que no momento em que Castro Soromenho circula pela região no final da década de 1920 é apenas isso, histórias de um passado de grandeza. Tais quais a de um sonhado império atlântico por parte dos portugueses.

Bem, a despeito de tudo que tratamos ao longo deste texto com relação à história da lunda e dos contos de Castro Soromenho, intentemos, agora, responder à outra pergunta: Por que os escritos iniciais de Soromenho foram contos? Tal questionamento pode ser pensado sob duas perspectivas, uma empírica e outra teórica. Vejamos a primeira.

Castro Soromenho ao iniciar sua vida de trabalhador da Companhia dos Diamantes de Angola por volta de 1928, ainda é um jovem pouco instruído do ponto de vista da educação formal; em maio de 1927 ele acabara de concluir o 3º ano liceal na Huíla. Toda a sua formação intelectual ocorrerá de forma autodidata e pelo contato com amigos intelectuais em Lisboa. Nesse sentido, dos quatro anos que circulou na região da Lunda, entre 1928 a 1932, o fez com curiosidade, mas sem a bagagem intelectual necessária para interpretar e dar sentido ao que via e ouvia entre os povos africanos. Esse processo da formação intelectual de Castro Soromenho como pensador das coisas africanas demandará anos de estudo e pesquisa, e seu trabalho de jornalista foi quem o permitiu adquirir essa formação. Estes primeiros contos publicados em

Lendas Negras no ano de 1936, são difíceis de serem percebidos como um todo unívoco. São textos com marcas indeléveis da oralidade, pois não trazem nenhum tipo de preâmbulo ou qualquer tipo de recurso estilístico que permita situar melhor o leitor dentro da temática que está sendo tratada. Soromenho, nestes contos, atua como um botânico que passeia curioso pela floresta, coletando exemplares de plantas raras e exóticas em uma caixa com divisórias bem estabelecidas. Nessa coleção é possível fazer leituras e interpretações individuais desses espécimes, mas ainda não é possível pensar o conjunto. Esse pensar o conjunto só virá no momento em que Soromenho começa a trabalhar como romancista em 1939 com a obra *Noite de Angústia*. Atuação essa cuja cristalização ocorrerá em 1945 com a produção de *Terra Morta*, obra que será publicada somente em 1949 aqui no Brasil.²⁴⁰ Outra inferência que podemos fazer ao analisar estes primeiros trabalhos de Soromenho é o fato de que para ele, neste momento da sua vida, a opção pela Lunda como objeto temático de sua produção ficcional não era tão segura assim. Citemos por exemplo, a inclusão dos contos “El-rei negro” e “Reci-Beri”, em seu primeiro livro *Lendas Negras*. Estes contos narram histórias passadas entre os povos do Timor. A temática destoa da perspectiva de uma literatura de matriz africana, mas se alinha a uma perspectiva do universo colonial português.

A perspectiva teórica, a que nos referimos algumas linhas acima, como caminho para se interpretar essa fase inicial da obra de Soromenho pautada pelo conto, estão propostas no artigo “O narrador” de Walter Benjamin. O narrador analisado por Benjamin é o narrador oral, depositário da história tradicional e das experiências grupais que, segundo ele, já não está mais presente entre nós. Lembrando que este texto de Benjamin foi escrito no final da década de 1930.

Vejamos a seguinte citação do texto de Benjamin: “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”.²⁴¹ Nesse ponto do texto, Benjamin ainda não construiu sua diferenciação entre o narrador e o romancista – que é um dos pontos altos do seu texto –, aqui ele está valorizando a narrativa escrita na medida em que ela preserva ao máximo a originalidade da narrativa oral.

240 *Terra Morta* foi censurada em Portugal em Fevereiro de 1945 e teve sua publicação vetada, pois segundo o censor a obra faz “péssima propaganda colonial” e pelo fato do romance ser “deletério e contrário à nossa acção colonial”. C.f.: PEREIRA, José Pacheco. Disponível em: [<http://ephemerajpp.wordpress.com/2011/12/12/censura-relatorio-no-2805-18-de-abril-de-1945-relativo-a-terra-morta-de-castro-soromenho/#>]. Acessado em 12/10/2012.

241 BENJAMIM, W. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e Técnica, arte e política*. 5ª ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993, Vol. 1, p. 198.

Nesse sentido, os contos de Soromenho em *Lendas Negras* (1936) e *Nhári* (1938), de certa maneira se enquadram nesta perspectiva. Sabemos obviamente que o texto escrito modifica, oblitera e atualiza para sua realidade o relato oral, todavia, as interpretações de Benjamin podem nos ajudar a compreender por que tais contos são tão chapados e passam a impressão que são desconexos e estão incompletos nas informações que um bom texto narrativo deve trazer ao leitor. Para Benjamin, a narrativa, que nesta perspectiva é a história tradicional transmitida oralmente, não almeja o “puro em si, da coisa narrada como uma informação ou um relatório”.²⁴² Diferente da informação que já vem explicada e suscita o mínimo de reflexão, as narrativas devem fazer com o que o ouvinte a memorize e construa para si próprio um sentido daquilo que ele acaba de ouvir. Construção de sentido que o transformará num futuro narrador, o qual irá conseqüentemente atualizar a narrativa, pois o narrador sempre imprime sua marca ao, por exemplo, informar como e quando ouviu a história que irá contar. Nas palavras de Benjamin,

Nada facilita mais a memorização das narrativas que aquela sóbria concisão que as salva da análise psicológica. Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia.²⁴³

Bem, se analisarmos friamente a citação acima podemos excluí-la como possibilidade de compreensão dos contos de Soromenho, dado que Benjamin está se referindo exclusivamente ao universo da oralidade. Sobre os contos de Soromenho a questão é bem mais complexa, pois o que temos à mão são lendas e mitos que foram transpostos do universo oral para o escrito e, além disso, temos ainda os trabalhos de Henrique Dias de Carvalho, os quais, com toda a certeza, foram lidos por Soromenho e serviram como fonte para a construção dos seus contos; apesar de não referenciados diretamente nestes seus primeiros escritos.

A despeito disso, podemos extrair algo da análise de estilo que Benjamin faz da narrativa, e utilizá-la na compreensão de algumas questões nessa fase inicial da obra de Soromenho. Acerca da “sóbria concisão que as salva da análise psicológica”, sobriedade essa facilmente perceptível nos contos de Castro Soromenho, podemos afirmar que ela foi abandonada nos escritos seguintes, tanto nos trabalhos jornalísticos – largamente produzidos na década de 1930 – como no primeiro romance de Soromenho, *Noite de Angústia* (1939). Por quê? O trabalho do historiador, como é sabido, também possui um veio dedutivo, assim,

²⁴² Idem, p. 198.

²⁴³ Ibidem, p. 204.

arriscamos um palpite para essa questão. Num Portugal marcado pela política colonial, a sobriedade e a concisão do conto, características essas que permitem ao escritor, de certa forma, não se expor politicamente, teria pouca aceitação tanto daqueles que são favoráveis ao regime como daqueles que são críticos a ele. Um escritor politicamente apático estaria fadado ao fracasso. E não foi essa a posição tomada por Castro Soromenho.

Retomando a diferenciação que citamos logo acima entre a narrativa e o romance, Walter Benjamin, os distingue pelo fato de que a narrativa retira da experiência o que ela conta, tanto da experiência do narrador como dos ouvintes que o cercam. Já o romance, é um tipo de prosa que “não precede da tradição oral nem a alimenta”, ele está completamente apartado da experiência; de acordo com Benjamin, a origem do romance é o indivíduo isolado que não pode mais falar sobre suas preocupações nem tampouco receber conselhos.²⁴⁴

A diferenciação dos dois gêneros acima, feitas por Walter Benjamin, obviamente não se enquadra na análise que ora fazemos dos contos de Castro Soromenho. Porém, ela é ilustrativa para dar início à análise dos primeiros passos da carreira de jornalista e escritor empreendida por Soromenho em Lisboa a partir de 1936. Após este ano Soromenho nunca mais retornará ao território Angolano, contudo, o estudo e a ficção sobre Angola, e em específico sobre a Lunda, se transformaram paulatinamente num projeto de vida que o escritor nunca abandonara. A ficção de Soromenho ganha corpo a partir do seu afastamento do território angolano, uma prosa bastante diferenciada dos seus primeiros contos que ambicionavam levar ao leitor aquilo que o escritor ouvira sobre/junto (a)os povos da Lunda, como também lera sobre eles. Nestes primeiros contos, mesmo que seja em parte retórico o seu objetivo de transpor para o papel as tradições que ouviu “sentado na chota”. Como escritor vivendo em Portugal ele tem apenas os livros, as fotografias e as lembranças que guardou da África. A partir deste momento ele está de fato separado fisicamente do universo social que irá ficcionar.

244 Ibidem, p. 201.

3.2 - Jornalismo e colonialismo: um chão para ser pisado

Hoje no horizonte internacional, acastelam-se nuvens precursoras de nova tempestade; desenham-se novos ataques à nossa soberania, temos de lutar novamente, temos de sair vitoriosos; a derrota seria a morte e não queremos morrer nem mesmo devagar. [Editorial de O Diário de Luanda, de 2 de outubro de 1936]

Nenhuma epígrafe está gratuitamente colocada em um texto, tampouco esta que acabamos de ler. Assinada por certo Marquês de Lavradio, o trecho acima extraído do editorial do *Diário de Luanda*, propriedade da Sociedade Colonial de Tipografia, dá o tom com o qual desejo iniciar esta discussão acerca da relação entre o trabalho jornalístico de Castro Soromenho e seus estudos etnográficos.

Nas poucas linhas citadas acima, já é possível notar que na década de 1930 a preocupação com o futuro das colônias portuguesas norteava a mentalidade colonial do período. A insegurança por parte da nação lusa com relação às suas possessões novamente vem à tona e, mais uma vez, os portugueses são conclamados a lutar pela soberania do império tão “arduamente” conservado durante quatro séculos. No caso presente, a referência ao perigo estrangeiro é explícita, todavia, aprofundemos a questão. Há também uma perspectiva pessimista nesta conclamação, pressente-se um perigo que ainda não havia sido anunciado, pois “acastelam-se nuvens precursoras de nova tempestade”. Inconsciente ou conscientemente os próprios portugueses reconheciam que a manutenção de uma África portuguesa demandaria uma energia financeira e política que Portugal não dispunha. De meados da década de 1930 até a independência das antigas colônias nos anos de 1970, a manutenção da soberania portuguesa em África significou um processo árduo para ambas as partes, principalmente para as sociedades africanas que sofreram as duras penas da legislação advinda do Ato Colonial de 1930.

Dado que o perigo da perda das colônias era discursivamente atribuído à ambição das nações estrangeiras – que mais uma vez tentavam tirar de Portugal algo que eles acreditavam lhes pertencer por força da tradição –, na década de 1930 e 1940 alguns escritores portugueses envolvidos com a produção de obras ligadas à categoria de literatura colonial, aprofundam esse discurso da longevidade da presença portuguesa em África.

Diferentemente do contexto da partilha da África no final do Oitocentos, em que a defesa da presença portuguesa ficou marcada pelo domínio de rotas comerciais, uma nova categoria de portugueses audazes entra em cena: a do explorador e a do colono. Castro

Soromenho produziu algumas obras dessa categoria como *Sertanejos de Angola* (1943), *A aventura e a morte no sertão* (1943), *A maravilhosa viagem dos exploradores portugueses* (1946), e outras. Essas obras intentaram construir uma tradição para o colonialismo português do século XIX, inventariando feitos e descobertas dos intrépidos exploradores portugueses que rasgaram a África Central de costa a costa. Interpretamos essa produção cultural não apenas como reflexo de uma política do Estado totalitário português, que incentivou e demandou da intelectualidade portuguesa produções desse naipe. A construção de tal tradição nos anos de 1940 ajudaria Portugal a acreditar no sucesso da sua ação colonial, a qual já havia dado mostras de fracasso alguns anos antes.

A produção literária de Castro Soromenho, apesar do tom de defesa do colonialismo que aparece em alguns de seus artigos jornalísticos, permite fazer uma leitura nessa perspectiva. Tais textos funcionam como escoras de um prédio com paredes tortas e frágeis, que mais dia menos dia um sopro ligeiro e firme colocará tudo em ruínas. Arrisco a dizer que Castro Soromenho construiu sua ficção sobre destroços e de sonhos velhos idos. Nos relatórios de administrador de província de Artur Ernesto Soromenho, pai de Castro Soromenho, principalmente aqueles referentes à região da Lunda no início da década de 1930, está muito claro o desânimo, a angústia, as dificuldades e o fracasso da colonização portuguesa no interior de Angola. Tais relatórios que ficaram sob a guarda de Castro Soromenho após a morte do pai em 1944, foram uma fonte preciosa para a ficção dele, além da sua própria experiência pessoal na Lunda.

A literatura de homens como Castro Soromenho teve um papel de mumificar este cadáver, qual seja, o da grande nação colonial portuguesa, pois era preciso ao menos discursivamente mantê-lo bem conservado.

Numa perspectiva diferente dessa, que apresentamos acima, Omar Thomaz interpreta a literatura colonial de homens como Castro Soromenho ligada ao que ele intitulou como um “saber colonial” produzido durante o Estado Novo salazarista. Este ‘saber colonial’ referenciado por Thomaz em seu competente trabalho de pesquisa, tem como significado o ápice do ‘terceiro império português’.

Para Omar Thomaz, a noção de “terceiro império” faz referência ao colonialismo português da época contemporânea, que de acordo com este autor, “tem início nas últimas décadas do século XIX, alcança seu apogeu nas três primeiras décadas do salazarismo e chega a seu termo no 25 de abril de 1974”.²⁴⁵ Esta noção de terceiro império traz em si a existência

245 THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul*. Op. cit., p. 32.

de duas temporalidades anteriores – o primeiro império no século XVI com o Brasil e o segundo império no século XVIII –, as quais não podem ser interpretadas como temporalidades que se sucederam continuamente, antes, como o próprio Thomaz afirma “cruzaram-se muitas vezes”.

Segundo a leitura que fizemos de *Ecos do Atlântico Sul*, é assente entre os estudiosos do colonialismo português contemporâneo, a ideia de que após a perda do Brasil, Portugal volveu seus interesses colonialistas para as costas africanas.

Nas primeiras décadas do século XIX, além da perda do Brasil, a política inglesa de pôr fim ao tráfico de africanos para a América, também afetará economicamente a pequena nação do extremo ocidente europeu. É neste cenário que a África se apresenta a Portugal, como uma nova possibilidade para a recuperação de sua debilitada economia. E, além disso, o estabelecimento de colônias no continente africano na segunda metade do século XIX, do ponto de vista simbólico, significava a instalação daquilo que alguns autores, a exemplo de Omar Thomaz, chamaram de terceiro império português.

Ainda segundo Thomaz, não se pode limitar a formação deste ‘terceiro império’ às pressões que Portugal vinha sofrendo de outras nações ou à ideia de um imperialismo de prestígio sem base mercantil, industrial ou financeira. Tais perspectivas encobrem a experiência portuguesa no Brasil e a formação de interesses locais nos enclaves crioulos da África.²⁴⁶

Como citei nas páginas anteriores, a atividade do Estado Português no sentido de tomar as rédeas do império que lhe escapulia entre as mãos, tem início na construção de um corpo jurídico-legislativo rigoroso. Acerca do conhecido Ato Colonial de 1930 e demais legislações a ele correlatas, Omar Thomaz assim os define,

[...] produto de uma determinada ideologia e de uma tradição do poder colonial português, procuravam traduzir o que o império deveria ser e de que forma dever-se-ia atuar nas terras, interferir na vida dos nativos ou condicionar a mentalidade e as ações do colono português.²⁴⁷

É extremamente esclarecedora a definição acima, sobretudo pelo fato de que este pesquisador procura elucidar os elementos que comporiam aquilo que ele intitulou como uma ‘mentalidade’ colonial. Todavia, acredito que a força deste discurso imperial que envolvia a criação de uma rigorosa legislação, concursos literários e propaganda interna de apoio ao colonialismo, surge num momento em que a plena efetivação deste colonialismo se torna cada vez mais distante. E todos estes elementos, inclusive a literatura colonial, terão o papel de postergar essa situação com a qual Portugal demorará algumas décadas para aceitar. Ou não. A

²⁴⁶ Idem, p. 33.

²⁴⁷ Ibidem, p. 71.

literatura de Castro Soromenho nos possibilita ler a cultura do império sob esta ótica: o malogro do colonialismo português. Soromenho quando escreve sobre África e seus povos, é com os portugueses que ele deseja dialogar e não com os africanos.

Esta legislação do império mencionada acima pautou-se por uma postura extremamente centralizadora, pois extinguiu, inclusive, os cargos dos altos-comissários, autoridades que possuíam elevados poderes nos territórios ultramarinos, a exemplo de Norton de Matos em Angola. Isso implicou numa tentativa de incluir as colônias no corpo da nação lusa, pois

Todas essas medidas são implementadas ao mesmo tempo em que se pregava a ‘nacionalização’ dos territórios coloniais, que deveria dar-se tanto no âmbito econômico e político quanto no âmbito da “cultura”: os “indígenas” e os habitantes de todas as colônias portuguesas fariam parte do corpo “da nação portuguesa.”²⁴⁸

Assistimos assim ao que Omar Thomaz chamou de nacionalização das colônias e de suas gentes, estas últimas sempre vistas com pessimismo, pois não era possível dar a elas o status de nacionais em virtude de sua considerada ‘mentalidade primitiva’. Por isso era necessário relacionar-se com as chamadas sociedades indígenas mediante um corpus jurídico específico, o qual ficou cristalizado no Código de Trabalho dos Indígenas das Colônias Portuguesas de África, Decreto Nº 16.199 de 6 de dezembro de 1928. Somado a este primeiro, temos o Decreto Nº 16.473 de 6 de fevereiro de 1929, mais conhecido como *Estatuto político, civil e criminal dos indígenas*.²⁴⁹ Essa legislação possuía um objetivo duplo: de um lado desejava-se legalizar o recrutamento de mão de obra barata para a agricultura e para a mineração, dado o caráter dito ‘legal’ desta moderna forma de escravidão, pois aqueles que se recusassem ao recrutamento seriam criminalizados. De outro, o Estado Português objetivava integrar ou assimilar os africanos à cultura portuguesa, mas sempre com o status de cidadãos de segunda categoria. Cria-se inclusive o conceito de assimilado, indivíduo que adquirira os hábitos da cultura e da língua dos portugueses.

Entrecruzando o pessimismo das perspectivas de futuro para o colono português presente nas páginas de romances como *Terra Morta*, com a rigidez para com o homem africano, – muito bem expressa nestes códigos jurídicos – a sensação é que podemos interpretar este rigor como uma maneira de frear o fracasso iminente do colonialismo português em África.

Não somente a legislação durante a década de 1930 sofreu modificações no que toca ao relacionamento do estado português com suas ditas colônias. A própria produção cultural irá

²⁴⁸ Ibidem, p. 73.

²⁴⁹ Ibidem, p. 311-40 (Anexo I: Legislação colonial).

refletir os objetivos práticos do Estado Novo. Uma breve citação de Omar Thomaz aclara-nos um pouco mais esta questão.

No processo de afirmação do Estado Novo, homens de letras, artes e pensamento são chamados – mais do que em momentos anteriores – a se pronunciar sobre a obra portuguesa de colonização; uma importante rede de instituições produtoras de um “saber colonial” virá a ser fortalecida e novas instituições serão criadas [...] Colonizar significa, antes de tudo, dominar: dominar recursos físicos e humanos, mas também dominar discursivamente, pensar e falar sobre os indivíduos e territórios subjugados, e com isto afirmar o poder colonial.²⁵⁰

Omar Thomaz interpreta que este “saber colonial” produzido sobre o ultramar é balizado pela institucionalização do Estado Novo português, de modo que esse conhecimento teria a missão de incorporar as sociedades africanas ao corpo político da nação. Ainda segundo este autor, o império colonial português para atingir o status grandioso que desejava, carecia ainda de uma “alta cultura” acerca de suas colônias.²⁵¹

Um exemplo disso é o surgimento de diversos periódicos e coleções literárias dedicadas aos temas do ultramar como *O mundo português*, *Boletim Geral do Ultramar*, *Cadernos coloniais*, entre vários outros.

Ao se referir ao tema “saber colonial”, Omar Thomaz procura referenciar os discursos de setores intelectuais da inteligência portuguesa que se prestavam à mobilização em torno de temas relacionados aos domínios portugueses ultramarinos, sobretudo aqueles reunidos em dois eventos que versavam sobre assuntos coloniais, a saber: as Conferências de Alta Cultura Colonial de 1936 e o Congresso Colonial de 1940. Não se tratava assim, de eventos que objetivavam constituir “um saber específico sobre as colônias, mas um saber colonial, que se difundia num esforço de conhecer e dominar, representar e disciplinar o império como um todo”. É bom frisar que o tom desses congressos foi pautado por uma “certa angústia intelectual que demandava a volta às glórias do colonialismo português dos séculos XVI e XVII”.²⁵²

É inatacável o fato, salientado por Omar Thomaz, de que a partir do Estado Novo uma grande produção discursiva no campo do jornalismo, da literatura, da burocracia e em outros espaços, foi intensa. Todavia, quero lançar outra perspectiva para a interpretação, diga-se de passagem, extremamente correta, de que esta produção buscava a “afirmação do moderno império colonial português”.²⁵³ Apesar de concordar que essa produção discursiva que desejava enaltecer a ideia de império colonial ter se intensificado no Estado Novo, creio que o apogeu

250 Ibidem, p. 83.

251 Ibidem, p. 84.

252 Ibidem, p. 84.

253 Ibidem, p. 86-7.

do colonialismo português durante as três primeiras décadas do salazarismo, como afirma Thomaz, não existiu de fato.

A dominação discursiva exacerba-se no momento em que a dominação plena é uma quimera. A literatura colonial teve o objetivo de preencher uma ausência, que é o fato de Portugal não conseguir se impor enquanto uma nação forte no cenário europeu. Neste contexto, ser uma nação forte perpassava o pleno domínio econômico, político e administrativo de suas colônias no ultramar, como também, possuir um projeto de futuro para si enquanto nação colonialista e para suas ditas colônias.

A literatura colonial produzida não só por Castro Soromenho, mas também por Julião Quintinha, Maria Archer e tantos outros, tinham o papel de responder a uma difícil pergunta: qual o futuro de Portugal como nação colonizadora? Criar tradições e projetar sonhos de grandeza para este império foi um dos papéis desta literatura. Melhor dito, esses discursos laudatórios do colonialismo visavam purgar a frustração de um sonho malogrado, do qual muitos portugueses ainda continuam reféns. E, nos anos de 1970, foi preciso que o ‘outro’, sobre o qual se projetou este sonho, dizer que não compartilhava do mesmo.

A produção jornalística de Castro Soromenho começa vir à tona num momento em que a institucionalização do Estado Novo português em 1933, já é um fato consumado e que produzirá uma dura situação para aqueles que se dedicavam ao universo da escrita, pois jornais, revistas, livros, programas de rádio, cinema, teatro, passavam por censura prévia desde o golpe de 28 de maio de 1926.²⁵⁴ A partir do Estado Novo português, a repressão – realidade concernente aos demais regimes autoritários do período – sofisticou-se, e é criada a PVDE (Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado), que dará origem à PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) em 1945.

A PIDE pode ser considerada como a espinha dorsal do regime autoritário português, pois ela coibia, perseguia e censurava todos aqueles que eram críticos ao regime. No caso das colônias, não havia espaço público para a discussão desta questão, os anticolonialistas ou que se identificassem com uma postura contrária à manutenção das colônias, eram considerados como traidores da pátria.

É mister ressaltar, como o próprio Omar Ribeiro nota, que na década de 1930 não havia um movimento anticolonial em Portugal – frágil inclusive em outras metrópoles.²⁵⁵ De fato o

²⁵⁴ Ibidem, p. 88.

²⁵⁵ Ibidem, p. 92.

que havia era o consenso da manutenção das colônias e também uma “cultura do império” com a publicação de revistas, jornais, obras literárias atinentes a esse assunto.²⁵⁶

Castro Soromenho, apesar de fazer parte deste universo cultural acima referenciado, não foi membro de nenhuma instituição literária ou congênere. Todavia, sua produção intelectual até por volta de 1945 – ano em que escreve *Terra Morta* – foi publicada em periódicos ligados à propaganda colonial, e alguns de seus livros até mesmo premiados no já referenciado concurso literário da Agência Geral das Colônias.

Castro Soromenho mesmo sendo um escritor que nunca manteve relações com instituições como a Sociedade de Geografia de Lisboa e a Escola Superior Colonial, é um exemplo de como a força discursiva do império colonial português transbordou as fronteiras destas instituições. Demonstrando assim o quanto essa mentalidade histórica que via neste império colonial uma missão a ser cumprida por Portugal, perpassava a diversos grupos sociais.

Em 1937, no seu primeiro ano de retorno a Lisboa, Castro Soromenho inicia sua carreira de jornalista.

Ao iniciarmos nossa análise desta faceta de Castro Soromenho pouquíssimo referenciada pelos seus críticos, qual seja, a de jornalista, desejamos colocar uma questão que, de certa maneira, correlaciona-se à tese de Omar Thomaz apresentada algumas linhas acima. Como bem demonstrou esse pesquisador, da década de 1930 até a Revolução dos Cravos em 1974, o Estado Novo português produziu uma “cultura do império”, cujo objetivo era a dominação completa das gentes e riquezas das colônias que estavam sob o poder do império colonial português.

De fato, essa cultura colonial em âmbito literário e jornalístico foi algo intenso no período supramencionado, todavia coloquemos essa afirmação sob outra perspectiva. Não seria essa cultura colonial apenas uma forma de decantar e purgar algo que inconscientemente começa a ser explicitado: de que a manutenção do sonho de um império colonial não era possível? O totalitarismo salazarista não seria apenas uma forma de preencher o vazio de uma nação que atribui a si própria uma condição que não é compartilhada por suas nações vizinhas?

A partir da leitura e análise de parte da produção jornalística de Castro Soromenho, podemos ensaiar algumas respostas para tais questões. Vale mencionar que esta não é uma possibilidade única, inclusive, no caso específico do nosso objeto, os escritos jornalísticos de Castro Soromenho respondem a parte do problema. A verve romancista de Soromenho, que

256 Ver: PINTO, Alberto de Oliveira. História e Literatura. Op. cit.

iremos tratar logo em seguida, completa nossa análise acerca desta decadência do império colonial português.

Começamos com os artigos de Castro Soromenho publicados em Luanda para o periódico *Diário de Luanda*. Nestes textos ele projeta perspectivas de futuro para o colonialismo português em África, uma visão que era compartilhada entre muitos homens de letras e políticos do mundo ultramarino português. Projetos que já traziam em seu âmago a antítese de suas próprias existências, as quais compõem um grupo de notas dissonantes na construção da dita mentalidade colonial portuguesa. E são com essas notas dissonantes que objetivamos trabalhar.

Acerca deste futuro projetado para as sociedades africanas, preconizava-se, segundo essa perspectiva, o dito desenvolvimento das mesmas por meio de sua integração à sociedade ocidental, transformando-as em trabalhadores e consumidores de produtos oriundos da metrópole. Ou seja, o objetivo claro do colonialismo após a fase de conquista militar e administrativa era conseguir inserir assimetricamente as sociedades africanas no capitalismo ocidental.

Castro Soromenho em seu artigo “As missões católicas e sua missão em África: os missionários ao serviço do Império” critica o fato dos missionários católicos em África não terem criado nos indígenas “necessidades de ordem material”. Pois, segundo sua opinião neste texto, era mais importante para o império realizar a obra civilizadora por meio do “aperfeiçoamento da vida material do negro selvagem”. Seria inútil, assim, segundo Soromenho, interferir na moral religiosa do negro sem antes introduzir-lhe uma nova vida material. Portanto, era necessário transformá-lo num consumidor dos produtos oferecidos pela metrópole.²⁵⁷

Na sequência do artigo anterior, Soromenho apresenta aos leitores do *Diário de Luanda*, o texto “As missões católicas e a sua missão em África: o trabalho como factor de civilização”.²⁵⁸ Neste artigo, Soromenho interpreta com muito pessimismo o futuro das sociedades africanas caso sejam deixadas se desenvolverem sem a interferência do europeu. Logo no início do seu texto ele afirma:

[...] é impossível actuar no sentido de levar o homem negro, em estado selvagíneo [sic], a, por si só, valorizar-se. Há, pois, que por de parte a ideia de um movimento expontaneo [sic], muito embora haja pessoas que esperem que o bárbaro, em presença

257 SOROMENHO, Castro. As missões Católicas e a sua missão em África: Os missionários ao serviço do Império. *Diário de Luanda*, 10 de março de 1937, p. 1. Acervo BNP.

258 SOROMENHO, Castro. As missões Católicas e a sua missão em África: o trabalho como factor de civilização. *Diário de Luanda*, 12 de março de 1937, p. 3-4. Acervo BNP.

de exemplos de trabalho vindos do europeu, venha a corresponder aos fins da missão civilizadora em que andamos empenhados.²⁵⁹

No caso específico de se encontrar soluções para inserção do homem negro no mundo das relações de trabalho, Soromenho propõe que os governos coloniais devam envidar esforços na educação das crianças, pois a “evolução da raça negra levada a efeito pela educação das crianças, homens de amanhã, é a alfa da nossa missão civilizadora”.²⁶⁰ Apesar de ainda manter e propor soluções para o futuro do colonialismo em África, nosso jovem articulista e futuro romancista, admite que a Administração colonial, neste caso específico da educação das crianças, será menos eficiente nesta tarefa do que as missões católicas, as quais Soromenho elege como mais capazes de se relacionarem com as sociedades africanas. Pois ele desconhece “homens brancos que tenham mais prestígio entre os indígenas que os missionários católicos”, em relação às autoridades portuguesas o homem negro o vê apenas como um cobrador de impostos.²⁶¹

Ao homem negro, Soromenho atribui a ideia que é indolente e entregue a vários vícios oriundos da desocupação que somente o trabalho pode solucionar, apesar disso, o homem negro é dócil e a tudo se sujeita. Todavia, paradoxalmente a essa dita docilidade do negro, Soromenho faz afirmações que contradizem esta ideia da sujeição do negro e nos coloca de par dos problemas enfrentados pelo colonialismo em Angola. A primeira delas, já citada acima, é o fato dele reconhecer a própria incapacidade da Administração Colonial em cuidar da educação das crianças negras, atribuindo este papel às Missões Católicas. Outra contradição, é que apesar de considerar o negro dócil e indolente ele afirma que o homem negro adulto raramente aceita a educação religiosa oferecida nas missões católicas, e são fraquíssimas as chances de adaptação. Isto significa reconhecer que a violência militar, administrativa e judiciária do colonialismo português não foi capaz de influir eficazmente na cultura tradicional dos povos da África Portuguesa. Por tal razão, Soromenho lança a hipótese destas missões concentrarem sua atuação nas crianças, pois é “barro que se pode amoldar”. Vale lembrar que neste texto de março de 1937, Soromenho se refere à África portuguesa de maneira genérica, não especificando a região a que se refere.

Apesar de seu texto ter a função de fortalecer a presença do império colonial, Soromenho mais uma vez se contradiz e lança com sua escrita as sementes do fracasso do colonialismo português que ora tentamos analisar. O tom desta contradição se refere à religião

259 Idem.

260 Ibidem.

261 Ibidem.

dos negros, a qual Soromenho, como homem do seu tempo, enxerga como exótica e bárbara, mas reconhece que é nela que o negro encontra a satisfação para todas as suas necessidades.

Em caso de doença, depois do curandeiro declarar que nada mais lhe resta fazer para evitar a morte, em fomes, em desavenças familiares, em casos de feitiços..., em tudo quanto interessa a sua vida primitiva, o selvagem recorre aos *milagres* das suas *mahambas* (santos, que são intermediários entre os vivos e os mortos) – e é certo, esses assuntos terão cabal resolução...

Na religião católica, ele não encontra tamanhos *benefícios*...²⁶²

Diante de tais assertivas, notamos como o próprio Soromenho reconhece como a religião do negro é suficiente para solucionar seus mais diversos problemas de ordem material, moral e espiritual. Uma estrutura que o colonialismo com toda a sua violência não conseguiu destruir, quiçá fazer alguns arranhões.

Não sabemos com precisão se Soromenho neste começo de 1937 ainda se encontrava em Luanda ou remetia de Lisboa seus artigos que foram publicados no *Diário de Luanda*. Certo é que no segundo semestre desse ano, ele já se encontrava a serviço de um periódico claramente vinculado à propaganda colonial, que é o *Humanidade: Defesa e propaganda do Ultramar Português*, cujo diretor era Viana de Almeida, autor de um livro de contos africanos intitulado *Maiá Póçon*. Interessante é o fato de que Soromenho no dia 27 de junho de 1937 publicou uma resenha deste livro em o *Diário de Luanda*. Em sua resenha, teceu alguns elogios ao autor, pois este possui duas características extremamente importantes para Soromenho. Viana de Almeida é um negro integrado à civilização europeia e é também um escritor de contos africanos e que, a exemplo da própria experiência pessoal de Soromenho, nasceu na África, portanto, não é produtor de uma escrita apartada da realidade africana.²⁶³

Tais opiniões são recorrentes nos artigos de Soromenho, pois um dos elementos que ele mais criticava na qualidade da literatura colonial portuguesa era o fato de muitos autores escreverem sobre África sem nunca terem saído do conforto de suas escritaninhas metropolitanas. Obviamente essa perspectiva tem por objetivo valorizar seu trabalho de escritor que nestes idos de 1937 dá os primeiros passos.

Antes de analisarmos propriamente os artigos da lavra de Soromenho em o *Humanidade*, convém algumas observações acerca deste universo mental português dos finais da década de 1930. O editorial do dia 20 junho de 1937 do jornal *Humanidade*, assinado pelo seu diretor Viana de Almeida, nos mostra como a propaganda colonial tinha um objetivo claro

262 Ibidem. Grifos do original.

263 SOROMENHO, Castro. Resenha de *Maiá Póçon*, por Viana de Almeida. *Diário de Luanda*, 27 de junho de 1937, p. 1. Acervo BNP.

de inflar os sentimentos nacionalistas dos portugueses. Neste sentido, o ponto nodal da questão, e que ainda hoje é repetido à exaustão, era a forma como esse articulista convocava seus leitores portugueses a olharem para o passado de glórias das conquistas portuguesas, do qual deveriam, portanto, sentir orgulho. Acerca disso, suas palavras são crispantes: “o ardor do passado deve servir de alavanca para o futuro”.²⁶⁴ Se o passado de glórias idas deve ser a alavanca para o futuro, é sinal que o presente é de incertezas e dificuldades. Dificuldades estas vinculadas ao futuro português como nação colonialista e que a propaganda colonial, na qual a literatura se inclui, terá como meta obliterar e postergar o relacionamento com essa difícil realidade.

O editorial deste dia tem como tema principal a Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa no século XIX, realizada com o objetivo de glosar as vantagens da ocupação portuguesa no Ultramar “e que demonstrasse as capacidades colonizadoras da raça lusitana”.²⁶⁵ É de se fazer notar o tempo verbal em que Viana Almeida escreve: sempre no passado; sua própria escrita o denuncia. A mensagem final do texto de Almeida é o desejo de que Portugal após a ocupação militar das suas colônias – ocorrida nas três primeiras décadas do século XX – assistiria uma fase de glória. Vale a pena citar sua última frase.

A visão de Portugal criador na guerra seria seguida daquela em que **veríamos** também Portugal produzir na paz e transfundir o seu espírito aos povos que ele se encarregou de trazer ao claro sentido da civilização.²⁶⁶

A respeito do seu trabalho no *Humanidade*, Soromenho exhibe em um de seus artigos intitulado “Dois caminhos” concepções muito caras ao colonialismo português do período salazarista. Nesse, ele faz referência à inexistência de preconceito racial por parte do colonialismo português, ao contrário disso, sempre houve por parte do português um incentivo à mestiçagem. Neste ano de 1937, Gilberto Freyre já havia publicado o seu *Casa-grande & Senzala*, e a associação desta ideia de Soromenho, citada acima, às teses de Freyre é clara, apesar de não referenciada no corpo do artigo.

De chofre, uma afirmação de Soromenho procura justificar a inexistência de preconceito racial entre os portugueses: “porque partimos do princípio de que não há raças superiores ou inferiores”.²⁶⁷ Neste sentido a clivagem entre o mundo europeu e o mundo dos africanos, não passaria pela superioridade racial, a qual, segundo essa perspectiva, não existe. Todavia, os portugueses na defesa da sua prática colonial, imbuíam-se por ter a missão histórica de trazer

264 ALMEIDA, Viana de. Editorial. *Humanidade*, 20 de Junho de 1937, Lisboa, p.1. Acervo HML.

265 Idem.

266 Ibidem. Grifo nosso.

267 SOROMENHO, Castro. “Dois caminhos”. *Humanidade*, 15 de agosto de 1937, Lisboa, p.1. Acervo HML.

os africanos ao bojo da civilização, assim o problema passa por critérios culturais, a exemplo da relação que os africanos possuem com o trabalho.

Soromenho neste início de carreira tanto no *Diário de Luanda*, assim como no *Humanidade*, criticou o fato do trabalho agrícola ser realizado pelas mulheres e não pelos homens, além disso, elegeu o trabalho como uma das maneiras de transformar o africano. Nos termos da época esta seria uma maneira de civilizá-lo e que na prática era uma maneira de inserir assimetricamente as sociedades africanas nas relações de trocas capitalistas entre metrópoles e colônias.²⁶⁸

Outra questão que está implícita nesta argumentação de que entre os portugueses inexistente o ódio de raças, é a defesa do colonialismo português frente às práticas coloniais de outras nações. Assim, nas entrelinhas o que fica dito é que o colonialismo português seria mais brando, e a prova disso é a capacidade dos portugueses de se imiscuírem junto às populações locais promovendo a mestiçagem racial que será positivada pelos trabalhos de Gilberto Freyre e utilizada politicamente pelo governo totalitário português. Soromenho, nos lembra que “os povos nórdicos jamais poderiam ter feito um Brasil ou uma Argentina”.²⁶⁹ A colonização portuguesa teria assim uma grande simpatia pela condição humana, algo que a rudeza do materialismo inglês, metaforicamente exemplificado por Soromenho pela “boca de pedra da estátua de Cecil Rhodes”,²⁷⁰ não seria capaz de fazer.

As incertezas do colonialismo português frente ao seu futuro de grandeza mais uma vez se tornam explícitas. Na falta de um projeto ou de uma perspectiva de futuro, o discurso colonial se agarra ora ao dito passado de grandezas ora à crítica às nações concorrentes. Essas críticas são a prova cabal do reconhecimento, por parte dos portugueses, da ausência de forças para manter suas colônias sob seu poder. E para que os próprios portugueses não percam a fé nas suas capacidades de nação colonizadora será preciso repetir à exaustão ideias como as citada acima.

Ainda como jornalista do *Humanidade*, Soromenho inicia uma série temática de artigos que o possibilita inter-relacionar as perspectivas de futuro do colonialismo português e o sempre recorrente exemplo do caso brasileiro. E, como já pudemos perceber, a ponte que liga estes dois assuntos é o luso-tropicalismo freyriano.

268 Tais argumentos estão bem explícitos nos seguintes artigos: “A valorização do homem negro: a mulher perante a lei do africano bárbaro”. *Diário de Luanda*, 6 de março de 1937, p. 1; “As missões Católicas e a sua missão em África: os missionários ao serviço do Império”. *Diário de Luanda*, 10 de março de 1937, p. 1; este foi último foi republicado sob o título: “As missões ao serviço do Império”. *Humanidade*, 20 de junho de 1937, p. 15.

269 SOROMENHO, Castro. “Dois caminhos”. *Humanidade*, 15 de agosto de 1937, Lisboa, p.1. Acervo HML.

270 Idem.

No Jornal *Humanidade*, em 18 de Junho de 1938, Castro Soromenho publica o artigo “Intercâmbio comercial luso-brasileiro: o comércio português no Brasil”. Em entrevista com o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Portugal no Rio de Janeiro, o Professor Vitorino Moreira, Soromenho inquiriu-o sobre as exportações portuguesas de congelados, vinhos e azeite para o Brasil. A intenção de Soromenho nesta entrevista era levar boas notícias para os exportadores portugueses, que segundo ele estavam ansiosos pelas melhorias nos negócios com o Brasil. Infelizmente, as boas novas que Soromenho desejava levar para Lisboa não ocorreu, Vitorino Moreira foi bem franco em afirmar que a tendência de importação de produtos portugueses no Brasil – feita em sua maioria por comerciantes portugueses – não possuía perspectivas de aumentar, pelo contrário, a tendência era diminuir em função da produção dos vinhos no sul do Brasil e das novas oleaginosas no norte do Brasil.

O que está em tela de análise aqui não é o balanço das relações comerciais luso-brasileiras durante o Estado Novo Vargasista, mas sim a imagem do Brasil para a mentalidade colonial portuguesa nesse período. Portugal em finais da década de 1930 está de olhos postos na África, mas o Brasil representa para a mentalidade portuguesa a cristalização das teses de Gilberto Freyre que começaram a ser divulgadas a partir de 1937 em diversas conferências nas Universidades de Londres (King’s College), Lisboa e Porto, e que resultaram na publicação do livro *O mundo que o português criou* (1940). Segundo Cláudia Castelo, esta obra representa um segundo momento de maturação do luso-tropicalismo, – o primeiro estaria presente no ideal de mestiçagem presente em *Casa-grande & Senzala* – pois nela o campo de pesquisa alarga-se do Brasil a todas as áreas em África e Ásia em que houve a colonização portuguesa. Nas palavras de Castelo,

Freyre parte do pressuposto que essa unidade existe e que o português é o seu elemento fundador e aglutinador. As características do português, já analisadas em *Casa-grande & Senzala* – ausência de preconceito racial, apetência pela miscigenação, cristianismo fraternal – é que conferem coerência interna ao mundo por ele criado.²⁷¹

Esta forma positivada de ser e estar no mundo será apropriada pela mentalidade colonial portuguesa que desejava construir no continente africano aquilo que os portugueses, segundo essa perspectiva do luso-tropicalismo, fizeram no Brasil. Castro Soromenho, como homem e intelectual partícipe desta mentalidade histórica também teve suas contribuições no sentido de alimentar e ser alimentado pela ideia de que o Brasil fez-se pelas mãos dos portugueses. Como podemos ler este novo interesse dos portugueses para o Brasil? Creio que uma das chaves

271 CASTELO, Cláudia. O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Lisboa: Afrontamento, 1998, p. 33.

explicativas para tal postura da intelectualidade portuguesa aqui representada por Soromenho é a já citada frase de Viana de Almeida, editor do periódico *Humanidade* no final da década de 1930 e, mais uma vez citemo-la: “o ardor do passado deve servir de alavanca para o futuro”.²⁷² O Brasil com todos os seus problemas econômicos e sociais que até hoje são gigantescos, era para os portugueses uma nação dinâmica e grandiosa, era o resultado bem acabado do trabalho do português colonizador que permitiu o surgimento desta nação. Diante das dificuldades dos portugueses na África, se voltar para o Brasil é uma maneira de recobrar os ânimos perdidos e manter aceso este sonho de uma África portuguesa.

Como jornalista, Castro Soromenho após essa pequena passagem pelo Rio de Janeiro em 1938 no intuito de compreender os motivos pelos quais as trocas comerciais entre Brasil e Portugal não caminham muito bem, só retornará ao Brasil onze anos depois a serviço do *Diário Popular* de Lisboa; mas a perspectiva de uma integração luso-brasileira não havia sido abandonada.

No final de 1941, a serviço do semanário *Vida Mundial Ilustrada*, Castro Soromenho publica dois artigos que evocam novamente a tão ansiada integração luso-brasileira. Em “Política do Atlântico: as relações culturais (sic) luso-brasileiras evocadas por João de Barros”, publicado no dia 30 de novembro de 1941, Soromenho traça um rápido painel, carregado de grandes elogios, diga-se de passagem, ao esforço e pioneirismo desse escritor na condução do movimento de intercâmbio cultural luso-brasileiro.²⁷³

Segundo o nosso cronista, ou seja, o próprio Soromenho, João de Barros é o pioneiro do movimento designado por ele como “Política do Atlântico”, que mais não é do que uma releitura do já citado intercâmbio cultural luso-brasileiro. De acordo com Barros, esse intercâmbio unindo os dois lados do atlântico é uma ideia surgida na Sociedade de Geografia no início do século levado a cabo por Consiglieri Pedroso, a qual não encontrou muito apoio do lado brasileiro. O que se depreende da fala de João de Barros é que este intercâmbio pode ser interpretado como uma iniciativa unilateral do lado português, contando com poucos adeptos do lado brasileiro, no sentido de colocar em prática tal projeto. Mas essa é uma interpretação nossa. Pois não está no horizonte de possibilidades para um intelectual português da década de 1940, analisar criticamente a vida cultural brasileira como uma unidade autônoma e que não compartilha um desejo que na verdade é luso, qual seja, o de “integrar culturalmente

272 ALMEIDA, Viana de. Editorial. *Humanidade*, 20 de Junho de 1937, Lisboa, p.1. Grifo nosso. Acervo HML.

273 SOROMENHO, Castro. “Política do Atlântico: as relações culturais (sic) luso-brasileiras evocadas por João de Barros”. *Vida Mundial Ilustrada*. Lisboa, 30 de novembro de 1941, p. 2. Acervo Hemeroteca Municipal de Lisboa.

o mundo que o português criou”, frase citada literalmente no primeiro parágrafo deste artigo por Castro Soromenho.²⁷⁴

Desta sorte, este intercâmbio cultural é mais retórico, isso para nós brasileiros. Mas é uma retórica bem afeita à alma sonhadora dos portugueses, que nestes idos da década de 1940 acreditavam na sua grandeza de nação colonialista e no sonho de uma África portuguesa.

Passada uma semana da publicação do artigo citado acima, Castro Soromenho publica um segundo que segue na mesma linha de pensamento, intitulado “Política do Atlântico: Carlos Queiroz, Casais Monteiro, Gaspar Simões e Forjaz Trigueiros perante o Brasil literário”.²⁷⁵ Nada de grandes novidades neste texto, pois Soromenho repisa já em assunto conhecido e imprime neste artigo uma característica sua que é a de construir séries para tratar de um mesmo tópico. Assim, ele procura explorar o máximo possível um mesmo tema, como o deste intercâmbio cultural luso-brasileiro. No caso presente ele recorreu à entrevista com alguns nomes importantes da crítica literária portuguesa como Carlos Queiroz, João Gaspar Simões e Casais Monteiro, este último era o mais conhecido por parte dos brasileiros. Estes críticos na entrevista com Soromenho relataram este intercâmbio da mesma maneira feita já por João de Barros, historiaram casos pontuais de possíveis tentativas de trocas culturais entre os dois lados do atlântico.

Insisto no que afirmei anteriormente: Castro Soromenho conduz seu texto de modo a construir uma perspectiva de que este intercâmbio é extremamente necessário para o lado brasileiro. Na sua perspectiva, Portugal já se nutre dos escritores da chamada segunda fase modernista brasileira como José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo e Jorge Amado. Portanto, o lado português cobra dos brasileiros o reconhecimento da literatura portuguesa como uma importante referência para sua vida cultural. Carlos Queiroz em determinado trecho da sua entrevista inclusive afirma:

Não é possível que o Brasil e Portugal se vejam tão longes, indiferentes, quando tantas coisas os confundem. Precisamos sair dos tais intercâmbios de discursos e entrar naquela cooperação de que traçou planos Gilberto Freyre; porque os homens mais novos das gerações de cá e de lá – como bem disse o mestre da Casa Grande & Senzala – sabem que ao lado das pátrias políticas existe uma unidade inegável: a unidade luso-brasileira, ou luso-afro-asiático-brasileira.²⁷⁶

274 Idem.

275 SOROMENHO, Castro. “Política do Atlântico: Carlos Queiroz, Casais Monteiro, Gaspar Simões e Forjaz Trigueiros perante o Brasil literário”. *Vida Mundial Ilustrada*. Lisboa, 04 de dezembro de 1941, p. 2 e 3. Acervo Hemeroteca Municipal de Lisboa.

276 Idem, p. 2.

Como se nota, é uma cobrança de um pai austero a exigir que o filho reconheça sua vinculação a uma tradição. Do lado português almejava-se construir uma integração luso-afro-asiático-brasileira. E, como é recorrente no pensamento luso, trata-se de um projeto presente no campo das idealizações.



Fotografia publicada na revista *Vida Mundial Ilustrada* de Lisboa em 4 de dezembro de 1941.

Nos idos de 1949, pela pena de Castro Soromenho, podemos notar que se o desejo de uma integração triangular entre Portugal, África e Brasil talvez não seja tão explícito, o mesmo não se pode de dizer dos interesses portugueses para com o Brasil, os quais na verdade apenas reatualizaram-se.

Dos onze anos que separam o artigo de 1938 para o *Humanidade* e os artigos que Soromenho produziu em 1949 para o *Diário Popular* durante sua permanência no Rio de Janeiro, tem-se a impressão que no final da década de 1940 Soromenho aceita com mais facilidade o fato do Brasil ser de fato uma unidade separada e diferente de Portugal. Nesta série de artigos publicados entre abril a agosto de 1949, um ponto de intersecção entre Portugal e Brasil vem à tona nos textos de nosso articulista: a África e o homem negro.

Esta preocupação com o Brasil por parte de Soromenho já aparece explícita em um destes seus primeiros artigos para esta série intitulada “Cartas do Brasil”. Na primeira delas cujo título é “Carta do Rio de Janeiro: o Brasil receia a concorrência da África” Soromenho, ao que tudo indica, baseado na sua própria percepção desenvolve a tese que o Brasil em função da

sua pequena população e seu baixo desenvolvimento técnico na agricultura, “sente-se economicamente ameaçado pela África”.²⁷⁷

O mais interessante deste texto para nossos propósitos não é elencar as críticas de Soromenho ao Brasil. Para além disso, o que quero destacar é a forma como, no final da década de 1940, Soromenho ainda se refere ao continente africano como “um prolongamento da Europa, onde esta possui vastos territórios”. Escrevendo como um europeu, que de fato o era, Soromenho enxerga na África um novo espaço para imigrações dos excedentes populacionais da Europa. Por este prisma, podemos deduzir o quão a África é importante para a Europa, todavia, não é a forma como nosso escritor conduz sua argumentação. Segundo seu ponto de vista, a Europa e sua população branca estariam contribuindo para o desenvolvimento do continente africano, visto que os “povos negros são em sua maioria atrasados”.²⁷⁸

Neste texto de Soromenho duas ideias elencadas por ele vão de encontro ao reconhecimento do fracasso do colonialismo português em África. A primeira é a de sugerir aos leitores portugueses que o Brasil deve temer a concorrência da África, principalmente no que toca à produção agrícola. Todavia, a África produtora de bens agrícolas que fazem ampla concorrência aos congêneres brasileiros é a África de colonização inglesa, cuja produção promete ser grandiosa devido às obras de infraestrutura que a Inglaterra está a fazer no continente africano. A África de colonização portuguesa nem é citada. Apesar de ser um estudioso das questões africanas, Soromenho ainda em 1949 mantém suas interpretações de homem branco europeu no que toca à ideia da superioridade do branco em relação ao africano.

A segunda ideia, lida no contexto aqui deste trabalho de pesquisa, pode até parecer retórica ou ingênua por parte de Soromenho, vejamos: “A África tem de ser colonizada com europeus e a sua economia será dirigida cientificamente”. Podemos-nos perguntar: como Soromenho sendo um português pode fazer tal afirmativa visto que os portugueses trabalharam nessa questão nos últimos cinquenta anos? Ele próprio em fins da década de 1920 teve seu primeiro trabalho vinculado à administração colonial portuguesa na região da Lunda num momento em que o Estado Português envidava esforços no sentido de dominar os Tutchokwe na região da Lunda angolana. Bem, a afirmação acima de Soromenho vem de encontro à perspectiva que desenvolvemos até o momento, qual seja, a de que esta produção literária e intelectual ligada ao desenvolvimento de uma mentalidade colonial portuguesa é reflexo do fracasso do próprio colonialismo português.

277 SOROMENHO, C. “Carta do Rio de Janeiro: O Brasil receia a concorrência da África”. *Diário Popular*. Lisboa, 06 de abril de 1949, p.1 e 3.

278 Idem.

Na sequência das suas “Cartas do Rio de Janeiro”, Castro Soromenho escreve aos leitores do *Diário de Notícias*, no dia 15 de abril de 1949, o artigo “A conferência nacional do negro brasileiro”. Este texto possui um caráter de basicamente informar ao leitor português as iniciativas levadas a cabo no Brasil com o fito de estimular os estudos afro-brasileiros no Brasil. E o exemplo prático disso é a Conferência Nacional do Negro realizada entre 9 a 14 de maio de 1949 por iniciativa do Teatro Experimental do Negro. A despeito disso, o que Soromenho procura destacar logo de início são os nomes dos principais intelectuais brasileiros ligados aos estudos do “negro brasileiro”.²⁷⁹ Entre os quais se encontra Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Edison Carneiro. Mas o nome de destaque neste artigo é o do antropólogo Arthur Ramos, Soromenho inclusive o coloca como a maior autoridade em estudos afro-brasileiros de toda a América do Sul.²⁸⁰ Alguns estudiosos de Arthur Ramos chegam a afirmar que a sua participação na Conferência nacional do negro brasileiro foi de certa maneira uma estratégia política dos organizadores do evento no intuito de angariar uma maior legitimidade para suas demandas reivindicatórias.

Nestes idos da década de 1930, a intelectualidade brasileira dá os primeiros tímidos passos no sentido de reconhecer o papel positivado da participação do negro na formação social e cultural do povo brasileiro, e esta é a questão central do livro de Arthur Ramos *The negro in Brazil*, publicado em 1939 nos Estados Unidos. Assim, a ligação do evento ao nome do antropólogo alagoano foi de vital importância para a repercussão da conferência na imprensa nacional e internacional. Por conta do evento, Arthur Ramos também obteve alguns ganhos secundários, pois foi alvo de entrevistas de jornalistas estrangeiros, a exemplo de Castro Soromenho e o norte-americano George S. Schuyler, que representava na ocasião o *Pittsburg Courier*.²⁸¹

Apesar dos interesses intelectuais de Castro Soromenho se confluírem com as pesquisas de Artur Ramos, não podemos fazer tabula rasa de que havia uma preocupação por parte da intelectualidade portuguesa no que toca à condução dos estudos sobre a África no Brasil. Assim, o interesse de Castro Soromenho pela obra de Artur Ramos caminha neste sentido também.

279 SOROMENHO, C. “Carta do Rio de Janeiro: A conferência nacional do negro brasileiro”. *Diário Popular*. Lisboa, 15 de abril de 1949, p.1 e 12.

280 Idem.

281 SILVA, Júlio Cláudio. “Os estudos Afro-Brasileiros, o movimento negro e a trajetória intelectual de Arthur Ramos (1934-1949)”. Disponível em: [<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Julio%20Claudio%20da%20Silva.doc>]. Acessado em 24 de outubro de 2013.

3.3 - O Romanesco e a Crítica à obra de Castro Soromenho

Rádio Difusão Francesa pergunta a Castro Soromenho em 23 de maio de 1960:

- *Se tivesse que dar um conselho aos novos escritores portugueses, que lhes diria?*

Muito simplesmente que aprendessem a lição de Mestre Aquilino Ribeiro, e então escreveriam obras reveladoras da dramática vida portuguesa que vivemos há muitos anos na Europa e na África. E então os seus romances seriam verdadeiramente bons e com interesse universal [...] Eu gostaria que esta lição do mestre fosse aprendida e seguida pelos escritores portugueses, que têm prosápias de escrever romances que julgam poder interessar o público universal, quando eles não passam de tentativas de neo-realismo caseiros, ou de um existencialismo fabricado com a receita de Sartre. Um escritor que foge à realidade nega-se como escritor e como homem.²⁸²

3.3.1 – Indícios de uma morte anunciada

Naquela manhã de segunda-feira, por volta das 07h05, Santiago Nasar já se encontrava morto em frente à porta da cozinha de sua casa. Todos, menos ele, sabiam que ele seria assassinado pelos gêmeos Pedro e Paulo Vicário. O domingo que antecederia sua morte foi marcado pela grandiosa festa do casamento de Ângela Vicário, irmã dos gêmeos assassinos. Durante as núpcias, seu noivo, Bayardo San Román descobrira que ela não era mais virgem e a devolvera para a família. Sob grande pranto, Ângela revelou aos irmãos quem havia sido o autor, Santiago Nasar; seu destino lúgubre fora selado neste momento. Às 4hs da manhã e de posse de suas facas de magarefes, os irmãos Vicário já estavam circulando pelo mercado de carnes e pelas tabernas da ilha anunciando aos quatro ventos que iriam matar Santiago Nasar assim que ele saísse de casa. A notícia se espalhou rapidamente e já por volta das 6h10min todos da ilha já sabiam da tragédia que se avizinhava com o romper do dia.

Em torno da trama deste assassinato, Gabriel Garcia Márquez construiu seu conhecido romance *Crônica de uma morte anunciada*, publicado originalmente no ano de 1981. O assunto

282 Entrevista concedida por Castro Soromenho em 23 de maio de 1960 à Radio Difusão Francesa e que foi transcrita pelo “Serviço de Rádio” da PIDE e juntada a uns dos processos sobre Castro Soromenho. C.f.: Processo N° 3480 CI (2), Fundo PIDE/DGS), p.201. Acervo ANTT.

tratado neste livro não possui qualquer relação com nosso objeto de estudo, o citamos apenas com o objetivo de tirar nosso texto do seu estado inercial. Todavia, chamamos a atenção do leitor para o estilo narrativo desta obra que em muito se assemelha ao estilo dos cinco romances de Castro Soromenho que a partir deste momento iremos analisar.

Em *Crônica de uma morte anunciada*, temos um narrador onisciente que já na primeira página se propõe a narrar as memórias de um assassinato de antemão conhecido por todos, com exceção apenas da própria vítima. Este mote temático utilizado por Garcia Márquez é extremamente sugestivo para analisarmos em conjunto os romances de Soromenho produzidos entre 1939 a 1965, que cronologicamente obedecem a seguinte sequência:

- Noite de Angústia (1939);
- Homens sem Caminho (1942);
- Terra Morta (1945);²⁸³
- Viragem (1957);
- A Chaga (1964).²⁸⁴

Este mote a que nos referimos é a pré-concepção de uma determinada tese por parte de um narrador onisciente que em determinados momentos até emite seus juízos de valor, e que está presente nos cinco romances citados acima. Este tese presente na obra romanesca de Castro Soromenho desde o seu primeiro livro é a derrota do colonialismo português em África.

A morte, a angústia, a sensação de perda amarram toda a produção de Castro Soromenho. Na parte inicial de sua obra de romancista composta pelos livros *Noite de Angústia* (1939) e *Homens sem Caminho* (1942), narra-se a dor e a impotência dos homens negros que tem o mesmo homônimo da terra na qual a ação se desenrola, os Lundas. Estes perderam a soberania sobre suas terras seculares e se tornaram escravos dos terríveis Tutchokwe. Soromenho, nestes dois romances coloca esse povo Lunda numa condição fatalista de derrota da qual não se pode fugir; a cultura e as tradições deste povo se desmoronaram. Sob a perspectiva do colonialismo, podemos interpretar essa metáfora da morte da cultura dos lundas como parte de um movimento irreversível. Por isso abrimos esse subitem sob o título “Indícios de uma morte anunciada”. A morte, antevista consciente ou inconscientemente por Castro

283 Estou utilizando aqui a data de produção do livro, pois este livro foi publicado pela primeira vez somente em 1949 pela Editora brasileira Casa do Estudante do Brasil.

284 Este livro fora concluído em Paris no ano de 1964 e publicado postumamente em 1970, informação esta referenciada pelo próprio Castro Soromenho em carta a Casais Monteiro em agosto de 1964. C.f.: SOROMENHO, C. [Carta] 25 agos, 1964, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4461. Acervo BNP.

Soromenho nestas duas obras, não é apenas a morte dos lundas, mas também da própria da cultura negra que, na sua interpretação, a relação colonial irá destruir paulatinamente.

Na sequência aos dois romances anteriores, Soromenho escreve em 1945 sua obra mais conhecida, *Terra Morta*. A despeito desse romance e dois seguintes, *Viragem* e *A chaga*, incorporarem a personagem do homem branco em tramas que dizem respeito ao cotidiano do colonialismo português na Lunda, a ideia da morte permanece. Agora não se trata mais da morte do homem lunda e de sua cultura, trata-se de uma referência clara à morte do próprio colonialismo português em Angola. Nas tramas destes romances, o problema em questão são as ruínas de velhos sonhos que estão cada dia mais distantes de se serem concretizados.

Assim, Soromenho nos coloca de par com o desânimo do velho colono que chegou em Angola para trabalhar como comerciante de cera, borracha e marfim no final do século XIX, num tempo em que este comércio fazia a riqueza dos que se arriscavam pelos sertões afora. Destes tempos de bonança e ostentação, sobraram a fadiga e o desânimo frente a um sonho malogrado, o sonho de uma Angola portuguesa.

Passemos agora a explorar mais detidamente os tais indícios desta morte prenunciada. Começemos com uma análise de *Noite de Angústia* (1939). Entre 1936 a 1949, as publicações de Castro Soromenho, sejam livros ou artigos jornalísticos, mantém vinculação direta ou indireta com a Propaganda Colonial Portuguesa. A única exceção é *Noite de Angústia*, pois sua primeira edição de 1939 foi realizada sob os auspícios de uma editora da cidade do Porto chamada Livraria Civilização, este fato, todavia, não a exclui de ser pensada no contexto do colonialismo.

A ação de *Noite de Angústia* se passa numa aldeia lunda localizada no rio Cassai, e toda a trama desta obra gira em torno da morte de Capula, uma menina lunda que vivia na aldeia do soba Xandumba. Por suspeitar que as mortes da sua senzala fossem resultado de feitiçaria feita na senzala de outro soba lunda, Salemo, Xamdumba decidi matála.. As duas aldeias ficavam próximas uma da outra e possuíam, inclusive, membros com relações de parentesco. A intenção de Soromenho foi a de mostrar que mesmo se tratando de duas aldeias lundas, as desavenças entre os seus sobas mostram que esta sociedade está em desagregação.

Soromenho inicia a narrativa deste romance a partir da angústia da personagem Ivenga, uma escrava lunda da aldeia do soba Salemo. Ivenga não conseguia dormir por conta do assassinato da menina Capula, crime que foi obrigada a cometer por ordens de seu senhor Salemo. Mas não é somente este o motivo da insônia da escrava, havia sempre o medo do

assalto dos terríveis Tutchokwe²⁸⁵, e logo nas primeiras linhas já é colocada em cena a imagem de oposição entre Lundas e Tutchokwe, sendo estes últimos sempre relatados com temor e possuidores de extrema crueldade. A imagem incômoda dos Tutchokwe é constante no texto, pois eram capazes de todo tipo de atrocidades, inclusive o roubo.

Soromenho faz uso neste romance de constantes referências ao medo da noite, não apenas como uma literal alusão à insônia e angústia da personagem Ivenga na noite que cometera o assassinato. A metáfora da noite está associada às imagens constantes de medo e insegurança; é na escuridão que se encontram as perspectivas de futuro dos lundas. Quando Ivenga acordou sobressaltada ao ouvir rumores do lado externo de sua cubata, assim Soromenho comenta o fato: “Ela só se amedrontou com a voz da noite, porque a noite fala à gente de sua raça com a voz misteriosa que o vento traz do mundo dos mortos”.²⁸⁶

As imagens colocadas ao leitor acerca do presente imerso numa escuridão deste povo lunda são constantes no texto. A primeira delas é a infecundidade de Ivenga. Na noite em que envenenara Capula, Ivenga não conseguia dormir e começou a se lembrar da juventude triste. Lembrou-se do estupro que sofrera de um guerreiro Tutchokwe: “E *ouviu*, vindo da noite funda da sua vida, o seu grito de angústia quando o homem a quem a entregaram, um quioco cruel, como só um quioco sabe ser, a tombou sobre uma esteira e lhe esbraseou as entranhas fazendo-a mulher”.²⁸⁷ O filho deste estupro nasceu morto; e seu segundo filho também. O segundo era filho do seu primeiro senhor que era um escravo fugido.

A metáfora da incapacidade de Ivenga em gerar filhos, talvez remeta à igual incapacidade da Lunda em vislumbrar planos futuros visto que o passado e o presente são desalentadores.

Mas não é somente a infertilidade de Ivenga – uma mulher lunda – explorada por Soromenho como um referente deste presente sem perspectivas. Em algumas passagens do livro, Soromenho explorou em demasia a impotência sexual dos velhos guerreiros lundas. Na festa fúnebre de Capula, Soromenho narra como os velhos conselheiros de Xandumba e ele próprio, assistem ao bailado dos mortos. Soromenho fala das memórias e reminiscências da juventude destes velhos; são lembrados os amores e as aventuras da guerra; coisas boas, mas no passado. O presente não é muito agradável.

285 Como já afirmamos em outro momento, a grafia original utilizada nos textos portugueses para este grupo étnico é ‘quioco’, optamos em utilizar a grafia utilizada contemporaneamente em Angola, Tchokwe no singular e Tutchokwe no plural.

286 SOROMENHO, Castro. Noite de Angústia. 4ª Ed. Lisboa: Ulisséia, 1965. Col. Atlântida, Nº 13, p. 12.

287 Idem, p. 18.

Xandumba não entrou no bailado. Está velho e cansado e os pés já não sabem pisar ao ritmo da música. Entre os seus conselheiros, no aconchego da chota, assiste à festa, na boca desdentada um grande sorriso, e fala de mulheres que se saracoteiam à sua frente com as palavras loucas e ardentes dos velhos libidinosos que, na evocação dos amores da sua mocidade, procuram lenitivo para a tristeza que os assinalou com a morte do sexo. Os velhos conselheiros, com as bocas muito abertas, falhas de dentes e negras, riem a sua grande gargalhada selvagem, os olhos a brilharem de malícia. E cada um recordou uma mulher e uma hora de amor em senzalas distantes, em épocas longínquas, quando a sorte da guerra os levou para as memoráveis razias do Cassai. Os velhos falam dos seus amores perdidos e riem às gargalhadas porque estão com medo da morte. A canção que a gente nova está a cantar na roda do batuque é o adeus a Capula, uma canção da morte. Eles não a querem ouvir, por isso falam, falam na vida que viveram, no seu passado amortilhado no tempo, mas que ainda é vida.²⁸⁸

A frase que Soromenho usa no final deste trecho é por demais significativa “passado amortilhado no tempo, mas que ainda é vida”. Significa que este passado ainda incomoda o viver do presente, muitas questões experienciadas pelas personagens ali narradas e pelo próprio autor estão ainda a espera de sua devida significação. Estão a esperar suas devidas lápides escriturárias, no dizer de Michel de Certeau, para serem sepultadas no passado e se tornarem história e não rancor ou angústia, que é o sentimento que move muitas das personagens de Soromenho. E talvez a ele próprio.²⁸⁹

O narrador de *Noite de Angústia* compartilha com o leitor sua opinião já concebida acerca do futuro destes povos. Tal qual Santiago Nasar em *Crônica de uma morte anunciada*, que não sabia que morreria naquela fatídica segunda-feira, os povos da lunda já possuem de antemão seu destino selado nas páginas desta narrativa: “Mas a morte não deixou de mudar o destino da gente daqueles dois povos perdidos na terra erma, erguidos como sentinelas naquele canto do sertão lunda”.²⁹⁰

Em *Noite de Angústia* a ideia da morte atormentava o povo lunda, e eles se sentiam desprotegidos pelos Deuses. Tal pensamento, segundo Soromenho, os fazia ter alucinações de terror; as desgraças daquelas terras foram levadas de boca em boca para terras distantes, e o nome de Xandumba – o soba da aldeia de Capula – se tornou na boca das mães uma forma de assustar as crianças choronas.

Soromenho lembra que as mortes nas duas aldeias colocaram grande angústia no viver de todos, era preciso romper com aquela situação e se descobrir se tais mortes provinham de feitiços ou não. A única coisa para a qual os homens se animavam era “para se entregarem à embriaguez e ao amor, em plena orgia”.²⁹¹

288 Ibidem, p. 99-100.

289 CERTEAU, M. “Introdução”. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

290 SOROMENHO, Castro. *Noite de Angústia*. Op. cit., p. 37.

291 Idem, p. 53.

O velho Candongo, morador da senzala do Salemo estava completamente revoltado com o fato de que após a morte de Capula, e por conta das pressões de Muaquife – sobrinho e sucessor de Xandumba –, este finalmente convenceu-se da necessidade de se consultar um adivinho. Pois semanas atrás ele havia perdido sua filha e solicitara ao Xandumba, juntamente com o Salemo, a presença de um adivinho, mas seu pedido fora negado. Todavia, como a morte levou uma pessoa próxima de Xandumba, ele agora pede um adivinho. Candongo se sentiu injustiçado. Encolerizado ele dizia: “Onde está a justiça? Já não há lundas minha gente! [...] A lunda acabou! Agora os quiocos podem vir cortar a cabeça dos nossos sobas e levar os seus homens e mulheres como escravos. Os quiocos podem mijar em cima da gente”.²⁹²

Nesta passagem frisada por Soromenho, a ideia central é o fato de que esta personagem, o velho Candongo, representa um certo saudosismo com relação ao passado, num tempo em que a guerra contra os Tutchokwe era presente mas não significava a destruição dos lundas. Inclusive os valores estão corrompidos, o senso de justiça que compraz a todo soba estava desaparecendo, segundo as reclamações de Candongo. O presente neste momento incomoda muito.

Neste livro, apesar das ações envolverem apenas africanos, por intermédio das ideias de alguns personagens, Soromenho deixa entrever o que ele pensa sobre a representação do branco em oposição ao homem negro. A exemplo do velho Candongo, que passado seu momento de nervosismo, voltou a si e começou a relembrar seu passado em contato com os homens brancos “junto de quem trabalhara quando, fugido à escravidão dos quiocos, descera até às praias do atlântico. Sentia-se satisfeito, ufano, não cabendo em si de vaidade sempre que se referia a essa gente poderosa, para quem o mundo não tem caminhos desconhecidos, gente que os seus companheiros nunca tinham visto”.²⁹³

Em outras passagens do romance, o narrador comenta o fato de Candongo ser admirado por todos, inclusive pelo próprio soba Xandumba. “Todos o admiravam porque só ele sabia falar dessa gente que vive em terras distantes, onde eles nunca foram, perdidas para além dos grandes rios”.²⁹⁴ A relação colonial está posta sem nenhum melindre ou qualquer tipo de sublimação.

A presença da imagem projetiva de Portugal acompanha Soromenho, inclusive nas suas descrições da paisagem africana. Ao comentar sobre o amortalhamento de Capula, Soromenho faz uma descrição de um entardecer na Lunda angolana, vejamos esta passagem: “Nos longes

²⁹² Ibidem, p. 88.

²⁹³ Ibidem, p. 90.

²⁹⁴ Ibidem, p. 117.

da charneca, o Sol, num fugidio poente de fantástica beleza, engolfou-se na sombra da noite”.²⁹⁵ Com a toda a certeza Soromenho está se referindo à savana da lunda, uma vegetação rasteira e pouco arborizada; ele visualizou mentalmente esta savana, mas a pena utilizou o termo charneca, uma referência mais forte talvez. Na África não há charnechas, este é um tipo de vegetação característica de certas regiões áridas e pedregosas de Portugal.

A forma como Castro Soromenho finaliza este livro é bastante sintomática acerca da possibilidade de futuro para as sociedades africanas vislumbrada no desenlace final desta obra. Na cerimônia de adivinhação realizada com o objetivo de se descobrir quem fora o feiticeiro responsável pela morte da menina Capula, o soba Salemo para provar sua inocência teve que tomar o *muaje*, caso o vomitasse estaria isento de culpa. O efeito mortífero do veneno foi imediato, Salemo tombou-se morto segundos após beber o *muaje*. Agora o povo da senzala teriam que se enquadrar à condição de escravos do outro soba, Xandumba. Quem mais se revoltou com essa condição foi o velho Candongo, ele se considerava velho demais para terminar seus dias como escravo. No entanto, aconselhou dois jovens, Lenga e Cagia, a fugirem.

Interessante é como Soromenho, por meio da personagem Cagia, escolhe o destino para a fuga desses remanescentes de uma terra que de agora em diante será considerada maldita. O Cagia, indagou o velho lunda: “Candongo, como é que nós podemos ir para a terra dos homens brancos?”²⁹⁶

Soromenho no desfecho final do texto, consciente ou inconscientemente deixa entrever que para os negros que objetivam fugir de um mundo em franco desmoronamento, restava a eles se juntarem ao mundo dos brancos. É o fecho dos indícios de uma morte anunciada. A morte da autonomia do mundo africano, o qual não é a mais o mesmo após a política colonialista do século XX empreendida pelas nações europeias. Soromenho já previa isso quando começou a escrever seus primeiros contos sobre a Lunda. A grande questão que fica no ar é que Soromenho não reservou uma posição para esses homens que iriam fugir para o mundo dos brancos. Seria uma posição de admiradores tal qual Candongo?

Fernando Mourão em sua já clássica obra *A sociedade angolana através da literatura*, tese defendida em 1969, afirma que os problemas da sociedade negra que Soromenho encontrou “em contato direto ou no plano histórico através das narrativas, era já uma sociedade caracterizada pela anomia”.²⁹⁷ Por tal razão, Mourão interpreta que a recorrência aos deuses nessa sociedade “aparece como única e possível salvação ante a impossibilidade de mudar o

²⁹⁵ Ibidem, p. 95.

²⁹⁶ Ibidem, p. 151.

²⁹⁷ MOURÃO, F. A. A. *A sociedade angolana através da literatura*. Op. cit., p. 52.

rumo das coisas. Aí, sim, o homem torna-se escravo dos deuses, de quem passa a depender no plano psicológico”.²⁹⁸

Na sequência deste raciocínio acerca da decadência do povo lunda, Mourão explica que bem antes do contato com o homem branco, esse povo já se encontrava em uma fase de desorganização, para a qual a chamada Guerra Negra teve contribuição. Esta guerra se deu entre povos africanos do interior, a exemplo dos lundas, com grupos de negros armados que estavam a serviço de homens brancos que se encontravam no litoral. Mourão conclui a crise emocional destes povos estava ligado a fatores exógenos.²⁹⁹

O interessante da análise de Mourão é o modo como ele encara as imagens de decadência e angústia construídas por Soromenho acerca dos Lundas. Mourão assim comenta: “A lunda que Castro Soromenho conheceu era já habitada por um povo decadente, à mercê de superstições, o homem ‘é filho e o escravos dos deuses’”. Todavia, devemos ter em mente que este mundo em decadência do povo lunda narrado por Soromenho é o resultado da dominação administrativa e militar empreendida pelos portugueses desde o início do século XX. A despeito do contexto interno de lutas entre Lundas e Tutchokwe iniciado no último quartel do século XIX, a lunda que Castro Soromenho irá conhecer no final da década de 1920 é um espaço em que todos os povos da região já se debatiam com os problemas trazidos exclusivamente pelo colonialismo.

Desde o início de nossa discussão acerca desta obra, *Noite de Angústia* (1939), chamamos a atenção para o fato de Soromenho interpretar de forma fatalista o fim da cultura negra e, inclusive, vislumbrar como alternativas para esse fim sua incorporação ao mundo dos brancos. Todavia, chamemos a atenção para outra perspectiva tão importante a ser mencionada quanto esta. Soromenho ao tentar expor neste romance os problemas do povo lunda que se debate diante de um mundo em destruição, está mais envolvido com as questões portuguesas do que qualquer outra coisa. Soromenho utilizou-se dos lundas para descrever as idiossincrasias do afetado nacionalismo português neste contexto de dominação do continente africano. Assim como os portugueses, os lundas possuem um passado de grandeza e dominação que não encontram no presente este mesmo significado. Esta projeção da alma portuguesa por meio dos lundas é reflexo das dificuldades do colonialismo português enfrentadas no continente africano. As questões narradas em *Noite de Angústia* (1939) são tão portuguesas quanto as que o autor

298 Idem, p. 53.

299 Ibidem.

irá explorar nos romances seguintes, quando aparece a personagem do colono branco e suas dificuldades para se estabelecer em Angola.

Na mesma perspectiva de narrar as derrotas do povo lunda frente à guerra com os Tutchokwe, Castro Soromenho em 1942 publica seu segundo romance, *Homens sem caminho*, o qual arrebatou o 1º Prêmio da 1ª categoria do Concurso de Literatura da Agência Geral das Colônias em 1942. O título por si só é bastante sugestivo, pois Soromenho se propõe a narrar as desventuras da aldeia lunda do soba Camba-Camba, cujo povo, inerte ao fim que todos sabiam previsível, entrega-se sem resistência a um grupo de guerreiros Tutchokwe que os cercam.

A trama central gira em torno do retorno do sobeta (chefe menor) lunda Djálála à aldeia de Camba-Camba. Djálála estava nas mãos dos Tutchokwe e ficou desaparecido por um tempo, acerca dele foi se tecendo uma lenda devido à sua força e postura silenciosa, pouco dada a sorrisos.

Djálála, segundo o que nos narra Soromenho, ficou afamado por ser o primeiro guerreiro Lunda a derrotar Tutchokwe e os fazer prisioneiros. Todavia, dias depois eles voltaram para a desforra e fizeram muitos lundas se refugiarem nas montanhas, além daqueles que foram para o cativo, inclusive Djálála, o qual foi dado como morto.

Rumores de que este bravo guerreiro lunda ainda se encontrava vivo se espalharam pelas terras da lunda; agora estava ele de volta, fugido do cativo e pouco se importando para as saudações de boas vindas que lhe faziam.

Neste livro, Soromenho investe a personagem Djálála de uma força extraordinária e dotado de um ânimo que não se abala e, por tal razão, ele observa os seus companheiros lundas com certo desdém, como se ele não fosse parte daquele grupo. O título *Homens sem caminho* dá mostras claras de que Soromenho encarava o destino destes homens como algo nada otimista.

Soromenho em diversos momentos comenta sobre a embriaguez dos lundas por conta do uso da liamba: “o ópio africano que gera a loucura e a morte”.³⁰⁰ Mas esse aspecto do uso da liamba é mais profundo do que simplesmente caracterizá-los como fumadores. Estes fumadores de liamba na narrativa de *Homens sem caminho* são sempre os velhos que já vivem sem esperanças e pedindo paciência aos jovens diante da falta de perspectivas futuras. Entorpecer-se com o cânhamo para estes anciãos lundas era uma forma de postergar o fim que

300 SOROMENHO, Castro. *Homens sem caminho*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito, 1946, p. 59.

lhes estava próximo. “Viviam quási sem comer nem beber, alimentados pela droga, cada vez mais mirrados e aviltados, só se interessando pela vida para dela escarnecerem”.³⁰¹

O narrador-observador deste *Homens sem caminho*, nos evidencia como está complicada a situação destes homens lundas. Encurralados nas montanhas, temerosos quanto à decisão de Camba-Camba ao escolher Djälála como chefe de uma guerra, e o mais grave: o soba já não possuía herdeiros, pois haviam sido mortos pelos Tutchokwe. O que os Lundas poderiam fazer caso ficassem sem chefe? O próprio narrador responde: “Entregar-se ao inimigo, marchar para o cativeiro, que é essa a lei da guerra”.³⁰² No caso presente, essa é a postura que se assume quando já se tem como certo a própria derrota.

E não percamos o foco, esses lundas e suas derrotas de *Homens sem caminho* são apenas uma alegoria das frustrações do colonialismo português em África. Interpreto essa derrota lunda como a morte do próprio sonho português de ser uma grande nação colonialista, assumir essa fraqueza de maneira literal seria impossível num período de intensa propaganda colonial. A literatura de Soromenho projetou nestes lundas sua própria fraqueza.

Separamos aqui o excerto de um diálogo do soba Camba-Camba e seu sobrinho Djälála, que exprime de uma maneira bem mais clara essa nossa perspectiva. Antes de decidirem quais estratégias lançariam mão para mobilizar os homens para a guerra, o soba faz uma interessante observação: “Os lundas são infelizes porque falam demais e trabalham pouco. Mas que lhe havemos de fazer? Tu não vês os quiocos? Chegaram já nós cá estávamos, e, agora, são os donos das nossas terras.”³⁰³

O leitor desavisado passaria por essa singela comparação, sem notar nada de significativo. E aqui justifico empiricamente a necessidade de se analisar a obra de um escritor de forma conjunta. A comparação de posse da terra que Soromenho faz em relação aos Tutchokwe, os quais chegaram depois e já são donos, é o mesmo argumento que o autor utilizará – e não apenas Soromenho – nos seus estudos sobre os exploradores portugueses da África ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nestes estudos, Soromenho defenderá a primazia dos portugueses em relação à África em detrimento dos ingleses que chegaram mais tarde e foram se arvorando de territórios que os portugueses julgavam serem seus.

Sob esta ótica não é difícil deduzir porque o autor mantém esta relação de admiração e ódio em relação aos poderosos thockwes. Eles são os ingleses que muito posteriormente

301 Idem, p. 71.

302 Ibidem, p. 65.

303 Ibidem, p. 73.

chegaram à África e já a dominam, em detrimento dos portugueses que apesar da longevidade não conseguiram se impor como nação poderosa na região.

O narrador-observador novamente emite sua opinião, neste caso achamos interessante registrar mais uma de suas opiniões acerca de Djálála:

É verdade que a sua rebeldia lhe custara duros castigos e humilhações sem conta. Mas fora sempre um escravo diferente dos outros, preferindo o chicote aos vexames. Um escravo que soubera abrir caminho mercê da sua indomável rebeldia. Não parecia ser lunda. Nele não havia o sonho e a melancolia da gente da sua tribo.³⁰⁴

Ser lunda é sinônimo de fraqueza, melancolia e possuidor de uma verve sonhadora. Essa personagem Djálála, sem dúvida a mais importante desta narrativa, é para o Soromenho o português idealizado. Ou o português como ele gostaria que fosse: forte, obstinado e pragmático. Os Lundas, ao contrário dos Tutchokwe, choram quando sentem saudades, “por isso é que os quiocos os desprezavam”.³⁰⁵

Djálála representava o desejo de mudança para os lundas, para estes homens sem caminho, vejamos como um jovem chamado Gando se refere a este guerreiro, num diálogo entabulado entre os dois:

Quem é que não fala de ti, Djálála! Tu vieste para nos libertar. A gente estava sem caminho, e tu chegaste para mudar tudo. Toda a gente sabe a tua história. Ah! quando vier um *Muatiânvua* e lhe contarem tudo, ele vai dar-te tantas terras e gente como nunca teve o Camba-Camba!³⁰⁶

Djálála pela boca do jovem Gando adquire ares messiânicos, em boa medida, este é o contorno que Soromenho procura dar a esta personagem, e era este o modo que os jovens o viam: como um salvador dos homens sem caminho.

O esforço ficcional de Soromenho nesta obra procura demonstrar como o povo Lunda já fora grande um dia, e que agora se encontra cabisbaixo frente a um inimigo que não se consegue derrotar. O presente nestas circunstâncias é difícil de ser encarado. Quanto ao futuro, este já está predeterminado, pois os lundas irão perecer. Na sequência da passagem citada anteriormente podemos notar como Soromenho caracteriza a verve sonhadora dos portugueses, perdão, dos lundas. O ato falho aqui foi intencional. Acompanhemos a passagem:

A terra longe foi sempre o grande sonho e a aventura dos lundas. As coisas belas ficavam sempre em países longínquos, para onde caminhavam sem nunca chegar! Além, além, sempre além! Mesmo na hora do regresso, esses infatigáveis caminheiros do pampa não viam que voltavam pelos caminhos andados. A terra era-lhes sempre igual e sempre distante – e na sua alma só vivia o sonho dos longes infinitos! Viviam

304 Ibidem, p. 85.

305 Ibidem, p. 11.

306 Ibidem, p. 99.

com os olhos cheios de azul dos horizontes sem fim. O pampa por onde viajaram gerações e gerações era como um mar sem porto, o horizonte azul em círculo.³⁰⁷

Não queremos obviamente, em nossa análise, deixar de frisar a importância do trabalho de Soromenho para a história de Angola, em específico da Lunda. Todavia, nos seus escritos literários as questões que o afligem, paulatinamente, estão circunscritas aos problemas de parte do mundo intelectual português ligado ao universo da propaganda colonial ou que simplesmente defendia abertamente o colonialismo. A grande questão que salta destas páginas de Soromenho era o sonho de ver Portugal se tornar uma grande nação colonial. Lembremos da epígrafe colocada no início deste capítulo: “A colonização de Angola, o grande sonho do Dr. Pereira do Nascimento, não é uma quimera. Esse sonho será um dia a mais bela realidade do Portugal colonizador”.³⁰⁸ Apesar deste excerto compor um artigo publicado num periódico completamente tendencioso, pois *O mundo Português* era de propriedade da Agência Geral das Colônias, as ideias veiculadas pelo autor do texto não podem ser vistas apenas como expressão dos desejos de seus editores. Mesmo depois que Soromenho se afastou da propaganda colonial, no início da década de 1950, sua obra como um todo expressa este sonho abortado.

Em outro momento de *Homens sem caminho*, Soromenho novamente expressa uma representação bastante lusitana do povo lunda. Assim, quando uma personagem secundária na trama chamada Riulo – descrito como um membro do povo Xinge – senta-se próximo a uma fogueira, o narrador por meio desta personagem acentua ainda mais o caráter dos lundas como sendo um povo sonhador e dotado de uma languidez atávica. Acompanhemos o que o narrador nos confidencia:

Nenhum lunda se aproximou dele [Riulo], porque detestam os xinges, que consideram gente ordinária. Insultam-nos [sic] cada passo por cheirarem mal e porque passa a vida a comer ratos. O Riulo também não quer nada com os lundas. Despreza-os porque estão sempre a lamentar-se pelos bens perdidos e a falar por tudo e por nada na sua nobreza, aproveitando todos os momentos para tratarem os outros como escravos.³⁰⁹

Lamentar pelos bens perdidos e um passado ido de glórias. Estas personagens negras de Castro Soromenho purgaram este sofrimento da alma portuguesa, e o desenlace final da história destes homens sem caminho, não poderia ser mais trágico.

307 Ibidem, p. 163.

308 SOROMENHO, Castro. “A literatura dos exploradores portugueses – VIII: Pereira do Nascimento, o explorador naturalista”. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 122, fevereiro de 1944, p. 52.

309 SOROMENHO, Castro. *Homens sem caminho*. Op. cit., p. 191.

No dia do sacrifício de um Tchokwe que era mantido preso, Caçone, o Deus da tempestade entre os Lundas, estava furioso a mandar raios, muita chuva e um furor de ventos. Nesta tempestade, que destruiu a palhota (cabana) na qual Djálála – a grande esperança dos lundas – se encontrava com seu filho, um raio que arremessou pai e filho para lados separados fez com que na queda o filho morresse por conta de um grave ferimento no crânio. Era o fim do herói, que após a tragédia ficou inerte frente à desgraça que presenciou.

Mas o infortúnio deste povo derrotado ainda não estava de todo completo. Ao amanhecer, a aldeia destes Lundas já se encontrava cercada pelos Tutchokwe. O herói Djálála e todos os outros da aldeia apenas seguiram em fila indiana rumo à escravidão em outras paragens, ninguém demonstrou a menor reação diante do inimigo. Não há o que fazer, está é a mensagem que nos passa Soromenho no final deste livro.

Das raras resenhas ou críticas que *Noite de Angústia* (1939) e *Homens sem caminho* (1942) mereceram, separamos um artigo de Mario Dionísio que expressa uma opinião semelhante à que desenvolvemos ao longo da análise destes dois livros. Em outubro de 1939, Dionísio, resenhou *Noite de Angústia* para o semanário crítico literário português *Seara Nova* e chamou a atenção para um aspecto da literatura que de certa maneira pode ser interpretado como uma crítica à tentativa de Soromenho de fazer uma literatura africana.

Para Dionísio, uma obra literária africana só poderá ser considerada sob este epíteto somente a partir do momento em que ela estiver embebida dos problemas do local em que foi gestada. Ironicamente, ele cita que uma obra para ser considerada nacional não basta apenas fazer referências a personagens e locais geográficos daquele país. Do contrário, “pegaríamos num romance francês, traduzi-lo-íamos substituindo os topónimos e antropónimos franceses por portugueses e teríamos uma obra portuguesa”.³¹⁰ Dionísio, interpreta assim, que a literatura colonial produzida em Portugal com o objetivo de construir uma análise psicológica do universo negro, incorrerá sempre em esforços baldados. Segundo Dionísio, “nos parece certo afirmar é apenas a impossibilidade dum europeu conseguir realizar uma novela ou um romance ou um poema de negros”.³¹¹ Sua interpretação de literatura colonial seria aquela produzida pelos próprios africanos, e não aquela produzida por um europeu – tal qual Soromenho.

Omar Thomaz, em seu já citado *Ecos do Atlântico Sul*, acerca da definição do termo “literatura colonial” ou “ultramarina”, faz a seguinte consideração:

310 DIONÍSIO, Mário. “Livros: Noite de Angústia, por Castro Soromenho”. *Seara Nova*, Nº 635, 14 out. 1939, p. 306.

311 *Idem*, p. 307.

Trata-se de um termo em disputa até os dias atuais, carregado de sentido político e simbólico, na medida em que entra em conflito com as modernas literaturas africanas e, para alguns, muitas vezes com elas se confunde.³¹²

Considero literatura colonial aquela cujo tema ou mote temático faz referência às gentes e lugares do ultramar, como também ao colono português; a este muitas das vezes são tecidas loas de herói da colonização. Dedicavam-se a este sistema literário não apenas portugueses, mas também africanos nascidos no ultramar e que por tal razão possuíam a nacionalidade portuguesa ou com ela se identificavam. Portanto, o critério de nacionalidade não é aqui considerado. Como estamos percebendo na análise de Castro Soromenho, vemos que esta literatura colonial começa a se firmar a partir da década de 1930 e segue com sua produção até aproximadamente a década de 1950. Paralelamente à afirmação desta literatura, temos a gestação de uma produção literária que surge por dentro do sistema colonialista com o objetivo de criticá-lo e afirmar-se numa direção oposta a ela. Assim, por volta da década de 1950 começa a circular dentro do território metropolitano, textos literários que esboçavam um caráter nacionalista e que possuíam um objetivo marcadamente político e emancipacionista.³¹³

Essa produção que comporá as literaturas nacionais principalmente de Angola, Moçambique e Cabo-Verde, será alimentada pela literatura colonial portuguesa, como também contaminará com sua verve crítica muitos escritores portugueses, os quais serão levados a assumir uma postura mais crítica em relação ao colonialismo. Nosso próprio objeto de estudo é um exemplo disso, como tentamos demonstrar na análise da correspondência de Castro Soromenho e Mário Pinto de Andrade. Soromenho, a bem da verdade não foi grandemente afetado pela literatura angolana que se gestava, outrossim, podemos afirmar que esta literatura angolana apropriou-se de parte de sua obra com o fito de estruturar a sua nascente literatura nacional. Esta apropriação de Castro Soromenho pela literatura angolana não ocorreu enquanto inspiração temática ou de estilo, tampouco enquanto exemplo de militância. Ela adveio, por uma necessidade do próprio sistema literário angolano que se gestava e necessitava angariar nomes e obras para junto de si.

Diante do exposto, creio que caberia outra tese para discutir as diferentes concepções acerca do que seria ou não literatura colonial. Aproveitemos este mote para nos referirmos a um artigo de Castro Soromenho no qual ele faz referência a sua própria interpretação do que seria literatura colonial.

312 THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul...* Op. cit., p. 151.

313 C.f.: CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.). *A kinda e a misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda: Nzila, 2007.

Em 14 de fevereiro de 1937, quando iniciava sua carreira de jornalista e escritor, Castro Soromenho escreveu para o *Diário de Luanda* um artigo interessantíssimo e pouco referenciado pelos seus críticos e estudiosos, cujo título é “Duas literaturas: a literatura como factor da mentalidade colonial”.³¹⁴ Além de compreender como Soromenho interpretava os conceitos de literatura colonial e literatura africana, queremos chamar a atenção para um certo projeto literário esboçado por Soromenho neste artigo.

Como pudemos perceber até aqui, os cinco romances de Castro Soromenho que nos propomos analisar estão divididos em dois grupos em função das personagens que compõem as narrativas. No primeiro grupo composto por *Noite de Angústia* (1939) e *Homens sem Caminho* (1942) as tramas envolvem apenas personagens africanos. No segundo grupo, a partir de *Terra Morta* (1945) entra em cena o homem branco, referenciado pelo colono português e pelos funcionários da administração colonial. Uma divisão bastante óbvia e que é utilizada por muitos estudiosos de Soromenho para dividir sua obra em primeira e segunda fases.

A julgar pelo que Castro Soromenho escreveu nesse artigo em 1937, num momento em que seu único trabalho publicado em livro havia sido o livro de contos *Lendas Negras* (1936), ele já possuía um esboço mais ou menos claro desta divisão.

Pensando em termos da divisão social do trabalho intelectual, poderíamos enquadrar este artigo na categoria de crítica literária. Datado de 14 de fevereiro de 1937, “Duas literaturas: a literatura como factor da mentalidade colonial”, nos permite observar como Soromenho possuía um certo projeto para seu trabalho de escritor. Cumpre afirmar que este projeto não é algo bastante sistematizado, todavia, as ideias de Castro Soromenho esboçadas neste texto, nos permitem compreender mais adiante como a crítica em relação a obra deste escritor se apropriou também desta divisão sem situar a obra do escritor no contexto da propaganda colonial.

“Duas literaturas”, não foi o único artigo de cunho literário publicado por Soromenho no *Diário de Luanda*, mais adiante citaremos outros. De início algo que podemos destacar tanto neste artigo como em outros, é o fato de Soromenho criticar os escritores que se atém ou se ativeram a escreverem sobre a África sem conhecê-la de fato. E, de tal sorte, produzem uma literatura que, nas palavras do autor, é “pelintra e reles” e que existe apenas em função do desconhecimento que os próprios portugueses têm da África.³¹⁵

314 SOROMENHO, Castro. “Duas literaturas: a literatura como factor da mentalidade colonial”. *Diário de Luanda*, 14 de fevereiro de 1937. Acervo BNP.

315 SOROMENHO, Castro. “Duas literaturas: a literatura como factor da mentalidade colonial”. *Diário de Luanda*, 14 de fevereiro de 1937, p. 1-2. Acervo BNP.

Soromenho enxerga na literatura colonial um papel político na construção de uma mentalidade colonial que Portugal possui, porém, segundo ele, de maneira deformada. E somente uma literatura colonial produzida de maneira honesta, não apenas como resultado de uma viagem ligeira pela África como forma de se vincular a uma filão literário que conta com “a benevolência de meia dúzia de leitores e alento nos magros, e únicos prêmios pecuniários da Agência Geral de Colônias”.³¹⁶

Com relação ao papel político da literatura colonial, alguns outros escritores contemporâneos a esta discussão, veem nesta produção uma forma de Portugal se autoafirmar não apenas diante de si mesmo como o enfatiza Soromenho, mas também diante de outras nações. A propósito de tal questão, o escritor português Julião Quintinha no prólogo do seu livro *Novelas Africanas* – citado de modo ilustre por Soromenho neste artigo – nos serve de exemplo para esta questão, vejamos:

É um livro simples, como simples é a gente a que se destina, e, embora velado dum véuzito de novelesca fantasia, são claros os seus intuitos – tão claros que bem poderiam dispensar-se as palavras deste prólogo. Escrevi-o, porém, muito especialmente para ter o ensejo de declarar que não era este livro, de factura novelesca, que desejaria publicar neste momento, mas um panfleto violento e verdadeiro, *onde exortasse o povo e a juventude das escolas a olharem, bem de frente, o problema colonial português em face das censuráveis ambições estrangeiras*.³¹⁷

Soromenho, em momentos diversos do seu trabalho jornalístico irá declarar, tal qual Quintinha, como a literatura colonial auxiliará Portugal a se afirmar diante de outras nações estrangeiras. Assim, neste artigo ele define dois tipos de literatura a que os homens das letras portuguesas devem se ater: uma literatura colonial, cujo colono seria a principal personagem; e uma literatura africana ligada ao “homem negro, o selvagem, o bárbaro”.³¹⁸ Vale ressaltar que esta literatura africana citada por Soromenho não é encarada do ponto de vista de uma literatura produzida por e para africanos, trata-se de uma literatura feita por portugueses em que o homem negro seria a personagem principal, cuja importância está ligada ao enriquecimento da mentalidade colonial portuguesa.

Quanto à literatura colonial cujo colono é a principal figura, algumas palavras mais merecem ser ditas, pois para Soromenho este é o grande filão a ser explorado pela literatura colonial. Segundo ele, o colono é o mais rico elemento da literatura colonial portuguesa e deve ser ficcionado com os pés calcados na realidade enfrentada pelos portugueses na África, ou

316 Idem.

317 QUINTINHA, Julião. “Prólogo”. In: *Novelas Africanas*. 2ª ed. Lisboa: Nunes de Carvalho, 1935. Grifos nossos.

318 SOROMENHO, Castro. “Duas literaturas: a literatura como factor da mentalidade colonial”. *Diário de Luanda*, 14 de fevereiro de 1937, p. 1-2. Acervo BNP.

seja, Soromenho exorta a se encarar o colono como um homem e não como um Deus. Aqui neste pequeno artigo, ele não chega a explorar à exaustão o que seria esta ideia de encarar o colono como um homem, ele apenas reforça a ideia que a colonização portuguesa é feita de sacrifícios e quimeras, e na terra africana “vive uma legião de homens brancos cujas vidas, legitimamente orientadas pela ambição, se oferecem quase inconscientemente à causa da Humanidade”.³¹⁹

Este humanitarismo, que aparecerá na dedicatória do livro *Nhári*, de 1938, e citada por nós algumas páginas anteriores, se refere ao trabalho e dedicação do branco europeu em livrar o homem negro daquilo que eles consideravam como barbárie e atraso. A bem da verdade é que os portugueses ao seguirem para África não se oferecem “quase inconscientemente” como retoricamente coloca Soromenho. Estes homens se dirigem para Angola, Cabo-Verde e Moçambique, bem conscientes de seus sonhos de riqueza e, obviamente empurrados pelas agruras e dificuldades vividas na metrópole.

Soromenho, neste seu “Duas literaturas”, de 1937, apesar de incitar os escritores portugueses a explorarem a literatura colonial sob a vertente do colono, narrando suas dificuldades, optou inicialmente em seus primeiros romances pela literatura africana da forma por ele definida, qual seja, aquela que tem o africano como personagem principal. Com a publicação do romance *Terra Morta*, em 1949, Soromenho inicia o caminho proposto por ele neste artigo de 1937, pois em *Terra Morta* as personagens e tramas principais são aquelas ligadas à vida do colono português. Como afirmamos anteriormente, em “Duas literaturas”, Soromenho não esmiúça a questão referente ao que ele entenderia produzir uma literatura do “colono homem e não o colono Deus”. Neste trabalho de investigação, obviamente isso é mais claro para nós do que para o próprio escritor no momento em que ele fez essa afirmação em 1937. Hoje sabemos que seus romances *Terra Morta*, *Viragem* e *A chaga*, são uma resposta a sua exortação pela produção de literatura do colono homem.

Pois nestes três romances, as experiências de vida dos colonos portugueses na Administração colonial da Lunda são compartilhadas pelo escritor. Num tempo não especificado com precisão, mas que é o tempo da memória do próprio Soromenho quando viveu e trabalhou na Lunda no final da década de 1920 e início da década de 1930. É o tempo de se falar das riquezas idas da época da borracha, reclamar da falta de perspectivas para os portugueses em África; é o tempo da Administração colonial portuguesa se focar em demasia na cobrança do imposto cobrado das sociedades africanas da Lunda (o imposto indígena), pois

319 Idem.

esta parece ser sua única fonte de receitas, daí a violência extrema – física e verbal – do português para com o africano; é o tempo em que a Diamang já é a grande senhora da Lunda e a administração colonial portuguesa aparece nas páginas de Soromenho como um parceiro menor, cuja função é angariar mão de obra para as minas de Diamante.

Passemos agora à análise dos romances de Castro de Soromenho em que este colono homem é a personagem principal.

3.3.2 - Uma certa trilogia

Para iniciarmos este subitem, utilizemos como trampolim a divisão proposta por Soromenho à literatura portuguesa no seu artigo “Duas literaturas”. Neste artigo, como já afirmamos, Soromenho propõe que a formação de uma verdadeira mentalidade colonial em Portugal passa pela construção de uma literatura colonial, cujo colono seria a principal personagem; e uma literatura africana ligada ao homem negro. Ambas comporiam, assim, o cenário literário de um país que deseja se afirmar como nação colonialista.

Coincidência ou não, Castro Soromenho se utilizou desta divisão para escrever seus romances. Em *Noite de Angústia* (1939) e *Homens sem caminho* (1942), o escritor construiu suas tramas utilizando-se apenas de personagens negras. Na sequência, inaugurada com *Terra Morta* (1945), depois *Viragem* (1957) e, por fim, *A Chaga* (1961), entra em cena o colono referenciado por Soromenho em 1937 no seu artigo “Duas literaturas”. Como ele mesmo colocou naquela ocasião, trata-se de um colono-homem: frustrado e cansado, que deseja não retornar a Lisboa e tampouco se enraizou completamente na África.

Assim, algumas leituras – umas mais autorizadas que outras – feitas acerca da obra de Castro Soromenho, reforçam a ideia desta divisão, ou seja, seria ele um escritor que produziu uma obra com duas fases. Creio que o estudo de Roger Bastide intitulado “L’Áfrique dans l’oeuvre de Castro Soromenho”, publicado em Paris em 1959, é o principal trabalho que reforça esta ideia. Trata-se de um pequeno artigo que foi traduzido por Mario Pinto de Andrade e incorporado no livro *Histórias da terra negra* (1960), de Castro Soromenho.³²⁰

Neste estudo, Bastide, parafraseando o título de uma obra de João Cabral de Melo Neto, caracteriza a obra ficcionista de Soromenho sob o epíteto de *Duas águas*: “Ela [a obra de Soromenho] apresenta-se-nos com as suas duas inclinações: para o romance poético, que, aliás,

320 BASTIDE, R. “A África na obra de Castro Soromenho”. Trad. Mário Pinto de Andrade. In: SOROMENHO, Castro. *Histórias da terra negra*. Lisboa: Editorial Gleba, 1960, p. XV-XXVI.

prefiro denominar épico, e para o romance realista – exprimindo a África sem os homens brancos e a África colonizada [...]”³²¹ Roger Bastide, apesar de afirmar ao final do estudo que as *Duas Águas* que constituem a obra de Soromenho fazem parte de um edifício único, reforça a ideia de que a obra deste autor possui uma fase em que ele se ocupou do romance africano e uma segunda, inaugurada a partir de *Terra Morta*, ocupada pelo neo-realismo onde já aparece o branco em contato com o mundo africano.

Roger Bastide, também prefaciou a tradução francesa de *Terra Morta*, publicada em Paris no ano de 1956 pela revista *Présence Africaine* com a intervenção de Mário de Andrade, que na ocasião era redator-chefe da revista. E foi por meio dele que Soromenho conheceu Bastide, pois Andrade fora aluno do grande mestre na Sorbonne.

Na mesma perspectiva de se interpretar a obra de Soromenho como sendo composta de duas fases, Alexandre Pinheiro Torres, em 1977 publica um artigo no qual lança uma expressão que será repetida por estudiosos de Castro Soromenho, “Trilogia do Camaxilo”.³²² Camaxilo é o nome de uma circunscrição administrativa dentre as seis em que estava dividido o território da Lunda pela Administração Colonial Portuguesa na década de 1920.³²³ Acompanhemos a divisão administrativa da Lunda por volta de 1934:

DISTRITO DA LUNDA	
CIRCUNSCRIÇÕES	POSTOS ADMINISTRATIVOS VINCULADOS A SUAS RESPECTIVAS CIRCUNSCRIÇÕES
Circunscrição civil de Saurimo	- Posto da Sede; - Posto civil de Xa-Cassau; - Posto civil de Mona-Quimbundo; - Posto civil do Dala.
Circunscrição civil de Camaxilo	- Posto da Sede; - Posto civil de Mabete; - Posto civil de Luremo; - Posto civil do Cuango; - Posto do Lubalo; - Posto civil do Cuilo; - Posto do Caluango.
Circunscrição civil de Cassai-Norte	- Posto da Sede; - Posto do Sombo; - Posto de Cachimo; - Posto do Luia; - Posto civil de Capaia.
Circunscrição civil de Cassai-Sul	- Posto da Sede; - Posto do Cassai; - Posto do Cazage; - Posto de Chiluage;

321 Idem, p. XV.

322 TORRES, Alexandre Pinheiro. “Propedêutica à Trilogia de Camaxilo de Castro Soromenho”. In: *Colóquio Letras* (Lisboa), Nº39, Setembro de 1977.

323 SOROMENHO, Artur Ernesto. Relatório do Distrito da Lunda referente ao período econômico 1931-32 e meses subsequentes a 1933. República Portuguesa, Colônia de Angola, Distrito da Lunda, p. 4. Acervo FS.

	- Posto civil de Chiumbe.
Circunscrição civil de Minungo	- Posto da sede; - Posto civil de Xassengue; - Posto civil do Alto-Cuilo; - Posto do Alto-Chicapa; - Posto de Capenda-Camulemba;
Circunscrição de fronteira do Chitato	- Posto da Sede; - Posto militar do Lóvua; - Posto militar do Cambulo; - Posto militar do Canzar

Tabela elaborada pelo autor com base em Relatório de Artur Ernesto Soromenho. C.f.: SOROMENHO, 1933.

Assim como outros postos, o de Camaxilo – sede da circunscrição homônima – foi criado para garantir a passagem das colunas militares com vistas a dominar os Tutchokwe da Lunda. Implantado no interior de Angola, esse posto de Camaxilo visava, principalmente, assegurar a zona de fronteira, ao mesmo tempo em que assumia a tarefa de proteger e vigiar os comerciantes aí estabelecidos. Considerado como o ponto mais avançado, Camaxilo surgiu em 1906.

Nos romances de Castro Soromenho, Camaxilo, ou simplesmente vila de Camaxilo, é o espaço geográfico em que as narrativas de *Terra Morta*, *Viragem* e *A Chaga* se desenvolvem. A despeito da ação de *Viragem* se passar na região do Cuango, Alexandre Pinheiro Torres considera-a inserida nesta trilogia, pois o romance *A Chaga* continua alguns acontecimentos que envolvem as personagens de *Viragem*, motivo pelo qual “não é razão bastante para colocarmos *Viragem* fora do ciclo de Camaxilo”.³²⁴

Torres, assim, reforça a ideia que Soromenho após ultrapassar a fase de estudo do negro fora do contato com o homem branco, irá se dedicar a ficcionar o momento em que os brancos irrompem no mundo dos negros. A obra inaugural desta fase é *Terra Morta*, escrita em 1945 e publicada em 1949 no Brasil, seguida por *Viragem* (1957) e, por fim, *A Chaga* (1970).³²⁵

Não discordamos do fato de Alexandre Torres interpretar estes três livros como uma trilogia, a despeito de certos estudiosos não concordarem com esta terminologia pelo simples fato de que a ação de *A Viragem* se passar numa outra localidade que é o Cuango.³²⁶ O que desejamos destacar é a que o conceito de trilogia coloca na penumbra todo o restante da obra de Castro Soromenho e, por conseguinte, acaba por reforçar a interpretação de que os romances e obras anteriores a *Terra Morta* são parte de uma literatura africana. Ao contrário disso,

324 TORRES, Alexandre Pinheiro. Op.cit., p. 31.

325 Como já dissemos em outro momento, esta obra fora concluída em 1964 durante o exílio em Paris e publicada postumamente em 1970.

326 MATA, Inocência. “A memória da colonização e a sentença do futuro na figuração da nação: de Castro Soromenho a Leonel Cosme e Pepetela”. In: LEITE, Ana Mafalda [et.al]. Nação e Narrativa pós colonial: Angola e Moçambique. Lisboa: FCT, 2012, Vol. 1, p. 41.

procuramos interpretar a obra de Castro Soromenho como um todo e que possuem uma problemática única.

É fato que após a publicação de *Terra Morta*, Castro Soromenho procura se destacar numa rede de relações intelectuais muito diferente daquela, vinculada à propaganda colonial, em que já transitava desde os idos de 1936. O que estou tentando fazer neste momento é a tentativa de lançar uma hipótese do porque Soromenho ser basicamente referenciado pelos três últimos romances. Na parte dois deste trabalho, intentei demonstrar outra hipótese para esta questão, que é a forma como o próprio Soromenho referenciava seu passado a partir do momento em que decidiu se lançar como escritor português. Ele praticamente não fazia referências ao seu trabalho de jornalista a serviço da propaganda colonial portuguesa e a vida em África era citada apenas com o intuito de trazer para junto de si a autoridade de alguém que conhecia de fato o continente e não era um etnólogo de gabinete.

Podemos afirmar a partir destas poucas inferências, do quão complexo é o processo de constituição da memória acerca de uma obra, instituição, de uma personalidade e, no caso presente, um escritor. Neste processo se imbricam a autoimagem deste escritor, construída para atender as necessidades de um novo momento da sua vida, e as interpretações críticas produzidas a partir de lugares autorizados, como as universidades. O resultado disso é uma interpretação que começa a ser a repetida à exaustão e engessa outras possibilidades de análise. A ideia de uma trilogia, na minha interpretação, cria esse engessamento. E a única saída para fugir desse engessamento é o trabalho de análise a partir do método histórico, que torna possível quebrar essas camadas solidificadas de pensamento e escapar das verdades prontas e acabadas. Walter Benjamin em suas teses sobre o conceito de história se utilizou da expressão “escovar a história a contrapelo” para se referir ao trabalho do materialista histórico que não poderia assistir impassível os despojos do passado exibidos pelos vencedores.³²⁷ Benjamin era partidário de uma interpretação da história feita do ponto de vista dos vencidos, era também um crítico das noções de progresso linear e evolucionista. Podemos fazer uma releitura da expressão “escovar a história a contrapelo” e aplicá-la ao trabalho do historiador que tem por objetivo desarranjar as várias camadas de passado acomodadas de modo a justificar um *telos* previamente estabelecido.

Voltando novamente à questão que nos motivou a pensar na feitura de uma história a contrapelo, que é a da fugir de análises que interpretam *Terra Morta* como o marcador de um

327 BENJAMIM, W. “Sobre o conceito de História”. In: *Magia e Técnica, arte e política*. 5ª ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993, Vol. 1, p. 225.

antes e depois na obra de Soromenho, gostaria de destacar outros trabalhos que caminham na mesma perspectiva.

Uma referência conhecida nos estudos acerca da obra de Castro Soromenho é a obra de Candido Beirante, “*Castro Soromenho: um escritor intervalar*”, trabalho que originalmente surgiu como tese de doutorado em Letras Modernas defendida na Universidade do Porto.³²⁸ O conceito de intervalar, utilizado por Beirante, em linhas gerais significava ruptura, corte, separação. Para o autor, o intervalar pode significar também “o instante presente, ponte lançada entre as duas margens do tempo: aquém, o passado já emudecido e moribundo, além, o futuro que mal se entrevê no impreciso dos contornos”.³²⁹ Estes dois instantes a que se refere Beirante, são interpretados como as duas fases que compõem a obra do Castro Soromenho. Para ele, o texto de Soromenho “nas suas duas fases marcam bem a intervalaridade entre o anterior estado de graça colonial e a época de cepticismo e de desencanto que precedeu o fim da era colonial”.³³⁰

Este ceticismo, a que se refere Beirante, presente na obra de Soromenho é marcado pela publicação de *Terra Morta* em 1949 quando, nas palavras do estudioso, “A ruptura consumou-se – o intervalar pleno [...]” Ainda segundo Beirante, *Terra Morta* é uma “pedrada” no exotismo a que até então a África aparecia referenciada, o livro de Soromenho mostra a outra face da colonização portuguesa, “que destruiu a autenticidade da cultura das primitivas sociedades bantas”.³³¹ Não podemos discordar que este romance de Castro Soromenho se difere dos anteriores, mas interpretar, a título de exemplo, os romances *Noite de Angústia* e *Homens sem caminho* como um retrato da cultura africana é um erro crasso. Como afirmamos algumas linhas acima, muitas das aflições dos guerreiros lundas de Castro Soromenho são mais portuguesas do que africanas. A interpretação de Beirante, não se difere muito daquilo já proposto por Roger Bastide em 1960, a diferença marcante é que Bastide necessitou apenas dez páginas escritas com total clareza, e Beirante se valeu de uma tese de quase oitocentas páginas construídas por meio de elucubrações extremamente cansativas.

Podemos a partir dessas observações, referenciar outro grupo de trabalhos historiográficos que destacam a importância da obra de Soromenho à causa anticolonialista. Nesta perspectiva, sua obra é vista ora como denúncia, ora como elemento estruturador da nascente literatura angolana.

328 BEIRANTE, Candido. *Castro Soromenho: um escritor intervalar*. Lisboa, Tese de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989.

329 Idem, p. 16.

330 Ibidem, p. 91.

331 Ibidem, p. 92.

Algumas dessas análises, a exemplo de *O negro e o branco na obra de Castro Soromenho*, de Manuel Lima, analisam o autor como se ele tivesse nascido pronto para ser escritor. Mas não apenas um escritor, trata-se, sob esta perspectiva, de um escritor anticolonialista.

Segundo Manuel Lima, estudioso e amigo pessoal de Soromenho, após a morte do pai e a publicação do livro *A aventura e a morte no sertão* (1943), trabalho este feito com o objetivo de pagar as despesas funerárias da morte do pai, Soromenho “[...] fez uma opção decisiva: trocar o jornalismo, sua profissão, pela ficção, e, acto contínuo, abandonar trabalhos de reconstituição histórica já em curso”.³³²

Manuel Lima ao comentar sobre os movimentos anticoloniais e antissalazarista que começam a despontar nas antigas colônias portuguesas em África e em Portugal no final da década de 1950, afirma que Soromenho “ficou profundamente chocado de ver este [o MPLA] afastar os mestiços das suas fileiras e repudiar a colaboração dos brancos liberais”.³³³

Creio que Soromenho nunca desejou uma participação efetiva do ponto de vista militante junto ao MPLA. Como analisamos na segunda parte deste trabalho, o relacionamento intelectual de Soromenho com Mário Pinto de Andrade permite nos afirmar que os interesses do escritor português com relação à realidade angolana nunca ultrapassaram àqueles estritamente intelectuais.

Para este autor, que repete na verdade afirmações já pontuadas por Fernando Mourão, em *A sociedade angolana através da literatura*,³³⁴ o homem africano descrito por Soromenho é um escravo resignado dos Deuses, que são despóticos e cruéis, “subjugando os homens pelo terror, castigando-os pela fome, pela loucura, pela peste e toda a espécie de calamidades”.³³⁵

Manuel Lima comenta que Soromenho se interessou por histórias trágicas do povo lunda, e apesar de notar estas questões, não chega a interpretar o porquê do escritor caracterizar suas personagens sempre perseguidas pela angústia e pelo medo: “Soromenho vestiu luto pelo homem negro. Um hálito de fatalidade bafeja quase todos os seus personagens, para quem a morte é, praticamente o único desfecho de uma situação extrema”.³³⁶ A despeito disso, é necessário notar que ao longo do texto de Manuel Lima há pequenos sopros de análise crítica. Ao tecer comentários sobre a forma como Soromenho caracteriza suas personagens ele afirma:

332 LIMA, Manuel Guedes dos Santos. *O negro e o branco na obra de Castro Soromenho*. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Letras da Universidade de Lausanne, Lausanne, 1975, p.4.

333 Idem, p.7.

334 MOURÃO, F. A. A. *A sociedade...* Op. cit.

335 LIMA, Manuel Guedes dos Santos. Op. cit., p. 41.

336 Idem, p. 47.

“a falta de interioridade na análise dos personagens negros é, quanto a nós, a lacuna mais característica do escritor”.³³⁷ Sem sombra de dúvida, essa observação continua atualíssima, e por essas e outras razões que insistimos em interpretar a obra de Castro Soromenho vinculada ao universo intelectual português, seja naquele da propaganda colonial ou o meio literário neorrealista e modernista que Soromenho tentou se filiar.

Do lado de cá do atlântico, Maria Aparecida Santilli, em sua obra *Estórias africanas* procura deslindar os caminhos que permitiram a estruturação de uma literatura nacional em Angola. Em sua análise o elemento que estruturou a literatura deste país, como de outras ex-colônias, foi a afirmação da negritude, movimento político catalisado exemplarmente na realização do I Congresso do Pan-africanismo em Paris no ano de 1919. Dentro de sua proposta Castro Soromenho figura como autor vinculado ao projeto de afirmação da personalidade negra em Angola. Nas palavras de Santilli, [Soromenho] “apareceria para fazer a ponte de acesso à moderna prosa de ficção angolana”.³³⁸

A vinculação do nome de Castro Soromenho a um projeto literário anticolonial e angolano fincou profundas raízes na pesquisa história da área de literatura de língua portuguesa, fato esse que podemos notar ao lermos duas teses de doutorado defendidas a menos de dez anos atrás.

É o caso do trabalho de Regina Célia do Vale que considera Castro Soromenho ideologicamente ligado ao universo da luta anticolonial, acompanhemos:

Sob o influxo dessas idéias [anticolonialismo] que insuflavam enérgicas, ainda que árduas, transformações, Castro Soromenho erigiu sua produção literária como um fenômeno ideológico, que estava atrelado ao âmbito de um programa mais amplo.³³⁹

Regina Célia não chega a pensar a obra de Soromenho no contexto do nacionalismo angolano, ela apenas situa a tão aludida “trilogia de camaxilo” como romances identificados com a luta anticolonial.³⁴⁰ Todavia, os interpreta como a base de uma nascente literatura angolana que surgiria após a obra de Castro Soromenho.

Sob ótica semelhante, Raquel Silva, em “Figurações da Lunda: experiência histórica e formas literárias”, tese de doutorado também defendida junto à área de estudos comparados, em linhas gerais, assim interpreta a obra de Castro Soromenho:

³³⁷ Ibidem, p. 52.

³³⁸ SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias africanas: história e antologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 14.

³³⁹ VALE, Regina Célia Fortune do. *Poder colonial e literatura: as veredas da colonização portuguesa na ficção de Castro Soromenho e Orlando da Costa*. Tese de Doutorado em Letras. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004, p. 120.

³⁴⁰ Idem, p. 123.

A tematização das tradições a partir da História de Angola é uma das maneiras encontradas por Castro Soromenho para anunciar o seu propósito político literário de percepção do que poderia ser a nação angolana. O escritor tem a literatura como instrumento para refletir sobre o que representaria o seu país. Note-se como o autor expõe sua consciência e seu objetivo de procurar referenciais na cultura tradicional [...] ³⁴¹

Aqui, de maneira mais explícita, a pesquisadora Raquel Silva, associa a literatura de Castro Soromenho a um projeto político nacionalista angolano, tese esta referenciada a partir de um trabalho já clássico na área de literaturas africanas de língua portuguesa, *A formação do romance angolano*, de Rita Chaves.

Rita Chaves focou seu estudo sobre o romance angolano a partir de um problema que acometeu a todas as nações recém- saídas do jugo do colonialismo ao longo do século: a construção de uma identidade nacional. No caso da América este problema já se colocava desde as primeiras décadas do século XIX, e buscou na literatura muitas respostas para a construção das nacionalidades.

No continente africano, e em específico Angola, o caso não foi muito diferente. Após a independência de 1975, o recém-criado estado Angolano se vê diante de problemas criados pelo próprio colonialismo, a exemplo do artificial traçado geográfico das denominadas colônias europeias na Conferência de Berlim, em 1884-5. Na criação destas colônias, as novas fronteiras separaram povos historicamente ligados e reuniu sob o manto imperial, grupos oriundos de universos culturais e históricos completamente distintos.

Para amalgamar materiais completamente díspares, e criar uma nação onde existia um emaranhado de povos e culturas, o discurso literário é convocado para esta tarefa. Neste sentido, o marco temporal que norteia a perspectiva analítica da autora de *A formação do romance angolano* é a fundação da União dos Escritores Angolanos, em 1975. Instituição que no seu discurso fundacional já expõe com clareza que a literatura assumirá o papel de arma de afirmação do homem angolano.

E é sob tal perspectiva, que Rita Chaves analisa a obra de Castro Soromenho, atribuindo ao autor e obra um importante papel na construção do que chamou neste contexto de angolanidade. Como bem pondera a autora, a associação de Castro Soromenho ao rol de literatos angolanos se fez em boa medida por uma necessidade da nascente literatura angolana que precisava se constituir. Sigamos de perto algumas afirmações da própria autora:

341 SILVA, Raquel. Figurações da Lunda: experiência histórica e formas literárias. Tese de Doutorado em Letras. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2007, p. 8.

[...] graças à opção temática e à ambiência que define o seu texto espacialmente identificado com a região das Lundas (ao norte de Angola) e, levando em conta a sua opção ideológica num momento de tensões terríveis, sua *angolanidade* é reconhecida pelos críticos angolanos e pela própria União dos Escritores Angolanos que lhe tem publicado as obras sem qualquer restrição.³⁴²

A partir deste excerto e tendo em mente tudo o que vimos afirmando até aqui, podemos afirmar que a angolanidade de Castro Soromenho se fez em boa medida pela recepção de sua obra em território angolano e não por uma iniciativa e opção do escritor. Todavia, não é essa a interpretação principal de Rita Chaves neste trabalho de 1999, pois “Sua postura nitidamente anticolonialista aproxima-o da esfera de luta dessas populações e torna-o um aliado no processo de libertação da terra com a qual se identifica nacionalmente”.³⁴³

Rita Chaves, ao interpretar as diferentes nuances da narrativa entre a chamada primeira fase de Castro Soromenho e a – também designada assim – trilogia de Camaxilo, afirma que nesta última as sutilezas do narrador desaparecem. Na trilogia, o narrador expõe com clareza, segundo a estudiosa, as desordens do dia a dia e como o universo de brancos e negros está cindido. E o único elemento que unifica este mundo dentro das narrativas é o “fracasso de um projeto que aos primeiros chegou a trazer a ilusão e aos últimos somente medo e degradação”.³⁴⁴ Rita Chaves não chega a analisar mais detidamente o que seria o fracasso deste projeto por ela citado, mesmo porque o seu objetivo principal é interpretar como as obras deste Castro Soromenho estão vinculadas a “um movimento eticamente comprometido com a conscientização do momento histórico e com a libertação da colônia”.³⁴⁵ É inegável que a obra de Castro Soromenho pode ser lida como uma crítica ao sistema colonialista, principalmente a partir da década de 1950 quando se inicia o processo de organização dos grupos políticos que farão a independência de Angola. Na obra de Castro Soromenho, vejo que as agruras do colonialismo que saltam de suas páginas não são dirigidas aos negros como crítica ao próprio sistema. As obras deste escritor focam sobremaneira a frustração do projeto colonial português, o vir a ser que não se concretizou: o sonho do grande império colonial português. As páginas dos romances de Soromenho, tal qual a mesa de trabalho de um exame necropsial, expõem os órgãos doentes de um corpo morto.

Neste breve e incompleto arrazoado, nossa preocupação foi a de destacar como algumas obras estão envolvidas por certos marcadores temporais e simbólicos ao se referirem à obra de

342 CHAVES, Rita. A formação do romance angolano: entre intenções e gestos. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. Coleção Via Atlântica. Vol. 1, p. 43. Grifo do original.

343 Idem.

344 Ibidem, p. 112.

345 Ibidem, p. 113.

Soromenho, não significando assim uma crítica aos trabalhos citados. Trata-se, sobretudo, de uma questão pessoal, ao analisarmos a obra de Castro Soromenho. Como meu primeiro contato a obra de Castro Soromenho foi por meio dos críticos e estudiosos de sua obra, a imagem que se fixa de Castro Soromenho é de que sua obra é a resultante de uma crítica ao colonialismo. Associada a esta, vem uma segunda marca difícil ser descolada, que é ideia de que sua é composta por duas, uma africana e outra colonialista. Esta última, já citada amplamente apenas pelo epíteto de “trilogia de camaxilo”.

O questionamento desta interpretação não surgiu por acaso, isso só foi possível à medida que procurei reconstituir o universo intelectual no qual Castro Soromenho circulou em Angola, Portugal e Brasil. Assim, foi possível vislumbrar como este escritor trabalhou com afinco a inserção de sua temática africana junto ao universo letrado português.

As idas e vindas vivenciadas pelo escritor entre 1945 a 1949, no intuito de publicar seu romance *Terra Morta*, já nos aclararam este problema do qual tratamos no capítulo anterior. Até o presente momento o que não fizemos ainda foi uma análise interna desta obra, como também dos dois romances seguintes, *Viragem* e *A chaga*, sem perder de mira o nosso foco principal que é pensar esses romances conjuntamente aos romances anteriores do autor, os quais em uníssono emitem sempre a mesma nota: o fracasso do colonialismo português.

Como já afirmamos em diversos momentos aqui deste trabalho, *Terra Morta* foi publicada originalmente em 1949 pela Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro. A dedicatória à Adolfo Casais Monteiro, informação sempre ignorada pela análise crítica desta obra, por si só já é uma bela pista para deslindarmos, ou pelo menos sugerir, os interesses intelectuais de Castro Soromenho neste final da década de 1940.

Terra Morta foi escrita no ano de 1945, mas teve sua publicação vetada pela censura, e a partir daí Soromenho lança-se no desafio de publicar a obra fora dos círculos da propaganda colonial. Ele desejava se inserir no círculo dos modernos literatos portugueses por meio da temática africana, e junto a Casais Monteiro procurou cavar seus espaços neste meio, bastante avesso ao universo da propaganda colonial do qual já fazia parte.

Especulo que Castro Soromenho tenha tomado de empréstimo de um artigo de sua própria lavra, o título para esse romance de 1945. Nesse ano ele publicara na revista de propaganda colonial *O mundo português*, um pequeno artigo intitulado “O fogo puro dos lundas”,³⁴⁶ em que ele narra a importância do sol e fogo na cultura tradicional dos lunda, pois as chamas remetem à purificação. Um homem lunda em algum momento da sua vida pode ter

346 SOROMENHO, Castro. “O fogo puro dos lundas”. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 137, Maio de 1945, p. 219-221.

a necessidade de abandonar as suas terras. Trata-se, enfim, de um fato atípico, necessário apenas quando os sacerdotes de sua senzala consideram aquela terra impura e vulnerável à ira dos deuses. Soromenho assim completa a explicação: “Aldeia abandonada nestas circunstâncias torna-se terra morta”.³⁴⁷

Quanto à *Terra morta* de Castro Soromenho, sua narrativa não faz menção à cultura tradicional lunda, e tampouco suas ações se passam em alguma aldeia abandonada, todavia, a simbologia em torno da expressão é a mesma. A vila de Camaxilo localizada na Lunda, cuja história Soromenho deseja narrar, é terra em que nada mais prospera. A terra morta do nosso escritor luso-africano é a história de um pedaço da tão sonhada Angola portuguesa, em que suas personagens vivem a repisar rancorosamente os tempos de fartura e glória em que se ganhava muito dinheiro com o comércio de marfim, escravos e posteriormente com a borracha. No tempo em que a ação se passa, a Lunda é uma terra de miséria e de velhos sonhos idos.

Se a localização espaço-geográfico da narrativa de *Terra Morta* é algo tão explícito, o mesmo não se pode dizer com relação à localização temporal. Toda a trama que envolve o livro refere-se ao cotidiano dos funcionários civis da Administração Portuguesa que vivem na vila de Camaxilo. Compõem também o quadro de personagens os sipaios e capitas, negros armados a serviço do governo, além dos velhos comerciantes portugueses empobrecidos que ainda mantêm suas pequenas lojas. O narrador de *Terra Morta* apresenta pouquíssimas referências para que o leitor se situe melhor quanto à época em que a ação se passa. As alusões ao tempo das “antigas guerras negras”³⁴⁸ são uma destas referências, além das lembranças e memórias dos velhos comerciantes portugueses que ainda vivem em Camaxilo e ao longo da narrativa relembram os tempos de riqueza do comércio do marfim e depois da borracha. No texto de Soromenho, esta relação com o passado é difusa e nada precisa, e a sensação que se tem ao se cruzar as informações do narrador e as lembranças destes velhos comerciantes é a de que estas guerras negras e o comércio da borracha são eventos que ocorreram paralelamente; e de fato ocorreram.

Acerca desta época de riqueza o narrador onisciente de *Terra morta*, relembra os tempos de fartura vividos em Camaxilo antes das campanhas de ocupação. A passagem é pouca extensa, porém bastante elucidativa, vejamos.

Nesse tempo, Camaxilo era uma grande terra, o centro comercial mais importante de toda a Lunda, com mais de cinquenta lojas e uma centena de comerciantes brancos. E nas terras ao redor e por sertões dentro, no Cuilo, Luremo, Lubalo e outras de que só

³⁴⁷ Idem, p. 219.

³⁴⁸ SOROMENHO, C. *Terra Morta*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, 2008, p. 9.

os velhos se lembram, eram em grande número as feitorias comerciais dos brancos, mulatos e negros ambaquistas, aviados das grandes casas comerciais de Malanje e Luanda. Tempos de fortuna, em que negros das senzalas tinham todos os panos que queriam, montes de fios de missangas, pipos de aguardente e latinhas de pólvora. Os brancos bebiam champanhe e jogavam forte ao bacará. E os sobas faziam batuques que duravam quinze dias e quinze noites, embebedando-se com vinho misturado com água açucarada e aguardente de batata-doce. *Esse foi o tempo em que a borracha valia ouro de lei e os brancos corriam para o leste com as suas pacotilhas, pagando impostos aos sobas para poderem negociar com os seus filhos e transitarem por suas terras cruzadas de trilhos.*³⁴⁹

Tudo isso ocorreu bem antes da Conferência de Berlim em 1884, num tempo em que os portugueses se faziam presentes nos confins da África Austral como comerciantes e mantinham relações de reciprocidade com os potentados negros. Como veremos no subitem seguinte e que fecha este trabalho, nos últimos cinquenta anos do século XIX a África foi esquadrihada por comissões científicas inglesas, alemãs e belgas, e logo esta presença portuguesa seria questionada.

Na ficção de Soromenho, muitos comerciantes endividados após a queda do preço da borracha se mataram, essa foi a história do português José Aparício “que se matou quando a borracha passou a valer tanto como um punhado de areia”.³⁵⁰ No dia em que o negro Caluis – ex-empregado de José Aparício nos tempos áureos da borracha – retornou à Camaxilo após longos anos de ausência não reconheceu aquela povoação: “A terra estava morta”.³⁵¹ Segundo o narrador, a ocupação militar e a presença oficial do Estado Português trouxe junto a miséria e a falta de perspectivas futuras. Caluis, para sua tristeza, agora era sipaio, pois aprendera a falar português; o seu conhecimento da terra em que nasceu ajudou e muito os brancos a destruírem o seu próprio povo, e foi odiado por todos os negros da sua aldeia. E para os brancos, era mais um negro com farda militar e que não sabia falar bem o português.

Na primeira deste trabalho, historiamos brevemente o processo de ocupação da Lunda no começo do século XX, cujo objetivo principal era situar melhor o leitor acerca da importância da Lunda para Portugal neste momento. Outro ponto que destacamos foi o processo de ocupação militar da Lunda iniciado em 1907 e que se estendeu até por volta de 1920. Assim, o tempo da narrativa de *Terra Morta* é posterior a essas campanhas de ocupação militar, tanto o é que não há referências a funcionários militares entre as personagens, somente civis. Outro indício são as referências à Companhia dos Diamantes, que já se encontra consolidada e arrasta para as suas minas os negros pacificados da Lunda.

349 Idem, p. 50. Grifos nossos.

350 Ibidem, p. 51.

351 Ibidem, p. 52.

Como consequência da viagem feita à região por Henrique Dias de Carvalho entre 1884 e 1885 e dos acordos diplomáticos feitos com os sobas do império lunda, Portugal conseguiu salvar das mãos de Bélgica e Inglaterra uma parte do antigo reino. Assim, a antiga Lunda foi dividida em três grandes áreas: uma em Angola, outra no ex-Congo Belga (o Estado Livre do Congo, criado na Conferência de Berlim) e uma terceira área correspondente à atual Zâmbia (ex-colônia inglesa da Rodésia do Norte).

O distrito da Lunda foi oficialmente criado em julho de 1895 e teve como primeiro governador o próprio Henrique Dias de Carvalho, mas foi substituído por um militar – capitão de artilharia Veríssimo Gouveia Sarmiento – a quem coube ocupar definitivamente a região. Em fins de 1905, Veríssimo Sarmiento já estava prestes a realizar seu grande projeto que era a ocupação da região além do rio Cuango. Assim, os portugueses poderiam ocupar a região habitada pelos lundas propriamente ditos, região rica em borracha e que possuía neste período algumas dezenas de comerciantes portugueses instalados na região e muitos distantes do último posto militar português. Alguns destes comerciantes estavam estabelecidos em Camaxilo, que vivia na febre da borracha trazida pelos Tutchokwe.³⁵²

Pélissier, novamente nos lembra que estas batalhas dos portugueses rumo à região nordeste de Angola, se iniciaram por volta de 1907 e a resistência dos guerreiros Tutchokwe e dos seus escravos lundas fora grande. Todavia, a necessidade dos portugueses em proteger a fronteira nordeste com o Congo e a descoberta de diamantes na região em 1912, foram elementos estimulantes à ocupação.³⁵³

Finalmente em 1916, os portugueses conseguiram chegar até o Cassai na região de Chilunge a partir de Saurimo e, inclusive, construíram um posto defronte à concessão de exploração diamantífera dos belgas do outro lado do rio. Por questões estratégicas em 1917 a Lunda foi separada de Malange, e Saurimo fora escolhida para a sede do novo distrito. Em 1917, do ponto de vista português, havia muito que fazer para se avançar a ocupação deste longínquo nordeste, pois os belgas também colaboravam para o retardar da penetração portuguesa na Lunda ao vender pólvora em grandes quantidades aos Tutchokwe no lado belga do Cassai.

No final deste mesmo ano, a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola (PEMA) forma a Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), empresa formada por capitais mistos oriundos de vários países como Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Portugal e África do Sul.

352 PÉLISSIER, René. História das Campanhas de Angola. Op. cit., p. 362.

353 Idem, p. 370.

O início das prospecções manuais de diamantes sob os auspícios da Diamang estabeleceu na Lunda – agora ainda mais visada – uma tensa relação de forças entre as sociedades africanas da região e a empresa diamantífera. A partir do final de 1917 a Diamang passou a recrutar nos sobados locais os trabalhadores de que necessitava, e eram muitos. Este recrutamento gerou muitos conflitos – principalmente entre os Tutchokwe – que na maioria dos casos terminava com mortes dos membros dos destacamentos que recrutavam mão de obra.

Todavia, as autoridades portuguesas nesse momento pouco fizeram na Lunda para estabelecer sua presença efetiva, a bem da verdade foi a própria Diamang que estabeleceu a presença portuguesa em vários dos milhares de quilômetros da Lunda. Aí o domínio português sobre o grande grupo etnolinguístico Lunda-tchokwe ainda era pequeno, todavia, como frisa Pélissier,

foram os quiocos do nordeste de Angola quem iriam suportar o peso das exigências da Diamang. Esta esforçou-se por obter a ocupação militar da sua concessão, a fim de conseguir a calma necessária à continuação das prospecções e os milhares de homens que a exploração exige todos os anos.³⁵⁴

Por volta de 1920, a lunda já estava pacificada do ponto de vista da organização do trabalho a serviço da Diamang. Ao lermos as páginas de *Terra Morta* e os relatórios de Administrador colonial da Lunda elaborados por Artur Ernesto Soromenho, notamos o quão figurativa é a presença da Administração Colonial Portuguesa, pois não é Portugal que administra a Diamang. O estado português é um parceiro menor da companhia diamantífera, cujo papel é recrutar parte da mão-de-obra de que ela necessita. Em *Terra Morta*, notamos que a presença de Portugal na Lunda se mantém sobremaneira por uma força inercial que o impede de abandonar aquele local, trata-se da força de um sonho.

As receitas auferidas pela Administração Colonial na Lunda advém principalmente do imposto colonial cobrado das populações locais, trabalho esse que Soromenho executou quando permaneceu em Saurimo e Camaxilo entre 1928 a 1933. Em *Terra Morta*, temos uma espécie de alter ego de Soromenho, o aspirante Joaquim Américo, cujo trabalho também era cuidar dos “contratados” que eram levados para a Companhia dos Diamantes e também cobrar os impostos, e aqueles que não conseguiam pagar os impostos eram levados como “contratados” para a Companhia dos Diamantes, e caso fugissem para o Congo Belga um membro da família – geralmente a mulher ou filhos – eram recrutados em lugar do fugitivo. Em *Terra Morta* o “Siô Américo”, como era chamado pelos sipaios, era o único que gostava de ouvir os batuques

354 Ibidem, p. 389.

e as histórias antigas do povo negro. Américo, por diversas vezes, foi repreendido pelo Administrador de Camaxilo pelo fato de dar guarida aos negros que não pagavam o imposto colonial. Além disso, o aspirante é leitor de obras consideradas subversivas guardadas longe dos olhos do secretário Jaime Silva, chefe imediato de Américo.³⁵⁵

À leitura das primeiras páginas de *Terra Morta* cria-se uma certa expectativa quanto a uma postura questionadora e rebelde do aspirante Américo, pois em seus pensamentos trazidos à tona pelo narrador ele tem uma postura discordante da relação entre brancos e negros. Esta expectativa se concretiza ao final do romance quando Américo briga com seu chefe imediato, o secretário Jaime Silva, pelo fato dele espancar injustamente um mulato filho de ex-colono. A insatisfação de Américo em relação à maneira como os negros são tratados fica restrita a um certo caráter humanista, no sentido de julgar que todos os homens são iguais independentemente de sua “raça”. Nada, portanto, que se encaminhe para uma emancipação das nações africanas ou de uma proposta explícita de por fim à presença europeia em África.

Em *Terra Morta* todas as agruras a que são submetidos os negros da Lunda, que obrigatoriamente são encaminhados para os serviços nas minas da Diamang, são feitas pelo próprio narrador. À primeira vista, essa nossa observação parece se restringir apenas à uma análise das peculiaridades narrativas do texto. Porém, nos sugere que portugueses, assim como outros europeus, além de participarem e reconhecerem os absurdos do colonialismo, não eram capazes de verbalizar isso. Coube ao narrador esta tarefa inglória, mas temos que reconhecer que Soromenho à altura que escreve *Terra Morta* é capaz de lançar um olhar irônico, mesmo que seja por meio do seu narrador, aos indivíduos que participaram parcimoniosamente como mecanismos desta máquina de moer seres humanos. Acompanhemos um pequeno trecho do livro que nos dá uma mostra desta questão:

Andavam todos [os empregados da Diamang] à porfia em apresentar trabalho adiantado, com mira no aumento do ordenado, porque a Companhia era generosa... com os empregados diligentes, gente ordeira e trabalhadora, seleccionada em Lisboa, depois de copiosas informações sobre a sua vida profissional e particular. Quem tivesse entrado em greves e se desse ao luxo de ter idéias políticas, não servia. E se algum, por artes do diabo, escapasse pelas malhas da informação, era certo que não aqueceria muito tempo o lugar.³⁵⁶

Terra Morta, assim como qualquer outra obra de arte, apesar de narrar episódios de um passado distante do qual o autor se encontra no momento em que escreve, revela em suas páginas questões prementes ao momento coevo de construção da obra. A crítica de Soromenho,

355 SOROMENHO, C. *Terra Morta*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, 2008, p. 116.

356 Idem, p. 89.

apesar de se referir aos comportados funcionários da Diamang que compactuaram com a escravidão moderna dos africanos, tinha outro alvo. Ela se destinava ao Estado Salazarista português e sua estrutura sensória e arbitrária para os dissidentes e críticos ao regime. Inclusive, este romance que ora analisamos, em 1945 teve negado seu pedido de publicação em Lisboa, como já fizemos referência na segunda parte deste trabalho.

Na esteira do que vimos afirmando até o presente momento, a despeito de revelar ao leitor metropolitano questões que muitos desconheciam ou que não podiam ser ditas, acerca das crueldades que estavam sujeitos os negros, *Terra Morta* é uma carta de confissão do fracasso português como nação colonizadora. Ao longo do livro não são poucas as comparações do trabalho realizado pelos portugueses em Angola com o dos ingleses na África do Sul. O narrador de *Terra Morta*, logo na abertura do livro revela ao leitor diversos momentos do passado do aspirante Joaquim Américo. Logo que este chega à África, vindo da Bahia, desembarca no porto de Lobito e pelos botequins escutava sempre as mesmas admoestações à administração colonial dos portugueses:

[Américo] Ficou no pequeno porto [de Lobito] à procura de trabalho; mas todos lhe falavam da grande crise que o comércio atravessava, na falta de protecção do Governo ao colono, sem crédito bancário, um só banco de fraco capital a sugar a colónia, do peso dos impostos – um ror de queixas que punha raivas e lamentos na boca dos colonos. “Se isto fosse dos Ingleses andava prà frente”, discutiam nos botequins. [...] “Aquilo sim, é que é colonizar”, rematavam.³⁵⁷

Noutra passagem, o narrador ao descrever como era o cotidiano dos trabalhadores negros nas minas da companhia de diamantes, comenta também sobre o local mais odiado pelos negros quando estavam nas minas, o hospital. Lá eram obrigados a receber cuidados muito diferentes daqueles que estavam habituados, nada de braseiros, mezinhas e curandeiros, rezas e feiticeiros. Tudo no hospital era “à europeia”, “com muitos camas alinhadas, tudo limpo e a cheirar a desinfectante, cheiros que os entonteciam e agoniavam nos primeiros dias”.³⁵⁸ De modo oposto, o hospital era motivo de orgulho para o diretor da Companhia dos Diamantes, “ele mostrava a toda a gente o hospital dos indígenas, melhor que o dos europeus, e dizia vaidoso: - “É o melhor da colónia. Custou milhares de contos. Hospitais como o nosso, só na África do Sul”.³⁵⁹

O paradigma da colonização inglesa em África é como uma sombra colada à alma angustiada dos portugueses perseguindo-os sempre e sempre; ora como exemplo a ser seguido

357 Ibidem, p. 31.

358 Ibidem, p. 90.

359 Ibidem, p. 91.

ora torturando-os, pois os ingleses, em se tratando da colonização africana, nunca se relacionaram com os portugueses de maneira simétrica.

E vale a pena ressaltar que a Companhia dos Diamantes, apesar de estar numa área da Lunda pertencente à Portugal, tinha mais poderes na região do que o próprio Estado Português. Nenhum comerciante ou qualquer pessoa alheia aos serviços da Companhia poderia circular nas suas terras, a administração colonial portuguesa na Lunda após a ocupação militar findada na década de 1920 funcionou como uma espécie de apresador de mão de obra. Nada mais do que isso.

A vila de Camaxilo, já completamente empobrecida ao tempo da instalação da Diamang, possuía dois núcleos habitacionais, na povoação de baixo ficavam as casas dos comerciantes e suas respectivas lojas. A povoação de cima era o bairro oficial no qual se localizava a residência do Administrador Gregório Antunes, do Secretário Jaime Silva e dos demais funcionários, os escritórios da Administração e a cadeia, local em que ficavam os devedores do imposto colonial. Como compensação pela dívida não quitada, os sipaios e capitas os conduziam diariamente para a realização de serviços públicos, como abertura de estradas e trabalhos agrícolas.

Os sipaios e capitas, constantemente citados nesse livro, eram os colaboradores da administração colonial e funcionavam como intermediários entre os funcionários portugueses os negros, dos quais não se conhece a língua. Segundo o próprio Soromenho numa entrevista com data de 1962, os sipaios e capitas possuíam um “salário garantido, o que é uma vantagem enorme”. Ainda seguindo as palavras do escritor, estes auxiliares dos funcionários portugueses exploram os trabalhadores negros em nome do branco, os punem ou os furtam. Os sipaios e capitas são geralmente antigos recrutados entre os soldados negros que participaram das antigas guerras de pacificação da Lunda.³⁶⁰

Cebola era um destes capitas, garoto negro que trabalha como ajudante de cozinha da casa do secretário Jaime Silva, que para trocar com este garoto negro, alcunhou-o com o mesmo de um dos cães que havia na povoação de cima, todos os dois agora se chamavam *Ratão*.³⁶¹

Todos os funcionários da administração colonial possuíam criados negros, que lhes serviam e preparavam as refeições, e outras tantas tarefas. A forma como os brancos se dirigiam aos seus criados negros não era muito amena, como se nota nesta ordem dada por Joaquim Américo ao seu criado Julião: “Vai buscar o café rapaz. Quem tem mandou à casa do senhor

360 O texto desta entrevista é uma transcrição feita por um escritório de investigação sediado em Paris e enviado para a PIDE em Lisboa. Na carta que acompanha a entrevista, o funcionário do escritório de informações “Est & Ouest”, apenas informa se tratar de uma revista “que não é comunista, mas comunisante”. Entrevista cedida por Castro Soromenho em Outubro de 1962 a Jean Mettas e Serge Thion. C.f.: Processo Nº 3480 CI (2), Fundo PIDE/DGS), p. 136-41.

361 SOROMENHO, C. Terra Morta. Op. cit., p. 40.

administrador? Você está a precisar de bofetadas.”³⁶² Numa outra situação, é o Administrador Antunes que extenua um rol de gentilezas a um sipaio que vem correndo receber ordens: “Onde é que você anda, seu burro? Cinquenta palmatoadas no Canivete [nome de outro sipaio], ouviste? Já! Estes cachorros hão de aprender a fazer o serviço.”³⁶³ (p.

Outra forma que Soromenho utilizou-se para bem representar a assimetria das relações entre brancos e brancos, foi a de grafar diferenciadamente o português falado pelos negros de modo a demonstrar que eles não dominavam a norma culta da língua portuguesa.

Num dos diálogos da negra Francisca – mulher do velho colono José Calado – com seu filho João ela pergunta: “Você panhou eles Jão?”, ao que o filho João responde: “Não panhou, mamãe. Ficou no seu Manel. Pai tá com raiva. Me quer machucar. Não pode pegar eles, não”.³⁶⁴

Em outra situação, José Calado expulsou o filho mulato de sua loja, algo que ele fazia cotidianamente, pois era nos filhos e na mulher que depositava sua frustração. A mãe corre de encontro ao filho e lhe diz: “Tu é fio de branco. Eu pariu você na casa dele. Não é um calquer, não”.³⁶⁵ No texto de Soromenho, a questão da paternidade para esses velhos comerciantes brancos não era algo que eles assumiam muito bem. Uma metáfora bem interessante para analisarmos a relação expoliante assumida entre os europeus e a África. Os filhos mulatos só existem para esses homens porque eles não conseguiram voltar para a metrópole, do contrário eles nunca teriam tomado conhecimento da existência dos mesmos. Em *Terra Morta* o próprio narrador contribui para a caracterização negativa acerca dos mulatos, vistos como vadios e desocupados.³⁶⁶

Creio que tampouco a maioria dos portugueses dominava a norma culta da própria língua, como o faz a crer a crítica ao português arrevesado dos negros e mulatos. Outrossim, se estes portugueses estavam na África em pleno século XX, o motivo não seria apenas o de dar materialidade ao grande sonho colonial português. A fome e a miséria presentes em Portugal empurraram milhares de homens para além das fronteiras do oceano atlântico. O Brasil e a África eram os principais destinos, todavia a África, em pleno século XX, era ainda associada a uma espécie de paraíso perdido, onde todos que para lá migram voltam ricos.

Soromenho deixou esta questão bastante clara logo no primeiro capítulo de *Terra Morta*, que se abre com a descrição de uma partida de cartas entre quatro funcionários da circunscrição de Camaxilo, o secretário Jaime Silva, seu subordinado Vasconcelos e os aspirantes Joaquim

362 Idem, p. 43.

363 Ibidem, p. 47.

364 Ibidem, p.71.

365 Ibidem, p. 81.

366 Ibidem, p. 81-2.

Américo e Carlos Valadas. Ao final de duas tensas rodadas de cartas Américo, Valadas e Vasconcelos, puseram-se a reclamar das agruras em se viver no sertão africano. E são muitos reclames: falta de dinheiro e de mulheres brancas, insetos, isolamento, etc.³⁶⁷ Apesar de todas as agruras, o aspirante Valadas afirma enfaticamente: “ Olha, apesar de tudo, eu prefiro isto à Metrópole”.³⁶⁸

A razão para tal escolha é a fome e miséria que acometeu a vida de muitos camponeses portugueses na primeira metade do século XX. Valadas relembra aos amigos que ao retornar à sua aldeia minhota depois de alguns na África, foi cercado por muitos parentes que lhe pediram dinheiro e favores, e se indignaram ao saber que ele não trazia dinheiro nas malas: “E quando souberam que eu não era rico, até bufaram de raiva!”³⁶⁹

Em *Terra Morta*, Castro Soromenho ao introduzir o homem branco e o cotidiano do colonialismo português em uma parte da África como novos elementos dos seus romances, o fez de maneira explícita, porque as metáforas presentes nos seus romances anteriores não foram suficientes para afirmar categoricamente que o colonialismo português em África era um sonho falhado.

Neste romance e nos dois que lhe sucedem – *Viragem* e *A chaga* –, Soromenho caracteriza a destruição da cultura negra e a submissão dos homens encaminhados para as minas de diamantes como algo natural. Na sua pena esses homens não questionam e aceitam passivamente aquilo que o trágico destino os reserva. Não há fugas, suicídios, tentativas de assassinatos dos seus algozes, nada que pudesse caracterizar algum tipo de contestação. Soromenho não explicita neste livro apenas a morte do sonho português colonialista, há a morte dos africanos enquanto um povo que possuía uma vida com dinâmica própria. Se na análise que fizemos de *Noite de Angústia* (1939) e *Homens sem caminho* (1942), lançamos mão da metáfora da “crônica de uma morte anunciada” para caracterizarmos o derrotismo a que estaria sujeito o povo lunda, em *Terra morta* esta metáfora é inadequada. Neste livro a caracterização desta derrota é explícita e já aceita como um fato que não é passível de ser questionado.

Um exemplo sintomático desta representação construída por Soromenho é a cena em que ele descreve o suicídio do soba Xá Mucuari “o último grande chefe das terras de Camaxilo”.³⁷⁰ Este soba se matou após ter assassinado um sipaio que foi à sua aldeia para prendê-lo, pois cinco homens da sua senzala fugiram no momento de serem encaminhados para

367 Ibidem, p. 19-22.

368 Ibidem, p. 22.

369 Ibidem, p. 22.

370 Ibidem, p. 152.

as minas de diamante. O assassinato do sipaio, seguido do suicídio de Xá Mucuari, dividiu a senzala em dois grupos: aqueles que desejavam fazer o tradicional batuque para celebrar a morte do soba e aqueles que desejavam levar o cadáver do sipaio para os brancos e se resignarem diante do erro de seu antigo chefe. Venceu a segunda proposta liderada por um jovem chamado Comboio. Novamente o narrador sentencia a derrota do povo negro de Camaxilo, que em *Terra Morta* não são caracterizados nem como Lundas nem como Tutchokwe, uma tentativa talvez por parte do escritor de tornar sua narrativa mais palatável para leitores que desconheciam completamente as idiossincrasias dos povos africanos. Em *Terra Morta* prevalece o epíteto generalizante “homens negros”.

Nosso narrador apoia atitude dos homens jovens que se rebelaram contra o desejo que os velhos em fazer o batuque dos mortos, atitude essa que irritaria os brancos, pois o batuque era proibido.

Os que apoiaram o gesto de rebeldia, eram homens novos que andaram por terras de brancos, nas minas e nas vilas sertanejas, onde lhes disseram que o tempo dos sobas tinha acabado e que já não havia moleques, toda a gente era igual para os brancos, quem mandava era o branco do Governo, que tanto podia castigar o soba como o seu antigo escravo. *E era verdade*, porque eles próprios tinham visto, em Camaxilo, alguns sobas de barbas brancas apanharem palmatoadas, em frente de toda a gente, por não terem respeitado as ordens da Administração. *Os tempos tinham mudado, todos os sabiam, mas aqueles três velhos queriam viver como antigamente, fazendo o que lhes desse na cabeça.*³⁷¹

Ao fim e ao cabo, Soromenho opta pelo derrotismo como melhor maneira para representar os povos de Camaxilo, e pensando sua obra em conjunto, podemos estender essa característica a todos os povos da Lunda. É uma terra morta para negros e brancos. Os poucos membros que restaram da aldeia de Xá Mucuari incendiaram-na, matando velhos e doentes, e fugiram mato adentro rumo ao desconhecido. Quanto a esse povo, segundo os pensamentos do aspirante Américo, pouco lhes resta a não ser “viverem o seu destino desgraçado, a sonharem com o seu velho mundo perdido”.³⁷² E ao lermos com mais atenção esta descrição acerca dos povos negros de Camaxilo, a mesma se assemelha a uma imagem dos próprios portugueses, projetivamente representada nesses homens da Lunda.

Mas sem sombra de dúvida, a melhor maneira que Castro Soromenho encontrou para expressar com total clareza os sentimentos de angústia e pesar com o estado atual da outrora rica vila de Camaxilo, são os pensamentos da negra Francisca – a velha companheira do comerciante português José Calado – no momento em que foi obrigada a abandonar Camaxilo.

371 Ibidem, p. 153. Grifos nossos.

372 Ibidem, p. 176.

José Calado, após mais de cinquenta anos de África, e pelo que se pode depreender, praticamente vividos em Camaxilo, morre vítima da terrível febre biliosa. Tão logo o corpo foi enterrado, o inescrupuloso secretário Jaime Silva e seu auxiliar Albano Sampaio, vieram à loja – que também servia de residência – do velho e empobrecido colono para arrolar seus bens. Depois de anotar os trastes e cacarecos que compunham aquilo que poderia se denominar como os seus bens, lacraram a casa e deus ordens para dois capitas não permitirem a entrada de ninguém. A negra Francisca e seu filho mulato João Calado foram para a rua sem direito a sequer uma miçanga, a sua união com um homem branco ao longo de vários anos foi considerada letra morta pelo burocrata Jaime Silva, ali representando a mão dura do Estado Colonial Português. O mulato João Calado tentou inutilmente contra argumentar com Jaime Silva, mas este se mostrou impassível ao desespero do jovem, e sempre repetia a mesma pergunta, “Seu pai o registrou?”³⁷³ O mulato, apatetado tanto pela situação quanto pela caracterização atribuída aos mulatos nesta obra, o responde: “A gente num sabe lê. Branco não sinou”.³⁷⁴

O golpe duplo sofrido pelo mulato João Calado, pois de uma só vez perdera o pai e o teto, fê-lo ter um ataque de fúria e gritou ao secretário Silva: “Me tá roubando!”³⁷⁵ João Calado saltou sobre Silva e o cobriu de socos, mas os sipaios saíram rapidamente em auxílio do “branco do governo”. O “covarde” secretário agora podia reagir, e tirou da gaveta um chicote de cavalo marinho e rasgou todo o corpo do mulato até que ele perdesse os sentidos. João Calado, por fim, foi preso e sua mãe, sem escolha e com alguns angolares que ganhara do “Siô Américo”, prepara-se para retornar à Malanje, sua terra natal. É neste momento de sua partida que o narrador de *Terra Morta* coloca o leitor de par com as memórias de Francisca, que se pôs a relembrar seus vinte anos vividos em Camaxilo. Estas reminiscências não deixam de ser, também, uma versão sumariada da própria história dessa vila na percepção de Castro Soromenho.

O início de sua vida em Camaxilo foi anterior às campanhas militares de ocupação daquele local, um dos últimos rincões da Lunda a ser dominado militarmente pelos portugueses. Neste começo de vida ela se lembra da vida feliz quando “seu homem tinha dinheiro e a amizade dos grandes sobas”. Era o tempo em que Camaxilo possuía grande fama na colônia por ser um rico mercado de borracha; nessa época ela abriu muitas garrafas de champanhe e de vinho para

373 Ibidem, p. 216.

374 Ibidem, p. 216.

375 Ibidem, p. 218.

os “amigos do seu branco”, os quais se deliciavam também com carnes e peixes que vinham em latas; pirão e peixe seco “era bom só para negros”.³⁷⁶

Nesse tempo de regalo, José Calado, o branco da negra Francisca, alimentava o sonho de mandar seus filhos para estudar na Metrópole e

[...] comprar uma quinta para descansar o resto da vida. Dizia-lhe [a Francisca] a toda hora que levaria o filho para estudar para ser ‘doutor’ [...] Os outros europeus que tinham filhos mulatos pensavam da mesma maneira, sem se importarem com os queixumes das companheiras. É para o menino não ficar selvagem, diziam eles [os colonos]. *Mas foram poucos os que compraram a quinta na terra e menos os que levaram os filhos. A maioria morreu e os filhos andavam agora pelas vilórias do sertão.*³⁷⁷

A narrativa dessas memórias da negra Francisca não podem lidas apenas como uma história circunscrita ao microcosmo referente a vida de um colono português. Todos os colonos portugueses que viveram na Lunda, especificamente em Camaxilo, tiveram o mesmo fim de João Calado, estavam pobres, cansados e tristes por verem seus sonhos de riqueza completamente malogrados. Essa é a história da própria presença portuguesa em Angola e de seus planos em se tornar uma grande nação colonialista, sonho também malogrado que a obra de Castro Soromenho nos ajuda a perceber desde os seus primeiros escritos. *Terra Morta* – e os dois romances seguintes – pode ser definida como a catarse desta tragédia em que desde o primeiro ato já se antevia seu fim trágico. Nas páginas de *Terra Morta* narra-se com ironia o sonho português de se impor como nação colonial no continente africano, mas também há bastante rancor e angústia pelo sonho abortado, pois Soromenho alimentou e foi alimentado também por este desejo.

Após a publicação de *Terra Morta* por uma editora brasileira em 1949, Soromenho se dedicou ao trabalho de editor estabelecendo parcerias com Adolfo Casais Monteiro, João Gaspar Simões. Ele também começou a trabalhar na tradução de *Terra Morta* em francês, e como frisamos na segunda parte deste trabalho, este feito foi conseguido em 1956 por meio da intermediação de Mário Pinto de Andrade junto à revista *Présence Africaine*. A bem da verdade era que o desejo inicial de Soromenho era publicar originalmente sua *Terra Morta* pela editora Gallimard, por razões várias não conseguiu.

Mas com seu romance seguinte, *Viragem*, publicado originalmente em Lisboa no ano de 1957, o caso foi diferente. Em 1960 Soromenho finalmente concretizou um desejo que o perseguia desde os idos de 1947: ver-se publicado pela Gallimard. Como já foi dito aqui neste

376 Ibidem, p. 226.

377 Ibidem, p. 227. Grifos nossos.

texto, no meio literário português contemporâneo a Soromenho, a consagração para um escritor passava pela tradução de suas obras em língua inglesa ou francesa. Idiossincrasias de países periféricos, e que sentem periféricos culturalmente, que nós brasileiros conhecemos bem.

Em maio de 1960 Castro Soromenho já se encontrava vivendo no exílio em Paris, nesta data temos notícia, dada por ele próprio em uma entrevista à Rádio Difusão Francesa, que acabara de assinar um contrato para a publicação a tradução de *Viragem* pela Editora Gallimard. Creio que a apresentação de Roger Bastide à *Camaxilo* (1956), título da tradução de *Terra Morta* em francês, contribuiu para isso, mas isso é apenas uma especulação. Nesta entrevista, a qual foi possível termos acesso graças ao trabalho poderoso de espionagem da PIDE, que possuía um setor chamado “Serviço de Rádio e Escuta”. Nesta entrevista, interceptada no dia 23 de maio de 1960, Soromenho faz uma afirmação que nos permite perceber o real desejo deste escritor em compor o rol dos modernos literatos portugueses. Acerca deste seu novo contrato com a grande casa editorial francesa, Soromenho tece os seguintes comentários, “[...] penso que este contracto, sendo de Galimard, o primeiro que se faz com um escritor português poderá vir a ser de grande utilidade para o interesse que venha a despertar ao maior editor de França a moderna literatura portuguesa”.³⁷⁸ A construção da oração está meio truncada, e fiz questão de registrar tal qual se encontrava no Processo PIDE referente a Castro Soromenho.

Todavia, o núcleo principal da ideia é claro. Soromenho nota com otimismo a sua própria tradução no sentido de divulgar a moderna literatura portuguesa, da qual ela também se sentia parte. Nesta entrevista, Soromenho nos dá uma pista de como seria sua autopercepção acerca de sua própria literatura. Ao ser inquirido pelo entrevistador sobre qual o interesse da crítica e público franceses com relação à literatura portuguesa, Soromenho responde:

O grande interesse que encontrei agora entre professores e escritores franceses está voltado para Aquilino Ribeiro. O seu famoso livro “Quando os lobos uivam”, que vai ser lançado por um grande editor francês, não só revelou a muitos intelectuais deste país, um grande escritor, como lhes deu a conhecer o panorama da vida portuguesa dos nossos dias: Mestre Aquilino, em verdade escreveu um grande romance, *que sendo profundamente português é verdadeiramente universal*. Eu gostaria que esta lição do mestre fosse aprendida e seguida pelos escritores portugueses, que têm prosápias de escrever romances que julgam poder interessar o público universal, quando eles não passam de tentativas de neo-realismo caseiros, ou de um existencialismo fabricado com a receita de Sartre. *Um escritor que foge à realidade nega-se como escritor e como homem*. Isto nos ensina Aquilino Ribeiro no seu grande romance.

RDF: Se tivesse que dar um conselho aos novos escritores portugueses, que lhes diria? *Muito simplesmente que aprendessem a lição de Mestre Aquilino, e então escreveriam obras reveladoras da dramática vida portuguesa que vivemos há muitos anos na*

378 Transcrição de Entrevista cedida por Castro Soromenho à Rádio de Difusão Francesa em 23 de maio de 1960. Processo Nº 3480 CI (2), Fundo PIDE/DGS), p. 201. Acervo ANTT.

*Europa e na África. E então os seus romances seriam verdadeiramente bons e com interesse universal.*³⁷⁹

Soromenho pensa que a característica de uma obra literária que a tornará interessante é a sua universalidade, a qual poderá ser atingida ao não se furtar da realidade do seu país. Ele não se vê como um escritor neorrealista, enrodilhado por narrativas ligadas aos camponeses portugueses.³⁸⁰ Soromenho aqui nos sugere que a sua própria literatura, apesar de se passar na África, é tão portuguesa como qualquer livro dos neorrealistas Alves Redol e Fernando Namora. Embora desejasse fugir dos rótulos e associações a esta ou aquela escola literária, os romances de Soromenho possuíam uma boa ênfase documental, uma das características principais do neorrealismo. Mas se nos voltarmos para esta questão, repetiremos uma discussão já feita na segunda parte deste trabalho. Foquemo-nos agora em *Viragem* (1956).

Para se manter fiel a sua verve pessimista, este romance de Soromenho abre se com a descrição de uma terrível tempestade cheia de raios, estampidos de trovões e violentas rajadas de vento. A violência da tempestade destruiu plantações, fendeu árvores, assustou os homens e fustigou o gado, que assustado “destruiu currais e lançou-se às cegas pelos descampados [...] Morreram negros nas aldeias de palha e animais bravios nos matagais”.³⁸¹

Viragem possui como núcleo central a relação amorosa da jovem portuguesa Paulina que se encontrava no posto civil do Cuango – pertencente à circunscrição de Camaxilo –, acompanhada de sua avó Joana, com o secretário do posto Antonio Alves. Paulina vivia irritada, pois seu noivo, Afonso Nogueira, estava fora do Cuango há um mês, e quem veio o substituir – acabado de chegar de Camaxilo – foi o aspirante António Alves. O noivo de Paulina, o secretário Afonso Nogueira está muito doente e Alves se aproveita da ausência do companheiro para seduzir a jovem.

Este livro repete muitas questões já problematizadas em *Terra Morta*, a exemplo da relação violenta dos brancos para com os negros, principalmente com relação aos sipaios e capitas que fazem os trabalhos domésticos para os brancos. Paulina, “a branca nova”, ao se ver insultada pela avó numa de suas discussões percebeu que o moleque Jusa ria da situação.

379 Idem. Grifos nossos.

380 Castro Soromenho em outros momentos da sua vida chegou a criticar a abordagem dos neorrealistas. Numa Carta a Casais Monteiro datada de 28 de dezembro de 1948, ao elogiar um conto da esposa de Casais Monteiro, Soromenho completa: “Mas é um bom conto em que muitos neo-realistas deveriam pôr os olhos. Não é se gritando de fome que se faz literatura social...” C.f.: SOROMENHO, C. [Carta] 28 dez, 1948, Ponta Delgada [para] MONTEIRO, C. Porto. 1f. Cota E15/4429. Acervo BNP.

381 SOROMENHO, C. *Viragem*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, 2008, p. 14.

Paulina subitamente agarrou-o pelo braço e o “soca violentamente”, descarregando no moleque toda a ira que sentia naquele momento.³⁸²

A perspectiva pessimista com o presente é bastante referenciada neste livro, sendo uma questão que envolve todas as personagens brancas que vivem na África. Os sonhos de glórias e riquezas são coisas do passado e não mais estimulam a imaginação destes homens e mulheres, o presente é marcado por privações e tristezas e sem perspectivas para o futuro. O sonho está completamente morto. Acompanhem, assim, esta divagação do aspirante António Alves que depois de um estafante dia de trabalho, ao sentar-se na varanda de sua casa começa a fantasiar uma relação amorosa com Paulina, a mulher do companheiro ausente Afonso Nogueira, a quem estava a substituir. Em seus pensamentos ele afirma para si mesmo:

Com uma mulher destas até a vida neste mato seria verdadeira vida. Acabaria este tempo morto de todos os dias e esta solidão que envenena lentamente. A África... Neste cu do mundo só há solidão e febres. É horrível esta sensação de se estar vivo neste tempo morto. É como se um homem só tivesse passado, só vivesse no passado, com a alma enterrada no passado e o corpo vivo em febre e suor. Eu quero viver, viver!³⁸³

Nesta passagem de *Viragem*, o fim do sonho de uma África portuguesa não é apenas uma expectativa, ele é fato. A presença destes homens na África é como um peso morto sobre seus ombros e que os mantém alheios ao estabelecimento de novos projetos para esta nação que tanto sonhou em estabelecer seu império colonial. O fim deste sonho é um fato contra o qual não se pode lutar

Embora a dinâmica da política colonial do Estado português manter-se pouco afeita a aceitar os fracassos do colonialismo, não se pode frear o movimento da história; os ventos de independência vindos do leste começam a soprar pelo continente africano,

Desde 1950 que o Chefe de Governo [Salazar] tinha a percepção de que as novas ameaças que se acastelavam sobre o império eram bem mais graves do que as vividas durante a II Guerra Mundial: nesse ano, já ele afirma ter a Rússia ‘começado a deitar fogo à África’.³⁸⁴

A preocupação com o avanço da presença da URSS no continente africano, e em menor medida dos EUA, que também viam com bons olhos os movimentos de independência, leva Salazar, no ano de 1951, a uma revisão constitucional, transformando as antigas colônias em Províncias Ultramarinas.³⁸⁵ Mas isso não significou uma sinalização para mudanças na situação

382 Idem, p.19.

383 Ibidem, p. 49.

384 ROSAS, F. História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974). Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 514.

385 Idem, p. 514.

atual de Portugal na década de 1950, aferrado a uma política retrógrada ao se manter isolado do restante da Europa, avesso a investimentos estrangeiros e sem abrir mão da política colonial.

Segundo Fernando Rosas, o discurso “anticomunista, corporativista, católico, nacionalista, ultramontano, reaparecia em força na revisão constitucional aprovada em 1951, nos congressos da União Nacional, nas falas da Assembléia Nacional, em todo o aparente monolitismo oficial”.³⁸⁶ Ademais, a oposição portuguesa ao regime estava desbaratada, dividida e vigiada. Tampouco havia espaço dentro do próprio regime para qualquer mudança ou algum tipo de posicionamento um pouco mais progressista, pois significaria a própria negação do regime.³⁸⁷

Não obstante o conservadorismo da política colonial portuguesa, que se negava a negociar qualquer tipo de autonomia para as colônias, a partir da década de 1950 começa a surgir as primeiras organizações políticas com vistas à emancipação dos países africanos. No ano de 1954 é criado na Guiné o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), mais tarde transformado no Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). No mesmo ano Holden Roberto funda, na então Leopoldville, a organização que se transformará em União dos Povos de Angola (UPA) – e depois em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) – que cedo contará com o apoio norte-americano; em 1955 é criado o Partido Comunista de Angola, depois absorvido pelo Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), que surge no ano seguinte. Em 1959 verifica-se em Angola as primeiras ofensivas policiais contra militantes independentistas e no ano seguinte são presos Agostinho Neto, líder do MPLA, e o padre Joaquim Pinto de Andrade que será considerado presidente de honra do movimento.³⁸⁸

Para Fernando Rosas, este quadro transformador que começa a se esboçar no continente africano não perturbou a confiança de Salazar na política colonial do estado português. Lisboa estabelecerá, assim, “uma defesa extreme da inalienabilidade dos territórios coloniais, com a recusa sequer de aceitar a sua discussão ou negociação”.³⁸⁹ As colônias africanas tinham uma dupla função, pois eram um complemento indispensável à resistência europeia face o expansionismo russo e, além disso, elas representavam o elemento viabilizador de afirmação da autonomia portuguesa frente às duas grandes potências mundiais do pós II Guerra.

386 Ibidem, p. 503.

387 Ibidem, p. 509.

388 Ibidem, p. 515-6.

389 Ibidem, p. 516.

A obra de Castro Soromenho nos permite o contato exatamente com esta resistência portuguesa em se desvencilhar deste sonho. Em *Viragem* (1957) a percepção deste fracasso é bem mais intensa do que em *Terra Morta* (1949), que neste livro aparece recoberta de metáforas. Podemos citar, por exemplo, o comportamento violento do aspirante António Alves, o qual é explicado não somente pela indiferença com que é tratado por Paulina. Há também um sentimento angustiante com a sua vida em África, numa das suas tantas conversas com a avó de Paulina, D. Joana, ele desabafa: “Farto, farto até não mais poder! – Esta vida é uma porcaria. E para quê? – Ganhamos para viver, qual viver? Para comer é que é, e mal. Que grande ilusão é a África com sua árvore das patacas”...³⁹⁰

Viragem nos mostra além da violência das relações coloniais entre brancos e negros, como o ambiente colonial causa sérias perturbações à psique humana. Os brancos de *Viragem* enlouquecem porque estão amarrados ao solo africano em função de um sonho, e dele se sentem prisioneiros.

A ação se passa por volta do ano de 1936, no posto civil do Cuango, próximo da fronteira luso-belga. Local que por volta de 1920, segundo as memórias do sipaio Tipóia contadas pelo narrador, este ex-soldado da ocupação pisou no último palmo de terra que faltava à Portugal içar sua bandeira; eram as terras do lendário soba Calendende, que passados dezesseis anos Tipóia agora pisava para caçar um capita indisciplinado. Soromenho neste momento da sua narrativa nutre o mito do soba Calendende, pois as histórias de resistência e bravura deste soba alimentam um outro mito que foi a força do militarismo português e sua determinação em se tornar uma nação colonial.

Após a conquista do último palmo de terra sob a batuta do poderoso Calendende, finalmente a Lunda e toda Angola era portuguesa. Para a administração colonial portuguesa o problema agora estava posto: e agora, o que fazer com esta colônia? A obra de Soromenho nos dá uma dimensão clara deste problema, os portugueses após décadas idealizando uma África Portuguesa, ao se verem de posse dela não souberam muito bem o que fazer. Ou melhor, souberam sim. Reservaram aos capitais estrangeiros o domínio das riquezas minerais e naturais da terra e como contraparte forneceram a violência verbal, física e moral.

O narrador onisciente de *Viragem* nos confidencia que Tipóia entristeceu-se na ocasião que estava a lembrar da conquista de Calendende, pois,

[...] tudo mudara na vida do Tipóia e na vida do posto [do Cuango]. Já não havia guerras e os brancos começaram a cobrar o imposto indígena, a mandar os homens mais novos e fortes para as minas de diamantes do Nordeste e ilhas de S. Tomé e

390 SOROMENHO, C. *Viragem*. Op. cit., p. 131.

Príncipe. Os sobas que ousavam desobedecer eram presos, logo substituídos por outros escolhidos pelo chefe do posto, “amigo dos brancos”.³⁹¹

Essas lembranças são a própria história da presença portuguesa na Lunda no começo da década de 1930.

A perspectiva de Soromenho em *Viragem* com relação aos sipaios e capitas mantém-se a mesma já utilizada em *Terra Morta*. Para além de serem representados como apatetados por falarem um português deformado e igualmente imitarem o comportamento dos brancos, a estes homens é imputada a pecha de ladrões e mentirosos. O chefe do posto do Cuango, o temido António Alves, após destituir o sipaio Tipóia desta posição, discursa verborricamente para o novo ocupante do cargo, o capita Pedro Santo, que agora será apenas o sipaio Santo para não ser confundido com outro Pedro já existente. Acompanhemos,

Ouve bem o que te vou dizer, e essa canalha de sipaios e capitas que ouça também bem, porque isto vai acabar muito mal. Todos os sipaios mentem. Eles mentem aos brancos do Governo e mentem aos sobas e a todos os negros. Os capitas fazem a mesma coisa. Mentem porque são ladrões e dizem aos sobas que falam em nome do chefe. Andam sempre a roubar em nome do branco. É por isso que os negros pensam que há brancos que roubam.³⁹²

Esta representação de sipaios e capitas como usurpadores de certa maneira retira parte do peso da violência da colonização das costas dos brancos. Trata-se de uma imagem que Soromenho repetirá em momentos posteriores como numa entrevista de 1962, já citada algumas páginas acima. Ao passo que, certas atitudes do colonizador, presentes tanto em *Terra Morta* como em *Viragem*, a exemplo da cobrança do imposto colonial, apesar de aparecerem recobertas com uma leve ironia, nunca se usa a terminologia ‘roubo’ ou ‘exploração’ para se referir a tais eventos. Nem tampouco, os socos, pontapés, estupros, gritos, vilipêndios, chicotadas, serem representadas como algo que cause algum constrangimento. A menção a tais eventos são relatadas com certa naturalidade, e que de fato o eram no contexto da colonização. Não é a relação violenta dos brancos para com os negros que angustia o narrador destes romances, considero que seja importante mencionar isso mais uma vez. A grande angústia que envolve Soromenho nesta sua *Viragem* é a verbalização plena de que o sonho africano é um fracasso.

O fracasso do sonho africano era parte do problema presente nos romances de Soromenho, o autoritarismo do Estado Português e a instabilidade financeira do país, também reverberaram neste romance. Novamente recorreremos aos pensamentos do funcionário António

391 Idem, p. 149.

392 Ibidem, p. 179-80.

Alves, sempre enraivecido e tenso, que após não conseguir acordar Paulina junto à janela do quarto da jovem, volta para a sua casa enfurecido e tartamudeia entre os dentes:

Mortos somos todos nós a apodrecer neste buraco do mundo. Cloaca é que é. África e catinga. Ambição! Sei lá se foi isso... E lá? A terrinha amada... Conversa. Tramados, aqui e lá. Sempre a miséria e o medo. Medo do desemprego, da fome, da vida. Medo da vida, chiça! Sempre a pedirmos trabalho por favor, de chapéu na mão, de cócoras, conho!³⁹³

O livro termina com a fuga de António Alves, pois soube que o noivo de Paulina, o aspirante Afonso Nogueira, não estava morto. Ao contrário disso, estava à caminho do Posto do Cuango, o que de fato aconteceu.

A forma abrupta como a narrativa de *Viragem* (1957) se encerra não foi gratuita, pois Soromenho já planejava elaborar a continuação deste livro que foi *A chaga* (1970). A despeito de não ter conseguido publicá-lo em vida, *A chaga* já estava concluída por volta de 1961 quando o escritor já vivia em Paris. Escrevendo a Casais Monteiro em agosto daquele ano, Soromenho, entre outras tantas notícias e pedidos, confidencia ao amigo: “Estou a concluir “A Chaga”, que é o 2º da trilogia [sic] iniciada com *Viragem*, mais forte do que este”.³⁹⁴ A conclusão de fato da obra só ocorre em 1964 e, por razões várias ligadas a busca de alternativas para sair de Paris e vir para o Brasil, Soromenho não trabalhou na publicação deste livro. E durante sua curta permanência em São Paulo, pois chegara em fins de 1966 e falece em junho de 1968, Soromenho deixou este projeto engavetado.

Por iniciativa de sua viúva que *A chaga* fora publicada no Brasil pela editora Civilização Brasileira no de 1970. Mercedes de La Cuesta conseguiu, por intermédio de uma amiga jornalista, interceder junto a Jorge Amado e solicitar seu apoio para a publicação de *A chaga* por algum editor brasileiro. A estratégia da viúva de Soromenho foi frutífera e em fins de 1970, depois de reveses com a editora Samambaia de São Paulo e com a Gallimard em Paris, *A chaga* vem a público pela editora Civilização Brasileira.³⁹⁵

A ação de *A chaga* se passa na vila de Camaxilo, tal qual em *Terra Morta* (1949), todavia, sob o ponto de vista narrativo, são obras apartadas, pois no romance de 1949 a vila havia sido destruída. Escrito como uma continuação de *Viragem*, *A chaga* inicia sua ação retomando o caso de amor proibido do aspirante António Alves com Paulina, noiva do

393 Ibidem, p. 192

394 SOROMENHO, C. [Carta] 31 agost, 1961, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4455. Acervo BNP.

395 SOROMENHO, Mercedes la Cuesta de Castro. [Carta] 24 set, 1970, São Paulo [para] ANDRADE, Mário P. Alger. 4f. Acessado em 11/08/2012. Disponível em [www.fmssoares.pt/aeb_online].

funcionário Afonso Nogueira, ocorrido no posto do Cuango enquanto Nogueira estava em tratamento médico em Luanda.

A chaga, segundo o próprio Soromenho, seria o segundo de uma trilogia que não se concluiu. Apesar do autor considerar que este livro foi o romance que mais lhe deu trabalho,³⁹⁶ a estrutura do livro repete a fórmula já utilizada desde *Terra Morta*. Daí termos os já conhecidos grupos de personagens: os funcionários brancos da administração colonial, os velhos comerciantes portugueses empobrecidos, os sipaios e capitas a serviço dos brancos e os negros trabalhadores das minas e plantações. Fazendo uma comparação entre este livro e os dois anteriores, notamos que ocorre uma espécie de pasteurização dos diálogos e das tramas envolvendo as personagens. Além disso, certos nomes e termos que poderiam aproximar estes livros de uma certa africanidade vão se tornando cada vez mais distantes desta pretensão.

Se em *Terra Morta* essa distância com as idiossincrasias do mundo africano era grande, em *A chaga* ela já é abissal. Cito por exemplo, o fato de que em *Terra Morta* todas as vezes que Soromenho se referiu ao diálogo entre o sipaio e um negro que não falava português, o narrador afirmava que o diálogo era realizado em “quioco”, tchokwe na grafia atual. O que de fato estava bem próximo da realidade dos funcionários brancos portugueses da Lunda no tempo em que Soromenho lá viveu, pois desde o final do século XIX a Lunda já era uma região sob a soberania Tchokwe, e foram contra eles que a ocupação militar teve que lutar. Em *A chaga*, quando há referências de situação semelhante Soromenho afirma: “falaram em lunda”. O termo cacimbo, referenciado em *Terra Morta* e em obras anteriores, agora em *A chaga* é simplesmente orvalho; gírias como “negro calcinhas” para se referir ao negros nascidos em Luanda, desapareceram. A ficcionalização da realidade africana neste último livro é bem mais intensa que nos seus primeiros livros.

Até o momento não havíamos feito nenhuma referência aos rápidos flashes em que o Brasil aparece representado nas páginas de *Terra Morta*, *Viragem* e *A chaga*. A imagem recorrente do Brasil nas páginas destes romances se assemelha a de um filho ingrato que não se mobiliza para amparar o velho pai agora necessitado. Soromenho, antes de sua vinda para o Brasil em 1966, por conta de seu trabalho de jornalista, já havia visitado o país em duas ocasiões. A primeira foi em 1938 e posteriormente em 1949, nesta última ocasião ele tenta dar materialidade a um projeto de intercâmbio cultural luso-brasileiro, e seu contato com escritores brasileiros como Graciliano Ramos tinha este objetivo. Soromenho na década de 1940 possuía

396 SOROMENHO, C. [Carta] 25 agost, 1964, Paris [para] MONTEIRO, C. Araraquara. 2f. Cota E15/4461. Acervo BNP.

uma imagem do Brasil sob a ótica do “mundo que o português criou” à la Gilberto Freyre, e esse seu projeto não produziu frutos como já tivemos oportunidade de mencionar.

De certa maneira, as menções ao Brasil em seus romances, destilam certo ressentimento com relação ao Brasil e em relação à forma como Soromenho julga serem os imigrantes portugueses recebidos pelo Brasil. Nos seus romances o Brasil, antiga terra de sonhos e riquezas, no século XX é um desterro para o “português” que para lá vai apenas para ser explorado. A trajetória de vida do aspirante Joaquim Américo de *Terra Morta* dá bem a medida disso. Filho de um português que era capataz numa fazenda de café do estado de São Paulo, após a morte do pai recebeu os cuidados da antiga patroa de seu pai, mas foge não suportando os maus tratos da mulher. Em São Paulo, como operário na cidade se envolve numa “revolução contra a ditadura” e teve de abandonar o Brasil seguindo para a África. Em *Terra Morta* o narrador, por meio deste personagem Joaquim Américo, ainda nota o Brasil como uma possibilidade de futuro para o homem português, pois Américo quando se encontrava desocupado logo se punha a pensar no Brasil, “Mas o Brasil não lhe saía do sentido e sentia que o seu destino ali teria de se cumprir. Tinha como certo o seu regresso a esse país que era como a sua pátria”.³⁹⁷ Outro flash sobre o Brasil sai dos pensamentos do infeliz e rancoroso aspirante António Alves de *Viragem*, na sua perspectiva o português se encontra encalacrado, pois em Portugal há fome e perseguições; o Brasil é um sonho roto; e a África? A África “é o cú do mundo”. A despeito disso, “para trás é que não vou, nem que arrebente”, disse o aspirante de *Viragem*; e de fato à África os portugueses se agarraram.³⁹⁸ Em *A chaga*, a imagem do português à procura de um lugar no Além-mar é repetida novamente. O Brasil continua para Soromenho a ser uma terra em que o português que para lá acorre não consegue passar de “cepa torta”; quase um burro de carga a ser sempre explorado.³⁹⁹ Se ao Brasil não se pode recorrer, da África é que não podemos desistir; assim pensam os portugueses dos romances de Soromenho.

Soromenho escreveu *A chaga* quando se encontrava no exílio em Paris, ao começar o livro em 1961 ele não sabia que este seria um caminho sem volta. Não por acaso, ele construiu imagens galhofas do militarismo e autoritarismo político, uma dura realidade do Portugal da década de 1960. Neste livro Soromenho coloca em cena um chefe do posto do Cuílo, o menos importante da Circunscrição de Camaxilo, que punha seus sipaios a saudarem de calcanhares

397 SOROMENHO, C. *Terra Morta*. Op. cit., p. 27.

398 SOROMENHO, C. *Viragem*. Op. cit., p. 193.

399 SOROMENHO, C. *A chaga*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, 2008, p. 17.

juntos e braço estendido “à facista”.⁴⁰⁰ A ironia reside no fato de que estes africanos de lanças em punho organizados em pelotões com sipaios liderando-os gritando “sentido”, pode ser lida como uma ridicularização do próprio fascismo português, pois, tal qual estes sipaios que ficavam a macaquear comportamentos militares, estava Portugal a imitar as práticas fascistas de nações maiores.

A despeito das críticas ao Estado Português, a pena de Soromenho por vezes o traiu (ou não), pois não são raras as passagens deste livro em que o autor tece comentários saudosos aos tempos das “guerras de ocupação”. Pela boca do colono José Paulino, Soromenho nos rememora a importância dessas campanhas militares de ocupação da Lunda por parte dos portugueses, pois, “Eu [José Paulino] era guia dessa coluna comandada pelo tenente Almeida, um valente, um autêntico herói. Andou pela Lunda muito tempo, sempre em campanhas, Era daqueles que nunca viu a cor do medo”.⁴⁰¹ Na boca destes colonos não saíram apenas palavras a relembrar a glória, também destilavam profundo rancor por terem se sacrificado em nome de uma causa vã. Alfredo Cardoso, também colono e comerciante no diálogo que entabulava com o velho companheiro Lourenço, disse raivosamente:

Os que se sacrificaram como nós, tramaram-se. – Fomos os guias das colunas e estamos aqui na miséria. Ganhamos isto prós [sic] outros é o que foi. Se eu adivinhasse o que depois de passou, nunca as minhas mãos... O que se ganhou foi a ponta de um grande corno, um grande corno!⁴⁰²

Mas a África ainda continua no horizonte de perspectivas dos portugueses e *A chaga* repisa novamente essa ideia. Santiago da Silveira, administrador geral da Circunscrição de Camaxilo, numa repreenda que dá ao chefe do posto do Caluango, João Deusdá, atualiza-o acerca dos novos métodos de se fazer a administração colonial:

A elite do quadro administrativo, a quem foi confiada essa missão, tem de lutar primeiro que tudo contra os velhos processos coloniais e proteger os negros deles próprios. Proteger e civilizá-los, é o nosso lema. Em várias zonas de Angola, eles já sabem que encontram proteção contra os abusos das pequenas autoridades e dos colonos [...] Nunca nos devemos esquecer que nesta grande família portuguesa, formada por brancos e negros, nós, portugueses da Europa, somos a elite. Colonialismo não é chicote, Sr. Deusdá, é civilização.⁴⁰³

No contexto em que este diálogo é encetado, a fala do administrador Santiago da Silveira pode soar como um deboche se acaso o autor do texto fosse um militante do pan-africanismo

400 Idem, p. 30.

401 Ibidem, p. 64.

402 Ibidem, p. 65.

403 Ibidem, p. 39.

ou da independência de Angola; não é este o caso. O fracasso do colonialismo português ainda é uma questão mal assimilada para os portugueses, se não o fosse, a necessidade de tratar sobre o assunto novamente inexistiria. A África portuguesa ainda estava neste horizonte de expectativas, muito reprimida, diga-se de passagem, mas o sonho ainda estava lá.

A violência extrema imposta pelos funcionários portugueses reflete a falta de perspectiva do viver destes portugueses em Angola. A violência física, verbal, sexual e econômica, seria uma forma dos colonizadores compensarem sua desorientação. E o que resta a muitas das personagens é lembrar as glórias e riquezas dos tempos da borracha e da ocupação, mote temático já utilizado nos dois romances anteriores.

Esta desorientação também passa pela comparação do colonialismo português com o dos ingleses, os ingleses e seu colonialismo continuam a incomodar os portugueses, até mesmo quando o assunto são os castigos corporais aplicados aos negros trabalhadores.

– Até há quem considere a lição dos três P como a verdadeira cartilha do colonizador.
 – Com toda a justiça. Com pau, pano e pão construímos um grande império. Não temos nada que aprender com os outros. Em matéria de colonização damos lições, somos mestres. – Até os ingleses reconhecem nossa superioridade. – Nisso ninguém nos leva a palma.⁴⁰⁴

Assim sentenciam o secretário Bonifácio Pereira e o administrador do posto de Camaxilo Santiago Silveira; ironia da parte de Soromenho ou um recalque que sempre vem à tona em seus textos? A leitura desta passagem pode ser lida sob ambas as perspectivas, todavia, não interpreto observações desse naipe permeadas pela ironia.

Tal qual em *Terra Morta* (1949), em *A chaga* (1970) também existe um funcionário da administração colonial portuguesa dotado de ideias um pouco mais progressistas. No caso deste último romance, o aspirante Vasco Serra e alguns de seus pensamentos explicitam sumariamente o próprio título da obra. Para o aspirante, o colonialismo seria como uma queimada, uma chaga na vida do negro, “mas eles são as raízes vivas dentro dessa terra queimada”.⁴⁰⁵ Nas palavras deste funcionário português o colonialismo literalmente seria uma chaga. Como é sabido, esta obra foi finalizada no ano de 1964, dois após o início da guerra colonial iniciada em Angola, não gratuitamente ela já traz em suas páginas o reconhecimento que ventos de mudança abalarão a ordem política vigente em Angola.

Mas sem sombra de dúvida, a melhor definição dos significados destas “chagas” narradas neste livro é a vida do sipaio Gunga. Este, no momento coevo ao da ação do livro,

404 Ibidem, p. 108.

405 Ibidem, p. 205.

assiste ao cortejo fúnebre de sua antiga mulher, a negra Caçula, que lhe foi roubada pelo colono Albino Lourenço, e relembra sozinho os detalhes deste fato ocorrido acerca de vinte anos atrás. Ao retornar de uma coluna de punição do povo Luíta, descobrira que o colono se encantou por Caçula e roubou-lhe a mulher e as terras com o apoio de um comandante militar português. Gunga carregou esta mágoa durante estes vinte anos. Segundo o narrador, Gunga chorava em silêncio ao acompanhar a viagem da morta, visão que viera lhe revolver as origens de sua dor e ódio ao colono que lhe roubara a terra e a mulher; e também a alegria de viver.⁴⁰⁶

É assente neste último romance de Castro Soromenho o reconhecimento que o colonialismo português foi uma tragédia para o povo africano. Mas o próprio autor titubeou quando o assunto era acreditar numa autonomia plena dos angolanos. Jesus Lourenço, mulato filho do velho colono Lourenço, era um jovem dotado de ideias muito avançadas para o período. O jovem Jesus dizia, aos quatro ventos que o português era um estrangeiro e que aquela terra pertencia aos angolanos e que um dia voltaria para vossas mãos; Jesus Lourenço se matou. Morreu com ele estas ideias emancipatórias que tanto repugnavam os velhos e empobrecidos colonos portugueses que sempre diziam: “esta terra é portuguesa”.⁴⁰⁷

Para fechar este quadro interpretativo, me aproprio livremente dos últimos versos de uma canção de Chico Buarque, que apesar de escrita num contexto um pouco distante do objeto que analisamos, pois seus versos aludem tanto à ditadura militar no Brasil (1964-1985), como também ao governo conservador português de Marcello Caetano (1968-1975), alguns de versos de *Fado tropical* (1972) resumem com extrema beleza parte daquilo que defendemos ao longo deste texto. A obra de Castro Soromenho sempre se referindo e narrando a Lunda angolana, deixa-me este nó na garganta, trata-se de um devir da alma portuguesa: “*Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal: ainda vai tornar-se um império colonial*”.

406 Ibidem, p. 116.

407 Ibidem, p. 164.

3.4 - Estudos para o Centro de Estudos Africanos da USP: ciência ou ficção?

No início de nossa pesquisa construímos uma problemática para este trabalho que se amparava na perspectiva de que existiam na obra de Castro Soromenho duas narrativas diferentes, uma literária e outra de caráter científico. Na ocasião havíamos considerado que seu objeto de investimento afetivo e ficcional, a lunda, foi se tornando cada vez mais distante e ficcionalizada comparada àquela do início da década de 1930, presente em seus primeiros contos. Ao passo que o discurso científico foi se aprimorando paulatinamente por meio da incorporação de estudos sobre exploradores portugueses, análises etnográficas e trabalhos historiográficos que virão à tona nas décadas de 1940 e 1950.

Devo afirmar que ao final desta pesquisa essas afirmações não se sustentam mais. A construção dessa hipótese se deu no momento em que fizemos a leitura dos trabalhos de Castro Soromenho preparados para a disciplina de Sociologia da África no início de 1966 como professor na Universidade de São Paulo. Quando li pela primeira vez um destes trabalhos intitulado “*Lunda: da formação do império às fronteiras coloniais*”, tive a impressão de que este trabalho era a cereja que faltava para coroarmos a interpretação de que Soromenho poderia se enquadrar no típico caso dos literatos, ensaístas e jornalistas do século XX que acabaram migrando para dentro do ambiente acadêmico como parte de um processo natural do amadurecimento intelectual.

Todavia, o desconhecimento que possuíamos, naquele momento, das circunstâncias que engendraram a produção deste trabalho enviesaram nossa perspectiva de interpretação, pois estávamos fazendo apenas uma análise interna do texto. Desconhecíamos assim, as condições do exílio forçado de Castro Soromenho a partir de 1960 nos arredores de Paris e, por consequência, suas dificuldades para se estabelecer profissionalmente sem o receio diário da perseguição empreendida pela PIDE. Assim, a decisão de vir para São Paulo e trabalhar como professor assistente de Sociologia da África junto à cadeira de Sociologia II de Rui de Andrada Coelho foi uma opção levada à frente dadas às circunstâncias do seu exílio. Voltar para Portugal não era possível, permanecer em Paris era arriscado. O Brasil se tornou uma opção, visto que Castro Soromenho possuía uma considerável rede de relações com portugueses já estabelecidos em São Paulo como pudemos perceber no capítulo anterior.

Para efetivar sua chegada ao Brasil Soromenho contou não apenas com a ajuda dos portugueses ligados ao jornal Portugal Democrático – a exemplo de Urbano Rodrigues e o Capitão Pimentel. Sua ligação com a Universidade de São Paulo se efetivou por meio de Fernando Mourão, que Soromenho havia conhecido em Lisboa na década de 1950 na Casa dos

Estudantes do Império, local onde também conheceu Mário Pinto de Andrade. Segundo Mourão, foi ele quem apresentou Soromenho a Mário de Andrade.

Quanto aos trabalhos de Castro Soromenho preparados para a disciplina de Sociologia da África, eles foram redigidos a pedido do próprio Professor Mourão para que a disciplina fosse constituindo seu acervo. Na ocasião da morte de Soromenho suas anotações ainda se encontravam manuscritas e foram datilografadas por sua viúva, Mercedes La Cuesta. As informações acima colocadas apesar de parecerem comezinhas, nos ajudam a compreender o processo de constituição dos trabalhos sócio-históricos de Castro Soromenho, os quais não estão ligados a um projeto bem articulado pelo autor e, sim às necessidades práticas da sua nova condição profissional, qual seja, a de professor universitário.

Assim, a opção pela vida universitária foi condicionada às pressões várias a que vinha sendo submetido no exílio. Soromenho em outros momentos de sua vida teve oportunidades de se embrenhar na vida universitária, mas recusou, em nome daquilo que acreditamos ser seu projeto maior: se tornar um reconhecido escritor em Portugal.

A despeito disso, pedimos licença neste momento ao leitor que ora nos acompanha, para fazer uma digressão analítica acerca deste trabalho de Castro Soromenho preparado para a disciplina de Sociologia da África no início de 1966, intitulado “*Lunda: da formação do império às fronteiras coloniais*”. Muitas ideias esboçadas neste texto foram desenvolvidas por Soromenho na década de 1940 como jornalista ligado à propaganda colonial. Acreditamos, também, que este texto possa nos auxiliar a compreender os porquês de Castro Soromenho ter escolhido a Lunda Angolana como temática mor para toda a sua obra.

Soromenho logo no primeiro parágrafo deste texto informa ao seu leitor que somente o estudo histórico dos períodos colonial e pré-colonial dos países ao sul do Equador dará condições para compreender a presença das chamadas sociedades tradicionais dentro dos novos países africanos que estão surgindo após os processos de independência dos anos de 1960. Ele procura justificar o porquê da escolha do Império Lunda como seu objeto de análise, sendo um dos elementos principais para esta escolha a localização geográfica do dito império, pois ele se situava numa zona de confluência, como também o fato das “velhas culturas” não terem sido abandonadas, assim

[...] tendo a Ocidente a presença portuguesa nos antigos reinos do Congo e N’Gola e a Oriente em Tete sobre o Zambeze, com o árabe instalado em vários pontos da costa do Índico, em trato comercial com as caravanas lundas que iam aos seus mercados, pela mesma estrada que atravessa o Império, por onde, rumo ao Ocidente, seguiram durante mais de dois séculos escravos para o Brasil [...]⁴⁰⁸

Fazendo uma análise retrospectiva dos vários escritos de Soromenho, os quais se passam sempre no mesmo espaço geográfico – a Lunda –, de súbito algo nos chama a atenção ao ler a justificativa acima. Nos idos de 1968, agora na condição de professor universitário na cidade de São Paulo, Castro Soromenho construiu uma argumentação científica e racional para o seu envolvimento com as questões históricas e sociológicas da Lunda. Todavia, sabemos que no final da década de 1920, quando ainda residia em Angola junto a seus pais, as razões para seu envolvimento com a escrita de lendas dos povos da Lunda não foram tão racionais assim.

Soromenho enfatiza que só o conhecimento da sociedade tradicional trará possibilidades para a compreensão da sociedade pré-colonial, colonial e pós-colonial também, porque a sociedade tradicional está presente no espaço geográfico do antigo império Lunda.

E as fontes históricas para o estudo do império Lunda estão na tradição oral, mais exatamente nas narrativas de portugueses que desde a primeira metade do século XIX já circulavam pela Lunda a exemplo do comerciante Joaquim Rodrigues Graça que produziu um diário datado de fevereiro de 1846, sobre o qual Soromenho mantém certas reservas quanto às suas afirmações. Aqui mais uma vez, implicitamente, nosso autor nós dá uma pista de como foi seu acesso às tradições dos povos da Lunda. Soromenho é enfático em afirmar que as fontes históricas para o estudo do império Lunda estão na tradição oral, a qual ele de maneira autodidata buscou nos livros.

Relativo ao período em que o Diário de Joaquim Graça é escrito o que se sabia sobre Angola resumia-se basicamente às regiões próximas ao litoral. Quanto às terras para além do rio Cuango, o desconhecimento se fazia por completo, eram conhecidas simplesmente como país do Molúas e estados do Muatiânvua, observa Soromenho.

Após fazer tais afirmações, Soromenho inicia bruscamente a tratar da fundação do Estado do Muatiânvua, narrativa essa, que segundo suas citações, se fia no estudo de Henrique Dias de Carvalho e que foram por ele confirmadas mais de cinquenta anos depois.

Segundo Soromenho, a fundação do estado do Muatiânvua se dá por volta do final do século XVI, ou pouco antes da conquista da conquista do reino de N'gola pelos portugueses no final da primeira metade do século XVII. Apoiando-se na leitura de *Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda* (1890), da autoria do militar-expedicionário Henrique Dias de Carvalho, Soromenho nos narra o processo de fundação do estado Lunda a partir da morte do regente mais velho da comunidade dos bungos, o Ká-cala e que confiou a sucessão do reino a sua filha Luéji, em detrimento do seu irmão Kinguri. Reproduzamos então, as palavras do autor para concluir esse raciocínio.

[...] por ser jovem e inexperiente [Luéji] foi assistida no governo do Estado pelos velhos dirigentes das comunidades, situação que se manteve até o seu casamento e nascimento do herdeiro do novo Estado, que se chamou Lunda porque lunda significa “amizade”. Foi o pacto de amizade entre as comunidades bungos que formando o Estado Lunda conferiu à filha do último regente o título de Suana Murunda (ou Suanamulunda), “Senhora das terras”.

O casamento de Luéji, a “Senhora das Terras” do país da Lunda com um príncipe luba do Segundo Império, o famoso guerreiro e caçador Ilunga, deu origem à fundação do Estado do Muatiânvua – matriz do império Lunda.⁴⁰⁹

Não foi a primeira vez que Soromenho narra em seus escritos a fundação do império Lunda a partir do casamento de Luéji com o príncipe Ilunga. No ano de 1936, ele publica seu primeiro livro, *Lendas Negras*, uma reunião de vários contos recolhidos, segundo ele afirma na introdução, a partir da tradição oral nos povos da Lunda. Entre estes contos está um que se intitula “Terra da amizade”. Neste conto, Soromenho narra, numa linguagem bastante diferenciada do texto acadêmico produzido trinta e um anos depois, a lenda que explica a origem da Lunda. No conto, Luéji aparece como a rainha lunda que se entregara aos amores de um caçador Tchokwe. A presença deste causará grande descontentamento, sendo chamado mesmo de usurpador e levando alguns homens a declararem guerra à rainha que feriu as tradições ao se deitar com um Tchokwe.

É de se presumir que no momento em que Castro Soromenho produziu este texto ele já havia tomado contato com os trabalhos de Henrique Dias de Carvalho. De igual maneira nos perguntamos se os contos que recolheu na Lunda já estavam filtrados por tais leituras. O fato é que o conto narrado por Soromenho apresenta uma explicação bastante original para a fundação da Lunda se comparada com a mesma explicação presente nos trabalhos de Henrique Dias Carvalho. Quanto ao texto que preparou para a disciplina de Sociologia da África em 1967, ele está mais sofisticado do ponto de vista científico. Outras incorporações advindas de trabalhos sobre história da África e da leitura crítica de viajantes e exploradores que passaram pela região no século XIX, completam tal mudança.

Evidentemente, a comparação dos textos que procuramos fazer acima merece uma análise mais pormenorizada.

Não podemos, todavia, deixar de salientar que o fio condutor que amarra essas duas narrativas é a própria Lunda e os porquês dessa região e sua história ter seduzido nosso autor a ponto dele ter dedicado todos os seus escritos a essa região faz parte das perguntas que intentaremos responder.

409 Idem, p. 3.

A título de exemplo, no que toca às incorporações presentes nos textos do nosso autor, citemos a forma como Soromenho inova bastante no estudo que preparou para a Disciplina de Sociologia da África, ao tratar da forma como a mandioca entrou na África via Angola. Para confirmar sua tese de que a mandioca se africanizou, analisa os diferentes modos de preparo e os alimentos obtidos a partir da raiz na Lunda, os quais diferem em muito dos praticados na América, local originário da planta.

Após a digressão acerca da africanização da mandioca, Soromenho continua seu texto evidenciando um elemento que fez o caminho inverso da mandioca e modificou completamente a cultura do Novo Mundo, o escravo. Para o então professor Castro Soromenho, “o escravo não foi apenas o braçal mas o portador de técnicas agrícolas e metalúrgicas, suas conhecidas desde a pré-história”.⁴¹⁰ O escravo, ainda teria uma grande contribuição de ordem econômica que segundo ele

estão na base da formação do Império Lunda e na determinação de sua política sócio-econômica, sem que tivesse havido a menor intervenção direta do homem branco, que só entrou na Lunda quando o Império começou a desagregar e o Muantiânvua franqueou as fronteiras aos exploradores e comerciantes estrangeiros, para que a economia lunda não ficasse dependente de intermediários, colocados nas fronteiras do Império.⁴¹¹

Após a leitura de tais considerações, o leitor compenetrado sofre uma espécie de solavanco mental, pois espera que Soromenho continue seu raciocínio acerca das contribuições econômicas do escravo à economia lunda. Fato que não ocorre. Todavia, podemos pinçar algumas passagens dispersas pelo texto que nos servem de pistas para interpretar o raciocínio acima. Para Soromenho, as fronteiras do império lunda funcionaram como “barreiras à expansão do comércio de escravos, em mãos de portugueses do Congo e N’Gola e às tentativas de ligação de Moçambique a Angola por terra firme”.⁴¹²

Todavia, há uma importante pista presente nesta citação que merece ser explorada. Refiro-me a abertura do império lunda ao estrangeiro fato que ocorreu a partir do segundo quartel do século XIX, com a presença dos árabes a leste das fronteiras do império. Ou seja, apesar da região ter absorvido em sua cultura hábitos e alimentos exógenos, o homem estrangeiro só adentrou os territórios lundas três séculos após aquilo que Soromenho nomeou de revolução agrícola na região.

410 Idem, p. 16.

411 Ibidem, p. 16.

412 Ibidem, p. 6.

Na tentativa de explicar como os lundas conseguiram manter tal defesa e dominar povos de diferentes etnias numa região tão extensa, ele inicia uma longa digressão. A começar pela produção de alimentos na região que propiciou ao reino Lunda certa independência em relação ao exterior, ficando assim descartada a possibilidade de boicote de abastecimento por parte de inimigos externos. Neste sentido, a introdução da mandioca e do milho na região por volta no século XVII, que se tornou a base da alimentação dos lundas provocaria também um aumento demográfico na região.

Em suma, a Lunda permaneceu como um enclave aos interesses estrangeiros principalmente no que toca ao comércio de escravos que arruinou os reinos do Congo e de N'Gola. Todavia, foi a organização política do “Império da Lunda”, segundo as palavras do próprio autor, que permitiu que se formasse uma barreira aos interesses dos negreiros do ocidente.

Soromenho esclarece ao leitor que um dos principais motivos que levou o império a ser tornar uma barreira aos interesses dos mercadores estrangeiros foi a sua organização política centralizada. Por esse motivo, a história da Lunda se destoa do restante dos estados africanos com os quais os portugueses tomaram contato e dominaram ainda no século XVII, não sem grande resistência por parte dos povos africanos.

Para os portugueses, as regiões dominadas na África austral se tornaram importantes zonas de abastecimento de escravos, e até o momento da perda do Brasil era de tal modo que eles enxergavam essa região. Na Lunda, o comércio de escravos existiu também e foi intenso. Todavia, era o próprio Muatiânvua que o realizava com os negreiros de Angola, pois ao estabelecer uma unidade política alargada o chefe dos lundas se colocava fora dos laços familiares dos clãs e introduziu o incesto real, pois ele rompera com a tradição do caráter ancestral e familiar – matrilinear – de origem do chefe. Portanto, a definição de quem seria ou não escravo estava posta sobre novas bases, eram prisioneiros de guerras de expansão e não mais clãs aparentados. Só é escravo aquele que perdeu seus direitos clânicos, é um elo quebrado da corrente.

Resta dizer que talvez aqui esteja uma grande pista para compreender porque Soromenho seduziu-se pela Lunda e por sua história. Talvez a Lunda fosse o Portugal projetivo que ele desejava ver: a compêlir seus inimigos e possuidor de uma base política forte e expansionista. Todavia, portugueses e lundas se assemelham no momento coevo à gestação da escrita de Soromenho, pois sua grandeza e força se encontram no passado.

No caso específico de Soromenho a literatura tinha a função de cimentar a nacionalidade de um Portugal que almejava ser um grande império ultramarino. E escrever literariamente

sobre a África era uma maneira de decantar a angústia pela não materialização deste sonho. Castro Soromenho, mesmo nas ocasiões que se dedicou a escrever trabalhos de cunho histórico foi viesado pela ficção na elaboração dos seus textos. Em obras do naipe de *A aventura e a morte no sertão* (1943), a imagem projetiva de um Portugal que historicamente possuía a primazia pela ocupação da África Austral, guia toda sua análise acerca da história dos primeiros exploradores portugueses analisados por ele nestas obras. Como tentaremos deixar bastante claro logo a seguir, no século XIX – que é o período no qual se atém Soromenho para analisar as contribuições de Silva Porto, Lacerda e Almeida, Capelo e Ivens e Serpa Pinto e outros – os portugueses não sabiam que ocupariam administrativamente a África, e nem tampouco imaginavam defender discursivamente sua condição de nação colonialista.

Soromenho, em seu estudo de 1967 para o CEA da USP, ao analisar o processo de entrada dos primeiros portugueses na Lunda já por volta do século XVII, um trecho aparentemente simples e inocente nos chama atenção: “Foi com esse colono que se forjou o direito histórico de Portugal às terras da Lunda – direito de descoberta e ocupação!”⁴¹³

Esse colono a que se refere Soromenho é o comerciante português que se embrenhou pelos sertões distantes dos litorais para fazer seu comércio com os sobas poderosos da África Central. E, paulatinamente foram conhecendo e tornando conhecidos os interiores da África Austral.

Neste trabalho de 1967, Soromenho pouca tinta gastou para analisar historicamente a presença do português nos sertões africanos. Todavia, na década de 1940 ele se dedicou com afinco ao estudo do que ele ora chamava de sertanejos, ora exploradores portugueses da África Central ao longo do século XIX. Nestes estudos Soromenho procurou construir uma tradição para a presença histórica dos portugueses da África Austral. Esta tradição foi uma resposta para as frustrações advindas do malogro do sonho português de posseção de toda a África Central, numa área compreendida entre Angola até Moçambique. Sonho este que, como vimos na primeira parte deste trabalho, começou a ser embalado pela constituição do famoso mapa cor-de-rosa, um pouco antes da Conferência de Berlim de 1884.

Até aqui em nosso trabalho, não havíamos analisado com mais vagar as obras com cunho histórico de Castro Soromenho. Porém, ao lermos este último trabalho preparado o curso de Sociologia da África, notamos que certas interpretações de Soromenho acerca da presença colonial portuguesa na África foram desenvolvidas por ele em vários artigos jornalísticos e livros produzidos ao longo da década de 1940. Nestes, ele valoriza sobremaneira presença

413 Ibidem, p.44. Grifos do original.

histórica do colono português de modo a forjar o direito histórico de Portugal aos territórios africanos. Uma diferença separa essa defesa do direito histórico português, na década de 1940 se referia ao interior da África Austral de uma maneira genérica, sem especificar a região. Em 1967 ele mantém sua defesa do colono e do direito histórico de ocupação e posse forjado por ele, o interessante é que agora ele se refere especificamente à Lunda e não mais a uma genérica África Austral.

Façamos então um breve arrazoado acerca daquilo que chamaremos aqui de ensaios históricos de Castro Soromenho sobre alguns exploradores portugueses em território Africano, no intuito de compreender estas sutilezas.

Entre os anos de 1943 a 1946, num período da vida profissional de Soromenho em que ainda se mantinha ligado ao periodismo propagandístico do colonialismo português, ele publicou uma série de pequenos artigos sobre vários colonos e comerciantes portugueses que estiveram em Angola ou Moçambique entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Nos textos de Castro Soromenho esses indivíduos ganharam o status de exploradores coloniais, naturalistas e zoólogos. Condição esta bem diversa daquela que realmente eles possuíam.

Grosso modo, esses estudos foram publicados na revista de propaganda colonial *O Mundo Português*, cujos títulos eram “A literatura dos exploradores portugueses”, diferenciando-se apenas pelo nome da personagem a que se referia o estudo. Soromenho publicou oito artigos sob este epíteto entre os anos de 1943 a 1944.⁴¹⁴

Os artigos acima citados eram textos curtos que traziam para o leitor rápidas informações biográficas, e qual a importância do dito explorador a que o texto se referia para a ocupação da África pelos portugueses. Utilizando-se da mesma metodologia dos artigos, Soromenho também publicou livros sobre as contribuições dos “pioneiros” colonos portugueses em solo africano. Apesar de publicados num curto período da carreira de Castro Soromenho, o número de obras sobre o tema das viagens e aventuras dos exploradores portugueses é até

414 C.f.: A literatura dos exploradores portugueses – I : Lacerda e Almeida, explorador do Cazembe. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 115, p. 775-7, julho de 1943; A literatura dos exploradores portugueses – II : Silva Porto, o descobridor do Zambeze. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 116, p. 831-4, agosto de 1943; A literatura dos exploradores portugueses – III : Henrique de Carvalho, historiador do povo lunda. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 117, p. 865-8, setembro de 1943; A literatura dos exploradores portugueses – IV: o major Gamito na África austral. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 118, p. 907-9, outubro de 1943; A literatura dos exploradores portugueses – V: o explorador Serpa Pinto *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 119, p. 945-8, novembro de 1943; A literatura dos exploradores portugueses – VI: Capelo e Ivens e a viagem a contracosta. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 120, p. 987-90, dezembro de 1943; A literatura dos exploradores portugueses – VII: Anchieta, explorador zoológico. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 121, p. 21-24, janeiro de 1944; A literatura dos exploradores portugueses – VIII: Pereira de Nascimento, explorador naturalista. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 122, p. 51-53, fevereiro de 1944.

considerável, num total de quatro títulos. Elencados aqui cronologicamente, em relação às suas respectivas datas de publicação, são eles:

- *A aventura e a morte no sertão*: Silva Porto e a viagem de Angola a Moçambique. Lisboa, Livraria Clássica, 1943. Coleção Gládio. Nº11;
- *Sertanejos de Angola*. Agência Geral das Colônias, Lisboa 1943. Coleção Pelo Império. Nº 98;
- *A expedição ao país do oiro branco*: Sobre a expedição de Lacerda e Almeida ao Cazembe. Lisboa: Livraria Clássica, 1944;
- *A maravilhosa viagem dos exploradores portugueses*: viagens e etnografia. Lisboa: Ed. Terra, Sociedade de Intercâmbio Luso-brasileiro, 1946-8.

As publicações acima referenciadas, tanto na forma de artigos ou livros, em uníssono possuem um único objetivo, que é o de defender por meio do discurso histórico a primazia da presença portuguesa no interior da África Central. Castro Soromenho, assim como outros escritores colonialistas do seu tempo, procurou construir uma memória acerca desta presença.

Basicamente, essa ocupação histórica empreendida pelos portugueses e defendida pela pena de Castro Soromenho se refere a regiões específicas da África Central. De maneira bastante imprecisa, podemos afirmar que estas regiões estão compreendidas entre a Zâmbia e Zimbábue. Em boa medida todas estas obras estão amarradas a uma problemática única bem explícita pelo autor que é o tema das viagens de travessia – de costa a costa – entre Angola e Moçambique ou vice-versa. Soromenho, ao narrar as aventuras dos intrépidos sertanejos portugueses, amplos conhecedores dos sertões africanos, não buscava apenas heroicizar os seus feitos. Sua intenção, também, é defender a presença dos portugueses na África Central, numa região que eles julgavam como sua, e que por conta dos resultados da Conferência de Berlim e do Ultimato Inglês de 1890, os portugueses tiveram que se retirar.

Como vimos na primeira parte deste trabalho, o ressentimento português com este ultimato, foi utilizado como plataforma para os portugueses justificarem a ocupação militar e administrativa de Angola e Moçambique. Além disso, o ressentimento com a atitude dos ingleses colaborou na exacerbação do nacionalismo luso, o que de certo modo contribui para a ocupação de amplos territórios na África.

Na década de 1940 a presença inglesa no entroncamento entre Angola e Moçambique, ainda era uma questão mal assimilada para o nacionalismo português. Utilizei-me do termo “entroncamento” porque o desejo dos portugueses à época da elaboração do mapa cor-de-rosa era o de construir um caminho único entre Angola e Moçambique, e o interior da África Central

era um território que, apesar de conhecido (pelo menos nos diários dos viajantes), não se constituía numa área de domínio português. Desejo este que a historiografia da propaganda colonial do período salazarista fez questão de atualizar, elegendo vilões e heróis.

Um desses heróis que ganhou notabilidade nos trabalhos de caráter histórico de Castro Soromenho foi António Francisco Ferreira da Silva Porto (1817-1890), ou simplesmente Silva Porto. Nascido no Porto, depois quase dez anos de permanência no Brasil – para aonde havia migrado com a idade de doze anos – ele chegara ao continente africano por volta de 1838, e passados alguns anos se estabelecera como comerciante nos sertões de Angola, singrando os caminhos que saem de Benguela em direção ao Lutembo e Alto Zambeze.⁴¹⁵ Soromenho no artigo “Silva Porto”, publicado em dezembro de 1942 na revista de propaganda colonial *O mundo português*, se refere a ele como “o maior porta-bandeira de Portugal nos sertões africanos”.⁴¹⁶ Para completar sua defesa, Soromenho cobra da Sociedade de Geografia de Lisboa a publicação de todos os escritos de Silva Porto, os quais se encontram dispersos por várias instituições, pois

Tem o país glorificado o esforço dos heróis das campanhas militares nas colónias, o que está muito certo, mas pouco se tem feito tornar conhecidos os feitos dos pioneiros – esses homens ousados que descobriram os sertões africanos e foram guias das colunas militares, onde se forjaram os heróis, que fizeram a ocupação definitiva, que a comercial há muito estava feita pelos sertanejos, que têm Silva Porto um símbolo.⁴¹⁷

A forma explícita como Soromenho faz a defesa da preservação da memória destes pioneiros “ocupadores” do interior da África, merece poucos comentários. A que se afirmar, contudo, que os objetivos de Soromenho ao escrever sobre estes sertanejos portugueses não residia apenas na construção de uma heroica memória para estes indivíduos e, por consequência, para o passado colonial português. Para produzir seus artigos e livros acerca deste tema, Castro Soromenho estudou os diários e memórias de alguns destes “exploradores-comerciantes” buscando nestes trabalhos os elementos históricos necessários para a construção de sua ficção histórica, como ele próprio afirmou: “nestas obras [diários e memórias] encontram-se por vezes passagens de apreciável valor literário”.⁴¹⁸

A partir desta informação não desejamos rastrear quais eram as principais leituras de Soromenho e que funcionaram como fontes para sua ficção. Desejo afirmar que uma separação entre o que seriam seus textos de ficção propriamente ditos – os romances, principalmente – e

415 SOROMENHO, Castro. “Silva Porto”. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 108, dezembro de 1942, p. 511.

416 *Idem*, p. 512.

417 *Ibidem*, p. 514.

418 SOROMENHO, Castro. “A literatura dos exploradores portugueses – I : Lacerda e Almeida, explorador do Cazembe”. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 115, julho de 1943, p. 776.

trabalhos históricos, praticamente não existe. A fonte em que ele alimentou sua escrita foram os diários, memórias e relatórios de homens como Henrique Dias de Carvalho, Silva Porto, Lacerda e Almeida, Serpa Pinto, entre outros. Ao final deste trabalho de pesquisa sobre Castro Soromenho, posso afirmar que algumas destas fontes tiveram uma importância maior no conjunto da obra de Soromenho, como os trabalhos de Henrique Dias de Carvalho e os relatórios de administrador de Província em Angola elaborado por Artur Ernesto Soromenho, o pai de Castro Soromenho. Na condição de jornalista de *O mundo português*, Soromenho chega a fazer uma defesa deste tipo de literatura, dado tratar-se de um gênero, segundo sua perspectiva, com pouco interesse literário em Portugal, pois

Num país, como o nosso, em que o número de verdadeiros escritores é insignificante, mesmo levando em conta a fraca capacidade de leitura do nosso povo, esses assuntos, que tanto interessam à literatura, ficaram esquecidos. A nossa literatura não traduziu a mais extraordinária acção dos portugueses nas colónias. Não se escreveu a página mais bela da nossa vida durante meio século de explorações no continente negro.⁴¹⁹

No artigo sobre Lacerda e Almeida, citado algumas linhas acima, Soromenho também afirma que além do valor literário as obras destes portugueses também são um belo instrumento de propaganda colonial. E é com essa perspectiva que ele publica em agosto de 1943, em *O mundo Português*, outro artigo sobre Silva Porto.

Neste texto, ele relembra que Lacerda e Almeida em 1798 não conseguiu fazer a travessia de costa a costa, saindo do Tete, Moçambique, em direção a Angola. Lacerda e Almeida falecera no Cazembe no dia 17 de outubro daquele ano antes de completar sua missão, mas coube a outro português 50 anos depois a missão de chegar às cabeceiras do rio Zambeze. “Esse homem chamava-se Silva Porto, e a causa que defendia era a da prioridade das descobertas dos portugueses no centro da África-Austral”.⁴²⁰

Sem sombra de dúvida, o discurso da primazia portuguesa na ocupação do interior da África produzido por Castro Soromenho, ganha seu tom mais inflamado quando ele se refere a Silva Porto. Na pena de Soromenho, o trabalho de comerciante e mapeador de rotas terrestres dos sertões africanos executado por Silva Porto aufere uma importância histórica que ele próprio, se pudesse ler sua história escrita por Soromenho, não se reconheceria nela. Sua história é reescrita na década de 1940 de modo a atender aos interesses da geração de portugueses que ora se ocupa da propaganda colonial, e que procura justificar para si mesma e

419 SOROMENHO, Castro. A literatura dos exploradores portugueses – V: o explorador Serpa Pinto. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 119, novembro de 1943, p. 946.

420 SOROMENHO, Castro. “A literatura dos exploradores portugueses – II: Silva Porto, o descobridor do Zambeze”. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 116, agosto de 1943, p. 832.

para toda a nação lusitana o vanguardismo português na ocupação dos espaços africanos. Espaços que no contexto de formação dos impérios coloniais no último quartel do século XIX, os europeus julgavam serem espaços em branco.

Sub-repticiamente, este discurso histórico procura transmitir a impressão de quão injusto fora o ultimato inglês de 1890 que expulsara os portugueses de um território que por direito histórico lhes pertencia. Para Soromenho, um fato extremamente representativo e que remete a um ponto de partida – a busca de um mito de origem, no dizer de Marc Bloch – desta disputa colonial na África Austral, foi o encontro de Silva Porto e o explorador inglês David Livingstone em 1853, às margens do Rio Zambeze, próximo às suas cabeceiras. É bom que se diga que nestes idos da década de 1850, conhecer os caminhos das nascentes do Zambeze, não é qualquer coisa, significava o domínio das rotas terrestres que permitem atravessar a África Austral de costa a costa e, por consequência, dominar uma extensa rede de comércio.

A própria referência ao encontro, como também o fato de Livingstone ter ficado surpreso ao encontrar um homem branco europeu naquele local, é uma estratégia por parte de Soromenho de deixar no leitor a impressão de que os portugueses já se ocupavam desta demanda muito antes que os ingleses. Para não restar dúvidas acerca desta primazia, Soromenho defende também o método de ocupação utilizado pelos portugueses no continente africano. Segundo ele, tratava-se de uma “ocupação comercial” feita “à mercê de tratados de amizade e de comércio entre os nossos mercadores e os chefes indígenas, que se consideravam os verdadeiros senhores da terra”.⁴²¹ E de fato o eram, apenas os europeus ali chegados não tinham consciência deste fato. Ainda de acordo com Soromenho, esse fora o processo de ocupação dos portugueses “único que então representava para os povos europeus um direito de conquista”.⁴²²

Em *A aventura e a morte no sertão* (1943), Soromenho narra este encontro de modo a demonstrar como Silva Porto não se mostrou nenhum pouco espantado ao encontrar um europeu no interior do continente africano, local há muito tempo frequentado por portugueses, segundo o que Soromenho nos afirma. Vejamos alguns trechos da narrativa deste encontro,

Apesar de serem os únicos europeus naquele sertão, não se sentem à vontade [...] Livingstone não se mostra curioso. Sabe que os portugueses já por ali andam há muito tempo, mas nunca se refere a esse facto. Finge mesmo ignorar que o português que está na sua frente e que, há mais de seis anos, marcou a nossa prioridade na descoberta daquelas paragens, é europeu. Propositadamente o toma por mestiço.⁴²³

421 Idem.

422 Ibidem.

423 SOROMENHO, C. *A aventura e a morte no sertão: Silva Porto e a viagem de Angola a Moçambique*. Lisboa: Livraria Clássica, 1943. Coleção Gládio. Nº11, p. 57.

Ao final do artigo publicado em *O mundo português* sobre Silva Porto, Soromenho enfatiza que Livingstone fora um caluniador ao afirmar que a primazia nas descobertas das cabeceiras do rio Zambeze fora dele. Silva Porto, citado por Soromenho, emite a seguinte opinião acerca desta questão:

[...] pelo que me diz respeito, e em relação ao ilustre viajante [David Livingstone], creio não estar em erro dizendo que a prioridade no interior do continente africano é minha. Para o provar poderia reportar-me à época de 1840; mas como não pretendo exagerar nem sequer alegar serviços, trarei unicamente para a arena a data de 1845, da primeira viagem ao Lui (Zambeze), muito anterior à aparição do ilustre viajante e seus companheiros, em 1 de agosto de 1849, no lago Ngmi [...]⁴²⁴

Para Soromenho, o estudo e divulgação da obra de Silva Porto são de capital importância para a causa colonial, pois ele se “dedicou à defeza [sic] das nossas descobertas no interior da África. E com que assombro, com que inteligência, com que justiça ele o fez!”⁴²⁵

Ainda neste artigo sobre Silva Porto, Soromenho defende que o conhecimento e divulgação da obra deste explorador português reside também no fato dele ter se ocupado em conhecer a cultura dos povos africanos. Os importantes estudos sobre os povos africanos feitos por ele foram desprezados pelos administradores coloniais; um erro crasso para uma nação que almeja lançar as bases de uma sólida política colonial, segundo nosso futuro romancista da Lunda.⁴²⁶ Mais uma vez encontramos indícios claros na obra de Soromenho de que o colonialismo era uma empresa fracassada.

Como fizemos questão de evidenciar mais acima, os trabalhos de cunho histórico feitos por Castro Soromenho, acerca das descobertas e viagens no centro da África austral levadas a cabo por portugueses, apesar de se colocarem como trabalhos históricos possuem sentido diverso. A leitura e análise destes trabalhos não podem ser feitas descoladas do universo da propaganda colonial. Além do que, eles trazem em suas narrativas uma imagem de Portugal que talvez não correspondesse, de fato, a sua posição no cenário de competição imperial que se estabelece entre as nações europeias, a partir da segunda metade do século XIX. Algo extremamente compreensível para um homem que foi educado sob o sonho de que Portugal conseguiria construir um novo Brasil no território Africano, e a ficção teve este importante papel de manter aceso esse desejo mesmo quando a realidade dizia o contrário. Por tal razão, trabalhar uma análise desta produção com base em categorias de verdadeiro ou falso não faz o menor sentido.

424 SOROMENHO, Castro. “A literatura dos exploradores portugueses – II: Silva Porto, o descobridor do Zambeze”. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 116, agosto de 1943, p. 833

425 Idem, p. 833.

426 Ibidem, p. 834.

Todavia, gostaria de contrapor algumas posições de Castro de Soromenho, especialmente aquelas ligadas à heroicização de Silva Porto, com alguns trabalhos de historiadores de ofício. Assim, podemos ter uma dimensão mais ampla do universo histórico em que Castro Soromenho escreveu seus trabalhos sobre os exploradores portugueses do continente africano.

De acordo com Maria Emília Madeira Santos, no terceiro quartel do século XIX o movimento de expansão europeu se estendeu a todo o continente africano. Foi neste momento que o conhecimento empírico dos portugueses, “insubstituível e muito valioso até dado momento, começou a ser rapidamente ultrapassado”. Assim, os êxitos obtidos pelos sertanejos portugueses durante esses quatro séculos de presença na África foram obtidos à custa de muitos reveses e mortes.⁴²⁷

O emprego de tecnologia na exploração da África no século XIX como o quinino, a comida enlatada, botas de borracha à prova d’água, meios de transporte adequado, financiamentos governamentais; e uma ampla gama de conhecimentos ligados à cartografia, zoologia e botânica, tornou obsoleta a experiência secular dos sertanejos portugueses.⁴²⁸

O episódio do encontro entre o explorador inglês David Livingstone e o sertanejo português Silva Porto nos fornece uma dimensão do entrechoque de duas realidades bastante diferentes. Em 1852, Silva Porto fora escolhido pelo governador de Benguela para acompanhar comerciantes árabo-suaílis na viagem que eles iriam empreender para retornar a Zanzibar na costa oriental. As autoridades portuguesas aproveitando da oportunidade ofereceram um conto de réis para aquele que completasse a travessia de Benguela ao litoral de Moçambique e, além disso, oferecesse informações precisas que habilitasse o governo a repetir o trajeto. Como era costume de longa data, as autoridades portuguesas em África se aproveitavam da iniciativa de comerciantes para obter seus dividendos sem despesas para o erário da coroa.⁴²⁹

Segundo o que nos afirma Maria Emília Madeira, Silva Porto tinha uma noção clara das limitações de sua expedição – com pretensões políticas, mas que era comercial – comparada a uma voltada para objetivos essencialmente científicos. Assim, na intimidade do seu diário, Silva Porto põe claramente a questão: “querem resultados de carácter científico, equiparados ao nível internacional e lançam mão do comércio; mandam analfabetos e nem sequer lhes facultam crédito.”⁴³⁰ Fora no Lui, enquanto preparava os seus pombeiros para ir até Moçambique que

427 SANTOS, Maria Emília Madeira. *Silva Porto e a exploração científica da África*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1980, p. 7.

428 *Idem*, p. 8-9.

429 *Ibidem*, p. 10.

430 *Ibidem*, p. 11.

Silva Porto se encontrara com Livingstone às margens do Zambeze e sentiu na própria pele as limitações da sua empreitada. O “ilustre viajante”, assim Silva Porto se referia ao missionário inglês, apresentou-lhe um mapa em branco e o solicitou a marcar a localização do Bié e os caminhos que haviam percorrido até chegar ao Zambeze. Silva Porto respondeu negativamente à solicitação; assim o fez não por uma estratégia diante deste cenário de competição. Ele não esboçou os seus caminhos no mapa de Livingstone por não ter os conhecimentos necessários para tal, “[...] uma vexame para mim, por me fazer passar por ignorante aos olhos do ilustre viajante [...]”, conclui assim o próprio Silva Porto.⁴³¹

Ao lermos os escritos históricos de Castro Soromenho que se referem ao mesmo encontro, especialmente no livro *A aventura e a morte no sertão: Silva Porto e a viagem de Angola a Moçambique*, temos sensação de ser um encontro de dois exploradores dignamente a serviço de suas respectivas nações. Soromenho não explicita ao seu leitor a assimetria desta relação, Silva Porto era na verdade um sertanejo que não domina os códigos de comunicação científicos que chegam até ele por intermédio do explorador inglês. Isso explica porque talvez Livingstone o tomasse por um mestiço traficante de escravos.⁴³² Nos idos de 1944, quando Soromenho escreve seus últimos trabalhos de cunho histórico, admitir essa assimetria era algo impensável, pois seu objetivo neste momento era fazer uma defesa incontestada da presença portuguesa nos sertões africanos.

Em 1967, em seus estudos para CEA-USP, continua a defender o direito histórico dos portugueses para a ocupação do sertão, e o agente humano responsável por este feito continua a ser este colono sertanejo. Todavia, em 1967 Soromenho defende a posse apenas da Lunda, a região que ele elegeu como objetivo de investimento afetivo e intelectual de toda a sua obra. Como citamos em páginas anteriores, Soromenho se refere à Lunda como uma região que funcionou como uma barreira “às tentativas de ligação de Moçambique a Angola por terra firme”.⁴³³ E talvez resida neste aspecto evidenciado por Soromenho, a resistência à invasão pelo estrangeiro, a admiração que ele nutria pelo passado desta região. Sua organização centralizada e suas formas de autoabastecimento garantiram sua soberania em praticamente todo o século XIX.

Com o fim do tráfico negreiro para a América, o império Lunda inicia sua decadência, e já por volta de 1868 instalam-se os primeiros comerciantes negros abundos de Angola na Lunda, e a *posteriori* os portugueses. A incorporação da Lunda à colônia de Angola só ocorreu

431 Ibidem, p. 12.

432 Ibidem, p. 12.

433 SOROMENHO, C. “Lunda: da formação do império às fronteiras coloniais”. São Paulo, 1968, Mimeo, p. 9.

no final do século XIX, isso teoricamente segundo Soromenho, “porque sua ocupação militar só terminou em 1920”.⁴³⁴ Mas foi, sobretudo a invasão dos Tutchokwe em 1885, que contribuiu enormemente para a decadência do império lunda, ou o que restava dele neste momento, pois destruíram a Mussumba – capital do império – e fizeram mais de sete mil prisioneiros. A última pá de cal fora lançada pela Conferência de Berlim, que retalhou as suas fronteiras históricas entre Angola e Congo. Por conta do seu enfraquecimento vários chefes lundas aceitaram se submeter a Portugal, e neste ano de 1885 por intermédio de Henrique Dias de Carvalho aceitaram o primeiro tratado de protetorado entre Portugal e o Estado de Caungula, pelo qual Portugal se obriga a manter a integridade dos territórios sob seu protetorado. 1920 foi a data da última batalha com que os portugueses marcaram a fronteira da Lunda Angolana.

Quando Castro Soromenho chegou a essa região no final da década de 1920 já encontrara a região abalada pelo colonialismo. Ao voltar para Portugal em 1937 com sua prosa tentou fixar não só o passado dessa sociedade que outrora fora um império, mas também se valeu da história da presença dos portugueses na Lunda para purgar as frustrações de sonho português ser uma grande nação colonialista, sonho que dia após dia se tornou cada vez mais um sonho.

434 Idem, p. 34.

Parte 4 - Considerações finais

A DESPEITO DA ESCRITA DE Castro Soromenho ser encarada criticamente como de pouca qualidade literária, ela é de suma importância para se visualizar com bastante nitidez o fracasso do colonialismo, num momento da história em que o Estado Português tentava por vários meios convencer a todos do contrário. Podemos dizer que a força ideológica e propagandística do império colonial português visava atingir o povo de Portugal e das nações europeias, com as quais Portugal defenderia suas possessões. Castro Soromenho por ter experienciado o viver em África na condição de agente da metrópole, sabia que na prática a força de Portugal em território africano não era tão grande assim.

A cultura colonial, ou saber colonial como preferem alguns autores, era muito mais um exercício interno de nacionalismo, do que um saber produzido contra aqueles que se desejava subjugar. Uma das catalisações desta retórica do império colonial será o Congresso do Mundo Português de 1940, e assim podemos entender que eventos comemorativos como este, criam um palco real para esta personagem inventada nas últimas décadas do século XIX, que é o império ultramarino português. Em 1940, Portugal já reconhecia que colonizar não consistia na exploração econômica, mas sim a elevação das populações nativas à civilização ocidental, segundo as palavras do Ministro das Colônias em 1940, colonizar “seria proceder a uma transfusão de almas”.⁴³⁵

A retórica do império colonial ainda em 1940 continua viva e forte, inclusive obliterando a incapacidade de Portugal em obter vantagens econômicas com o colonialismo, como se fosse algo inexpressivo nesta relação. Nas palavras do ministro a proeminência da cultura portuguesa sobre a cultura das sociedades africanas seria o objetivo português; nem mesmo este objetivo foi atingido em sua plenitude.

Soromenho, contribuiu para a formação deste saber colonial, todavia sua pena muitas vezes denunciou um certo tom de amargura com as dificuldades de Portugal em se afirmar no continente africano.

Soromenho diferentemente de muitos escritores portugueses da sua geração entre neorrealistas e modernistas, não construiu sua ficção olhando para a realidade de Portugal que estava à vista de todos, como a pobreza dos camponeses, o baixo nível de industrialização deste país se comparado ao restante da Europa ocidental. Soromenho nutriu-se da presença do português na África no passado, e reescreveu este passado tentando lhe dar outra significação.

435 THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul...* Op. cit., p. 129.

Olhar para o passado, como é sabido pelos historiadores não é fugir do presente; é exatamente o contrário. Um presente difícil de ser interpretado, pois neste passado em que Castro Soromenho mergulhou havia promessas de glórias e feitos que não se concretizaram.

Parte 5 – Fontes

- Artigos de Castro Soromenho publicados em diversos periódicos

Cadernos de Cultura. Resenha de *O Japão Atual*, por Jaime Brasil. *Diário de Luanda*, 2 de outubro de 1936, p. 4, e 3 de outubro de 1936, p. 2.

Gando – O feiticeiro. *O Mundo Português*, 32-33, Agosto-Setembro de 1936, p. 361-366.

Ilha do Príncipe. *O Mundo Português*, 30 de junho de 1936, pp. 249-250.

O Vento do Norte: Lenda de um povo da Zambésia. *O Mundo Português*, 34, outubro de 1936, pp. 419-425.

Resenha de *África: da vida e do amor na selva*, por Joao Augusto. *Humanidade*, Lisboa, 30 de junho de 1936, p. 4.

A instituição do trabalho indígena. *Humanidade*, 15 de junho de 1937, p. 10.

Uma revisão de A valorização do homem negro feita por Soromenho para o *Diário de Luanda* de 6 de março de 1937.

A valorização do homem negro: A mulher perante a lei do africano bárbaro. *Diário de Luanda*, 6 de março de 1937, p. 1.

As missões ao serviço do Império. *Humanidade*, 20 de junho de 1937, p. 15.

As missões Católicas e a sua missão em África: Os missionários ao serviço do Império – I. *Diário de Luanda*, 10 de março de 1937, p. 1.

Dois Caminhos. *Humanidade*, 15 de agosto de 1937, p. 1.

Duas literaturas – A literatura como factor na mentalidade colonial, *Diário de Luanda*, 14 de fevereiro de 1937, pp. 1-2.

Hugo Rocha – Escritor Colonial, Resenha de *Alem Mar e Primavera nas Ilhas*, de Hugo Rocha. *Diário de Luanda*, 28 de março de 1937, p. 3.

Nhári. *Diário de Luanda*, 7 de março de 1937, pp. 1-2; 8, 9 e 10 de março de 1937, p. 3.

‘O Diabo’ e seu novo director – O semanário ‘O Diabo’ e seus directores – Um jornal para toda a gente – A arte e o Teatro e uma revisão de valores. *Diário de Luanda*, 15 de março de 1937, p. 2.

O Estado, a Arte e os Artistas. *Diário de Luanda*, 28 de fevereiro de 1937, p. 1.

Paulo Braga e o Oriente. Resenha de *A Ilha dos Homens Nus*, por Paulo Braga. *Diário de Luanda*, 21 de fevereiro de 1937, p. 1.

Portugal no mundo Africano: Ligeiras referências acerca de Moçambique. *Humanidade*, 5 de junho de 1937, p. 9.

Resenha de *Maiá Póçon*, por Viana de Almeida. *Diário de Luanda*, 27 de junho de 1937, p. 1.

Tragédia Negra. *Humanidade*, 20 de junho de 1937, p. 7. (depois reintitulada *Angústia* e incluída em *Nhári*, p. 55-65).

Artur Ramos: o negro do Brasil e os estudos afro-brasileiros – A América perante a Europa – O Destino da literatura brasileira e a sua humanização (Rio 1938). In: *O Diabo*, Nº 220, 11 de dezembro de 1938, p. 6.

Intercâmbio comercial luso-brasileiro: O comércio português no Brasil. *Humanidade*, 18 de junho de 1938, p. 6.

Calunga, o mar. *O Mundo Português*, Lisboa, 66, p. 245-50, 1939.

De um diário colonial: o direito de posse. *O Mundo Português*, Lisboa, 70, p.379-85, 1939.

Lendas Africanas: A velha que lançou a maldição sobre o lago Dilolo. *Humanidade*, 5 de fevereiro de 1939, p. 6.

A Lunda negra: a queda do sobado Caungula. *O Mundo Português*, Lisboa, 74, p. 59-65, 1940.

Mucanda. *O Mundo Português*, Lisboa, 77 (maio de 1940) p. 225-33; 78 (junho de 1940) p. 273-81; 79 (julho de 1940) p. 315-23; 81 (setembro de 1940) p. 393-7; 85 (janeiro de 1941) p. 31-8; 86 (fevereiro de 1941) p. 107-11.

Música negra: instrumentos de música africana. *O Mundo Português*, Lisboa, 81: p. 407-11, 1940.

Os Novos Rumos da Literatura Brasileira, Andrade, A., *Seara Nova*, Lisboa, Nº 686, p. 151-153, 5 de outubro de 1940.

Angola: legenda da paisagem africana. *Panorama*: revista portuguesa de arte e turismo, Lisboa, 1 (1), p. 30-2, jun. 1941.

Apontamentos etnográficos: Lundas, sua vida no sertão. *O Mundo Português*,

Lisboa, 8, p. 493-502, 1941; 929-36, 1941.

Estrada marginal. *Panorama*: revista portuguesa de arte e turismo, Lisboa, 1 (2), p. 1-3, jul. 1941.

Guiné: visão do país distante. *Panorama*: revista portuguesa de arte e turismo, Lisboa, 1 (3), p.30-2, ago. 1941.

Teixeira Gomes – Aspectos Ineditos da vida do artista, diplomata e homem de Estado. *Vida Mundial Ilustrada*, 30 de outubro de 1941, pp. 5-8.

Política do Atlântico: As relações culturaes luso-brasileiras evocadas por João de Barros. *Vida Mundial Ilustrada*, 30 de novembro de 1941, p. 2.

Política do Atlântico – Carlos Queiroz, Casais Monteiro, Gaspar Simões e Forjaz Trigueiros perante o Brasil literário. *Vida Mundial Ilustrada*, 4 de dezembro de 1941, p. 2-3.

Política do Atlântico – Um depoimento de Jose Osório de Oliveira sobre as relações culturais luso-brasileiras. *Vida Mundial Ilustrada*, 25 de dezembro de 1941, p. 13.

Resenha de *Tatuagem: Poesia d’Africa*, por Tomas Vieira da Cruz, *O Mundo Português*, 92-93, p. 387-388, agosto-setembro de 1941.

A origem das tribos lunda e quioca. *O Mundo Português*, 103, p. 315-317, junho de 1942.

Apontamentos etnográficos: o significado dos penteados africanos. *O Mundo Português*, Lisboa, 99, p.127-30, 1942.

Silva Porto. *O Mundo Português*, Lisboa, 108: p. 511-514, dezembro de 1942.

Singularidades do mundo africano – I : A paisagem e o homem. *Esfera*, 5 de abril de 1942, p. 19-29.

Singularidades do mundo africano – II : A origem do estado do Muatiânvua no país da Lunda. *Esfera*, 20 de abril de 1942, p. 19.

Singularidades do mundo africano – III : A Lunda e os seus estados. *Esfera*, 5 de maio de 1942, p. 21-22.

Singularidades do mundo africano – IV : Organização social do povo Lunda. *Esfera*, 20 de maio de 1942, p. 19.

Singularidades do mundo africano – V: Os deuses dos lundas. *Esfera*, junho de 1942, Lisboa, (46), p. 20-1, jun. 1942.

A árvore sagrada. *Atlântico*: revista luso-brasileira, Lisboa (3), p. 150-4, 1943.

A estadia do Sr. Ministro das Colônias nas terras africanas do Império. *O Mundo*

Português, Nº 109, janeiro de 1943, p. 541-556.

A literatura dos exploradores portugueses – I : Lacerda e Almeida, explorador do Cazembe. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 115, p. 775-7, julho de 1943.

A literatura dos exploradores portugueses – II : Silva Porto, o descobridor do Zambeze. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 116, p. 831-4, agosto de 1943.

A literatura dos exploradores portugueses – III : Henrique de Carvalho, historiador do povo lunda. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 117, p. 865-8, setembro de 1943.

A literatura dos exploradores portugueses – IV: o major Gamito na África austral. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 118, p. 907-9, outubro de 1943.

A literatura dos exploradores portugueses – V: o explorador Serpa Pinto *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 119, p. 945-8, novembro de 1943.

A literatura dos exploradores portugueses – VI: Capelo e Ivens e a viagem a contracosta. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 120, p. 987-90, dezembro de 1943.

A literatura dos exploradores portugueses – VII: Anchieta, explorador zoológico. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 121, p. 21-24, janeiro de 1944.

A literatura dos exploradores portugueses – VIII: Pereira de Nascimento, explorador naturalista. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 122, p. 51-53, fevereiro de 1944.

Instrumentos de música dos bantus. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 131-132, p. 411-417, novembro/dezembro de 1944.

Os Deuses dos Negros Africanos. *O Mundo Português*, Nº 128-129, p. 309-311, agosto/setembro de 1944.

Os Negros da Senzala. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 130, p. 385-390, outubro de 1944.

Imagens da Ilha de S. Miguel dos Açores. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 142, p. 449-58, outubro de 1945.

O fogo puro dos lundas. *O Mundo Português*, Lisboa, Nº 137, p. 219-221, maio de 1945.

Tahi, o adivinho do sertão dos bantus. *O Mundo Português*, Nº 133, p. 35-38, janeiro de 1945.

A festa dos amigos do Seara Nova. *Seara Nova*, 16 de novembro de 1946, p. 226-8.

Carta do Brasil. *Diário Popular*. Lisboa, 17 de maio de 1949, p. 3.

Carta do Brasil. *Diário Popular*. Lisboa, 21 de junho de 1949, p. 8.

Carta do Brasil. *Diário Popular*. Lisboa, 10 e 31 de agosto de 1949, p.9.

Carta do Rio de Janeiro: O Brasil recebe a concorrência da África. *Diário Popular*. Lisboa, 06 de abril de 1949, p.1 e 3.

Carta do Rio de Janeiro: A conferência nacional do negro Brasileiro. *Diário Popular*. Lisboa, 06 de abril de 1949, p.1 e 12.

Carta do Rio. *Diário Popular*. Lisboa, 8 de junho de 1949, p. 9.

Graciliano Ramos fala ao Diário Popular acerca dos modernos romancistas brasileiros. *Diário Popular*. Lisboa, 10 de agosto de 1949, p. 9.

Imagens de Buenos Aires. *Diário Popular*. Lisboa, 5-7 de julho de 1949, p.1.

A África das pedras escritas. *O Estado de S. Paulo*, 13 de novembro de 1966, p. 80.

África-Encontro com seu passado. *O Estado de S. Paulo*, 17 de abril de 1966, p. 83.

O Japão na literatura portuguesa. *O Estado de S. Paulo*, 27 ago. 1966. Suplemento Literário.

Peculiaridades africanas. *O Estado de S. Paulo*, 19 nov. 1966. Suplemento Literário.

- Pesquisas e trabalhos utilizados como material de pesquisa para a Disciplina de Sociologia da África na Universidade de São Paulo.⁴³⁶

- *Introdução aos estudos históricos-sociológicos sobre a fundação da Colônia de Angola*. 1966. Mimeo.

- *Lunda: da formação do império às fronteiras coloniais*. 1967. Mimeo.

- Livros e romances

Lendas Negras. Lisboa, Editorial Cosmo /s.d./ 45 p. Cadernos Coloniais. Nº 20

Nhári: o drama da gente negra. Porto, Livraria Civilização, 1938.

Imagens da cidade de São Paulo de Luanda. Lisboa, Editorial Cosmos, 1939. Cadernos Coloniais. Nº 55.

Noite de Angústia. 4ª Ed. Lisboa: Ulisséia, 1965. Col. Atlântida, Nº 13.

Homens sem caminho. 2ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito, 1946.

A aventura e a morte no sertão: Silva Porto e a viagem de Angola a Moçambique. Lisboa: Livraria Clássica, 1943. Coleção Gládio. Nº11.

Rajada e outras histórias: contos. Lisboa, Editora Portugália, 1943.

⁴³⁶ De acordo com o Professor Fernando Mourão este material foi datilografado por Mercedes La Cuesta, viúva de Castro Soromenho, e foi incorporado ao Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

Sertanejos de Angola. Agência Geral das Colônias, Lisboa 1943. Coleção Pelo Império. Nº 98.

A expedição ao país do oiro branco: Sobre a expedição de Lacerda e Almeida ao Cazembe. Lisboa, Livraria Clássica, 1944.

Mistérios da terra: mucanda, cangongo. Porto, Editora Educação Nacional, 1944.

Calenga: contos. Ilustrações de Manuel Ribeiro de Pavia. Lisboa, Editora Inquérito, 1945.

A maravilhosa viagem dos exploradores portugueses: viagens e etnografia. Lisboa, Ed. Terra, Sociedade de Intercambio Luso-brasileiro, 1946.

Wenceslau de Moraes. In: SIMÕES, João Gaspar, org. *Perspectivas da literatura portuguesa do século XIX*. Lisboa, Editora Ática, 1948. V.2

Terra morta: romance. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1949.

Viragem: romance. Lisboa, Editora Ulisséia, 1957.

Histórias da Terra Negra: contos, novelas e uma narrativa. Vol. 1, Lisboa, Editorial Gleba, 1960.

A chaga: romance. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

- Entrevistas orais

FEIO, Carlos Alberto Noronha. Entrevista cedida na cidade de Porto Alegre entre os dias 20 e 21 de setembro de 2012. A transcrição desta entrevista foi autorizada em Cartório pelo entrevistado.

FRANÇA, José-Augusto França. Entrevista concedida em 11 de Novembro de 2012. A transcrição da entrevista foi revisto pelo entrevistado e devidamente autorizada.

- Correspondências

Correspondência trocada entre Castro Soromenho e Casais Monteiro, pertencente ao Espólio de Casais Monteiro da Biblioteca Nacional de Portugal;

Correspondência trocada entre Castro Soromenho e José-Augusto França, pertencente ao Espólio de José-Augusto França da Biblioteca Nacional de Portugal;

Correspondência trocada entre Castro Soromenho e Mário Pinto de Andrade pertencente ao acervo pessoal de Jorge Eduardo Soromenho.

- Processos da PIDE localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo da PIDE/DGS⁴³⁷ Processo N°120 E/GT e Processo N° 3480 CI (2), todos referentes a Fernando Monteiro de Castro Soromenho.

- Relatórios de Artur Ernesto Soromenho como governador da Lunda

SOROMENHO, Artur Ernesto. Relatório do Distrito da Lunda referente ao período econômico 1931-32 e meses subsequentes a 1933. República Portuguesa, Colónia de Angola, Distrito da Lunda. Vols. I a IV.

437 PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado)/DGS (Direção Geral de Segurança).

Parte 6 - Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Angola Brasília”. In: *O trato dos viventes. A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo Português moderno (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa Editores, 1979.
- BASTIDE, R. “A África na obra de Castro Soromenho”. Trad. Mário Pinto de Andrade. In: SOROMENHO, Castro. *Histórias da terra negra*. Lisboa: Editorial Gleba, 1960, p. XV-XXVI.
- BEIRANTE, Candido. *Castro Soromenho: um escritor intervalar*. Lisboa, Tese de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas apresentada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989.
- BENJAMIM, W. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e Técnica, arte e política*. 5ª ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 197-221.
- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- CALVÃO, Filipe. “Equilibrium and Conflict: notes on the nature of colonialism”. In:
- CANDIDO, Antonio. “Intelectuais portugueses e a cultura brasileira”. In: *Intelectuais brasileiros e a cultura brasileira: depoimentos e estudos*. GOBBI, M. V. Z.; FERNANDES, M. L. O.; JUNQUEIRA, R. S. São Paulo: Edunesp; Bauru: Edusc, 2002.
- CARVALHO, H. Dias de. *Expedição portuguesa ao Muatiânvua (1884-1888): Etnografia e história tradicional dos povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELO, Claudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa: Afrontamento, 1998.
- CERTEAU, M. “Introdução”. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHATWIN, Bruce. *O Vice-rei de Uidá*. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CHAVES, Rita de Cássia Natal. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999, Coleção Via Atlântica, V. 1
- CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.). *A kindá e a misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Luanda: Nzila, 2007.

CLARO, Regina. *Letras negras em folhas brancas: a construção da nação em Angola por Assis Júnior (1917-1935)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

Colégio Calipolense. Fundado em 1887: colégio para alunos internos, semi-internos e externos/Director e Proprietário Fernandes Agudo. 3ª. edição. Lisboa: 1922.

CUNHA, Maria Jandyra Cavacanti. “Literatura e Jornalismo na guerra de Ágnes”. Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura/ V Seminário Internacional Mulher e Literatura. Universidade de Brasília, Brasília, V. 1, Nº 1, 2011, p.1805-15.

CURTO, Diogo Ramada & RAPPAS, Alexis (Eds). *Colonialism and Imperialism: Between Ideologies and Practices*. Badia Fiesolona (Italy), 2006. Disponível em: [http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/4159/HIST_2006_01.pdf]. Acessado em 20/11/2012.

HENRIQUES, Isabel de Castro. *Percursos da modernidade angolana: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical; Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997.

Liceu Central de Pedro Nunes. Livro de Registos para o ano de 1923-24, Nº 59. Acervo da Escola Secundária Pedro Nunes de Lisboa.

LIMA, Manuel Guedes dos Santos. *O negro e o branco na obra de Castro Soromenho*. Tese (Doutorado em Letras) Faculdade de Letras da Universidade de Lausanne, Lausanne, 1975.

MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. *Nova História da Expansão Portuguesa. O império Africano (1890-1930)*. SERRÃO, Joel & MARQUES, A. H. de Oliveira (coords. da coleção). Lisboa: Editorial Estampa, 2001. Vol. XI

MATA, Inocência. “A memória da colonização e a sentença do futuro na figuração da nação: de Castro Soromenho a Leonel Cosme e Pepetela”. In: LEITE, Ana Mafalda [et.al]. *Nação e Narrativa pós colonial: Angola e Moçambique*. Lisboa: FCT, 2012, Vol. 1

MATTOSO, Kátia M. Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDONÇA, Fernando. *O romance português contemporâneo*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966.

MOURÃO, F. A. A. *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Ática, 1978.

MOURÃO, Fernando A. “Entrevista com Castro Soromenho”. *Cultura: boletim da Sociedade Cultural de Angola*, 2 (11). 7 de maio de 1960.

MONTEIRO, Adolfo Casais. *O que foi e o que não foi o movimento da Presença*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

OLIVEIRA, Fábio Ruela. *Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Victor Ramos (1954-1974)*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PÉLISSIER, René. *História das Campanhas de Angola. Resistência e revoltas (1845-1941)*. Tradução: Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, Vol. 1.

PEREIRA, José Pacheco. Disponível em:

[<http://ephemerajpp.wordpress.com/2011/12/12/censura-relatorio-no-2805-18-de-abril-de-1945-relativo-a-terra-morta-de-castro-soromenho/#>]. Acessado em 12/10/2012.

PINTO, Alberto de Oliveira. *História e Literatura: Angola, os angolanos e sua cultura (1924-1939)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Departamento de História, Lisboa, 2010.

REIS, J. J. “O levante dos malês: uma interpretação política”. In: REIS, J. J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RONÁI, Paulo. “Os vastos espaços”. In: ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSAS, Fernando. *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias africanas: história e antologia*. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS, E. R. S. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores centro-africanos da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Silva Porto e a exploração científica da África*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1980.

_____. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2ª ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1988.

SILVA, Raquel. *Figurações da Lunda: experiência histórica e formas literárias*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Júlio Cláudio. “Os estudos Afro-Brasileiros, o movimento negro e a trajetória intelectual de Arthur Ramos (1934-1949)”. Disponível em: [<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Julio%20Claudio%20da%20Silva.doc>]. Acessado em 24 de outubro de 2013.

SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. Disponível em [<http://sobrecs.wordpress.com/acervo-castro-soromenho/artur-ernesto-de-castro-soromenho/>]. Acessado em 01 de agosto de 2011.

TAVARES, Ana Paula. *Na Mussumba do Muatiãnvua: quando a Lunda não era leste*. Estudo sobre a Descrição da Viagem na Mussumba do Muatiãnvua de Henrique de Carvalho. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira e Literaturas africanas de expressão Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

TORRES, Alexandre Pinheiro. *O Neo-realismo literário português*. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

_____. “Propedêutica à Trilogia de Camaxilo de Castro Soromenho”. In: *Colóquio Letras* (Lisboa), Nº39, Setembro de 1977.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002.

VALE, Regina Célia Fortuna do. *Poder colonial e literatura: as veredas da colonização portuguesa na ficção de Castro Soromenho e Orlando da Costa*. Tese de Doutorado em Letras. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004.

VIÇOSO, Vitor. *A narrativa no movimento neo-realista: as vozes sociais e os universos da ficção*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “As feitorias de Urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-ocidental na década de 1840”. *Afro-Ásia*, Nº 43, 2011.

_____. “Ares e azares da aventura ultramarina: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano”. In: ALGRANTI, Leila Mezan e MEGIANI, Ana Paula. *O Império por escrito – formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Editora Alameda, 2009.